

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO**

DOUGLAS ALEXANDRE DE CAMPOS CASTRILLON JUNIOR

**AS RELAÇÕES MULTIDIMENSIONAIS NA GESTÃO TERRITORIAL EM
ASSENTAMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO MULTICASOS
NO MUNICÍPIO DE CÁCERES - MT**

CAMPO GRANDE – MS

2022

DOUGLAS ALEXANDRE DE CAMPOS CASTRILLON JUNIOR

**AS RELAÇÕES MULTIDIMENSIONAIS NA GESTÃO TERRITORIAL EM
ASSENTAMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO MULTICASOS
NO MUNICÍPIO DE CÁCERES - MT**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito para obtenção do grau de Doutor em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Milton Augusto Pasquotto Mariani

CAMPO GRANDE/MS

2022

DOUGLAS ALEXANDRE DE CAMPOS CASTRILLON JUNIOR

**AS RELAÇÕES MULTIDIMENSIONAIS NA GESTÃO TERRITORIAL EM
ASSENTAMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO MULTICASOS
NO MUNICÍPIO DE CÁCERES - MT**

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito à obtenção do grau de Doutor em Administração

Campo Grande, MS, 05 de agosto de 2022.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Milton Augusto Pasquotto Mariani
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Presidente da Banca

Prof. Dr. Dyego de Oliveira Arruda
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
Membro Titular Externo

Prof. Dr. Sandro Benedito Sguarezi
Universidade do Estado do Mato Grosso
Membro Titular Externo

Prof. Dr. Élcio Gustavo Benini
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Membro Titular Interno

Prof. Dr. Antonio Firmino de Oliveira Neto
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Membro Titular Externo

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul pela formação e capacitação realizadas pelos seus professores, pesquisadores e colaboradores. Em especial Cibelly Urias por toda a colaboração e carinho transmitido, muito obrigado.

A todos os trabalhadores do campo, agricultores, técnicos, gestores que deram condições de materializar esta pesquisa.

As instituições: Secretaria Municipal de Agricultura de Cáceres, EMPAER, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cáceres, as Associações de produtores rurais.

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por ter subsidiado esta tese.

Aos colegas e amigos do Programa de Pós-Graduação em Administração e Contabilidade que durante a jornada de estudos, pesquisas, cafés proporcionaram momentos acolhedores. Em especial a turma do “Churrasco doutoral” que entre cientificidade e descontração vivemos incríveis momentos. Especialmente aos amigos Eduardo Corneto, José Alexandre, Letícia Xavier, Lidiane Parron e Weslei Maique, meu muito obrigado.

Aos meus familiares que viveram cada momento comigo mesmo distantes de Campo Grande. Aos amigos, que como os familiares estiveram me ouvindo e acompanhando nesta trajetória. Deixarei aqui em especial a Profa. Dra. Sonia Beato Ximenes, que, desde o mestrado me incentivou a fazer o doutorado, me informou sobre o edital do PPGAD, me cobrou a inscrição e me perguntou como fui no processo seletivo, meu muito obrigado.

Ao Milton. Fazer o curso de doutorado em uma Universidade Federal e principalmente em administração era algo muito distante do que já tinha pensado ou vivido. A paciência e generosidade foram as principais características como orientador. Me ajudou nas minhas deficiências acadêmicas e me proporcionou acessar espaços acadêmicos ainda não vistos. Se tornou um amigo que levarei para vida, por sempre, dia a dia, me acompanhar com sua preocupação em querer ajudar, por participar e querer estar junto dos seus orientados. Sou grato por Ter o Prof. Dr. Milton Augusto Pasquotto Mariani como meu orientador.

Agradeço a Deus por tudo que vivi.

RESUMO

A gestão territorial apresenta-se como uma interlocução entre as ciências sociais aplicadas da área da administração com as ciências da terra da área de geografia. As pesquisas acadêmicas com empréstimos de construtos teóricos de outras áreas tendem a formar novos campos de atuação e, conseqüentemente, olhares para pesquisas no território. No sentido de empréstimo e apropriação de novos construtos, esta pesquisa pretende apresentar a gestão territorial estruturada nas suas formas normativas, conceituais e empíricas. Para tanto, o objetivo geral do estudo consiste em analisar as relações multidimensionais envolvidas na gestão territorial entre os atores sociais e institucionais no território de 7 assentamentos ligados à agricultura familiar no município de Cáceres – MT. O caminho conceitual adotado permeou descrições sobre: Território; Gestão territorial; Agricultura familiar como elementos desencadeadores para a construção das categorias de análise, questões norteadoras e o problema de pesquisa. A metodologia adotada caracteriza-se pela abordagem qualitativa, com estudo de casos múltiplos na estruturação do protocolo de pesquisa, levantamento bibliográfico, documental no pré-campo e de observação participante, além de entrevistas na parte de campo. Para a criação da estrutura e da organização dos resultados, a análise de conteúdo foi a técnica de análise utilizada inserindo o software Iramuteq como ferramenta para criação das classes hierárquicas via frequência de palavras. A inter-relação de ciências, áreas acadêmicas, teorias, métodos e técnicas se estruturam para responder à seguinte questão da pesquisa: Como a integração das dimensões territoriais dos assentamentos estudados podem subsidiar estratégias de desenvolvimento de base territorial no contexto da agricultura familiar? Dentre os resultados descritos e analisados na tese, a intersecção de se promover a gestão territorial a partir do eixo da sociobiodiversidade transmite predominância. Este eixo identificado, interliga e permeia todas as dimensões territoriais. No entanto, é descrito como ponto norteador a consolidação da gestão territorial, na estratégia de instrumentalizar e planejar a curto e médio prazo ações envolvendo os assentamentos em seus pontos fortes: produção vegetal e animal, relações culturais com bolivianos e a resistência no território pelo fator da escassez hídrica.

ABSTRACT

Territorial management presents itself as a dialogue between the applied social sciences in the area of administration and the earth sciences in the area of geography. Academic research with loans from theoretical constructs from other areas tends to form new fields of activity and, consequently, looks at research in the border territory. In the sense of borrowing and appropriating new constructs, this research aims to present territorial management structured in its normative, conceptual and empirical forms. To this end, the general objective of the study is to analyze the multidimensional relationships involved with territorial management between social and institutional actors in the Brazil / Bolivia border territory in the municipality of Cáceres - MT. The conceptual path adopted permeated descriptions of: Territory; Territorial management; Family farming as triggering elements for the construction of analysis categories, guiding questions and the research problem. The adopted methodology is characterized by the qualitative approach involving the study of multiple cases in the structuring of the research protocol using bibliographic, documentary survey techniques in the pre-field and participant observation and interviews in the field. For the creation of the structure and organization of the results, content analysis will be the analysis technique used by inserting the Iramuteq software as a tool for creating hierarchical classes via the frequency of words. The interrelationship of sciences, academic areas, theories, methods and techniques are structured to try to answer the following research question: How can the integration of the territorial dimensions of the studied settlements support territorially based development strategies in the context of family farming? Among the results described and analyzed in the thesis, the intersection of promoting territorial management from the sociobiodiversity axis conveys predominance. This identified axis interconnects and permeates all territorial dimensions. However, it is described as a guiding point the consolidation of territorial management, in the strategy of instrumentalizing and planning in the short and medium term actions involving the settlements in their strengths: plant and animal production, cultural relations with Bolivians and resistance in the territory by the factor of water scarcity.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AC – Análise de Conteúdo
ACOOOPERFRON – Associação de Cooperação da Agricultura Familiar Camponesa da Fronteira
AFC – Análise Fatorial Confirmatória
ARPEP – Associação das Produtoras Extrativistas do Pantanal
ATER – Assistências Técnica e Extensão Rural
CHD – Classificação Hierárquica Descendente
COMDERS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Cáceres
DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf
EMATER – Empresas Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMPAER – Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural
FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations
FASE – Federação de Assistência Social e Educacional
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ILPF – Integração lavoura, pecuária e floresta
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INCUBEESS – Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis
INDEA – Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso
JUCEMAT – Junta Comercial do Estado de Mato Grosso
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MS – Mato Grosso do Sul
MT – Mato Grosso
ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
ONU – Organização das Nações Unidas
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PEAF/MT – Plano Estadual da Agricultura Familiar
PGPAF – Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATER – Plano Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAT – Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais
PRONATER – Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária
PTC – Programa Territórios da Cidadania
SDT – Secretaria Nacional de Desenvolvimento Territorial
SIAL – Sistema Agroalimentar Local
SMA – Secretaria Municipal de Agricultura de Cáceres
STTR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Trabalhadoras Rurais de Cáceres
TCLE – Termo de Consentimento Livre Esclarecido
UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso
ZEE – Zoneamento Ecológico Econômico

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Base conceitual da pesquisa	23
Figura 2 – As dimensões de território para Haesbaert	25
Figura 3 – Multidimensionalidades do Território	28
Figura 4 – Aspectos de instrumentos de gestão territorial	31
Figura 5 – Publicações do construto teórico gestão territorial 1945-2020	33
Figura 6 – Composição relacional da gestão territorial.....	35
Figura 7 – A interorganização para o desenvolvimento territorial proposta por Fischer	40
Figura 9 – Instrumentos da agricultura familiar como meio de desenvolvimento territorial ..	46
Figura 10 – Rede de Programas da política nacional da agricultura familiar	53
Figura 11 – Os assentamentos rurais da região de fronteira internacional de Cáceres-MT	58
Figura 12 – Conexão da AC com o Software Iramuteq	70
Figura 13 – Assentamentos do INCRA na fronteira do Brasil e Bolívia de Cáceres-MT	73
Figura 14 – Nuvem de palavras da entrevista – Extensão e Assistência Técnica Rural no município de Cáceres – MT.....	77
Figura 15 – Análise de similitude da entrevista – Extensão e Assistência Técnica Rural no município de Cáceres – MT.....	79
Figura 16 – Análise Fatorial Confirmatória da Entrevista – Extensão e Assistência Técnica Rural no município de Cáceres – MT.....	80
Figura 17 – Dendograma da Entrevista – Extensão e Assistência Técnica Rural no município de Cáceres – MT.....	82
Figura 18 – Nuvem de palavras da entrevista – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras de Cáceres – MT.....	87
Figura 19 – Análise de similitude da entrevista – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras de Cáceres – MT.....	88
Figura 20 – Análise Fatorial Confirmatória da entrevista – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras de Cáceres – MT.....	89
Figura 21 – Dendograma da entrevista – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras de Cáceres – MT.....	90
Figura 22 – Nuvem de palavras da entrevista – Assentamento Corixo.....	96
Figura 23 – Análise de similitude da entrevista – Assentamento Corixo.....	97
Figura 24 – Análise Fatorial Confirmatória da entrevista – Assentamento Corixo	99
Figura 25 – Dendograma da Entrevista – Assentamento Corixo	100
Figura 26 – Nuvem de palavras da entrevista – Assentamento Katira.....	105
Figura 27 – Análise de similitude da entrevista – Assentamento Katira.....	106
Figura 28 – Análise Fatorial Confirmatória da entrevista – Assentamento Katira	107
Figura 29 – Dendograma da entrevista – Assentamento Katira	108
Figura 30 – Nuvem de palavras da Entrevista no Assentamento Sapicuá	111
Figura 31 – Análise de similitude da entrevista – Assentamento Sapicuá.....	112
Figura 32 – Análise Fatorial Confirmatória da Entrevista – Assentamento Sapicuá.....	114
Figura 33 – Dendograma da Entrevista – Assentamento Sapicuá.....	115
Figura 35 – Nuvem de Palavras da Entrevista nos Assentamentos Nova Esperança, Jatobá e Bom Sucesso	121
Figura 36 – Análise de similitude da entrevista – Assentamentos Nova Esperança, Jatobá e Bom Sucesso	122

Figura 37 – Análise Fatorial Confirmatória da Entrevista – Assentamento Nova Esperança, Jatobá e Bom Sucesso	123
Figura 38 – Dendograma da Entrevista – Assentamentos Nova Esperança, Jatobá e Bom Sucesso	124
Figura 39 – Nuvem de palavras da Entrevista no Assentamento Rancho da Saudade.....	129
Figura 40 – Análise de Similitude da Entrevista – Assentamento Rancho da Saudade.....	130
Figura 41 – Análise Fatorial Confirmatória da Entrevista – Assentamento Rancho da Saudade	131
Figura 42 – Dendograma da Entrevista – Assentamento Rancho da Saudade.....	132
Figura 43 – Integrante da Gestão Territorial	145
Figura 44 – Problemas Identificados na Pesquisa Empírica	148
Figura 45 – Problemas, causas e origens que impedem a realização das atividades.....	151
Figura 46 – Recomendações para efetivação das ações de base territorial	155

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Síntese do desenvolvimento em contexto territorial rural de produção	20
Quadro 2 – Características dos trabalhos na Web of Science	36
Quadro 3 - Políticas Públicas da Agricultura Familiar	44
Quadro 4 – Técnicas de coleta de dados em relação aos objetivos.....	55
Quadro 5 – Protocolo geral do estudo de multicasos da tese	56
Quadro 6 – Dados dos Assentamentos participantes da pesquisa.....	59
Quadro 7 - Objetivos e questões norteadoras da pesquisa	62
Quadro 8 – Protocolo de coleta de dados de estudos multicasos – Instituições Públicas	64
Quadro 9 – Protocolo de coleta dados de estudos multicasos – Atores sociais	65
Quadro 11 – Categorias de Análise dos Casos Estudados	136
Quadro 12 – Categorias e Subcategorias com Aspectos das Análises nos Multicasos	137
Quadro 13 - Processos na Gestão Territorial dos Assentamentos do Município de Cáceres	139
Quadro 14 – Princípios das Leis Nacional e Estadual da Agricultura Familiar.....	140
Quadro 15 – Síntese de Instrumentos Norteadores para os 7 assentamentos	142
Quadro 16 – Categorias analíticas: território, Agricultura familiar e Gestão Territorial	143

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Organizações participantes da pesquisa.....	60
Tabela 2 - Perfil dos entrevistados nos Assentamentos.....	61
Tabela 3 – Funcionalidades do Iramuteq em pesquisas	68

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição por ano do rebanho no território do município de Cáceres	49
Gráfico 2 - Distribuição por ano do rebanho no território do município de Cáceres 1998 a 2014	50
Gráfico 3 – Distribuição por ano do rebanho no Assentamento Rancho da Saudade	75
Gráfico 4 - Distribuição de palavras da entrevista – Extensão e Assistência Técnica Rural no município de Cáceres – MT.....	76
Gráfico 5 – Distribuição de palavras da entrevista – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras de Cáceres – MT	86
Gráfico 6 - Distribuição de palavras da entrevista – Assentamento Corixo.....	95
Gráfico 7 - Distribuição de palavras da entrevista – Assentamento Katira.....	104
Gráfico 8 - Distribuição de palavras da entrevista – Assentamento Sapicuá	110
Gráfico 9 – Distribuição de palavras da entrevista – Assentamentos Nova Esperança, Jatobá e Bom Sucesso	120
Gráfico 10 – Distribuição de palavras da Entrevista – Assentamento Rancho da Saudade ..	128

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Aspectos motivadores da tese.....	16
1.2 Estrutura da tese.....	18
2 REFERENCIAL TEÓRICO	20
2.1 Território.....	23
2.2 Gestão Territorial.....	29
2.3 Gestão social.....	39
2.4 Agricultura familiar	41
2.5 Arranjos de Políticas de desenvolvimento territorial e agricultura familiar.....	50
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	54
3.1 Área de Estudo	57
3.1.1 Sujeitos da Pesquisa.....	60
3.2 Procedimentos de coleta de dados	62
3.2.1 Estratégias adotadas para pesquisa de campo.....	63
3.3 Protocolo de entrevistas.....	64
3.3.1 Participantes de instituições públicas e sindical: Protocolo de entrevista	64
3.3.2 Participantes nos Assentamentos: Protocolo de entrevistas	65
3.4 Procedimentos de interpretação e análises dos dados	67
3.4.1 Análise do Conteúdo	67
3.4.2 Proposição das Categorias da análise do conteúdo	68
3.4.3 Técnicas de análise por meio do <i>Iramuteq</i>	68
3.4.4 Procedimentos técnicos da Análise do Conteúdo e o <i>Iramuteq</i>	69
4 RESULTADO DO CAMPO EMPÍRICO	72
4.1 Características das unidades de estudo a partir da observação de campo	72
4.2 Resultados das entrevistas	76
4.2.1 - Demandas territoriais identificadas na pesquisa empírica	143
4.2.2 Objetivos acerca de proposições de base territorial para os assentamentos do município de Cáceres/MT.....	146
4.2.3 Obstáculos identificados para desenvolver os objetivos priorizados	147
4.2.4 As causas dos problemas	151
5 RECOMENDAÇÕES PARA EFETIVAÇÃO DAS PRIORIDADES DAS AÇÕES DE BASE TERRITORIAL PARA OS ASSENTAMENTOS NO MUNICÍPIO DE CÁCERES/MT	152
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	155
6 REFERÊNCIAS	162

1 INTRODUÇÃO

A presente tese foi construída sob a perspectiva teórico-epistemológica oriunda do encontro da disciplinaridade da geografia com a disciplinaridade da administração. Esta combinação proporcionou a aplicação da pesquisa com o olhar da gestão territorial, construto que vem se desenvolvendo a partir de discussões sobre gestão de territórios desde 1967.

Dialogando sobre a concepção de território, Raffestin (1993) descreve o território como constituído por relações sociais em um espaço material. Contudo, as multidimensionalidades na qual o território se estrutura são constituídas a partir das dimensões jurídico-político, simbólico e econômico, no sentido de se compreender o território em sua composição (HAESBAERT, 2007). Nas relações do cotidiano em territórios, Saquet (2003) destaca as pluralidades territoriais existentes que, na visão holística, são demandadas pelas territorialidades integrantes advindas das relações sociais, institucionais, políticas, econômicas e culturais. Santos (1994) destaca sobre essas territorialidades enxergando o território em sua totalidade, com todas as suas dimensões e o uso delas.

A concepção de gestão territorial está articulada para a compreensão dos regramentos, normas, leis, programas que constituem o arranjo administrativo-jurídico nos procedimentos de planejamento, organização e execução de uma gestão territorial. No sentido de nos debruçarmos aos fatos empíricos que venham a emergir, partiremos com a concepção de Dallabrida, Birkner e Cogo (2013) na qual apresentam a gestão territorial como o procedimento que norteia para a tomada de decisão e com a de Pereira (2019), que relata a gestão territorial como um procedimento de manejar recursos, desde o processo de planejamento, enxergando a totalidade da gestão do território.

Há um crescente interesse desde o final do século XX sobre aspectos da territorialidade em diversas áreas de conhecimento, sobretudo a geografia, como também a sociologia, economia e a administração (CORDEIRO NETO et al., 2019). De acordo com Ruffato-Ferreira et al. (2018), destacam-se, na perspectiva da interdisciplinaridade, questões envolvendo territórios nas relações: sociais locais, com os setores públicos e privados moldando a formação de especialistas com a competência interdisciplinar necessária para o enfrentamento de problemas advindos da expansão mercadológica e produtiva nas dimensões ambientais, econômicas e sociais em sistemas vivos.

A gestão territorial brasileira, enxergada como um elemento estratégico de integração ambiental, social e econômica é, geralmente, associada ao Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), como sendo este o instrumento que visa a formulação de estratégias, a partir de suas

metas no combate às desigualdades sociais e ao crescimento econômico, articulado em várias dimensões, como: ambientais, culturais, econômicas, sociais; visto pela diversidade multidimensional do território brasileiro (MMA, 2006; RUFFATO-FERREIRA et al., 2018). Planos estaduais e municipais, e políticas de desenvolvimentos territoriais, como o Programa Território da Cidadania (PTC), instrumentalizam como desenvolver ações em territórios, porém, não são comumente chamados de instrumentos de gestão territorial na literatura em pauta.

O PTC faz parte do desdobramento estratégico do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Território Rurais (PRONAT). Suas estratégias consistem no desenvolvimento regional sustentável e na acessibilidade a direitos sociais em regiões do território brasileiro (PIRAUX et. al., 2013). Como estratégias gerais, tem-se a criação de gestão de territórios por meio de integração entre políticas públicas como principal objetivo de redução de desigualdades sociais e econômicas por meio de uma gestão territorial (BRASIL, 2008).

Em uma colaboração ampliada sobre a gestão territorial em processos e procedimentos de gerência territorial, Rezende, Fraxe e Witkoski (2017) destacam que é necessário o entendimento de elementos ambientais, sociais, culturais, políticos e econômicos que possam transcender a função de gestão e emergir a governança territorial. Nesse sentido, Pires (2016) apresenta, dentre a concepção de governança territorial, três esferas chaves correspondendo à: governança política, à governança econômica e à governança administrativa como elementos estabelecadores de integração do território.

Dentre as relações territoriais urbanas e rurais, Abramovay (1998) promove a discussão sobre a agricultura familiar como meio de desenvolvimento territorial, articulando territórios rurais e urbanos. Como forma de incentivar e consolidar a agricultura familiar nos territórios rurais na década de 90, políticas foram implantadas, permeando a produção de alimentos no meio rural (WANDERLEY, 2000; GRISA e SCHNEIDER, 2014).

Enxergando do local para o global, a ideia de pensar o território e as suas territorialidades ligando na agricultura familiar compreende-se, aqui, como uma inter-relação entre a gestão territorial como um tipo de gestão e a agricultura familiar como parte do composto que envolve o agronegócio conectando as multidimensões territoriais. Partindo da imersão das dimensões territoriais – vistas em Saquet (2003) e Haesbaert (2007) – como elemento advindo do local em busca de descrever contextos e atingir lacunas na abordagem territorial.

O termo gestão territorial desencadeia exposições que conduzem vários sentidos, porém, há parâmetros que coincidem pelas dimensões econômicas, sociais, ambientais, políticas, culturais e natureza (SAQUET, 2003; HAESBAERT, 2007). Para tanto, foi visto o termo

inerente ao desenvolvimento urbano de cidades inteligentes e sustentáveis em Garcia-Ayllon e Miralles (2015), aplicada como ferramenta integradora, em Ruffato-Ferreira et al. (2018) e Neto et al. (2019), e vista também como um instrumento de desenvolvimento territorial com base no planejamento, conforme Vainer (2009); organização, em Pereira (2019) e de tomada de decisão, de acordo com Dallabrida, Birkner e Cogo (2013), para um desenvolvimento sustentável de territórios, a gestão territorial se insere nos interesses territoriais.

Ao investigarmos as dimensões territoriais no seu contexto local, deve-se compreender os recursos específicos territoriais como fonte informacional para tomada de decisão, conforme apontam Trouvé, Berriet-Sollic e Déprés (2007). No entanto, presente nos territórios, a agricultura familiar é vista aqui como uma categoria social, produtiva, cultural, econômica e ambiental adaptada aos diversos territórios rurais brasileiros, em Maluf (2004), Navarro (2010) e Mattei (2014), como meio de desenvolvimento territorial, em Abramovay (1998) e Dallabrida (2007), inserida no agronegócio brasileiro.

Para além da justificativa teórica epistemológica em complementariedade conceitual das ciências: Geografia e Administração em uma aplicação interdisciplinar envolvendo as dimensões territoriais com a gestão territorial, a tese se justifica por motivações pessoais do pesquisador. Descrita a seguir, as motivações são inerentes à participação institucional do pesquisador e à caminhada profissional que geraram inquietações a serem descritas nesta tese.

1.1 Aspectos motivadores da tese

No campo institucional existe a participação do pesquisador como colaborador no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (COMDERS) com organização, direcionamento e tomada de decisão para o fortalecimento da agricultura familiar no município de Cáceres. Dentre as colaborações, a elaboração de plano de execução que teve como base informacional a dissertação de mestrado e esta tese (dados do IBGE, INCRA) para compor as solicitações de maquinários e de implementos agrícolas solicitados na Secretaria de Agricultura do estado de Mato Grosso.

Existe neste município um processo participativo e integrativo de instituições e atores sociais para a consolidação estratégica da agricultura familiar cacerense, com vistas a atender um circuito de atividades que vão desde a extensão rural, assistência técnica, fiscalização, certificação até compras governamentais. No entanto, o município não tem lei municipal da agricultura para atendimento de áreas específicas como a pecuária e a piscicultura. Outro ponto,

é a desatualização do Plano Municipal de Desenvolvimento da Agricultura o qual tende a ser o instrumento norteador nesta área de atuação.

No estado de Mato Grosso, o Plano Estadual da Agricultura Familiar (PEAF/MT) foi lançado em 2017 entre outras metas na condução de políticas públicas para a agricultura familiar. O Plano Estadual necessita do esforço de secretarias e conselhos municipais para alinhamento e desenvolvimento de atividades concatenadas para implantação de atividades na agricultura familiar. Neste contexto, o município de Cáceres por meio do COMDERS poderá elaborar a partir de um instrumento de gestão territorial rural pensado para os assentamentos do território do município de Cáceres a ampliação para os demais assentamentos a partir de suas características específicas e locais.

A escolha da área de estudo está vinculada ao trabalho realizado desde o ano de 2014, em parceria com a Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), na extensão universitária e na realização do mestrado no Programa em Ciências Ambientais, que no ano de 2017 a pesquisa foi realizada em um dos sete assentamentos que compõem o território rural ligados pela BR 070, sentido à Bolívia. Reflete também na escolha dos assentamentos de agricultura familiar Corixo, Jatobá, Katira, Nova Esperança, Bom Sucesso, Rancho da Saudade e Sapicuá, pelos seguintes apontamentos:

O primeiro pelo *acesso ao território*. Por já atuar em outras frentes de trabalho em alguns assentamentos, a relação de confiança com os agricultores já está constituída.

A segunda é *característica particular dos assentamentos*. Por estarem em um território de escassez hídrica, existindo uma questão ambiental que reflete em seu contexto histórico e social que emergem da resistência e da permanência dos agricultores e agricultoras assentadas no território; pela iniciativa de organização social coletiva para o enfrentamento de problemas ambientais, sociais, econômicos, constituem especificidades que oportunizam a abrangência da pesquisa sobre a gestão territorial neste território.

E o terceiro contexto está na *articulação territorial*. Inerente ao trabalho realizado pela extensão universitária em conjunto com as instituições de extensão rural, foi constituindo entre os agricultores dos sete assentamentos, uma organização social do território na forma de associação que dentre a sua atividade vem caminhando para a integração territorial e há a necessidade da capacidade técnica para a gestão territorial pensando o território como um todo.

Acredita-se que, a partir da criação dos Projetos de Assentamentos, suas implantações, a chegada das agricultoras e agricultores assentados ao território, como também, a presença das organizações públicas e privadas, nas territorialidades originadas, possam evidenciar a relação de estratégias e formas de organização dos atores territoriais, as abrangências institucionais e

inseridas neste território. Goulart et al., (2010) descrevem que pesquisas na área de administração envolvendo formas organizacionais ou a gestão a partir de modelos para o desenvolvimento de articulação entre a sociedade, Estado e o mercado foram operacionalizadas para formação de políticas públicas.

A composição entre os fatores potenciais de investigação e as territorialidades envolvidas que, descritas, sistematizadas, analisadas, podem vir a ser estruturas; categorias relacionadas ao desenvolvimento do território estudado. Ao acreditar que há fatores potenciais condicionantes ao território e ao seu desenvolvimento, a elaboração de uma proposta de instrumento de gestão territorial, no âmbito da agricultura familiar, utilizando este caso de contexto para pesquisa, pretende colaborar para a solução de questões locais.

Nesse contexto integrativo entre o território, sua gestão, atores sociais e institucionais emerge o seguinte problema de pesquisa: Como a integração das dimensões territoriais dos assentamentos estudados podem subsidiar estratégias de desenvolvimento de base territorial no contexto da agricultura familiar?

A resolução de questões comuns de gestão de territórios, por meio de um instrumento de gestão territorial que colabore no planejamento, organização, execução a partir de uma integração dessas territorialidades sistematizadas e as que ainda não foram sistematizadas tendem a ter a competência de envolvimento do local para o global.

Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo geral:

- Analisar as relações multidimensionais envolvidas na gestão territorial entre os atores sociais e institucionais no território de 7 assentamentos ligados à agricultura familiar no município de Cáceres – MT.

Os objetivos específicos são:

- Caracterizar o território em que são empreendidas iniciativas voltadas à agricultura familiar dos assentamentos rurais.
- Problematicar as territorialidades presentes nos assentamentos de agricultura familiar que constituem o campo desta pesquisa e;
- Refletir sobre estratégias de desenvolvimento de base territorial que conectam interesses sociais e institucionais nos assentamentos analisados nesta tese.

1.2 Estrutura da tese

Os 5 capítulos que constituem este trabalho de pesquisa foram elaborados a partir do tópico geral (nome do capítulo) e subtópicos (divisões do tópico geral em temas) que envolvem as descrições e reflexões: introdutórias, teóricas, metodológicas, resultados e discussões e considerações finais.

O presente capítulo denominado Introdução consiste na apresentação geral dos conceitos abordados na tese, problema de pesquisa, aspectos motivadores da tese, objetivos gerais e específicos.

O segundo capítulo, Referencial Teórico, é composto pela apresentação dos conceitos envolvidos nesta tese. Este capítulo foi dividido em itens e subitens, descrevendo os conceitos de: Território e as dimensões territoriais; Gestão territorial e seu desenvolvimento no decorrer do tempo a partir de uma revisão sistemática trazendo perspectivas de uso do construto na literatura nacional e internacional; Agricultura familiar focando nas políticas de desenvolvimento territorial.

O terceiro capítulo, denominado Procedimentos Metodológicos, apresenta como foi realizada a pesquisa. O foco deste capítulo está na apresentação das técnicas, métodos e estratégias da pesquisa, como também a área de estudo. Neste capítulo, são abordados os protocolos da pesquisa, a ligação dos conceitos com os objetivos e problema de pesquisa, como também, o instrumento de coleta de dados e os procedimentos de análise de dados com uso do Software *Iramuteq*.

No quarto capítulo são descritos os resultados e as análises. Este capítulo descreve sequencialmente os resultados de acordo com os objetivos da pesquisa, para tanto, são descritas as características dos territórios estudados evidenciando documentos, figuras, estudos já realizados para aproximar o leitor do assunto e do lócus da pesquisa. Sequencialmente são apresentados os resultados da pesquisa de campo sistematizados a partir do *Iramuteq*, observações de campo e problematizações conceituais conectando as categorias analíticas com os resultados gerados.

No quinto capítulo, denominado Considerações finais, foram realizados regastes centrais da pesquisa e o desenvolvimento de considerações acerca das questões norteadoras levantadas no referencial teórico. Destaca-se nesse capítulo os limites enxergados e as possibilidades de novas pesquisas, como também, as vantagens e desvantagens do uso do software *Iramuteq* na geração de resultados. Ao final dos capítulos encontram-se referências bibliográficas, apêndices e anexos utilizados na pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Há um crescente interesse desde o final do século XX no campo de estudo sobre território e as territorialidades em diversas áreas de conhecimento, sobretudo a geografia, como também a sociologia, economia e a administração (CORDEIRO NETO et al., 2019). Nesse contexto, situa-se a abordagem teórica interdisciplinar desta tese entre o campo do conhecimento da gestão e de território. A compreensão das várias dimensões envolvidas no território estudado, como também, suas relações entre os atores territoriais nas organizações públicas e privadas que estão intrínsecas ao território fomentam a interdisciplinaridade do estudo sobre gestão territorial, objeto da tese.

De acordo com Ruffato-Ferreira et al. (2018), destacam-se na perspectiva da interdisciplinaridade, questões envolvendo territórios nas relações sociais locais, com os setores públicos, privados que moldam a formação de especialistas com a competência interdisciplinar necessária para o enfrentamento de problemas advindos da expansão mercadológica e produtiva nas dimensões ambientais, econômicas e sociais em sistemas vivos.

Dallabrida (2007), ao destacar a temática da gestão territorial, remete-nos a compreender o desenvolvimento pelo olhar territorial. O autor, ao realizar uma retrospectiva conceitual acentuando as questões de territorializações do desenvolvimento via as aglomerações ou clusters produtivos, redes e relações interorganizacionais, desenha sobre o assunto uma linha do tempo desde o final do século XIX ao século XX. Para tanto, o Quadro - 01 apresenta uma síntese do olhar do desenvolvimento no contexto territorial no território europeu, enfatizando a teoria e a experiência desenvolvidas naquele contexto.

Quadro 1 – Síntese do desenvolvimento em contexto territorial rural de produção



Fonte: Baseado em Dallabrida (2007).

A contribuição sistemática de Dallabrida (2007) aponta para a compreensão da formação das políticas de produção e as relações de redes interorganizacionais de sistemas produtivos europeus na formação de estruturas organizativas específicas de governança entre os séculos XIX e XX. Visto em Marin e Mayntz (1991), os procedimentos e a formulação de estruturas organizativas a partir das redes de políticas, que, relacionando novas formas de governança, discutiu-se a organização de redes de políticas como forma de organização das práticas de gestão nos territórios e a estrutura de poder.

Manzanal (2017) descreve que o exercício do poder no território se constitui pelas relações sociais no território, se tratando de uma produção social que regulamenta e transforma o território. Camagni (2003) relata que as relações sociais interagindo sociedade, instituições/organizações com suas normas e valores, constitui o chamado capital social como sendo um elemento que aglutina a sociedade e ao mesmo tempo o intercâmbio dessas relações.

Dentro do exercício de construção do capital social e o poder para a tomada de decisão territorial, Marteleto e Silva (2004) descrevem o capital social como um movimento de criação das redes sociais e a construção do acesso da comunidade e as instituições ao poder.

A interação sociedade e organizações, sendo estas públicas e/ou privadas com objetivos comuns de transformação do território, promovem a capacidade de pensar novas realidades e a construção de um planejamento territorial. Juknelienė, Valčiukienė e Atkocevičienė (2017) descrevem que a regulamentação via planejamento territorial para atender os interesses dentro do território tendem a ser voltadas a longo prazo, sendo estratégica a atuação para com objetivos, envolvendo dimensões territoriais e organização para a cooperação que vai desde o instrumento de ordenamento do território até a produção da agricultura.

As atividades realizadas nos territórios rurais, como as de produção, são vistas por Van Der Ploeg (2010) sob duas tipologias, a da agricultura empresarial e a familiar. O autor considera que na primeira concepção a produção é especializada e destinada ao mercado e, que, no segundo caso, a produção é diversificada e destina-se para a família e, posteriormente, para comercialização e geração de renda familiar.

Advindos da concepção de produção abordada no Quadro 1 e descrita por Dallabrida (2007) e se contrapondo à ideia de cluster e aglomerações geográficas de produção empresarial, os arranjos socioprodutivos locais são enxergados como alternativa de desenvolvimento de territórios rurais pensando junto aos atores locais as técnicas produtivas. Essa perspectiva é vista na tentativa de fortalecer as lógicas coletivas, identidade mútua com o território na inserção da cultura, história das aglomerações familiares (ORTEGA, 2014; SAMPAIO et al 2008; ZUÑIGA; HABERT e SAMPAIO 2012; ROMANO et al 2020). No entanto, o

desenvolvimento da construção teórica baseou-se no universo teórico/empírico que se atentou para o contexto de união entre o território e a categoria analítica: agricultura familiar inseridas no contexto da gestão territorial. Essa união categórica vista por Bonnal e Maluf (2009) destaca-se pela inserção das políticas públicas, advindas da agricultura familiar, que sobrepõem à ideia do produtivo e compreende-se para um olhar além da produção, que:

Em paralelo à ainda incipiente valorização dos vários papéis cumpridos pela agricultura familiar, constata-se, também, que as políticas públicas têm caminhado na direção da “territorialização” das suas ações, inclusive como procedimento para obter maior coordenação entre elas. Desse movimento deriva um conjunto de questões de pesquisa relacionadas, desde logo, com as razões para a adoção da referência territorial e os próprios significados atribuídos à noção de território (ênfases, rupturas com abordagens anteriores, eventuais ganhos na regulação da ação pública, etc.). Integra essas questões a verificação dos atores envolvidos (e excluídos) e das percepções sobre os papéis da agricultura familiar no desenvolvimento territorial (BONNAL; MALUF, 2009, p.212-213).

O destaque da relação categórica da agricultura familiar e o território é no olhar dado por Nascimento, Calle-Collado e Benito (2020), os quais retratam a agricultura familiar como meio de desenvolvimento territorial sob o crescimento endógeno no fortalecimento das organizações que produzem.

Potter e Burney (2002) destacam a concepção de a agricultura ser multifuncional, em que, além da produção de alimentos, a geração de empregos e a proteção da biodiversidade natural e seus aspectos paisagísticos do meio rural são, também, elementos desta multifuncionalidade. No entanto, a composição vista em Bonnal e Maluf (2009), na discussão da agricultura familiar e território, está ligada ao olhar da composição para além da produção, do mercado, a fim de entendermos a relação da multifuncionalidade da agricultura familiar no desenvolvimento do território.

As dinâmicas territoriais locais advindas de políticas públicas para a agricultura familiar que valorizem atributos locais no desenvolvimento, são aspectos dimensionais para a gestão territorial estratégica, envolvendo atores sociais e institucionais (ABRAMOVAY, 1998; CORDEIRO NETO et al., 2019). Assim, são vistos como instrumentos de desenvolvimento territorial, programas e políticas que setorialmente aplicam-se ao território a partir de seus planejamentos territoriais e aplicação de recursos como vistos em Oliveira et al. (2015), na composição da territorialização de programas setoriais em territórios rurais.

A construção teórica desta tese envolve-se com o objeto gestão territorial em sua aplicação em territórios rurais de agricultura familiar enfatizando: formas de gestão,

instrumentos e concepções teóricas oriundas do conjunto teórico abordado nesta tese. A seguir, a figura 01 ilustra o envolvimento dos construtos norteadores, quais sejam: Território; Gestão Territorial e a Agricultura Familiar para o entendimento das territorialidades que compõem esta pesquisa. No alinhamento desta base teórica, envolvendo os conceitos, a estratégia de pesquisa procurou trabalhar a integração de saberes e de teorias em uma interdisciplinaridade.

Figura 1 – Base conceitual da pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

Neste percurso conceitual, ocorreu a premissa de alinhamento de estudos nacionais e internacionais que permitiram uma caminhada baseada em aflorar ideias, maneiras, estratégias em que envolveram estudos do agronegócio e seus aspectos socioambientais na estruturação deste referencial teórico. Para tanto, os tópicos a seguir realizam uma abordagem de teorias que enfocam a visão de territórios e suas dimensões; a gestão territorial; a agricultura familiar com o foco nos instrumentos de desenvolvimento territorial desta categoria.

O embasamento teórico sobre a temática território destina-se a apresentar características conceituais que envolvem a relação do cotidiano e a concatenação de as produções seminais-contemporâneas para alicerçar a pesquisa sobre as territorialidades com o estudo nas dimensões político-jurídica, cultural, econômica; e os aspectos de gestão territorial que estão inseridos na área de estudo desta tese.

2.1 Território

Iniciando o percurso conceitual, Raffestin (1993) descreve a compreensão de território como um produto relacionado a atores sociais, destacando-se a concepção de que estes atores produzem o seu território a partir do espaço material que é ocupado, onde há um ordenamento

político, jurídico e de relações de trabalho humano. Nessa direção, as relações dos atores dentro das dimensões como as sociais, culturais, políticas são denominadas de territorialidades, que, dentro do território, são entendidas como a sua ligação à identidade territorial (SAQUET; BRISKIEVICZ, 2009).

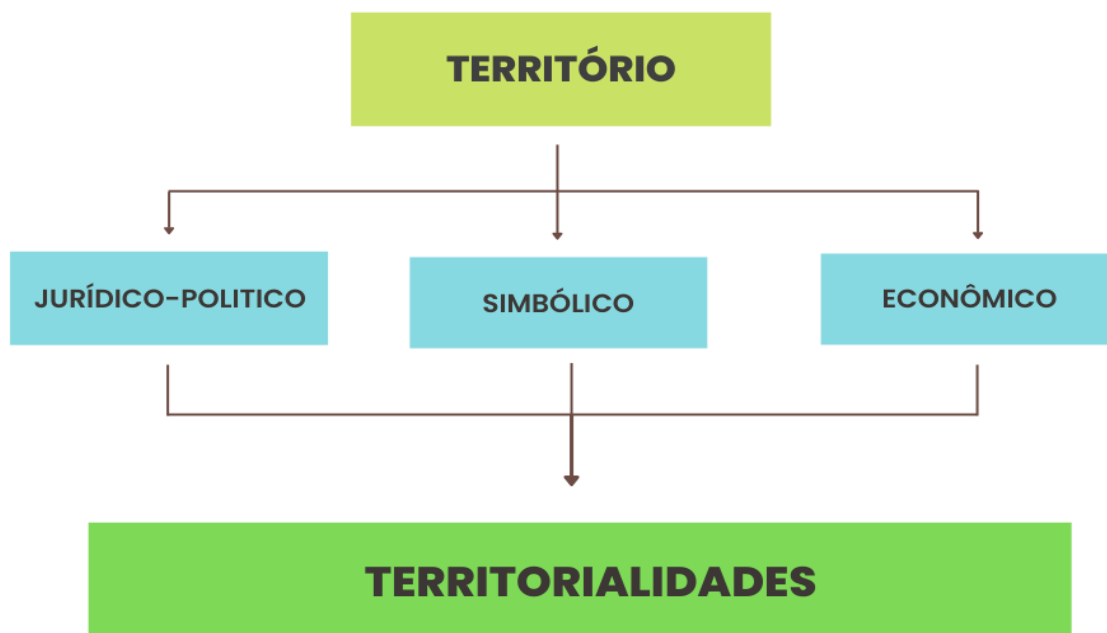
O entendimento multidimensional sobre território caminha na direção descrita por Haesbaert (2007), em que são apresentadas três dimensões sobre este tema; Jurídico-Político, Simbólico e Econômico como uma tipologia sobre território alinhada às regras, aos regimentos, às leis, como também o modo de convívio produtivo e de geração de riqueza. Apresentam-se as dimensões da seguinte forma segundo Hasbaert (2007):

A) Jurídico-Político: ou também reconhecida como política, está relacionada à questão de poder exercida sobre o território. Essa dimensão pode configurar entre o poder político advindo do Estado, como também advindo das relações interpessoais no território como as exercidas pelas lideranças locais, presidentes de associação ou mesmo seus representantes situacionais.

B) Simbólico: ou também conhecido como simbólica-cultural, tende a priorizar, nesta dimensão, a subjetividade, o contexto simbólico, seus símbolos identitários. Sobretudo, consiste no produto da valorização simbólica de determinado grupo, comunidade, assentamento de pessoas urbanas e/ou rurais em relação ao seu espaço ocupado, seu território. Para essa dimensão, a cultura, religião, história de vida, conhecimentos tradicionais podem estar representados por suas relações sociais, na fala, nas danças, nos adereços promovendo uma representatividade simbólica.

C) Econômica: esta dimensão é vista como sendo a fonte dos recursos para o trabalho no território. Está diretamente ligada ao espaço das relações econômicas, no sentido de relacionar o capital-trabalho no processo de produção econômica no território. Pode ser apresentada para esta dimensão as atividades ligadas à agricultura, à prestação de serviço como formas de constituição de recursos financeiros no território. A Figura 2 ilustra o território segundo o Hasbaert (2005):

Figura 2 – As dimensões de território para Haesbaert



Fonte: Baseado em Haesbaert (2005).

Como é apresentada na Figura 02, a ilustração aplicada às dimensões como uma forma holística de integração das dimensões no território. Saquet (2003) em relação aos territórios e suas demandas específicas, às dimensões nelas constituídas como a política, econômica e cultural devem estar articuladas com outros territórios, compondo, assim, uma interação territorial. A visão de integração territorial nos transmite a concepção de território usado, no sentido de enxergar para a totalidade, o território como um todo em suas dimensões e uso delas (SANTOS, 1994).

Ao se promover a integração territorial, desde as suas especificidades, as características de pluralidades, de acordo com Saquet (2003), são mecanismos de composição das conexões territoriais existentes e formas de se estabelecer vínculos, mesmo que cada território tenha as suas especificidades e pluralidades. Eduardo (2006) promove a compreensão de se enxergar o território ao atribuir às dimensões políticas, econômicas e cultural-simbólica como uma abordagem da multidimensionalidade que se interagem por se tratar das relações dos indivíduos no uso do território.

Para a contextualização do uso do território e das dimensões categóricas características das territorialidades, Raffestin (1993), Haesbaert (2007) e Saquet (2003) destacam olhares na presença de atores sociais, atores institucionais públicos e privados nessas categorias que possibilitam nas suas convivências relacionais a geração de territorialidades.

Na concepção do território e as suas territorialidades, Santos (1994) destaca que ter o território como o centro da constituição das territorialidades nos oferece algumas concepções em que: o faz, pelo seu uso, não apenas por ele em si; a globalização do território ajuda-nos a promover a transnacionalização do lugar, porém, entendendo o território como uma forma; o uso do território ou o território usado são ações, objetos, sentido de espaço humano, habitado, o espaço de todos no contexto de se enxergar a sua totalidade.

A globalização trouxe a capacidade de modificação dos objetos materiais e imateriais, mudando a capacidade de ligação entre territórios, podendo levar a mudanças de ordem políticas, econômicas e sociais nesses territórios (RIBEIRO; TOPPAN, 2015). Fighera (1994) destaca a capacidade de o Estado e o processo de globalização no contexto das territorialidades, já que a tomada de decisão de determinado espaço sobre seus recursos nele existentes pode haver um efeito planetário, posto que as fronteiras pré-existentes dos estados não se configuram como uma barreira para os processos técnicos da globalização, como também as suas territorialidades.

No transcorrer da tomada de decisão e seus efeitos, Da Veiga (2016) relata o desenvolvimento de arranjos administrativos em orientações advindas do setor público para incentivar o procedimento de ordenamento territorial, a partir da ocupação de territórios e regulamentações do setor privado para este mesmo processo. O sentido dos arranjos administrativos dados pelo autor está em compor o delineamento administrativo, jurídico que promovam a denotação da composição do ordenamento territorial nos procedimentos de planejar, organizar, regulamentar a ocupação de territórios.

No contexto de ser realizado um ordenamento territorial, Pereira (2019) relata que as territorialidades, nas suas diversas dimensões, prosperaram a concepção de organização do espaço, principalmente pela atuação do Estado e do mercado. Esta concepção vai ao encontro de Arzeno, Muñecas e Zanotti (2020), no que diz respeito aos fatos de criação de uma ordem levando em consideração o todo, a sua totalidade, sendo na ideia de colocar em ordem o território, levando-se em consideração a política dos agentes sociais locais.

Visto na necessidade da organização territorial, Haesbaert (2008) destaca que o chamado ordenamento territorial implica em entender as dinâmicas e forças políticas, econômicas, sociais, culturais e naturais para que se entenda que “ordem” e que “território” estão se construindo.

Gallo (2017) destaca o poder de ação de agentes sobre o território em sua totalidade, desde os agentes hegemônicos aos agentes com limitações temporal e, espacialmente, os não hegemônicos. Essa divisão ocorre pelo fato de como enxergar o território, sendo que, no

primeiro caso, as territorialidades são vistas como um processo de uso dos recursos dos territórios e, no segundo caso, estaria na concepção de convivência, moradia e suas estratégias de permanência no território.

Em vista das concepções envolvendo a relação do Estado, o desenvolvimento econômico e as multidimensionalidades do território, Schneider (2004) destaca a importância de se compreender o território, considerando a participação de múltiplos agentes, instituições e organizações sociais, em relação ao exercício de poder no seu uso no tempo do território vivido.

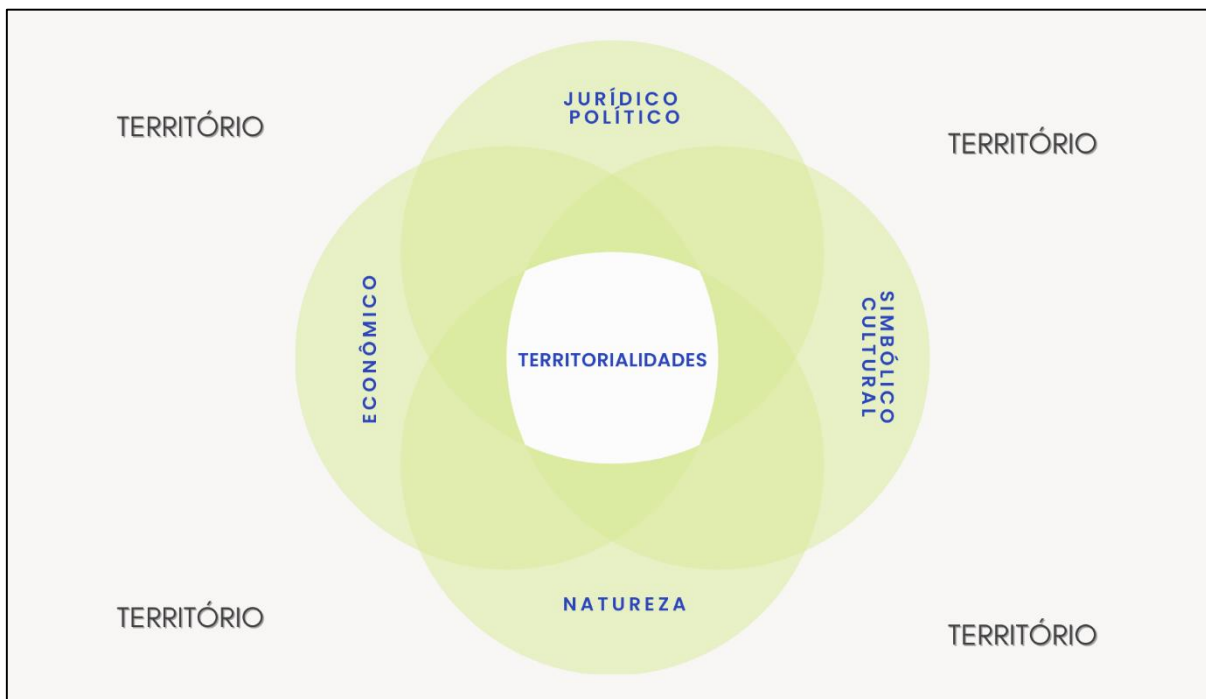
O surgimento do território está ligado à consciência das relações entre seus habitantes, nas suas participações nas dimensões territoriais existentes, em que Andrade (1994) demonstra que o território se constitui de algo que vai além de um controle que o Estado tem sobre determinado território, sendo que as territorialidades estão ligadas ao seu poder no âmbito local ou mesmo nacional no setor público ou privado.

Saquet (2003), entendendo o território em sua totalidade e no processo de análise de um movimento recíproco das dimensões descritas anteriormente por Raffestin (1993), Haesbaert (2007), faz a inclusão da dimensão natureza, pelo fato da ligação do ser humano no seu desenvolvimento do poder, apropriação e produção no território junto ao ambiente natural.

A abordagem relacionada e não separada das ligações dimensionais do território carregam o entendimento do ser humano com o meio ambiente e vista a partir de Pereira, Chagas e Bankuti (2019) como ações de atores sociais nos procedimentos de desenvolvimento territorial, enxergada a partir das dimensões economia-política-cultura-natureza descritas por Saquet e Briskievicz (2009), em que a influência de se enxergar a totalidade territorial, a vivência no espaço local para produção, política do território como uma forma de desenvolvimento territorial.

Pensar o território para a perspectiva do desenvolvimento territorial entre o rural e urbano como um organismo envolvendo os aspectos de composição das relações locais e o papel que as instituições exercem, Abramovay (1998) descreve que as configurações dos territórios podem oportunizar a geração de renda, trabalho, com políticas que enxerguem o que há de potencial na ligação campo/cidade para o desenvolvimento territorial interligado.

A seguir, a figura 03 ilustra a multidimensionalidade vista em Haesbaert (2007), sendo inserida a dimensão Natureza, em Saquet; Briskievicz (2009), no entendimento de que as relações envolvendo o território vão além dos atores sociais e institucionais, incluindo-se as relações ambientais. Logo, a compreensão de território está na agregação das dimensões dos autores anteriormente citados como modo de entendermos as relações dos atores sociais e institucionais no território.

Figura 3 – Multidimensionalidades do Território

Fonte: Baseado em Haesbaert (2007); Saquet; Briskievicz (2009).

As multidimensionalidades do território vista em Haesbaert (2007) e a inserção da dimensão natureza de Saquet e Briskievicz (2009), entende-se como um processo de relações no território como uma construção de sua identidade territorial. Ferreira (2014) descreve que o território em uma perspectiva funcional, remete-se a uma construção de pertencimento, experiências e identidade coletiva no território.

Briskievicz (2010) aborda a composição das dimensões intimamente ligadas às atividades diárias do território e como o processo de produção da identidade e organização do cotidiano. Pereira; Borgonhoni Chagas e Schiavi Bánkuti (2019) destacam que a partir do englobamento das dimensões economia-política-cultural-natureza somadas às determinações sociais são influências de apropriação do território e a produção social do território. A denominada multidimensionalidade referenciada anteriormente desperta caminhos para se enxergar o território e suas relações territoriais. No entanto, o olhar dado para estas relações se aproxima das ferramentas e dos instrumentos disponíveis para os atores na tomada de decisão e o desenvolvimento territorial a partir destas ações se difundem nos territórios rurais.

No agir a partir dos procedimentos de tomada de decisão dos atores envolvidos e na utilização dos recursos para o desenvolvimento territorial, o processo gerado caracteriza a chamada gestão territorial, em que a composição do território é elemento para esta ação (DALLABRIDA, 2007). Logo, ao se olhar as discussões teóricas envolvendo a temática

território e as dimensões apresentadas, as questões que surgem como norteadoras para esta pesquisa:

Desde ocupação, convívio, interações são categorizadas por uma multidimensionalidade que se interagem, produzindo as territorialidades no determinado território em uma perspectiva local como enxergadas nos Assentamentos rurais ligados pela BR 070 entre Cáceres e San Matias estudadas são problematizadas as questões norteadoras:

a) Como as ações dos atores sociais e institucionais têm realizado o desenvolvimento de território rural?

b) Quais características multidimensionais são encontradas no território rural e na inter-relação com as instituições?

Essa premissa está no sentido que haja algum tipo de organização jurídica, administrativa, produtiva, política nas relações de atores sociais, institucionais e que não se predominam instrumentos que olhem o todo territorial. Dentre as diversas dimensões que envolvem as questões norteadoras, ações, atividades, projetos, programas que interagem no cotidiano dos atores são elementos de aproximação do pesquisador como também, a capacidade evolutiva e/ou resiliência na permanência e desenvolvimento do território.

2.2 Gestão Territorial

O entendimento que envolve a teoria da gestão territorial e o como de sua aplicação está sendo parte da composição percorrida nas estratégias da pesquisa para a proposição de intervenção para a gestão territorial dos assentamentos do território estudado. No entanto, ao abordarmos dimensões, fatores, técnicas entre atores envolvidos, os termos gestão territorial, governança territorial e de gestão social emergiram na literatura, fazendo referência à gestão de territórios. Com isto, emergindo na revisão de literatura, são apresentados, nesta seção, estes termos no sentido de se compreender o uso conceitual realizado por diversos autores para a compreensão que envolve a gestão e as suas difusões já estudadas em territórios urbanos e rurais, como também a sua interligação.

Garcia-Ayllon e Miralles (2015) apresentam que, dentre parâmetros econômicos, sociais, e políticos que estão inter-relacionados no setor urbano necessitam atribuir decisões para o uso sustentável do território, oportunizando o planejamento de crescimento, estabelecimento de prioridades para o desenvolvimento do território desde a escala local até a regional nas tomadas de decisão das cidades e regiões. Ao pensarmos nesta mesma perspectiva para a região rural, é oportuno para a gestão territorial pensar, em seu contexto, a ligação entre o urbano e o rural

para o desenvolvimento territorial (ABRAMOVAY, 1998). Assim, ao falarmos de gestão territorial, teremos o entendimento de compreensão do território rural ligado ao território urbano.

O entendimento para a geração de uma gestão territorial permeia a colaboração organizacional para o conjunto de dimensões trabalhadas por Haesbaert (2007) e Saquer e Briskievicz (2009). No entanto, atenta-se para Vainer (2007) que nos expõe sobre o planejamento territorial, em que a formação para tal atividade deve ser realizada em contextos amplos, em que não haja ruptura entre dimensões culturais, políticas, econômicas, sociais e que não haja uma fragmentação territorial, como ocorrida nos anos 60, 70 e 80 no território brasileiro.

Em função do planejamento territorial brasileiro, a partir de iniciativas como Rio 92, instrumentos para gestão de territórios em âmbitos nacionais como o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) foram criados. De acordo com Ruffato-Ferreira et al. (2018) o ZEE é um instrumento que vem na tentativa de ordenamento territorial do território nacional brasileiro, na articulação dos interesses econômicos, ambientais, sociais e que advém de integrações de políticas públicas com atrelamento das esferas governamentais e a articulação da sociedade civil sobre a gestão do território, que são aspectos fundamentais para o uso deste instrumento como forma de conexão de atividades humanas e a natureza.

No caso do estudo aplicado próximo de área de fronteira internacional, Veiga (2016) descreve que há métodos participativos de gestão territorial em áreas de faixas de fronteiras que envolvem assentamentos de agricultura familiar enfatizando: controle, fiscalização de aspectos sanitários e produtivos. Coutinho et al. (2006) descrevem o envolvimento dos atores sociais e institucionais em questões políticas, jurídico-administrativas que compõem territórios fronteiriços para o desenvolvimento de controle produtivo agropecuário.

O uso de instrumento de gestão territorial vem para auxiliar o desenvolvimento de atividades planejadas, organizadas e direcionadas como meio de desenvolvimento territorial (PEREIRA, 2019). Tais funções são elementos de conexão envolvidos no Marco Nacional de Gestão Territorial como meio para o desenvolvimento territorial brasileiro (BRASIL, 2005).

No atendimento ao esforço do desenvolvimento territorial rural, em 2003, foi criada a Secretaria Nacional de Desenvolvimento Territorial (SDT), no extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com a função de formulação de objetivos, estratégias de desenvolvimento territorial para o Plano Plurianual de 2004-2007 na agricultura familiar (BRASIL, 2003).

As ações do Governo Federal para o desenvolvimento territorial, no propósito de se constituir-lo a partir de um instrumento de gestão nacional, foi gerado o Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais, no ano de 2005, que tem como direcionamento o desenvolvimento das dimensões econômicas, sociocultural, político-institucional, ambiental para a constituição do capital social do território, a sua gestão social, empoderamento e as suas institucionalidades no território brasileiro (BRASIL, 2005).

O entendimento a partir das formulações da política de desenvolvimento territorial visto em Brasil (2003, 2005, 2009) a um estudo no sudoeste goiano de territórios rurais por Lunas e Cardoso Junior (2018), em que desafios referentes ao envolvimento na gestão participativa, entre os atores sociais para a experiência da gestão social como a empregada ao conselho regional do território, são fatos que acontecem no desafiante processo para a integração do capital social. A Figura 04 ilustra a relação da gestão territorial por meio de instrumentos de gestão.

Figura 4 – Aspectos de instrumentos de gestão territorial



Fonte: Elaborado pelo autor baseando-se em Garcia-Ayllon; Miralles (2015); Ruffato-Ferreira et al (2018)

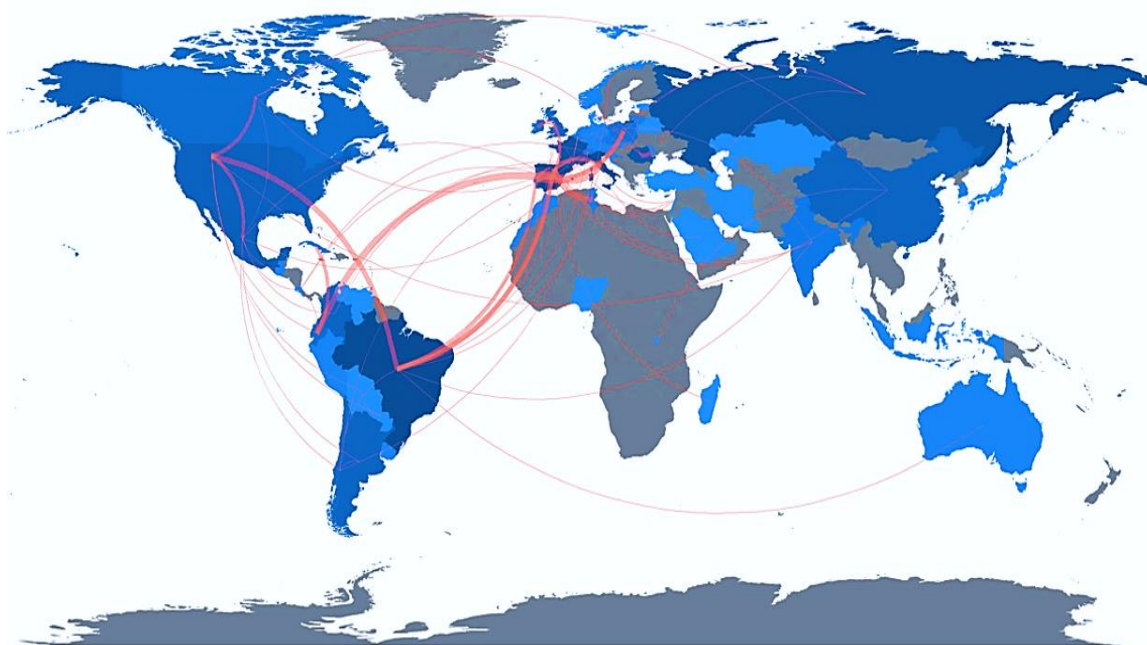
Como meios de desenvolvimento a partir de instrumentos de gestão territorial, Pereira et al (2011) destacam que o uso de componentes como produtivo, humano, institucional, natural do ZEE e as especificidades locais, a partir de um diagnóstico participativo, contribuem para a ilustração das potencialidades sociais e a relação da gestão pública e social nas ações de desenvolvimento territorial. No entanto, outros instrumentos de gestão estão inseridos no território brasileiro.

Além do ZEE como instrumento de gestão territorial, Favareto (2009) descreve que existem os instrumentos de gestão com enfoque territoriais divididas em políticas: nacionais com denominação territorial e enfoque setorial como programa território da cidadania; Programa de apoio aos territórios rurais; Programa de segurança alimentar e nutricional. As políticas estaduais de desenvolvimento territorial dando como exemplo o estado da Bahia com um plano plurianual territorializado. Como também os programas a seguir: Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT) – também conhecido como Programa Territórios Rurais de Identidade (PTRI) – e no Programa Territórios da Cidadania (PTC) são instrumentos de gestão territorial rural.

Na literatura internacional, a gestão territorial tem seus primeiros registros na década de 1960 em estudos desenvolvidos no continente europeu nas áreas de estudos da economia, demografia, ciências sociais, geografia, religião e *goverment law* pelos autores (REMY, 1967; LEBRUN, 1968; TRIOLAIRE, 1968; MONTANER, 1968; PERIGNON, 1969; ROSSANO, 1969; VIOT, 1969) SENDO AS OBRAS DE (D.B, 1969; RACINE, 1969). Na literatura internacional desde a década de 1960 o construto teórico vem se consolidando pelo mundo, conforme demonstrado pela Figura 05, pelas discussões sobre a aplicação da gestão territorial e seus instrumentos em áreas de costeiras, fronteiriças, territórios indígenas e territórios hidro sociais. Outro campo inserido com políticas públicas como instrumentos de desenvolvimento territorial é o turismo. Segundo Liñán e Solís (2021), os instrumentos de gestão territorial no setor do turismo expressam estratégias para o exercício da atividade econômica com características de organização coletiva local, conservação da biodiversidade e da cultura local.

Cordeiro Neto et al. (2019) destacam que questões coletivas envolvendo as dinâmicas territoriais estão ligadas em redes de articulação, em que a gestão de um território tende a ser constituída por estratégias para o desenvolvimento, a partir de ações democráticas, em que o Estado, instituições, atores locais e até mesmo extra locais são os componentes que implicam nas questões coletivas referentes à gestão territorial. As questões envolvendo os atores sociais na participação de planejamento, organização e execução podem estar contidas na ausência de um instrumento de gestão que compreenda a coletividade no âmbito local do território (LUNAS e CARDOSO JUNIOR, 2018). Promovendo a discussão internacional sobre a gestão territorial e as políticas públicas como instrumentos de gestão pelo mundo está a University of Bucharest - 24 publicações; Centre National de la Recherche Scientifique - 15 publicações; Consiglio Nazionale Ricerche - 12 publicações; Russian Academy of Science - 12 publicações; Universidad Nacional Autonoma de México - 09 publicações sendo essas publicações ilustradas a seguir.

Figura 5 – Publicações do construto teórico gestão territorial 1945-2020



Fonte: Elaborado pelo autor utilizando RStudio/Bibliometrix (2020).

No Brasil, as instituições que promovem a discussão sobre o construto teórico gestão territorial internacionalmente são Universidade de São Paulo – 8; Universidade do Estado do Rio de Janeiro – 7; Universidade Estadual Paulista – 7; Universidade Federal do Rio de Janeiro – 7; Universidade Federal Fluminense – 5. Tais instituições vêm consolidando as discussões de gestão territorial e seus instrumentos para a tomada de decisão. O uso do termo gestão territorial na literatura internacional são encontrados como “territory management”, que se concentra em publicações mais recentes e com o foco no conceito de território e “territorial management” com publicações desde a década de 1960 e se apresenta como aplicação da gestão em territórios por meios de políticas que vão do âmbito internacional ao local.

A concepção sobre o uso do termo gestão territorial alinha-se a Dallabrida, Birkner e Cogo (2013), que descrevem a gestão territorial como o procedimento que norteia para a tomada de decisão pelos atores institucionais, sociais e econômicos influenciadas ao uso do território.

Pereira (2019) promove a discussão de que a gestão do território como um procedimento de manejar a realidade, a partir de seus recursos ambientais, humanos no processo de planejamento na perspectiva de se olhar o passado para pensar o futuro, são elementos utilizados para o caminhar de gestão de território, mas que nem sempre se olha a totalidade territorial.

Rezende, Fraxe e Witkoski (2017) oferecem-nos um discernimento reflexivo abrangente a respeito da questão da gestão territorial, em que a amplitude dos procedimentos de

gerenciamento territorial no seu sentido mais extenso em atender a elementos como ambientais, sociais, culturais, políticos e econômicos, transcendem a função de gestão e emerge a governança territorial como articuladora de elementos para tomada de decisão entre os atores.

Em um aprofundamento entre a participação dos atores sociais, institucionais no processo de gestão territorial, Pires (2016) destaca a concepção de governança territorial em três esferas chaves: a governança política, a governança econômica e a governança administrativa. Sendo que a fusão dessas esferas resulta na governança territorial como a capacidade de articulação do território para a resolução de problemas e o alinhamento do desenvolvimento territorial com a sociedade civil, entidades públicas e também o setor privado.

A concepção de governança territorial correlaciona à capacidade processual de coordenação de instituições públicas e privadas, grupos sociais, em detrimento a objetivos comuns definidos coletivamente (DALLABRIDA, 2015).

Cançado, Tavares e Dallabrida (2013) destacam sobre a governança territorial como a formação de redes onde os atores sociais convivem em contextos específicos e a prática da comunicação com a gestão social como forma democrática de interação do território, atores sociais e institucionais, em que proporcionem um processo de tomada de decisão.

A criação de mecanismos de gestão do território tende a levar em consideração parâmetros formais, informais e os fatores inerentes ao território em condicionamento de suas dimensões, representatividade dos colegiados, conselhos (BRASIL, 2005).

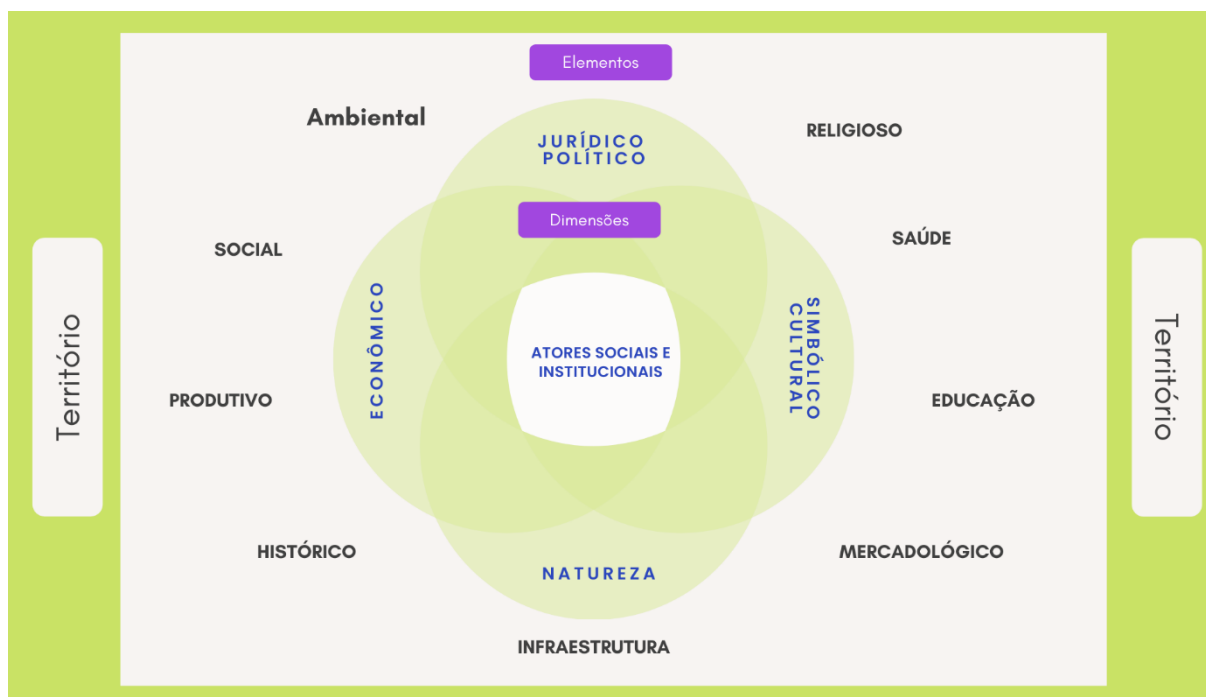
Havendo o movimento de institucionalização para a formulação de estratégias no envolvimento dos aspectos jurídicos-administrativos, culturais, sociais, econômicos, políticos para contemplar as potencialidades do território como um todo e fortalecer a capacidade de interação entre as dimensões para se fomentar o desenvolvimento territorial (BRASIL, 2009). Na capacidade de interação entre as dimensões, descrevem-se parâmetros de implementação, integração de políticas públicas para o desenvolvimento territorial, a partir de uma prática de gestão condizente com os aspectos do território (BRASIL, 2003).

A utilização da governança territorial como mecanismo de se articular o desenvolvimento de território rural, é visto por Zimmermann et al. (2014) que, desde as políticas de 2003 no território brasileiro, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Territorial, foram desenvolvidas políticas públicas que envolvem o protagonismo social, o desenvolvimento dos territórios rurais e, acima de tudo, o combate à fome e à superação da pobreza.

A exposição do desenvolvimento rural, a partir de uma abordagem territorial, tende a ser vista por sua multidimensionalidade a partir do planejamento e gestão do território rural, em comunhão entre instituições e a participação social na alocação de experiências, nas diversas

dimensões encontradas no território (SCHNEIDER, 2010). A Figura 06 ilustra, a partir da literatura revisada, a composição da gestão territorial em suas relações de atores, dimensões e elementos/áreas que os instrumentos de gestão se inserem nos territórios.

Figura 6 – Composição relacional da gestão territorial



Fonte: Baseado em Brasil (2003); (2005); Rezende; Fraxe e Witkoski (2017).

Inerente aos territórios, os elementos que compõem a Figura 6 podem ser encontrados nos territórios rurais em diversas formas como pelas multiculturas envolvendo fatores históricos, religiosos, social interligados entre dimensões, como visto em Zambrano (2010), o relacionamento da dimensão cultural e a jurídico-político, como forma de concretização da preservação da diversidade cultural em vários campos, entre eles étnicos, patrimoniais, institucionais.

Saquet e Briskievicz (2009) destacam que dentre as dimensões que compõem os territórios, a presença de elementos simbólicos, representativos e espaciais que constroem a identidade territorial. A relação multidimensional do território com ações territoriais que se derivam as territorialidades vistas em Raffestin (1993), é enxergada como o caminho de proposição de um instrumento de gestão territorial a partir do local.

A utilização de instrumentos de gestão territorial nos territórios rurais, em sua execução, tem a complexidade de atendimento das necessidades territoriais que as compõem. Nesta perspectiva, o caso da agricultura familiar como uma categoria social no território brasileiro

desenvolveu em sucessivas pressões multilaterais de instituições ligadas a esta categoria e um novo olhar para os instrumentos de gestão utilizados para o desenvolvimento territorial (HESPANHOL, 2010).

No desenvolvimento do referencial teórico desta tese, observou-se que o conceito de gestão territorial vem sendo aplicado a diversos temas de estudos e processos administrativos. Essa tese buscou evidenciar processos administrativos como vistos em Vainer (2009), com planejamento territorial; Pereira (2019), com a organização; Dallabrida; Birkner e Cogo (2013), com a tomada de decisão para o desenvolvimento territorial utilizando recursos específicos territoriais, também visto em Berriet-Sollic e Déprés (2007), quando aplicados a ferramentas de gestão territorial. Visto ainda em Ruffato-Ferreira et. al., (2018); Neto et al. (2019), como meio integrador dos processos administrativos e os recursos territoriais.

Para a compreensão da crescente literatura sobre o conceito de gestão territorial e agricultura familiar, objeto teórico da tese, foram realizadas buscas na base da Web Of Science durante o período de maio a junho de 2020. Foram encontrados, utilizando o descritor chave “*Territorial management*”, cerca de 400 resultados e 173 de acesso aberto. Ao se avaliar a quantidade de trabalhos não representando o objeto da pesquisa, inseriu-se o descritor “family farming”, por ser termo mais utilizado nos abstracts (resumos) e Key words (palavras-chave) encontrados na literatura brasileira.

Foram pesquisadas dentro da base de dados da *Web of Science* a opção de “todas as bases de dados”, em que se incluem as bases: Principal coleção do Web of Science; Derwent Innovations Index (patentes); KCI - Base de dados de periódicos coreanos; Russian Science Citation Index; SciELO Citation Index. O filtro utilizado, de início, foi o de tópico, o qual se pode pesquisar por título, resumo e palavras-chave. Foram encontrados 33 trabalhos publicados em 5 idiomas em 25 (vinte e cinco) países diferentes entre os anos de 1945 a 2020. 22 trabalhos de acesso livre na base de dados da Web Of Science e 7 foram encontrados em outra base. Desses, 04 trabalhos foram excluídos por não ter tido acesso e 19 trabalhos excluídos pelo fato de não ter o foco no conceito de território ou gestão territorial. No Quadro 2 – Descrevem os trabalhos encontrados na base de dados da *Web Of Science* e sua aplicação da gestão nos territórios.

Quadro 2 – Características dos trabalhos na Web of Science

Título	Autor's	Aplicação da gestão
Economía social y solidaria y agroecología en cooperativas de agricultura familiar en Brasil como	Nascimento; Calle-Collado e Benito (2020)	Gestão sustentável dos recursos naturais/Gestão da biodiversidade.

forma de desarrollo de una agricultura sostenible		
Pertinencia del enfoque territorial para abordar las interacciones entre sistemas territoriales de agricultura familiar, agrobiodiversidad y cambio climático	Samper (2019)	Gestão social/participação de atores e instituições no território para novos sistemas de produção.
Typology and distribution of small farms in Europe: Towards a better picture	Guiomar et al. (2018)	Plano de desenvolvimento rural para com a gestão de recursos naturais, desenvolvimento territorial e produção sustentável de alimentos.
The Common Agricultural Policy of the European Union – the present and the future Non-EU Member States point of view	Wigier et al. (2018)	Programa de desenvolvimento rural visto por especificidades territoriais/países: Plano diretor urbano/rural; ferramentas de gestão: risco, financeira, produção.
Mapeo de la agricultura urbana y periurbana en el área metropolitana Santa Rosa-Toay: aproximaciones metodológicas para la lectura territorial	Ermini; Delprino e Giobellina (2017)	Planejamento e gestão para com o uso do território inserindo tecnologias da informação.
Avaliação dos Critérios de Elegibilidade do Programa Territórios da Cidadania	Andrade; Strauch e Ferreira (2016)	Programa territórios da cidadania enfatizando a função administrativa de <i>avaliação</i> de políticas públicas.
Políticas públicas y ganadería familiar en Uruguay: los desafíos ambientales y de ordenamiento territorial	Sabourin et al. (2015)	Gestão de recursos naturais e desenvolvimento de planos: de gestão, produção, infraestrutura.
Dinamização Econômica e Agricultura Familiar: limites e desafios do apoio a Projetos de Infraestrutura (Proinf) em territórios rurais do Nordeste	Nunes et al. (2015)	Avaliação e monitoramento de políticas públicas para gestão territorial atendidos pelo PROINF.
Gestão social do desenvolvimento: o desafio da articulação de atores sociais no Programa Territórios da Cidadania Norte-RJ	Zani e Tenório (2014)	Avaliação, implementação e participação de atores sociais e institucionais na tomada de decisão territorial.
SEA making inroads in land-use planning in Brazil: The case of the Extreme South of Bahia with forestry and biofuels	Oberling; La Rovere e Oliveira-Silva (2013)	Planejamento da dimensão territorial para o uso do solo.

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Estudos que envolvem a dinâmica entre a participação social no processo de tomada de decisão em territórios de agricultura familiar, são apresentados a partir da gestão coletiva, Abramovay; Magalhães; Schroder (2010); gestão social, Samper (2019); gestão de recursos naturais Sabourin et al. (2015); Guiomar et al. (2018); Nascimento; Calle-Collado e Benito (2020), que se insere nos territórios por meios de instrumentos de gestão. Os instrumentos de gestão territorial inseridos nos territórios rurais e de agricultura familiar são encontrados na literatura por meio dos planos, programas de desenvolvimento rural Andrade; Strauch e Ferreira (2016); Guiomar et al. (2018); Wigier et al. (2018), que por meios dos processos e funções administrativas são implementados para a tomada de decisão territorial (ZANI e TENÓRIO, 2014).

No entanto, entre os processos administrativos encontrados na literatura, estão os de planejamento territorial, defendidos por Vainer (2009); Oberling; La Rovere e Oliveira-Silva (2013); Sabourin et al. (2015); Ermini; Delprino e Giobellina (2017). Por outro lado, os estudos sobre o processo de controle por meio da avaliação e monitoramento dos resultados dos planos e programas inseridos no território, são estudados por Zani e Tenório (2014); Nunes et al. (2015); Andrade; Strauch e Ferreira (2016), que defendem a implementação de novos objetivos e metas para o território.

Analisando a literatura sobre a gestão territorial inserida em territórios rurais e de agricultura familiar, entendemos que a gestão territorial é a estrutura prescritiva elaborada por meio dos atores sociais, atores institucionais públicos e privados para o planejamento, organização, direção e controle de projetos, planos e programas para o desenvolvimento do território rural. Logo, é refletido que um instrumento de gestão territorial, envolvendo atores sociais e institucionais, tem direcionamento de realizar desenvolvimento do território, a partir de meios produtivos “como ‘combustível’ principal para o uso efetivo das capacidades, competências e habilidades dos atores locais e a sua identidade social e histórica com o território” (MORAES, 2018, p.244). No contexto de nortear a pesquisa, a partir da gestão territorial descrita anteriormente, as questões que emergem sobre o assunto são: c) quais instrumentos de gestão territorial são utilizados no território estudado? d) como os atores sociais e institucionais dialogam para efetivação de ações de governança territorial e gestão social no território?

A compreensão sobre o uso do termo gestão territorial alinha-se à concatenação de recursos tangíveis e intangíveis agrupados, sob a participação na construção de planos, projetos, políticas Rebelo (2017), em direcionamento ao processo de tomada de decisão visto em Trouvé; Berriet-Sollic e Déprés (2007), entre a sociedade civil organizada, setor público e privado

sobre as territorialidades das relações sociais, políticas e econômicas no território. Juknelienė; Valčiukienė e Atkocevičienė (2017) descreve a relação mútua de documentos como planos e leis para com um planejamento territorial resulta em um ordenamento territorial advindos destes documentos proporcionando um desenvolvimento sustentável.

É visto no envolvimento desta pesquisa a necessidade de compreensão da amplitude e efetividade das ações desenvolvidas na gestão territorial, no que tange ao planejamento territorial, direcionamento, organização e controle estudados por Juknelienė; Valčiukienė e Atkocevičienė (2017); Rebelo (2017), sobre ordenamento territorial na Europa. No entanto, as relações que envolvem a gestão territorial a partir de áreas rurais e suas relações territoriais, são aspectos que se conectam desde as articulações comerciais, institucionais, até resiliência, experiência dos atores no campo. Sendo oportuno, neste estudo, o olhar para relações com a gestão territorial, observando erros e acertos já vistos no território brasileiro, de acordo com Vainer (2007) e como também no caso europeu.

2.3 Gestão social

A gestão social tem um papel histórico-transformador na sociedade brasileira por se inserir em espaços que estrategicamente não são vistos como prioritários pelas gestões governamentais e seu surgimento é dado como uma movimentação social e institucional. Tenório (2006) descreve que a partir de um evento na Dinamarca em 1991 foram propostos a inserção da formação sobre gestão social, via instituições de ensino que possuíam cursos de administração, desde a formação, capacitação de lideranças comunitárias, gerentes e técnicos para atuarem em parceria com a administração pública.

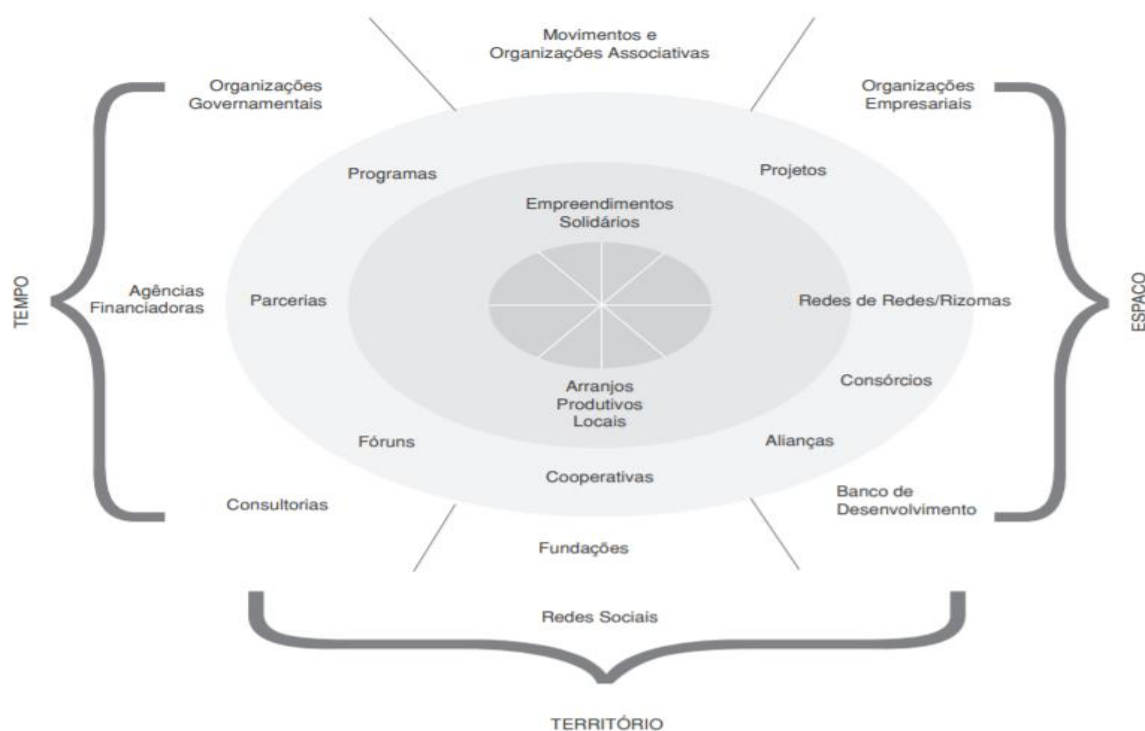
Paula (2005) descreve que a presença da gestão social brasileira tem em sua constituição a presença de movimentos sociais, movimentos sindicais para a formação de lideranças sociais e o rompimento de uma administração pública gerencial para uma gestão societal. A autora traz que dentro dos modelos gerencial e societal da administração pública brasileira, a participação popular por meio dos movimentos coletivos de bases eclesiais, sindicais e sociais fomentaram o debate dentro das instituições públicas para a criação de agenda e a participação popular.

No desenvolvimento de ações em que se relacionam a sociedade-Estado, a gestão social se apresenta como uma forma de gestão que os atores sociais participam dos processos inerentes a gestão. Como meio de participação, Tenório (1998) apresenta a gestão social como uma alternativa de gestão para que indivíduos da sociedade possam participar desde a identificação, planejamento, solução e acompanhamento de problemas sociais.

A participação popular por meio dos movimentos sociais na gestão pública brasileira deu-se por articulações e mobilizações políticas de enfrentamento ao modelo de gestão gerencialista. Ghon (2000) reforça que, em vários setores sociais, os movimentos populares mostraram-se promotores de mudanças tanto no campo como nas cidades a partir dos movimentos sociais urbanos e rurais iniciando a quebra da lógica gerencialista da gestão pública. A criação de espaços é a proposição de análises sociais a partir de um modelo multidimensional (econômico, cultural, social, territorial) se contrapondo ao modelo unidimensional (TENORIO 1998; 2006).

Com um olhar multidimensional e territorial, Fischer (2012) propõe a partir da relação de interorganizações a inter-relação do Estado com as organizações governamentais, a sociedade civil organizada como os Movimentos e organizações associativas e o mercado com as organizações empresariais, como exposto na figura 7.

Figura 7 – A interorganização para o desenvolvimento territorial proposta por Fischer



Fonte: Fischer (2012)

Segundo Fischer (2012), as relações no território são geradas por movimentos e organizações civis associadas que promovem na participação social no segundo nível da figura de projetos, parcerias, programas para o local, o território. Em relação ao espaço e ao tempo, organizações empresariais e organizações governamentais no primeiro nível da figura configura a relação Mercado e Estado no cotidiano na sociedade. Moura (2018), olhando para a relação do território e gestão social vista em Fischer (2012), destaca que no campo de práticas e o relacionamento de conhecimento sobre gestão, a liderança compartilhada e a solidariedade são

possibilidades de exercício da participação como meio de se fazer a gestão social. Como meios de afirmação da participação social e a democratização da gestão pública, Oliveira, Pereira e Oliveira (2010) relatam que os conselhos são meios que podem vir a contribuir com a democratização na gestão pública por meio da condução coletiva de políticas públicas, intercâmbio entre poder local (gestão municipal) e a população.

A organização da sociedade civil é vista em Fischer et al (2006) como agente de transformações de múltiplas escalas, compondo articulações interorganizacionais e agindo na prestação de contas para a sociedade, avaliação e reestabelecimento de estratégias processuais adequadas às estratégias das organizações civis.

No contexto brasileiro e na relação dos casos estudados nesta tese, na agricultura familiar, nos movimentos sociais, sindicais e eclesiais fomentaram o processo de reforma agrária brasileira (MARTINS, 1999). Diferente dos paradigmas da produção em massa, pacote tecnológico e a difusão da monoprodução em grande escala.

2.4 Agricultura familiar

O movimento do Estado no processo de organização institucional no território brasileiro, realizou a criação de políticas públicas para a agricultura familiar, dentre as políticas está o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) na abertura e acesso do crédito rural, como também a política nacional da agricultura familiar, a Lei 11.326/2006. Para além da contribuição agropecuária, a agricultura familiar desenvolve ações inerentes à segurança alimentar (FAO, 2014). Contudo, as relações envolvendo a agricultura familiar no território nacional são destacadas pela gradativa mudança das políticas públicas em seus aspectos de interfaces envolvendo: agrícola e agrário; assistenciais e sociais; e como a construção de mercados (GRISA; SCHINEIDER, 2014).

Enquanto política nacional, a agricultura familiar se estabelece regida pela Lei 11.326/2006, que caracteriza quem poderá se enquadrar como grupos, estabelecimentos familiares abrangidos por esta categoria no território brasileiro. A partir do enquadramento da política nacional, o censo agropecuário de 2006, a agricultura familiar representava 4,4 milhões de estabelecimentos agrícolas no território brasileiro. Após uma década sem realização do Censo agropecuário, em 2017, foi realizado e o número de estabelecimentos familiares subiram para 5.073.34 (IBGE, 2019).

Existe uma vasta literatura sobre o tema da agricultura familiar brasileira. Autores e autoras se debruçaram sobre a temática, desenvolvendo produções que envolvem a criação da

categoria agricultura familiar no território brasileiro e o seu surgimento nas pesquisas do IBGE encontradas em Abramovay (1998); Wanderley (2000;2014); Rubelo (2004); Navarro (2010); Mattei (2014); Rambo; Tarsitano e Laforga (2016), outras produções em relação aos movimentos sociais do campo, sindicatos, governos que contribuíram para consolidar a agricultura familiar como uma categoria social e propor políticas públicas INCRA/FAO, 2000; Bonnal; Maluf (2009); França; Del Grossi; Marques, 2010; Peraci e Bittencourt (2010); Delgado e Grisa (2014); Schneider e Cassol, 2014; Picolotto, 2014, outras na aplicação das políticas públicas e seus resultados no território brasileiro Schneider (2003); Grisa; Schneider (2014); Brito (2017); Ribeiro e Silva (2018); Faria e Duenhas (2019); Sabourin (2017).

As produções citadas anteriormente são discutidas de várias lentes epistemológicas e campos de aplicação diversos, porém, em comum está o protagonismo da agricultura familiar como uma categoria social, cultural, política, ambiental e não apenas como uma categoria de produção de alimentos, que povoou os biomas brasileiros pela política de ocupação de vazios demográficos dos anos de 1970 (SILVA e RIBEIRO, 2010; IRIGARAY et al, 2013).

Realizando o estudo sobre a categoria agricultura familiar, no cenário brasileiro, a apresentação de contextos socioeconômicos no território rural, instituições e programas sociais emergem dentre os anos de 1990 a 2009. Esse recorte temporal apresenta-se pela presença da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) que, na década de 90, fez pressão pelo espaço da categoria agricultor familiar no cenário brasileiro, inserindo-se em instituições e programas para o seu desenvolvimento (NAVARRO, 2010; SCHNEIDER e CASSOL, 2014; PICOLOTTO, 2014).

Grisa e Schneider (2014) destacam que no território brasileiro, a agricultura familiar e suas políticas públicas como meio de desenvolvimento ocorreu em uma gradativa mudança no cenário entre o agrícola e agrário; assistenciais e sociais; construção de mercados. A ascensão da categoria denominada agricultura familiar e, com a proposta da política pública do Pronaf, fez ascender o protagonismo das relações sociais locais no campo e o espaço, meio rural reivindicado pelos movimentos sociais, institucionais do campo “é a revalorização do meio rural como lugar de trabalho e de vida” (WANDERLEY, 2000, p.36).

No entanto, a agricultura familiar, emergindo como uma categoria social no território brasileiro, obteve a sua primeira política pública, a partir do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que contou com pressões dos movimentos sociais e sindicais rurais, com a proposta de fornecer créditos rurais para esta demanda advinda do campo (SCHNEIDER, 2003).

Entre os anos de 1996 a 1999 foi realizada uma parceria entre o INCRA e a FAO em estudos referentes à agricultura familiar brasileira, vinculada ao Projeto de cooperação Técnica INCRA/FAO, destacando que agricultores familiares trabalham produção diversificada; com a tomada de decisão interna; a gestão do trabalho é realizada predominantemente pela família; atividades assalariadas são complementares (INCRA/FAO, 2000).

Wanderley (2014) destaca que a agricultura familiar, juntamente com movimentos sociais e instituições, devem se manter firmes na preservação de direitos, no combate à pobreza no campo, nas relações de produção e consumo, onde que, por meio desta categoria, produção de alimentos, trabalho, são produzidos no território brasileiro.

As múltiplas funções que a categoria agricultura familiar exerce, a partir do trabalho no campo, suas histórias de luta nas estratégias de resistências nos territórios rurais, é o seu protagonismo nas dimensões econômica, ambiental, social e advinda da capacidade produtiva no território brasileiro (RAMBO; TARSITANO e LAFORGA, 2016).

Bonnal e Maluf (2009) destacam que a multifuncionalidade da agricultura familiar, por meio de programas, projetos como políticas públicas planejadas e descritas no plano plurianual de 2004-2007, objetivou em várias frentes de ações interligar gestão, infraestrutura, governança territorial nas ações de desenvolvimento da categoria que, neste plano, foi institucionalizada na lei da agricultura familiar (BRASIL, 2006).

Peraci e Bittencourt (2010) salientam que fóruns, congressos de discussão sobre a categoria agricultura familiar fomentou a definição de princípios, conceitos e as diretrizes instrumentais para a construção de políticas públicas que, neste percurso, são pensados os objetivos e diretrizes da lei nº 11.326/2006, conhecida como lei da agricultura familiar.

No território brasileiro, o termo a agricultura familiar definida pela política nacional da agricultura familiar e de empreendimento rurais de 2006, que, dos Artigos 1º ao 3º descrevem as diretrizes para formulação de políticas, gestão e execução e a categorização do agricultor familiar e suas características expressas da seguinte forma.

Art. 1º Esta Lei estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Art. 2º A formulação, gestão e execução da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais serão articuladas, em todas as fases de sua formulação e implementação, com a política agrícola, na forma da lei, e com as políticas voltadas para a reforma agrária. Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades

econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011). IV - Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

A agricultura familiar que, conhecidamente tratada na literatura e advinda de Brasil (2006) como referência à política nacional desta categoria, já teve inúmeras formas de denominação, como pequeno produtor, arrendatário, colonos, parceiros que ficavam à margem do modelo agropecuário das grandes propriedades brasileiras (PICOLOTTO, 2014).

Esta categoria é apresentada no censo agropecuário de 2006, lançado em 2009, caracterizada a partir da política nacional, onde ocorreu a separação de universos de dados em dois grupos, os familiares e os não familiares sendo um marco histórico da consolidação da agricultura familiar nas instituições de pesquisa brasileira (NAVARRO, 2010; FRANÇA; DEL GROSSI; MARQUES, 2010).

Na difusão de políticas públicas inseridas no contexto da agricultura familiar como forma de incentivar novos meios e consolidar os existentes na perspectiva em produzir, processar e comercializar. Brito (2017) relata que, durante os anos de 2003 a 2010, a (re) formulação de políticas públicas como instrumento de desenvolvimento do território rural foi implantada. No quadro 03 apresenta-se uma linha do tempo destas políticas, apresentando aspectos destas políticas em uma ordem cronológica.

Quadro 3 - Políticas Públicas da Agricultura Familiar

Política	Aspectos Gerais	Ano
Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	Compras de produtos advindos da agricultura familiar.	2003
Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT)	Direcionamento de elaboração de projetos territoriais.	2004
Programa Territórios da Cidadania (PTC)	Inserir, concentrar e incrementar ações em territórios.	2004
Programa de Garantia Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF)	Amortização de preços de parcelas como bônus no PRONAF	2006
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	Acesso à alimentação escolar de pôr bases nutricionais saudáveis.	2009
Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (Pronater)	Aplicação metodologias de extensão rural e assistência técnica.	2010

Baseado em Brito (2017); Ribeiro e Silva (2018); Faria e Duenhas (2019).

Advindas ao encontro da política de crédito do Pronaf para a agricultura familiar na década de 90, outras políticas públicas de inserção ao mercado, assistência e extensão rural inseriram no contexto brasileiro de desenvolvimento rural. Faria e Duenhas (2019) destacam que, neste contexto, o Plano Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) fora criado para a inserção de ferramentas teóricas e práticas para o desenvolvimento do território rural, juntamente com o agricultor.

A difusão de técnicas, metodologias, inovação na agropecuária fora pensada e inserida para atendimento da agricultura familiar como um setor do agronegócio brasileiro com a criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater) e, posteriormente, nos estados as Empresas Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), realizando as atividades de Assistências Técnica e Extensão Rural (Ater) (CASTRO, 2015; ROCHA JUNIOR et al., 2019).

Na apresentação da nova categoria, a agricultura familiar fora identificada a predominância de unidades familiares no território brasileiro e como também a responsável pela presença maciça na produção de alimentos consumidos nos mercados locais ou domésticos (IBGE, 2009; DEL GROSSI e MARQUES, 2010). Dentre as experiências de produção de alimentos na agricultura familiar, Moraes (2015) apresenta os Sistemas Agroalimentares Locais – SIAL como mecanismos de desenvolvimento de territórios rurais, envolvendo os trabalhadores nas estratégias de aglomerações produtivas.

Menasche et al. (2008) destacam que as estratégias de produção de alimentos vista na agricultura familiar estão ligadas à produção vegetal e a pequenos animais para o autoconsumo, utilizando desde técnicas tradicionais, como também técnicas novas. A agricultura familiar desempenha as suas atividades com flexibilidade e com adaptação, no que tange as diversas atividades exercidas na produção no meio rural (MATTEI, 2014).

O fortalecimento da produção de alimentos, advindo das linhas de crédito do Pronaf, possibilitou uma melhor distribuição de recursos financeiros para a produção de alimentos no território brasileiro (TROIAM e MACHADO, 2020). Como primeiro passo, o fortalecimento da agricultura familiar nos territórios brasileiros, o segundo é visto como a produção agroalimentar, na construção de mercados, a partir da valorização do produto denominado artesanal, como também as estratégias de criação de clusters ou aglomerações na aproximação da produção e consumo dos produtos, oriundos do sistema agroalimentar englobado pela categoria no território (MALUF, 2004).

Ribeiro e Silva (2018) descrevem que, com o fortalecimento das técnicas produtivas e a pluriatividade da agricultura familiar, estratégias institucionais e comerciais foram criadas para inserção da produção do meio rural. Esses programas são o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que têm por objetivo a inserção da alimentação escolar com questões envolvendo ações nutricionais e de criação de hábitos saudáveis de alimentação (BRASIL, 2003,2009,2013). Dentre a capacidade de produção de alimentos na agricultura familiar, Oliveira e Leite (2009) descrevem que, nesta categoria, existe a diversificação de sistemas de produção da chamada policultura, oriunda do trabalho local e do uso dos recursos naturais.

A produção agroalimentar e suas aberturas de mercados estão ligados às aglomerações e sistemas agroalimentares locais que, enfatizado por Wilkinson (2003), tendem a ter vantagens aqueles territórios que apresentem os seus ativos intangíveis relativos às experiências, técnicas e ações coletivas compartilhadas nos sistemas e aglomerações produtivas. No território brasileiro, o Sul do país apresentou maior concentração de unidades produtivas familiares e uso das políticas de créditos de desenvolvimento produtivo na agricultura familiar como sistemas agroalimentares locais (BRASIL, 2009; SILVA, CASTRO e PEREIRA, 2019). Como se observa na Figura 9.

Figura 8 – Instrumentos da agricultura familiar como meio de desenvolvimento territorial



Fonte: Baseado em Castro, 2015; Brito (2017); Faria e Duenhas (2019).

Em aspectos aplicados a territórios de agricultura familiar como os assentamentos rurais, a concepção é compreender, dentro da gestão do território, as relações de interconexão entre os agricultores. Para tanto, Silva (2005) destaca que para ajudar agricultores de pequenas escalas a superar o composto de resoluções, leis que podem vir a restringir a entrada em mercados locais, estaduais ou nacionais pela exigência de qualidade, vínculos com a segurança alimentar ou até mesmo a rastreabilidade do produto, são promovidas na agricultura, realizadas por

contratos, a composição de organização de agricultores para relações produtivas, comerciais e parcerias.

A complexidade das relações contratuais no mercado agroalimentar vem sendo superadas por relações integrativas de quem produz e quem consome. Neste sentido, Schneider; Ferrari (2015) descrevem as chamadas cadeias agroalimentares curtas como uma proposta de mercado, em que o produtor e consumidor consistem no mecanismo de consolidação do processo. Com a necessidade de comercialização dos alimentos produzidos nos territórios de agricultura familiar, contexto este que ligam interesses comuns entre agricultores, o associativismo e o cooperativismo são formas de organizações sociais presentes no atendimento de tais necessidades coletivas. No entanto, o cooperativismo como forma de organização produtiva na agropecuária brasileira tem se manifestado também nas cadeias agroalimentares longas e complexas como meio de desenvolvimento do agronegócio cooperativo.

O agronegócio cooperativo é um formato organizacional envolvendo o cooperativismo e o agronegócio. Dentre as nomenclaturas encontradas na literatura são utilizados: cooperativa agroindustrial; cooperativas agropecuárias; Empreendimento agroindustrial que são objetos de estudos de diversos autores como Nassar e Zylbersztajn (2004); Machado Filho, Marino e Conejero (2004); Perressim e Batalha (2018), que exploram o entendimento sobre as relações contratuais entre cooperados e mercado, coordenação, governança nas cooperativas.

Machado Filho, Marino e Conejero (2004) destacam a visão de longo prazo das cooperativas agropecuárias por eixos estratégicos (governança, marketing, financeiro, produção) para o desenvolvimento no agronegócio brasileiro.

Nassar e Zylbersztajn (2004) destacam uma visão de cooperativas através das ações coletivas de Olson (1971) - com atribuição de valor ao bem coletivo (cooperativa; estratégias).

Para Gimenes e Gimenes (2007) as cooperativas agropecuárias desenvolveram no agronegócio a difusão de tecnologias, viabilização de infraestruturas nas cadeias produtivas e consequentemente o desenvolvimento rural brasileiro.

Mori, Batalha e Alves Filho (2009), dentro da perspectiva agroindustrial são formadas a partir da competitividade e a cooperação novas formas de relações como as redes, alianças estratégicas entre agentes, que, produzir maior quantidade de produtos ou serviços com qualidade e custo-benefício, são alguns dos maiores desafios internos das cooperativas agroindustriais (PERRESSIM; BATALHA, 2018).

Envolvido na cadeia produtiva do agronegócio incorporando as relações de associativismo e cooperativismo, os chamados condomínios rurais são formas de organização de agricultores que se juntam para desenvolvimento de suas atividades agrícolas. Os

condomínios rurais são formas de organização em que agricultores vizinhos se organizam para enfrentamento de dificuldades envolvendo operações na produção, distribuição, armazenagem e a comercialização (FILIPPI; GUARNIERI, 2019; FILIPPI, GUARNIERI e CUNHA, 2019).

Kiyota, Perondi e Vieira (2012) descrevem os condomínios rurais como mecanismos de viabilização de produção em escala, amplitude para barganhar preços, menores custos de instalações estruturais e o processo de otimização do tempo e da força de trabalho das famílias de agricultores que se organizavam como condomínio rural. No entanto, as formas de empreendimentos cooperativos no agronegócio já descritos trazem junto ao elemento da cooperação, a competitividade no mercado.

Em uma outra perspectiva em que a competitividade não é o fator central, mas sim a relação local e de pessoalidade entre agricultor e consumidor, existem as organizações associativas nos territórios rurais de agricultura familiar com características de: representação social, política, na forma jurídica de uma associação, que, Sangalli et al., (2015) acrescentam que o associativismo possa ser um mecanismo que favoreça a permanência dos agricultores nos territórios rurais por contribuir para melhor se relacionar com o mercado.

A partir da necessidade de crescimento após a crise econômica de 1929, o poder público nacional adotou estratégias para a produção de alimentos no território brasileiro, que, Eid e Chiarello (2009) destacam as iniciativas de cooperativas populares que adquire forma jurídica de uma cooperativa e a tomada de decisão a partir da autogestão.

As cooperativas populares ou também encontradas como Empreendimentos solidários cooperados, Empreendimentos Econômicos Solidários, são organizações descritas por Silva; Barbosa e Albuquerque (2012) com propósitos de mobilização social e política, formativa em espaços não formais de educação tradicional, obtendo o status de alternativa ao mecanismo de competitividade predatória de territórios, tanto urbanos como rurais.

O alinhamento de trabalho de cooperativa populares vão ao encontro de iniciativas de políticas públicas de acesso a mercados governamentais, mercados locais e no setor rural, a perspectiva de transição de práticas de trabalho predatórias tanto para o trabalhador quanto para o ambiente natural (ALTIERI, 2004; 2012). Tais práticas relacionam-se com o trabalho associado a objetivos comuns de construção de renda e a mudança no processo produtivo como na transição agroecológica ou mesmo nos empreendimentos já consolidados com a agroecologia e a produção de alimentos orgânicos.

A presença de movimentos sociais do campo, sindicatos e organizações públicas de ensino, pesquisa e extensão são característicos de vínculos com as cooperativas populares no trabalho de articulação, mobilização dos trabalhadores cooperados ou associados na

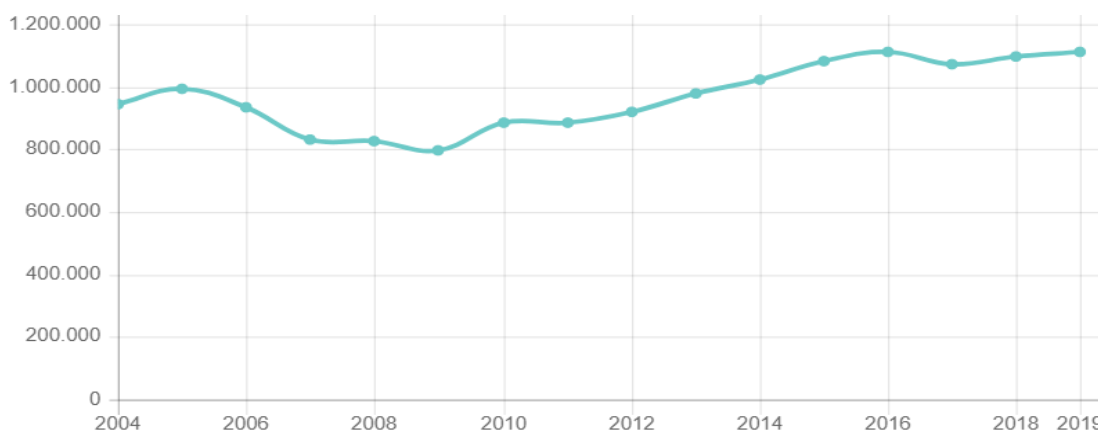
constituição das cooperativas, auxílio na formação técnica produtiva e também na construção de canais de comercialização como feiras livres, mercados governamentais PAA/PNAE e a relação direta com o consumidor local (SILVA; BARBOSA; ALBUQUERQUE, 2012; MELO e SCOPINHO, 2018).

Agricultura familiar no contexto do município de Cáceres (MT)

A cidade de Cáceres fica localizada no Estado de Mato Grosso, com distância de 220 km da capital Cuiabá, às margens do Rio Paraguai. Tendo sua população estimada em cerca de 94.000 habitantes, tem como principal fonte de desenvolvimento a agropecuária (IBGE, 2017).

Dotada por uma diversidade territorial, o município de Cáceres fica localizado no sudoeste do Estado de Mato Grosso, ocupando uma área de cerca de 24.593 km² (IBGE, 2018). Por ter áreas de gramíneas, pastagens naturais encontradas nos biomas Cerrado e Pantanal, o município desenvolve a produção direcionada a pecuária extensiva de corte e leiteira, como também de caprinos e ovinos (MACHADO et al, 2020). A seguir é apresentado o Gráfico 01 – Distribuição por ano do rebanho bovino do município de Cáceres.

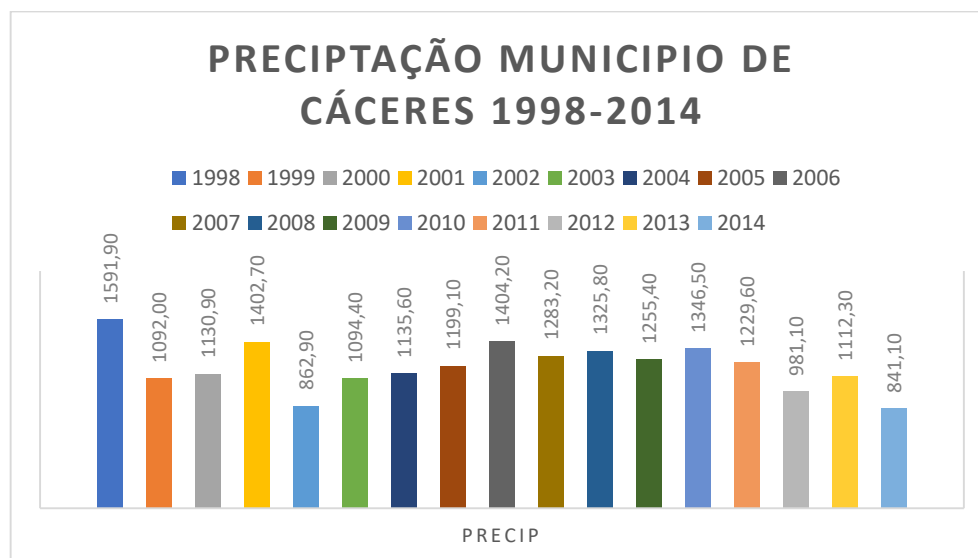
Gráfico 1- Distribuição por ano do rebanho no território do município de Cáceres



Fonte: IBGE (2019).

Nota-se que durante os anos 2004 a 2019 ocorreu o crescimento no rebanho bovino do município de Cáceres, com declínio entre os anos de 2006 a 2009, com uma diferença de 100 mil animais. Segundo os dados da Agência Nacional das Águas (ANA) entre os anos de 1998 a 2014, anos disponíveis no banco de dados foi organizado o Gráfico 02 – Distribuições de chuvas em Cáceres, a seguir.

Gráfico 2 - Distribuição por ano do rebanho no território do município de Cáceres 1998 a 2014



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do ANA (2021).

Conforme exposto no Gráfico 02 – Distribuição de chuvas no município de Cáceres, há uma variância em relação ao primeiro ano de registro. No ano de 1998 ao ano de 2014, existe uma diminuição de quase metade do volume de chuva ocorrida no primeiro ano de registro. Observações realizadas pelos técnicos da Secretaria Municipal de Agricultura e da EMPAER, mostram que os volumes de chuvas apresentaram constância entre distribuição e volume dessas chuvas, porém estão mudando. Percebidos pelos agricultores assentados, as chuvas estão cada vez mais fortes, as distribuições dessas chuvas estão mudando conforme o tempo. Como exposto, apenas entre os anos de 1998 a 2014, os dados encontrados entre os anos de 2015 a 2020 não se encontram disponíveis no ambiente virtual da Associação Nacional das Águas.

Logo, ao revisitarmos a literatura e nela os programas, planos e leis da agricultura familiar como instrumentos manuseados para o desenvolvimento desta categoria nos territórios, a questão norteadora que surge é:

e) como um modelo de gestão do território rural articula as relações sociais que envolvem o território e seus recursos. Como as articulações políticas e institucionais e as estratégias de permanência dos atores sociais envolvidos para um desenvolvimento territorial integrado?

2.5 Arranjos de políticas de desenvolvimento territorial e agricultura familiar

Ao se adentrar o campo de estudo sobre arranjo institucional é necessário compreender o contexto que envolve este conceito nas relações atuantes. O estabelecimento de um arranjo institucional está inerente ao ambiente institucional e às instituições formais e informais. Para tanto, North (1990) descreve que o ambiente institucional é onde se estabelecem as chamadas ‘regras do jogo’, as instituições formais são as constituições, leis e as instituições informais são os costumes, tradições, formas ou códigos de condutas inerentes às transações.

Os debates a respeito dessa literatura revelam que na coexistência em um ambiente institucional entre instituições privadas e públicas são vistas como instrumentos que se complementam para a geração de resultados eficientes (WATANABE; ZYLBERSZTAJN, 2014), e há concepção de redução de incertezas em transações e a criação de ambiente para a tomada de decisão North (1991), nas dinâmicas relacionadas às transações para com a governança Williamson (2000) e os arranjos organizacionais ou formas organizacionais, Ménard (2004) que apresentam como mercados, firmas e combinações transações envolvidas entre agentes, acordos contratuais para organização de terminada atividade.

A atuação de regras formais como as políticas públicas vistas em Azevedo (2000) pode ser exemplificada por uma política agrícola ou a política de reforma agrária que tem efeito sobre a agricultura brasileira. Watanabe, Bankuti e Lourenzani (2017) apresentam no estudo sobre o setor cafeeiro e leiteiro a presença de um ambiente institucional dessas cadeias com a presença de regulamentações internacionais e nacionais para instrumentalizar atributos desejados para as cadeias como forma de se ter as ‘regras do jogo’.

Arranjos institucionais advindos do envolvimento de programas e planos de desenvolvimento territoriais são instrumentos que criam ambientes institucionais a partir do território, exemplos na literatura é o programa Leader implantado na década de 1990 na União Europeia como meio de desenvolvimento rural Pecqueur (2002), e como forma de valorização do território a partir do local (LOTTA; FAVARETO, 2016) e o desenvolvimento territorial integrado Zapatero e Muños (2013).

Estudos envolvendo ambiente institucional brasileiro com o setor agrícola demonstraram fragilidades na relação entre desmatamento e produção na Amazônia vista em Alston; Libecap e Muller (2001), na inserção de ferramentas institucionais para conservação e o incentivo a diminuição de emissão de gases com pagamento de serviços ambientais Duchelle et al., (2014), como também no envolvimento com políticas públicas de desenvolvimento de territórios brasileiros por meio de suas institucionalidades, ou seja, regras, normas, leis como política territorial (DELGADO; LEITE, 2011; DELGADO; GRISA, 2014).

A relação entre o arranjo institucional de desenvolvimento territorial rural brasileiro advindos dos Programas de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), Programa Territórios da Cidadania (PTC) envolve-se com políticas públicas da agricultura familiar desde a participação de cooperativas, federações e movimentos sociais descritas por Delgado e Grisa (2014) e como também nas políticas de incentivo e fortalecimento de infraestrutura e produtivo Nunes et al., (2015); Brito (2017); Ribeiro e Silva (2018), como formas de articulação dos atores sociais a para construção do desenvolvimento territorial (PECQUEUR, 2005; BONNAL; CAZZELA e MALUF, 2008).

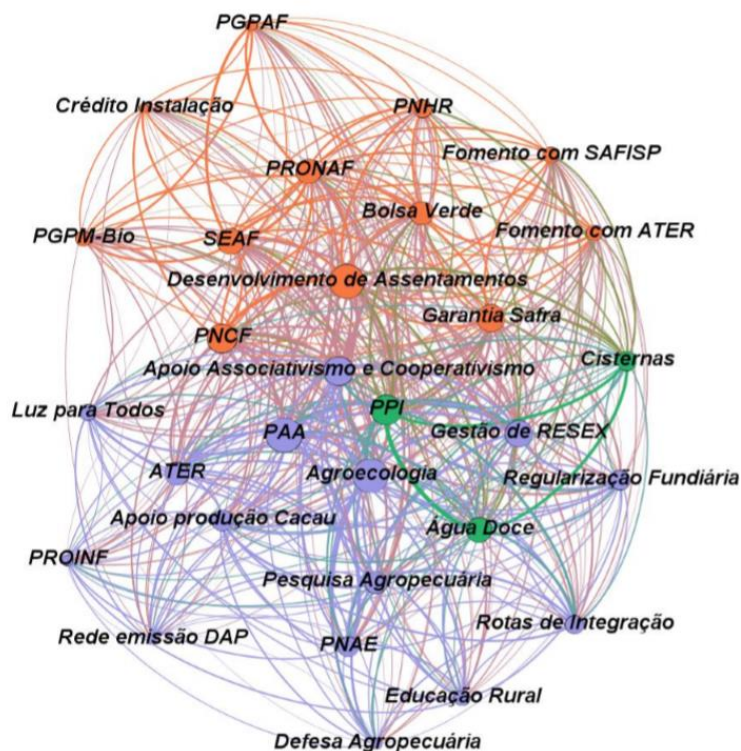
No processo de inclusão produtiva e fortalecimento da agricultura com a política de crédito rural advinda do Pronaf na agricultura familiar, Niederle; Fialho; Conterato (2014) descrevem o Pronaf como sendo a principal política pública deste setor e impulsora para criação do arranjo de políticas na agricultura familiar.

Fazendo parte do arranjo de políticas, os mercados institucionais formados pelas políticas públicas PAA/PNAE com fomento para a inserção de produtos advindos da agricultura familiar contribui para o desenvolvimento territorial Becker e Anjos (2015), visto pela multifuncionalidade da agricultura familiar nos territórios rurais (BONNAL e MALUF, 2009).

Cazella et al., (2016) apontam que houve avanços no entendimento das políticas públicas setoriais para a agricultura familiar desde a criação das primeiras políticas, onde são expostos os aspectos que se sobressaíram no desenvolvimento dessas políticas, sendo eles: a separação de políticas de natureza produtiva e social, porém, ainda há problemas de ampliação na contemplação do público-alvo para aumento da produção agropecuária e a falta de contrapartida para aspectos socioambientais do público beneficiário desses recursos.

Provan e Milward (1995) apresenta-nos que em contextos de mudanças e a criação de posteriormente das políticas setoriais na agricultura, ocorreu a constituição das redes de políticas públicas, que, Goulart; Vieira e Bittencourt (2020) apresentam em seu estudo a constituição de uma rede de programas advindos da política nacional da agricultura familiar ilustrado a seguir na Figura 10. Essa rede foi criada a partir de análise documental e entrevistas, totalizando a indicação de 30 programas e/ou ações específicas no setor. Ressalta-se que no estudo finalizado em 2018 não entra as políticas advindas a partir desta data.

Figura 9 – Rede de Programas da política nacional da agricultura familiar



Fonte: Goulart; Vieira e Bittencourt (2020)

Nota-se nas relações da rede de programas densas ligações que, Goulart; Vieira e Bittencourt (2020) que há maior densidade do estudo é vinculada ao programa de cisternas com a densidade de vizinhança de 0,994 significando que “praticamente todos os programas que têm atores em comum com o Programa de Cisternas também possuem atores comuns entre si”. E, no entanto, outros programas com índices altos de vizinhança foram “a) Crédito de Instalação (0,993); b) Defesa Agropecuária (0,99); c) Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (0,986); e d) Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PROINF) (0,986) (GOULART; VIEIRA; BITTENCOURT, 2020, p.15).

A rede de políticas, programas e ações específicas constituída como subsistemas descritos por Capella e Brasil (2015) podem ser área funcionais constituídas por arranjos institucionais com atores para o desenvolvimento de ações específicas em programas fazendo parte da integração dessas redes. Para Goulart et al., (2010) o envolvimento de políticas públicas e o território têm de ser levados em consideração em relação às especificidades do território, a natureza inerente ao espaço e as condições da origem do território ou histórico cultural.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A estratégia adotada para analisar as relações multidimensionais envolvidas para com a gestão territorial entre os atores sociais e institucionais no território dos 7 assentamentos pesquisados no município de Cáceres – MT, objetivo geral da pesquisa, está na realização de uma pesquisa de natureza qualitativa.

A abordagem qualitativa caracteriza-se pelo tipo de investigação e o tipo de dados utilizados, que, no caso desta pesquisa foram utilizados dados textuais e imagens, a partir de visitas, entrevistas para descrição do fenômeno. Vista em Creswell (2007), as pesquisas qualitativas têm como estratégia o uso dessa fonte de dados em seus procedimentos qualitativos de investigação.

Na busca em explorar um campo de estudo pouco discutido, a pesquisa caracteriza-se por ser exploratória e descritiva. Gonçalves e Meirelles (2004) descrevem que este tipo de pesquisa se atenta para temas pouco explorados e para novas descobertas. Encaixando nas características exploratória e descritiva, a gestão territorial ainda foi pouco discutida em territórios rurais de assentamentos de base da agricultura familiar e no envolvimento das multidimensões territoriais na gestão territorial.

Entende-se que nas teorias encontramos significados para investigarmos sobre um problema de estudo e, a partir de uma coleta de dados realizada em um contexto natural - a pesquisa – pode-se extrair significados para uma análise de dados tanto indutiva como dedutiva (CRESWELL, 2014). No entanto, o alinhamento da pesquisa no campo da gestão territorial oportuniza o alcance de novos olhares sobre o território já estudados por outros pesquisadores e o alcance de novos conhecimentos sobre as análises a partir deste novo olhar.

Estudos nos assentamentos do território rural ligados pela BR 070 sentido Bolívia, e no município de Cáceres abordaram o processo de ocupação do território Silva; Almeida; Kudlavicz (2012), aspectos socioeconômicos Silva e Binzstok (2015), aspectos socioambientais Barros; Migliorini; Barros Neta (2015); Nodari et al. (2016), socioeconômicos e culturais Silva e Binzstok (2015); Silva; Dan; Viegas (2017), aspectos socioprodutivos Scheuer; Botti; Neves (2015); Mendes; Neves; Neves (2016). Notou-se que as pesquisas exploram em profundidade aspectos sociais, produtivos, econômicos e culturais no território de forma a olhar as especificidades individuais dos assentamentos nestes aspectos. Essas pesquisas colaboraram para definição do recorte desta tese e auxiliou a justificativa de necessidade para a área de gestão no território.

A pesquisa quanto aos seus meios tende à utilização de documentos, entrevistas, observação participante e estudo de caso que, no campo estudado, serão estudos de multicase envolvendo os 7 assentamentos rurais do município de Cáceres da BR 070, sentido a Bolívia. O Quadro 4 apresenta os meios em relação aos objetivos da pesquisa.

Quadro 4 – Técnicas de coleta de dados em relação aos objetivos

Analisar as relações multidimensionais envolvidas para com a gestão territorial entre os atores sociais e institucionais no território de 7 assentamentos no município de Cáceres – MT.	
Objetivos Específicos	Instrumentos para alcance dos objetivos
Caracterizar o território em que são empreendidas iniciativas voltadas à agricultura familiar dos assentamentos rurais.	A partir do levantamento documental, leis, decretos, atas de constituição, mapas, artigos, dissertações e teses. A partir das entrevistas com atores institucionais e sociais ligados aos territórios. A partir da observação participante nas ações organizacionais públicas e privadas como dia de campo, reuniões, eventos. A partir estudo de multicase advindo do protocolo do estudo e para a coleta de dados no aprofundamento das análises nas multidimensionalidades do território para com a gestão territorial.
Problematizar as territorialidades presentes nos assentamentos de agricultura familiar Corixo, Jatobá, Katira, Nova Esperança, Bom Sucesso, Rancho da Saudade e Sapicuá.	
Refletir estratégias de desenvolvimento de base territorial nos Assentamentos rurais Corixo, Jatobá, Katira, Nova Esperança, Bom Sucesso, Rancho da Saudade e Sapicuá que conecte interesses sociais e institucionais.	

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Marconi e Lakatos (2010) descrevem que documentos a serem analisados são: leis, relatórios e ofícios, que lhe fornecem a capacidade de conhecer o assunto, tema estudado e familiarizar com o fenômeno empírico. Richardson (2015) aponta que o levantamento documental a ser realizado consiste na aproximação do pesquisador ao tema em circunstâncias sociais e econômicas em relação ao estudo.

Na visão geral do estudo os assentamentos são enxergados como múltiplas unidades de análises em que cada assentamento terá descrições e análises específicas para que ao final se componha um estudo de multicase. Ventura (2007) relata que o estudo de caso tem como foco o estudo de uma unidade, caso único, ou múltiplo em que os estudos vão sendo conduzidos concomitantemente com vários indivíduos e organizações. Stake (2005) enfatiza que estudos de caso são realizados por características individuais e que não podem ser considerados tudo um estudo de caso e a concepção de caso é uma específica unidade dentro de um sistema de

partes integradas bem delimitadas, escolhendo o que vai ser estudado. Neste mesmo caminho Ludke e Andre (1986) descrevem que além de individual, o estudo de caso sendo ele simples (a unidade estudada) ou complexo (o conjunto de unidades estudadas) todos devem ser bem delimitados com seus propósitos únicos por terem seus interesses próprios advindos do pesquisador.

Vanwynsberghe e Khan (2007) abordam que o estudo de caso se utiliza de técnicas de pesquisa como a observação participante, entrevistas e análises de documentos como meios de coletar dados nos mais diversos tipos de estudos de casos existentes como exploratórios, etnográficos e explicativos.

A pesquisa caminha no sentido de Eisenhardt (1989), em que, no estudo de caso, há em seus procedimentos, ligações interativas com o objeto que permite a combinação de técnicas de coletas de dados como o levantamento de documentos, observações, entrevistas e essa interação permite testar ou propor uma teoria em pesquisas práticas no campo. Este tipo de estudo qualitativo visto em Yin (2005) destaca-se pelo estudo do cotidiano e contextos de vida do objeto de pesquisa e a interação do pesquisador sobre os acontecimentos reais em relação ao fenômeno.

O uso do estudo de caso em investigações de pesquisas de cunho empírico concentra os esforços para uma pesquisa em profundidade, acerca dos fenômenos estudados, utilizando métodos de pesquisa alinhados para responder o problema de pesquisa (YIN, 2001, 2005).

Eisenhardt (1989) ao falar sobre o estudo de caso múltiplo ou multicase na inserção de teoria e a realidade estudada tem em suas características a criação de insights quando no estudo nos deparamos com contradições e procedimentos paradoxais, que, no entanto, reforça as características do estudo de caso como um meio de reformulações de percepções na pesquisa, podendo fundamentar novas teorias. Yin (2001, 2005) descreve que nos estudos de casos é necessária a criação do protocolo de pesquisa como o meio de interligação dos meios de pesquisas com os resultados pretendidos em que seja realizado um passo a passo a ser seguido. No entanto, o protocolo de multicase é demonstrado conforme o Quadro 5 ilustrando os procedimentos adotados na pesquisa para a sua realização.

Quadro 5 – Protocolo geral do estudo de multicase da tese

Título	As relações multidimensionais na gestão territorial em assentamentos da agricultura familiar: um estudo multicase no município de Cáceres – MT.
---------------	---

Objetivo Geral	Analisar as relações multidimensionais envolvidas para com a gestão territorial entre os atores sociais e institucionais no território de 7 assentamentos no município de Cáceres – MT.
Procedimentos de coleta de dados	
Objetivos específicos e questões do norteadoras do estudo	A relação entre os objetivos específicos e as questões norteadoras que surgiram do referencial teórico são apresentadas no quadro 6.
Estratégias de coleta de dados	Visitas nas instituições ligadas a agricultura familiar municipal para solicitação de documentos e organização do instrumento de entrevista quadro 7 e 8. A seleção dos participantes institucionais e sociais da pesquisa, agendamento de entrevista. Campo: a realização de entrevistas e observação participante.
Planejamento de análises dos dados	Por meio da análise de conteúdo e as suas categorias de análises apresentadas no quadro 9 e 10 com o auxílio do software <i>Iramuteq</i> .
Relatório dos resultados – multicasos	Utilização de descrições textuais e de imagens, figuras, tabelas e quadros apresentadas na tabela 01 e quadro 11 demonstrando como será realizada a exploração dos dados para a elaboração do relatório final.
Relatório do cruzamento – multicasos	Realizado o cruzamento dos resultados dos estudos para as discussões finais da tese.
Relatório final	A proposição dos objetivos do estudo e as respostas das perguntas realizadas.

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

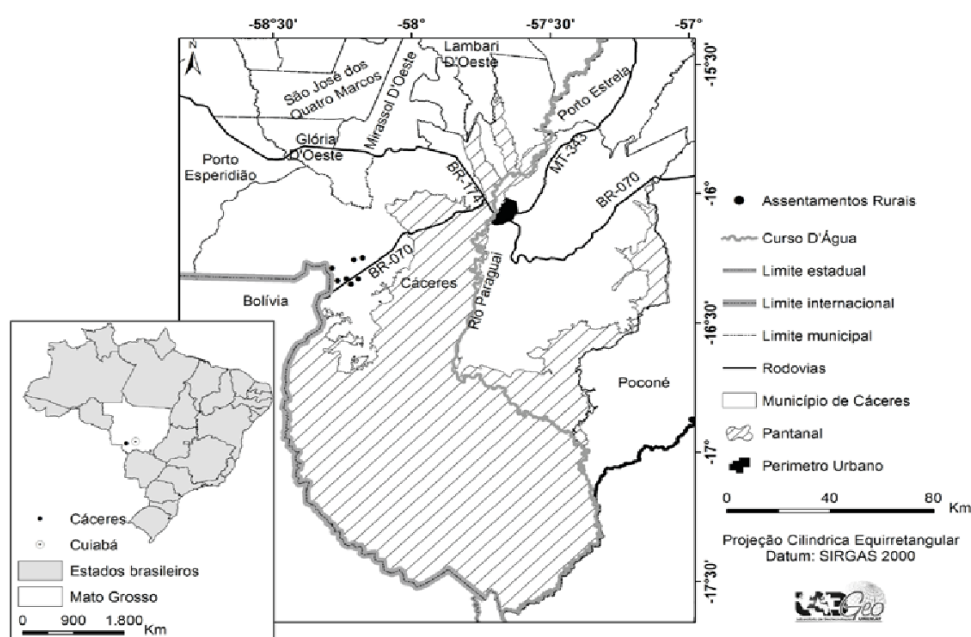
O protocolo de pesquisa dos multicasos desta tese evidenciado no Quadro 6 ajuda-nos a enxergar a aproximações entre os objetivos da pesquisa e as atividades metodológicas adotadas para atingir os resultados.

3.1 Área de Estudo

O território dos assentamentos pesquisados corresponde à faixa de transição do espaço brasileiro do município de Cáceres-MT com o município de San Matias, Bolívia. A relação entre os municípios tem aspectos transfronteiriços abordados por Ferreira (2017), em que um acordo de integração entre as cidades foi assinado, iniciando-se um processo de cooperação entre os governos para diminuir entraves que vão desde a comercialização de combustível até

a recuperação de veículos que passavam na fronteira ilegalmente, entre outros conjuntos de fatos que cercam esse território que promovem uma interligação entre as cidades. Nodari et al. (2016) descrevem as características ambientais nesse território e nos auxiliam com a composição dos aspectos estruturais, representados na Figura 11, que ilustram esta relação entre as cidades.

Figura 10 – Os assentamentos rurais da região de fronteira internacional de Cáceres-MT



Fonte: Nodari et al. (2016, p.703).

A participação de Sindicatos de trabalhadores rurais e os movimentos sociais do campo são elementos que compõem a luta dos trabalhadores no território desses assentamentos do município de Cáceres, no sentido de se ter a possibilidade de possuírem um espaço de trabalho, onde consigam produzir, a partir da terra, a sua sobrevivência. Para tanto, com a proposta de expansão populacional e desenvolvimento deste território ocorreu a divisão do ambiente ocupado pelos assentamentos: Corixo, Jatobá, Katira, Nova Esperança, Bom Sucesso, Rancho da Saudade e Sapicuá (SILVA; BINZSTOK, 2015). No Quadro 6, a seguir, dispõe informações gerais dos assentamentos acerca da área total, ano de criação, quantidade de lotes, a representação social jurídica e a sua situação.

Quadro 6 – Dados dos Assentamentos participantes da pesquisa

Território	Área do Projeto (ha)	Ato de criação	Capacidades de Famílias	Distância de Cáceres – MT ¹
Assentamento Bom Sucesso	433,2607	18/12/2002	14	70 km
Assentamento Corixo	3413,1808	05/04/2001	72	90 km
Assentamento Jatobá	906,8840	24/10/1997	30	70 km
Assentamento Katira	1886,3684	27/09/2003	47	80 km
Assentamento Nova Esperança	1695,2860	15/12/1997	45	65 km
Assentamento Rancho da Saudade	2407,4621	19/12/1997	46	80 km
Assentamento Sapicuá	1249,7748	30/08/1999	40	68 km

Fonte: Elaborado pelo autor baseado em dados do INCRA/Cáceres-MT.

A presença de movimentos sociais do campo nesse território é descrita por Silva, Almeida e Kudlavicz (2012), como uma oposição à contundente política de ocupação privada, o aspecto de que a área econômica não se torna o único fator para que se tenha uma ocupação, havendo disposição o impacto social, cultural e ambiental, além de uma diversificada produção de alimentos para a sobrevivência familiar e a conquista de um espaço e moradia. A seguir são apresentadas imagens dos assentamentos pesquisados.

Assentamento Jatobá



Fonte: Registro da pesquisa (2019).

¹ A distância refere-se à localização da sede da Associação de cada assentamento ou a sua área social em relação a área urbano do município.

Assentamento Sapicuá



Fonte: Registro da pesquisa (2020).



Fonte: Registro da pesquisa (2020).

Todas as imagens foram autorizadas pelos participantes da entrevista e foram solicitadas mediante ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE do CEP/ CAAE: 33583320.6.0000.0021.

3.1.1 Sujeitos da Pesquisa

Os sujeitos da pesquisa serão atores territoriais inseridos nas instituições públicas e privadas no contexto da agricultura familiar municipal. Entre eles, serão convidados a participar as organizações que diretamente estão ligadas ao território, conforme a tabela a seguir.

Tabela 1 – Organizações participantes da pesquisa

Órgãos da Extensão rural

Secretaria Municipal de Agricultura Familiar

Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural

Organização sindical

Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Trabalhadoras Rurais de Cáceres

Associações dos Assentamentos

Agricultores e Agricultoras assentados no território

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

A intenção foi a de conhecer a estrutura da entidade e suas ações e selecionar os participantes que poderão propiciar informações sobre o território e indicar os atores dos assentamentos que compõem o território estudado. No entanto, foi planejada a realização de pelo menos uma entrevista em cada assentamento desse território e visitas nas instituições públicas e nos assentamentos, explorando o dia a dia dos atores e o território da pesquisa.

A partir das indicações de possíveis agricultores feitas pelos participantes das instituições públicas e sindical, foram realizadas visitas nos Assentamentos ligados pela BR 070, sentido a Bolívia. Com o auxílio de agricultores, técnicos da Secretaria de Agricultura e EMPAER, ocorreram participações em reuniões, visitas técnicas que colaboraram com o estreitamento da relação com os participantes da pesquisa. Todas as entrevistas foram pré-agendadas, havendo somente a entrevista no Assentamento Rancho da Saudade remarcada duas vezes por problemas ocorridos no dia das entrevistas.

O perfil dos atores sociais indicados foi em quase a sua totalidade de agricultores e agricultoras que realizam mobilizações para reuniões, cursos, atividades em geral nos Assentamentos. No entanto, nos assentamentos Jatobá e Nova Esperança, foram indicados agricultores que colaboram em atividades que envolvem a produção. Nesses assentamentos e no assentamento Bom Sucesso, a entrevista foi realizada em conjunto, a pedido dos agricultores. A tabela a seguir ilustra o perfil dos agricultores e agricultoras participantes da pesquisa.

Tabela 2 - Perfil dos entrevistados nos Assentamentos

Assentamento	Nº Participantes	Sexo	Idade	Tempo no território
Rancho da Saudade	1	Masculino	50 - 60	Desde o acampamento
Jatobá, Bom Sucesso e Nova Esperança	3	Masculino	50 - 60	Desde o acampamento
Sapicuá	2	Masculino Feminino	35 - 45	Masculino 10 anos depois do desmembramento dos assentamentos e Feminino desde acampamento
Katira	1	Feminino	35 - 45	Desde o acampamento
Corixo	1	Feminino	35 - 45	Desde o acampamento

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Em geral, servidores dos órgãos públicos e sindical compartilharam de tempo, espaço e conhecimento na participação na pesquisa. No mesmo sentido, os agricultores e agricultoras assentadas foram receptivos, participativos, contribuindo com a logística, alimentação nos

assentamentos. Desde o início do ano de 2019, no mês de abril, foram iniciadas visitas aos órgãos ligados à agricultura e à aproximação no ambiente institucional público e sindical com a função de criação de elos, parcerias e construção da relação de confiança para a condução da pesquisa concomitante ao trabalho das instituições. Para tanto, o desenrolar das entrevistas prevê: primeiramente entrevistas com atores institucionais, para após, serem realizadas as entrevistas com agricultores e agricultoras dos assentamentos rurais do território do município de Cáceres.

3.2 Procedimentos de coleta de dados

Para o encaminhamento da coleta de dados em campo, inicialmente foram realizados um levantamento documental para aproximação ao tema estudado e a composição de especificidades referentes às instituições ligadas à agricultura familiar, aos assentamentos e às relações entre ambas.

Para a composição da literatura acerca do território e suas territorialidades, conforme apontados por Raffestin (1993); Saquet (2003); Schneider (2004); Haesbaert (2005); Gallo (2017), foram buscadas as relações de atores sociais e institucionais públicos e sindical nos seus contextos, convívios em relações às multidimensionalidades territoriais. A partir de leituras como as apresentadas por Dallabrida; Birkner; Cogo (2013); Pereira (2019); Ruffato-Ferreira et al. (2018) buscou-se, com o instrumento de coleta de dados, realizar um diagnóstico sobre a gestão territorial e as suas mudanças durante o tempo.

A seguir, no quadro 7 são apresentadas as questões norteadoras (QN) que emergiram da revisão de literatura e os objetivos desta tese. A organização do quadro colabora para enxergar questionamentos oriundos do campo teórico e o alinhamento dos objetivos da tese para com o debate teórico sobre a gestão territorial.

Quadro 7 - Objetivos e questões norteadoras da pesquisa

Objetivo Geral: Analisar as relações multidimensionais envolvidas em a gestão territorial entre os atores sociais e institucionais no território de 7 assentamentos no município de Cáceres – MT.	
Questões norteadoras – QN	Objetivos específicos
a) Como as ações dos atores sociais e institucionais público e sindical têm realizado o desenvolvimento de território rural?	Caracterizar o território em que são empreendidas iniciativas voltadas à

b) Quais características multidimensionais são encontradas no território rural e na inter-relação com as instituições?	agricultura familiar dos assentamentos rurais.
c) Quais instrumentos de gestão territorial são utilizados e quais setores são aplicados?	Problematizar as territorialidades presentes nos assentamentos de agricultura familiar Corixo, Jatobá, Katira, Nova Esperança, Bom Sucesso, Rancho da Saudade e Sapicuá. Refletir sobre as estratégias de desenvolvimento de base territorial nos Assentamentos rurais Corixo, Jatobá, Katira, Nova Esperança, Bom Sucesso, Rancho da Saudade e Sapicuá que conecte interesses sociais e institucionais.
d) Como os atores sociais e institucionais dialogam para efetivação de ações no território?	
e) Como um modelo de gestão do território rural articula as relações sociais que envolvem o território e seus recursos, as articulações políticas e institucionais e as estratégias de permanência dos atores sociais envolvidos para um desenvolvimento territorial integrado?	
f) Quais são as características do arranjo institucional inerentes aos assentamentos do território dos assentamentos pesquisados no município de Cáceres?	

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

As questões norteadoras emergiram da literatura revisada. Essas questões foram alinhadas com os objetivos da tese, cujo procedimento facilitou na construção do protocolo de campo desta pesquisa para o estudo dos multicasos. No atendimento à pesquisa envolvendo o estudo de multicasos, foi desenvolvida conforme os procedimentos do protocolo do estudo que, para Yin (2005), trata-se de um protocolo, isto é, de uma tática para dar confiabilidade e a orientação para a pesquisa onde contém o instrumento a ser utilizado e os procedimentos a serem seguidos.

Nesta pesquisa, o protocolo de desenvolvimento para a coleta de dados está incluso conforme o quadro 8 e 9, nas sub sessões 3.3.2 e 3.3.3, cujas dimensões são advindas dos construtos estudados, as perguntas a serem realizadas com atores institucionais públicos, sindical e sociais e o como serão as técnicas de coletas desta pesquisa.

3.2.1 Estratégias adotadas para pesquisa de campo

As estratégias foram pensadas para oportunizar momentos de coleta de dados, a criação de relação de confiança e também a integração do pesquisador no ambiente social e institucional, que envolvem a pesquisa como um todo. Nesse sentido, visitas às instituições ligadas à agricultura familiar do município de Cáceres, ao território; participação em reuniões,

eventos municipais e dias técnicos de campo nos territórios rurais no município, envolvem a inserção do pesquisador na caminhada inicial de participação para estruturação da tese.

A utilização de gravador e câmeras fotográficas foram as principais ferramentas para a captura de informações de áudios e visuais das propriedades, paisagens e objetos que possam se fazer necessárias na pesquisa e o caderno de campo como auxílio em visitas, encontros informais e em reuniões municipais territoriais. Todas as questões perguntadas nas entrevistas passaram pela revisão do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Para acessar a pesquisa no CEP, basta inserir o CAAE: 33583320.6.0000.0021 no item “Confirmar Aprovação pelo CAAE ou Parecer” no site da Plataforma Brasil que resultará em todos os dados referentes às responsabilidades éticas da pesquisa.

3.3 Protocolo de entrevistas

Após as etapas de construção do protocolo geral de pesquisa demonstrado no Quadro 5 – Técnicas de coleta de dados em relação aos objetivos e o Quadro 6 – Protocolo geral do estudo de multicasos da tese foi elaborado a partir dos objetivos de pesquisa e questões norteadoras, os protocolos de entrevistas para os atores territoriais. Esses protocolos ilustram a base teórica, aspectos relacionados às perguntas a serem realizadas no decorrer da entrevista e as técnicas que serão utilizadas para compor a coleta de dados. O protocolo de entrevista se tornou o instrumento de coleta de dados, em que se agruparam as perguntas, aspectos envolvidos e a base teórica que as subsidiaram.

3.3.1 Participantes de instituições públicas e sindical: Protocolo de entrevista

Em relação às entrevistas com os profissionais de organizações vinculadas ao território, estarão contidas no protocolo: dimensões, categorias, aspectos, as 4 questões juntamente com as técnicas utilizadas para alcançar as respostas dos questionamentos:

Quadro 8 – Protocolo de coleta de dados de estudos multicasos – Instituições Públicas

Base teórica	Aspectos	Perguntas do protocolo de campo	Técnicas
--------------	----------	---------------------------------	----------

Território	Históricos, políticos, econômicos, superações e consolidações no território.	1) Qual a função exercida da instituição neste território? 2) Quais as políticas públicas que foram e são utilizadas no território e como é feita a operacionalização do trabalho no campo? 3) Projetos e programas institucionais que foram e são trabalhados no território rural têm conexão com os demais setores do município ou Estado? Ex.: Educação, infraestrutura... 4) Existe uma articulação municipal frente à gestão territorial? Como é realizada a organização e direcionamentos do trabalho para o desenvolvimento do território?	Observação, entrevistas e análise documental
Gestão Territorial	Atuação de órgãos das esferas municipais, estaduais e federais no território.		
Agricultura Familiar	Desenvolvimento de programas, projetos, ações entre atores sociais e institucionais.		

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

A linguagem utilizada nos documentos de referências vinculados ao trabalho dos órgãos como encontrados no Plano Estadual da Agricultura Familiar (PEAF/MT), nos Programas institucionais de assistência técnica, extensão rural, compras governamentais ocorreram como forma de aproximação à área e na tentativa de se ter uma comunicação envolvente em relação à realidade estudada. A utilização do caderno de campo, câmera fotográfica e gravador foram ferramentas para registros de informações durante a participação em reuniões, eventos e, também, nas entrevistas após o aceite de participação e assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido - TCLE.

3.3.2 Participantes nos Assentamentos: Protocolo de entrevistas

Para a realização das entrevistas com os agricultores e agricultoras, estavam contidas no protocolo: dimensões, categorias, aspectos, 8 questões e as técnicas utilizadas para alcançar as respostas dos questionamentos:

Quadro 9 – Protocolo de coleta dados de estudos multicasos – Atores sociais

Base teórica	Aspectos	Questões do protocolo	Como serão respondidas
--------------	----------	-----------------------	------------------------

Território	Históricos, políticos, econômicos, superação e consolidação no território.	1) Fale-me um pouco sobre a história do assentamento: há quanto tempo está aqui? Tem parentes? Como era quando chegou? 2) Você participa de alguma associação? Tem ouvido falar sobre recursos para o local? 3) Você vê ações vindas das instituições (FASE, EMPAER, SMAF) no assentamento? Quais mudanças percebidas no trabalho dessas instituições? 4) Você participa ou conhece agricultores/as que vendem para PNAE/PAA ou para o mercado local?	Observação, entrevistas e análise documental
	Atuação de órgãos das esferas municipais, estaduais e federais no território.	5) A comunidade organiza festas, eventos e encontros que as pessoas de fora podem vir conhecer? (Festa junina, campeonatos esportivos, festas religiosas). Há organização do assentamento para estes eventos? Quem são os mobilizadores? Participa em outros assentamentos? 6) As pessoas costumam trabalhar na comunidade, ou elas costumam ter empregos fora, na cidade? 7) Sobre os Bolivianos, você tem contato com eles? Comercializam produtos do assentamento para eles?	
	Desenvolvimento de programas, projetos, ações entre atores sociais e institucionais.	8) Como são feitas as parcerias para o assentamento (manutenção das estradas, maquinário, projetos, programas)?	
Gestão Territorial			
Agricultura Familiar			

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Nos contatos com os entrevistados, o aprofundamento ocorreu sobre o momento histórico dos entrevistados em relação: ao assentamento; aos aspectos sobre as primeiras ocupações; às informações dos fundadores do local e, ainda, como tem caminhado a regularização fundiária do assentamento. Outra perspectiva está em relação às políticas públicas relacionadas à educação, à saúde, ao trabalho e àquelas que se relacionam com a agricultura familiar. A utilização do caderno de campo, câmera fotográfica e gravador foram ferramentas de registros de informações durante a participação em reuniões, eventos e, também, nas entrevistas após o aceite de participação e assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido - TCLE.

3.4 Procedimentos de interpretação e análises dos dados

Posterior ao trabalho de coleta, os dados foram transcritos e tabulados para o início dos procedimentos de interpretações, como também de análise dos dados. Após a primeira etapa, que consistiu na leitura das transcrições das entrevistas, foram realizadas anotações de passagens que exploram aspectos do território e dos atores territoriais. A terceira etapa consistiu no conjunto de categorização, tratamento e organização dos resultados com a análise do conteúdo com o auxílio das teorias utilizadas na tese. Neto et al. (2019) alertam para estudos que utilizam a análise de conteúdo – AC, com fragilidades em questões que envolvem diálogo reduzido entre a teoria, os resultados e a operacionalização na formação e análises das categorias dos resultados. Para diminuir as chances de tais fragilidades procedemos conforme o item 3.4.1 com as análises.

3.4.1 Análise do Conteúdo

Compondo os procedimentos de análise do conteúdo a utilização das técnicas de Bardin (2011), correspondendo a três etapas de trabalho, sendo a pré-análise; a exploração do material; a inferência e a interpretação dos dados.

Etapa 01 – Pré-Análise dos dados: Esta etapa é referente aos processos a serem realizados de busca e separação de documentos referentes a projetos, programas, leis, decretos que envolvem o levantamento documental do trabalho e que atendam às regras de homogeneidade e de pertinência a partir das primeiras leituras para o alinhamento com os objetivos propostos no trabalho. Esta etapa também foi para escutar os áudios gravados nas entrevistas, transcrições e leitura dinâmica, que, exaustivamente, foram realizados. Desta forma, essa etapa possibilitou relembrar passagens das entrevistas nos dias de campo e codificar passagens das falas para a criação das condições para o processo de análise.

Etapa 2 – Exploração do Material: Esta etapa correspondeu à tomada de decisão do autor-pesquisador. Após realizar os processos de pré-análise da *Etapa 1*, foi montado o banco de dados para geração e análises dos resultados.

Etapa 3 – Tratamento dos resultados: Nesse contexto, o processo de tratamento dos dados foi realizado manualmente com anotações de passagens das entrevistas e na utilização do software *Iramuteq*. A escolha pelo *Iramuteq* está nas funções que ajudam na categorização e ilustrações como – Nuvens de palavras, Similitudes das palavras, [Análise Fatorial Confirmatória - AFC](#) e o dendograma. Por ser um software gratuito e painel estatístico do

software R que proporciona organização dos resultados textuais de forma a gerar uma dinâmica ilustrativa dos resultados.

3.4.2 Proposição das Categorias da análise do conteúdo

A organização dos resultados e o embasamento teórico conduziram a criação das categorias de análise que a partir de Bardin (2011) conduz a uma análise de conteúdo categórica seguindo as 3 etapas de organização dos dados. Contando com o software *Iramuteq* na organização das análises, foram realizadas as descrições textuais e suas ilustrações para cada entrevista realizada e a categorização dos resultados.

3.4.3 Técnicas de análise por meio do *Iramuteq*

O *Iramuteq* é um painel no ambiente estatístico do software R que tem a linguagem python, conforme site www.python.org. Esse software é gratuito e desenvolvido sob a lógica do *open source*, licenciado por GNU GPL (v2). Dentre as suas funções de processamento de conteúdo, o software viabiliza diferentes tipos de análise textuais, que vão de uma demonstração simples, como a lexicografia básica (frequência de palavras), como também em análises multivariadas (classificação hierárquica descendente, análises de similitude), tendo trabalhos seminais no Brasil na área da saúde Camargo e Justo (2013a); Souza; Thuler; Lowen (2018), e que ganha espaço na área das ciências sociais aplicadas (MARIANI; OLIVEIRA ARRUDA; SILVA et al., 2019; SILVA; OLIVEIRA ARRUDA; SOUZA et al., 2019). A seguir, a Tabela 3 apresenta as funções do software *Iramuteq* e suas finalidades para com seu uso em bancos de dados textuais.

Tabela 3 – Funcionalidades do *Iramuteq* em pesquisas

Funções do Software	Finalidade da Função	Pesquisas utilizadas
Análise de texto: Estatísticas Textuais	Gráfico de estatística básica da frequência de palavras	Ratinaud; Marchand (2012).
Análise de texto: Especificidades e AFC Classificação Hierárquica Descendente (CHD) ou método de Reinert	Ilustração da Análise Fatorial Confirmatória e Dendograma	Ratinaud; Marchand (2012); Camargo; Justo (2013a); Souza; Thuler; Lowen (2018); Mariani; Oliveira Arruda; da Silva et al (2019); Da Silva; Oliveira Arruda; de Souza et al (2019).
Análise de texto: Nuvem de Palavras	Ilustração de uma nuvem de palavras, a partir da sua frequência do corpus textual	Camargo; Justo (2013a); Mariani; Oliveira Arruda; da Silva & Souza Moreira (2019);

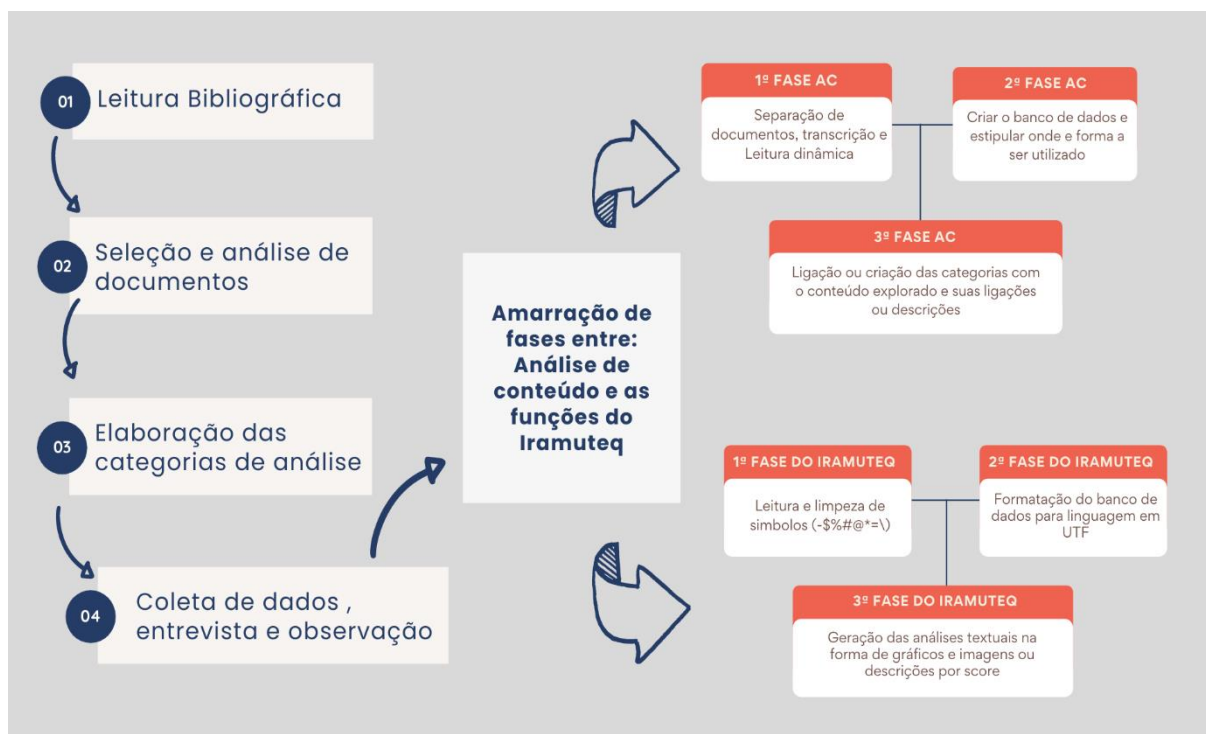
		Da Silva; Oliveira Arruda; de Souza et al (2019).
Análise de texto: Análise de similitude	Ilustração de gráfico de ramificação criando canais de “caminhos” do termo e sua ligação	Camargo; Justo (2013a); Da Silva; Oliveira Arruda; de Souza et al (2019); Da Silva; Souza Moreira; de Souza et al (2019).

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

O uso de software estatístico é destacado por Richardson (2015) no tratamento de dados com o processo de quantificação da frequência das palavras, em que é refletido no número de vezes que o termo é utilizado no conteúdo. Para tanto, o software *Iramuteq* trabalha com a quantificação de palavras para criar as análises textuais e representá-las com as ilustrações do gráfico de estatística básica, dendograma, nuvem de palavras e a chamada análise de similitude (CAMARGO; JUSTO, 2013b), sendo a sua manipulação de fácil manuseio e encontrada gratuitamente na internet. A seguir no item 3.4.4 serão ilustrados os procedimentos adotados para a elaboração dos resultados da pesquisa.

3.4.4 Procedimentos técnicos da Análise do Conteúdo e o *Iramuteq*

Na figura 12, a seguir, ilustra a conexão das fases da análise do conteúdo com as fases de trabalho no software *Iramuteq* pensadas desde as etapas da leitura da bibliografia, seleção e análise de documentos, coleta, organização de dados e criação das categorias.

Figura 11 – Conexão da AC com o Software Iramuteq

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Conforme figura 12, o estabelecimento da amarração das fases referentes à técnica de análise de conteúdo e o software Iramuteq ajuda a enxergar as conexões categóricas utilizando as frequências de palavras e resultando nas ilustrações: nuvem de palavras, dendograma, análise de similitude. No entanto, o entendimento de que a gestão territorial poderá aparecer junto as relações territoriais envolvidas com as instituições públicas, sindical e entre os agricultores assentados.

A estrutura das categorias teóricas para análises pode ser mudada se nos aspectos referentes ao conteúdo evidenciar no contexto empírico comportamentos estruturantes que melhor representem o território. Para Bardin (2011), a mudança na categoria após campo poderá ocorrer quando o pesquisador, anteriormente, o constitui a partir de conhecimentos prévios. Esta forma de organizar a categorização está de acordo com o que Vergara (2012) denomina de grade mista. Este tipo de organização das análises compõe-se pela oportunidade de mudança no decorrer das análises das categorias existentes ou pré-definidas.

Os procedimentos de análises com o uso do *Iramuteq* seguiram as orientações de Camargo; Justo (2013a); (2013b) em que, após a coleta de dados, as transcrições ocorridas formaram 7 arquivos salvos em formato TXT (bloco de notas) sendo que na primeira linha de cada transcrição foram incluídas ***** *Entrevista_ seguida de número que vão do 1 ao 7. Além

da adequação do arquivo ao se inserir os asteriscos na primeira linha de cada arquivo da entrevista, foram realizados os seguintes passos para rodar os arquivos no *Iramuteq*:

Importação dos dados para o software: Todas as entrevistas seguiram o mesmo procedimento de transcrição, arquivamento dos dados, e importação no software. No entanto, os arquivos no formato TXT foram importados para o *Iramuteq* na sequência da linguagem utf-8 – all languages; idioma português e dicionário padrão de acordo com a tela inicial de definições do *Iramuteq*.

Limpeza do banco de dados: após a rodagem de todos as entrevistas separadamente, foram observadas palavras repetidas que não contribuíam para a clareza das figuras e se repetiam em vários momentos das entrevistas como formas de expressões do vocabulário dos entrevistados. Essas formas de expressões são: “né”, “só”, “ali”, “mas gente”, “então”, “também”, “mais”, “coisa”, “dar”, “mesmo”, “porque”, “assim”, “só”. Essas palavras foram retiradas em todas as entrevistas quando notadas que foram utilizadas de forma a não contribuir com o contexto das falas. Tais formas foram entendidas como vício de linguagem do entrevistado.

Organização dos gráficos e figuras: na rodagem e descrições das entrevistas foram seguidas a sequência de: Gráfico de distribuição de palavras; Nuvens de palavras; Análise de similitude; Análise Fatorial Confirmatória e Dendograma. Ao ser feito nesta sequência, ocorreu uma padronização das descrições e uma agilidade para identificação de termos-chave e contextos que determinados termos estavam inseridos no corpus textual.

4 RESULTADOS DO CAMPO EMPÍRICO

Destinou-se esta seção a apresentar os resultados da pesquisa de campo realizada. Alinhando os resultados, foi descrito uma breve contextualização sobre a agricultura familiar no território brasileiro, conectando à agricultura no município de Cáceres. Em meio a contextualização, são apresentados dados referentes aos aspectos populacional, produtivo, ambiental, cultural, como também, observações de campo compondo a caracterização do território.

4.1 Características das unidades de estudo a partir da observação de campo

Foi observado durante as visitas e dia de campo nos assentamentos pesquisados que há uma relação de proximidade com algumas instituições referente a ações que giram em torno da assistência técnica, extensão rural, articulação política, qualificação educacional, fiscalização e segurança pública.

As instituições ligadas à agricultura familiar e aos assentamentos estudados são: A Secretaria municipal de agricultura; Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural; FASE ligadas ao atendimento, extensão e assistência técnica rural.

O trabalho realizado no território consiste na difusão de tecnologias de produção no manejo de animais de grande e pequeno porte, conservação do solo, recuperação de pastagens, plantio de culturas alimentícias, como também orientações sobre maquinário e estruturas que compõem a propriedade. No entanto, dessas instituições, apenas a FASE, instituição que tem trabalhos com a organização de mulheres na cozinha comunitária, inserção do cooperativismo/associativismo solidário e técnicas produtivas baseadas na transição agroecológica não participaram das entrevistas. Os contatos realizados diretamente na sede da instituição não tiveram sucesso em encontrar os técnicos, profissionais que trabalham ou trabalharam nesse território. Com isso, referente à assistência técnica e extensão rural, participaram a Secretaria Municipal e a EMPAER na primeira entrevista realizada e descrita a seguir no item 4.4.

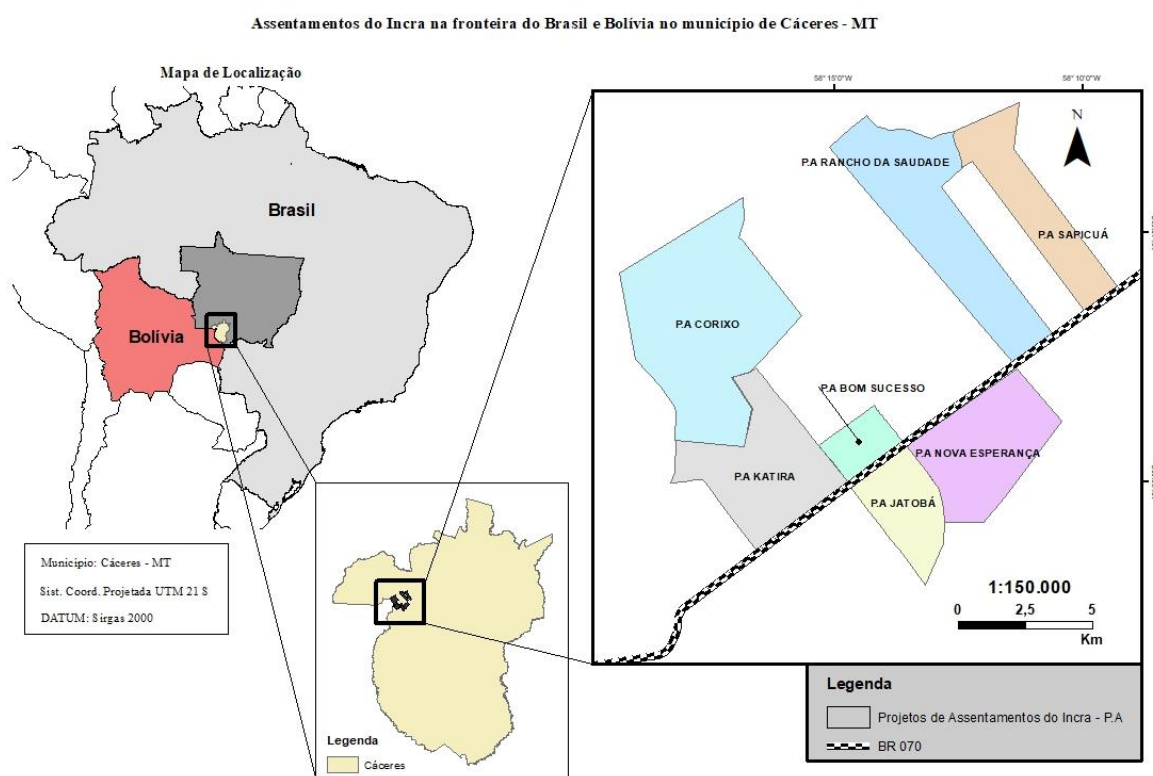
No atendimento a agricultores e agricultoras de assentamentos rurais, comunidades tradicionais, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais está presente no território dos assentamentos, promovendo articulação e mobilização políticas com os assentados. Esta instituição realiza trabalhos que envolvem palestras, cursos, oficinas, como também mobiliza participantes dos assentamentos para participarem de ações de outras instituições como meio

de transformação política e educacional dos participantes. Sendo essa instituição, a terceira participante das entrevistas que compõem o trabalho.

Órgãos que também fazem parte diretamente do cotidiano dos assentamentos, porém, não tem ações contínuas e proximidade com os participantes, foram aproveitadas como forma de trazer especificidades do território, como o INDEA, na liberação de dados acerca do rebanho e da legislação em áreas de fronteira; a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA); o Diretório Cáceres/MT, com dados ambientais físicos e legislativos.

Estas instituições públicas fazem parte da Câmara Técnica do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável do Município de Cáceres que conduzem, em conjunto com os atores sociais de territórios rurais, a implementação de políticas no referido município. Os Assentamentos estão vinculados ao Conselho Municipal, havendo participação direta na tomada de decisão do Conselho. Na figura 13 são ilustradas as características espaciais do território onde estão localizados os assentamentos.

Figura 12 – Assentamentos do INCRA na fronteira do Brasil e Bolívia de Cáceres-MT



Fonte: SEMA (2020).

Estudos aplicados foram realizados nesse território, evidenciando as características socioprodutivas, econômicas, ambientais e culturais, envolvendo atores sociais e institucionais. A seguir, um breve balanço de estudos aplicados por dimensões:

Aspectos socioambientais: Barros; Migliorini; Barros Neta (2015) descrevem que nos estudos sobre aspectos hídricos nos assentamentos Katira, Corixo e Rancho da Saudade identificou-se que a escassez hídrica é o principal problema ambiental dos agricultores assentados. Mesmo que haja solos compatíveis com a produção, são ocasionados, por esse fator ambiental, problemas no desenvolvimento de atividades que envolvam recursos hídricos.

Silva e Binzstok (2015) descrevem a escassez hídrica como fator decorrente de vários problemas relacionados à permanência das famílias, por afetar a geração de renda. A produção é afetada diretamente, principalmente aqueles relacionados à criação de animais.

Aspectos socioprodutivos: Mendes; Neves; Neves (2016) descrevem a presença do extrativismo nos assentamentos Corixo e Jatobá. Iniciado informalmente com as ‘Amigas da Fronteira’, o extrativismo agroflorestal é estratégia de organização do trabalho de famílias nesses assentamentos. Os produtos coletados são o Pequi e Cumbaru, espécies nativas da região, com predominância nas pastagens locais.

No desenvolvimento de assistência técnica rural na região, grupos com as mesmas atividades extrativistas e de beneficiamento formalizaram regionalmente a Associação das Produtoras Extrativistas do Pantanal (ARPEP), que é composta por produtoras de outros assentamentos da região de Cáceres que está se consolidando como uma rede extrativista. Scheuer; Botti; Neves (2015) relatam as características socioprodutivas da agricultura familiar nos assentamentos desta região, apresentam dentre as mais presentes, o cultivo de mandioca como produto que melhor se adapta à região e que não tende a demandar tarefas de manejo em relação às hortas, ao plantio de banana e de milho, que também são produtos com frequência nos assentamentos nesse território.

Aspectos socioculturais: Silva; Dan; Viegas (2017) destacam características socioculturais dos assentamentos Corixo, Nova Esperança, Jatobá, Sapicuá e Rancho da Saudade com a presença de agricultores assentados, oriundos das regiões Centro-Oeste, Sudeste, Sul e Nordeste. Nesses assentamentos foram identificadas relações culturais com os bolivianos em festividades, relações comerciais e competições esportivas.

Aspectos socioeconômicos: Silva e Binzstok (2015) descrevem que as características socioeconômicas dos assentamentos consistem na agropecuária referente à criação de bovinos de corte e leiteiro, aves e suínos para comercialização e consumo próprio. Para Silva; Dan e Viegas (2017), características socioeconômicas dos assentamentos Corixo, Nova Esperança,

Jatobá, Sapicuá e Rancho da Saudade têm como principal atividade econômica a pecuária; como fontes alternativas consiste em aposentadorias e em serviços esporádicos.

Na realização das visitas nessas instituições foi maciçamente relatado sobre a condição ambiental referente à escassez hídrica. Fenner et al (2014) destacam que variações muito grandes, como excesso de chuvas ou mesmo a ausência dessas, afetam de forma sistêmica o conjunto ambiental: solo, planta e atmosfera, atingindo a produtividade que estão inseridas nesse ambiente. Questões envolvendo a produtividade, principalmente pela ausência de recursos hídricos, foram mencionados como uma das causas de cada vez mais haver a diminuição do plantio de culturas no território.

Resistindo e se adaptando às condições ambientais no território dos assentamentos pesquisados, segundo Scheuer; Botti; Neves (2015); e Mendes; Neves; Neves (2016), encontra-se a produção de culturas como mandioca, milho, cana de açúcar e, como alternativas para o aumento da renda, o extrativismo do fruto do pequi, além da predominância da pecuária de corte e leiteira. Segundo dados do Instituto de Defesa Agropecuária do Mato Grosso (INDEA), com sede em Cáceres e com barreira sanitária no assentamento Corixo, nos dados entre 2001 a 2019 sobre o assentamento Rancho da Saudade, subiu drasticamente esta distribuição de rebanho nos entre 2011 a 2015, conforme o Gráfico 03 – Distribuição do rebanho no assentamento.

Gráfico 3 – Distribuição por ano do rebanho no Assentamento Rancho da Saudade



Fonte: INDEA (2020).

Na subseção 4.4, a seguir, são apresentados os resultados das entrevistas realizadas com os atores institucionais e sociais que diretamente atuaram na chegada das famílias e que exercem ações com os agricultores assentados neste território.

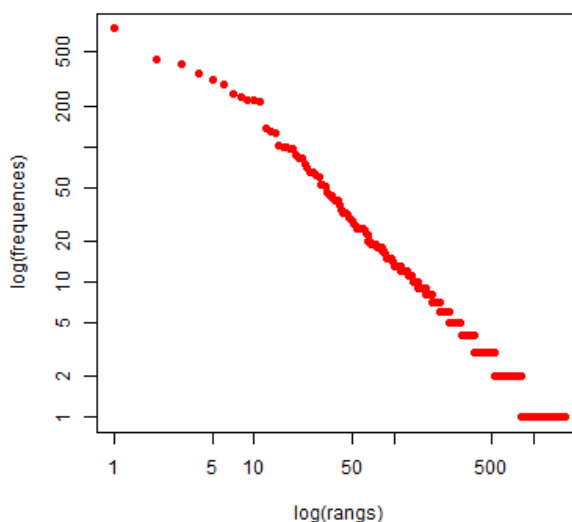
4.2 Resultados das entrevistas

As entrevistas realizadas com atores das instituições públicas e sociais foram autorizadas pelos participantes mediante Termo de Consentimento Livre Esclarecido, sob o protocolo CAAE: 33583320.6.0000.0021 no Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. As entrevistas ocorreram até o início da pandemia do Covid-19. Precauções como distanciamento, uso de máscaras foram realizadas.

A Assistência técnica e extensão rural pública no município de Cáceres

Iniciando a descrição dos resultados obtidos na entrevista realizada com os técnicos agropecuários da EMPAER e da Secretaria Municipal de Agricultura foram gerados um corpus textual de 10.698 ocorrências (Number of occurrences) de palavras, em decorrência de 1.653 (Number of forms) palavras que se repetiram durante a entrevista e em 853 (hapax) palavras se repetiram uma única vez. As distribuições dessas ocorrências podem ser interpretadas no gráfico 04 – Gráfico de distribuição de palavras da primeira entrevista referente à extensão rural, inserido a seguir.

Gráfico 4 - Distribuição de palavras da entrevista – Extensão e Assistência Técnica Rural no município de Cáceres – MT



Fonte: Elaborado pelo autor, por meio do Iramuteq (2021).

Na ilustração da figura 14 tem-se ao centro palavras em maior projeção, tanto em tamanho quanto em concentração de cor nessas palavras. Isso decorre pela maior frequência destas palavras referidas nesta entrevista. Em relação às palavras com maiores frequências são: Assentamento, Projeto e Produtor e palavras com menores frequências são entre elas: conhecimento, humano, pescador, sendo que estas últimas estão concentradas nas bordas da nuvem pela baixa frequência nas falas.

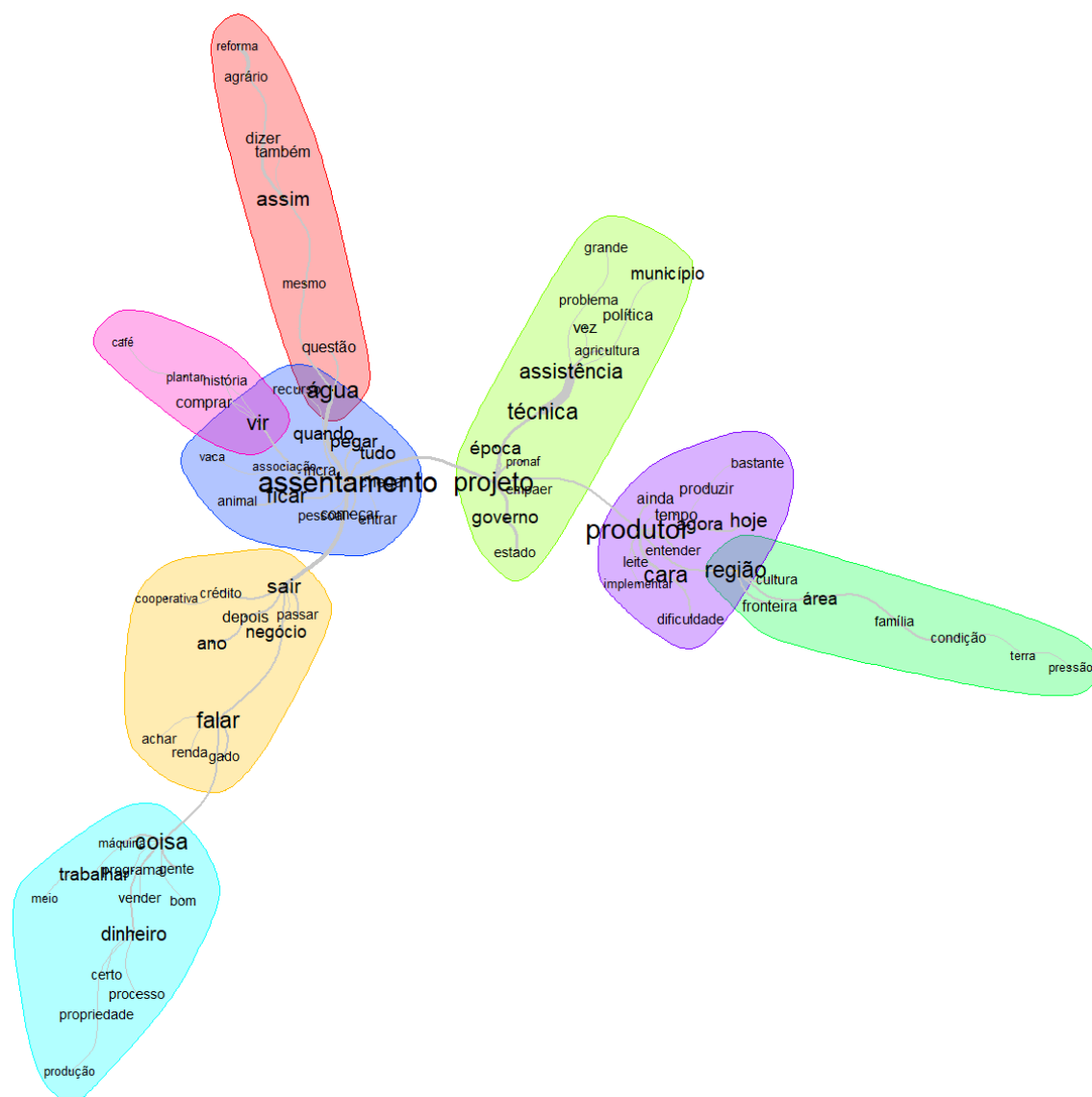
O destaque das palavras “assentamento, projeto e produtor” e outras palavras em evidência como “água, cara, dinheiro, falar, técnica, governo, região, política, municípios” estão relacionados ao posicionamento dos técnicos entrevistados acerca da organização das famílias e implantação dos assentamentos rurais. Foram relatados que anteriormente a divisão de lotes pelo INCRA, os órgãos públicos de assistência técnica, extensão rural e de defesa sanitária teriam periciado as condições de solo, recursos hídricos e questões jurídicas, pelo fato de o território ser fronteira com a Bolívia e aquela área era um vazio sanitário, foi considerado pelos técnicos que a área era imprópria para assentar as famílias.

Mesmo com os laudos das instituições públicas referendando principalmente sobre a acidez do solo e a escassez hídrica, foi loteado para as famílias acampadas e demais famílias que chegaram durante as distribuições dos lotes que originaram nos 7 assentamentos que compõem o território. Os termos “água, cara, dinheiro” tem suas referências ao processo de chegada da água para as famílias, por meio de encanamento de uma lagoa e por caminhão pipa, tornando-se, assim, oneroso para todas as famílias assentadas.

Os termos “técnica, governo, região, política, município” fazem referência ao não atendimento às indicações técnicas da época e a pressão política para que fosse resolvido o problema da água no território. Um ponto ressaltado pelos entrevistados é que muito foi prometido aos assentados sobre água, qualidade de vida, saúde, educação, porém, essas questões não foram aplicadas no território.

A conectividade das palavras representadas com maior frequência nas falas dos participantes, podem ser visualizadas a partir da ilustração da Figura 15, Análise de similitude, que em sua comunicação visual demonstra as ‘veias’ ou ‘canais’, que conectam os grupos de palavras e que possam introduzir a contextos descritos.

Figura 14 – Análise de similitude da entrevista – Extensão e Assistência Técnica Rural no município de Cáceres – MT



Fonte: Elaborado pelo autor, por meio do Iramuteq (2021).

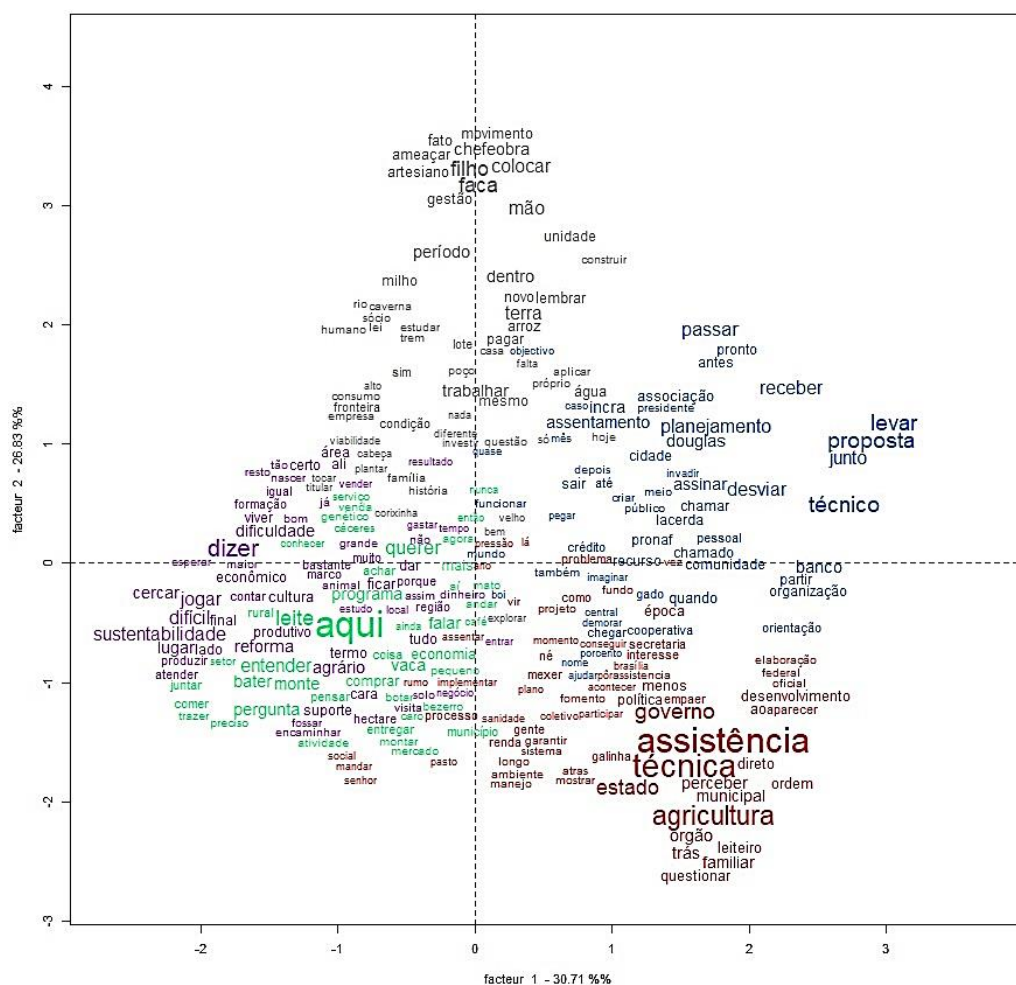
A Análise de similitude demonstra a conectividade entre os termos e os clusters ou grupos que estas palavras se encontram. Podemos identificar pelos Clusters que a conexão entre a palavra: “assentamento”; “projeto” e “produtor” com maior tamanho e coloração nos 03 clusters do centro para a direita, estão ligados à “assistência técnica”, “política” e “agricultura”. Os outros dois clusters identificados no centro da figura para a parte inferior, se nota as palavras muito próxima de tamanho e coloração, sendo as palavras: “sair” e “negócio”; “falar”; “coisa” “trabalhar” “dinheiro”.

As relações das palavras ilustradas foram enfatizadas pelos entrevistados como a possível consolidação de ATER para o desenvolvimento de atividades na agricultura, diversificação de culturas vegetais, como também na criação de animais para o consumo e a comercialização.

O pensamento dos técnicos de ATER apresentadas são mecanismos que Castro (2015); Rocha Junior et al (2019) apresentam como a função da criação da EMBRATER e, posteriormente, as unidades estaduais denominada EMATER foram as instituições públicas criadas para o trabalho de inserção de novas técnicas e metodologias para a inovação na agropecuária.

A concepção de diversificação da produção, do autoconsumo são características da agricultura familiar que usa destas estratégias no desempenho de suas atividades de forma adaptativa e alcançando de forma flexível a sua sobrevivência a diversificação de sua produção nos territórios rurais (MENASHE et al., 2008; MATEI, 2014). De forma agrupada, os encontros das classes geradas pelo *Iramuteq* podem ser visualizados a partir da Figura 16, Análise Fatorial Confirmatória, a seguir, ilustrando a interligação das palavras por meio de suas classes identificadas por cores diferentes.

Figura 15 – Análise Fatorial Confirmatória da Entrevista – Extensão e Assistência Técnica Rural no município de Cáceres – MT



Fonte: Elaborado pelo autor, por meio do Iramuteq (2021).

A AFC ilustra o encontro das classes de forma agrupada apresentadas no dendograma. Os segmentos textuais descritos foram retirados do corpus textual da entrevista pela representatividade do seu ‘score’. Esta representatividade é realizada por meio do número de palavras com maior número de repetições. Como exemplo, o segmento textual da classe 1 obteve o *score* de 189,34, palavras que estão destacadas na cor vermelha “assistência técnica, EMPAER, órgãos oficiais, Secretaria de Agricultura” foram palavras que tiveram alto número de repetições e estão grupadas no segmento de texto descrito.

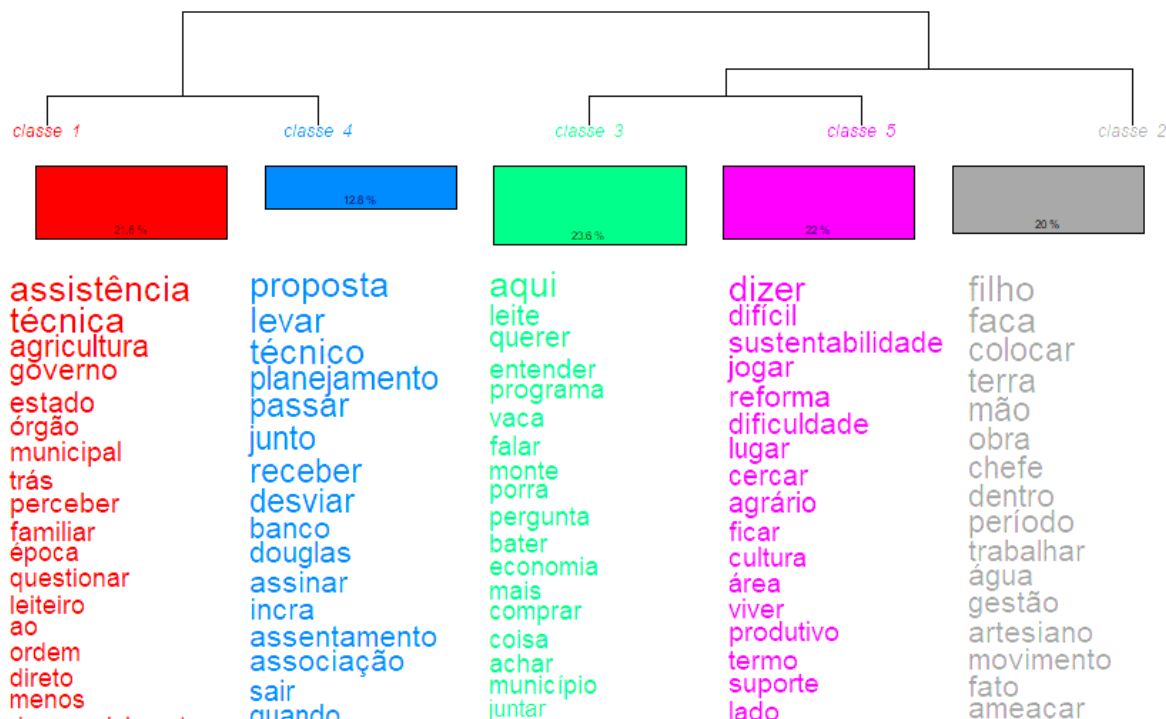
Pela figura da AFC conseguimos enxergar o encontro da Classe 1 representada pela cor vermelha e a Classe 4 representada pela cor azul clara se encontram no quadrante inferior direito. Oriundas do enfoque que os entrevistados descreveram, essas classes expressam uma aproximação sobre o processo histórico de enfraquecimento e de baixos investimentos na PNATER e ATER como política pública que corrobora para o desenvolvimento territorial. Os entrevistados expressaram que no âmbito municipal poderiam resolver o problema de baixos investimentos na ATER com a criação do fundo municipal da agricultura familiar.

A Classe 2, representada pela cor cinza, que subdivide nas Classes 3, representada pela cor verde, e a Classe 5 representada pela cor roxa, se encontram a partir do quadrante superior esquerdo para o quadrante inferior esquerdo. Nota-se que o encontro das duas partes de classes se dá pela cor azul da Classe 4, com a cor cinza da Classe 2. Isso ocorre pela presença de palavras-chave como terra, trabalho, poço artesiano, assentamento e Incra serem palavras encontradas em vários segmentos de textos dessas classes.

Os quadrantes visualizados na figura anterior podem ser gerados no Iramuteq a partir das classes criadas pelo software em referência às frequências das palavras. Cada segmento textual gera um *score* em que aparecem a maior quantidade de palavras com alto volume de repetição relacionadas. Essas classes são vistas na Figura 17 – Dendograma ilustrada a seguir.

As lematizações realizadas para a criação das classes são feitas pelo Iramuteq a partir da Classificação Hierárquica Descendente que na entrevista com os extensionistas rurais está dividida em dois grupos. O primeiro grupo consiste na Classe 1 representando 21,6% do total do corpus textual e da classe 4 que representa 12,8% do corpus textual. Estas duas Classes representativas do corpus textual fazem referência na Classe 1 ao trabalho organizacional da assistência técnica nos assentamentos e ao processo histórico de distribuição da água na Classe 4.

Figura 16 – Dendograma da Entrevista – Extensão e Assistência Técnica Rural no município de Cáceres – MT



Fonte: Elaborado pelo autor, por meio do Iramuteq (2021).

Na Classe 1 é identificado que com o aumento de escritórios privados e a influência de projetos envolvendo políticas de gestão, a assistência técnica pública foi sobrecarregada por iniciativas, principalmente privadas, que foram contempladas nas chamadas públicas para assistência técnica rural, para a elaboração de projetos para o PRONAF e não atenderam as necessidades dos assentamentos. As passagens textuais a seguir foram retiradas da Classe 1, indicando os maiores *escores* da classe.

Score: 189.34 [...] Só que eles não dão **assistência técnica**, e vem atrás da **EMPAER**, dos **órgãos oficiais**, atrás da **Secretaria** de **Agricultura** para orientação quanto à pastagem, para coletar amostra de solo, para fazer análises, recomendação para fazer adubos, calcário, doença da galinha, do porco [...]

No contexto dessas falas são demonstradas que a partir do momento em que a instituição pública ou privada é a responsável na prestação de assistência técnica em determinado território, são destinados, conforme edital da chamada pública, recursos financeiros para tal atendimento. Quando não é realizado ou não atendido de forma satisfatória, o produtor deste território procura os órgãos oficiais que acabam aumentando a sua demanda de trabalho, consumo de recursos financeiros, técnicos e estruturais para território onde outras empresas receberam tais recursos para a atuação. Conforme os entrevistados, desde a década de 1980, as instituições

públicas de assistência técnica sofrem com pouco investimento financeiro, tecnológico, concurso público, dentre outros.

Soluções para assistência técnica e extensão rural no trabalho de atendimento ao produtor, segundo os entrevistados, é a formação de um fundo municipal, a partir de captação de recursos externos, principalmente de editais que buscam o desenvolvimento rural sustentável, conforme a seguinte passagem:

Score: 178,41 o fundo da agricultura pode ser uma estratégia de desenvolvimento da agricultura, não importando o território, caindo o recurso direto para a assistência técnica local e a política de desenvolvimento da agricultura [...]

A classe 4 aproxima a assistência técnica ao trabalho de distribuição da água nos assentamentos, que no contexto da entrevista se refere a inserção dos agricultores e agricultoras no território da fronteira sem condições ambientais favoráveis, por ter identificado a escassez hídrica no território. As passagens seguintes apontam o trabalho das intuições Incra e EMPAER com os agricultores na distribuição de canos no território.

Score: 98.65 [...] e com isso pegamos essa tubulação que hoje está funcionando perfeitamente, porque foi feito um planejamento técnico, porque não houve uma interferência política, que é o que realmente funcionou, que são aqueles 5 e 6 assentamentos em que foi levado água [...].

Score: 93,30 [...] planejamento técnico de verdade e não político, onde implementou com a sobra do recurso, apenas com a sobra da tubulação antiga que o INCRA tinha implementado e não deu certo, a sobra desse recurso foi alocada para aquele poço manual de onde capta água até hoje [...].

No segundo grupo estão a Classe 2 com 20% do corpus textual, seguida da Classe 3 com 23,6% do corpus textual e a Classe 5 com 20% do corpus textual. Essas classes são constituídas nas falas em relação ao trabalho, mão de obra no território da fronteira e participação de representantes na política municipal, conforme as passagens:

Score: 130.69 [...] quantos vereadores que têm na câmara representam o produtor? Que fala, que bate no peito, me fala? [...]

Score: 91.58 [...] os assentamentos já enxugaram a mão de obra excedente [...] então a mão de obra ficou cara [...]

Score: 76.38 [...] foram para lá, certo que 90% não estão mais hoje lá, e nem são mais os principais, mas eles sabiam a condição ali, da terra [...]

Mesmo com as condições de trabalho das famílias dos agricultores assentados precárias, no contexto da entrevista, foi realizado um histórico sobre a ocupação do território e o processo de adaptação no território em que ocorreu pressão de movimentos sociais para a inserção das famílias que já estavam em barracos de lona onde hoje são os assentamentos Bom Sucesso,

Nova Esperança e Jatobá. Na ocasião foram utilizados o PRONAF como instrumento de desenvolvimento do território para a construção de moradias, aquisição de animais, sementes, implementos que colaboraram na chegada e na permanência das famílias. Outras ações da área social de ATER se concentraram na organização das lideranças sociais para a formação informal sobre beneficiamento de alimentos como o cumbaru/barú, pequi para o consumo e comercialização a partir do extrativismo.

Em relação à produção dos assentamentos, os entrevistados relataram que com a adaptação das famílias ao território, mecanismos de comercialização organizados a partir de novas feiras no município de Cáceres são interessantes para a geração de renda, porém, esses mecanismos de comercialização têm que ser estruturados e formalizados pelo fato que na maioria das feiras existentes não há a presença de produtores locais ou seus representantes, mas sim, de atravessadores ou produtores de outros municípios. Schneider; Ferrari (2015) descrevem a possibilidade de os produtores e consumidores interagirem entre si pelas cadeias curtas agroalimentares como uma proposta de produção e comercialização integrada.

O conflito de interesses da assistência técnica rural pública e as formas de alocação desse serviço no território são realizados por meio das chamadas públicas, em que geraram uma divisão de Assentamentos atendidos. Outro ponto nesse contexto relatado sobre a assistência técnica e extensão rural pública eram os baixos investimentos em estrutura física, tecnológica, logística e principalmente de pessoal, como relatado na empresa estadual de assistência técnica, que ficou mais de 15 anos sem realização de concurso para novos servidores.

Castro (2015) descreve sobre a baixa capacidade de alcance das empresas técnicas estaduais está ligada a extinção da EMBRATER e referente a crise fiscal dos estados na década de 80 e 90. Com a referida extinção, os estados passaram a ser os principais mantenedores das empresas técnicas rurais e com o baixo investimento, empresas privadas expandiram para territórios não atendidos pelas empresas públicas. Na situação, encolhimento das ações das empresas públicas de assistência técnica e conforme Duarte e Castro (2004) a criticada entrada das empresas privadas nacionais e multinacionais no território brasileiro pelos conflitos de interesse entre setor público e privado, ocorreu de muitas vezes, o contato de agricultores com profissionais do setor agrário foi por meio das empresas privadas.

Observou-se que as instituições públicas de assistência técnica estiveram presentes desde a criação dos assentamentos. Fora relatado um conflito de interesses após a instalação das famílias, principalmente ocasionado pela contratação de novas empresas e chegando a ter 3 empresas prestando serviço no território da fronteira.

Mesmo com as divisões de atendimento técnico rural e a capacidade de recursos para trabalho de ATER, foi relatada a aproximação e relação de confiança entre os agricultores assentados e as instituições públicas que em conjunto, organizaram ações para o desenvolvimento em relação à degradação do solo, escassez hídrica, organização produtiva. Não importando de qual empresa o assentamento recebia o atendimento técnico, reuniões com as empresas públicas e o sindicato dos trabalhadores rurais foram organizadas para realização de cursos, palestras, oficinas e também nas formalizações jurídicas por meio das associações.

Utilizando-se das classes geradas pelo software *Iramuteq* e as observações de campo, a perspectiva da assistência técnica envolvem-se com as categorias analíticas:

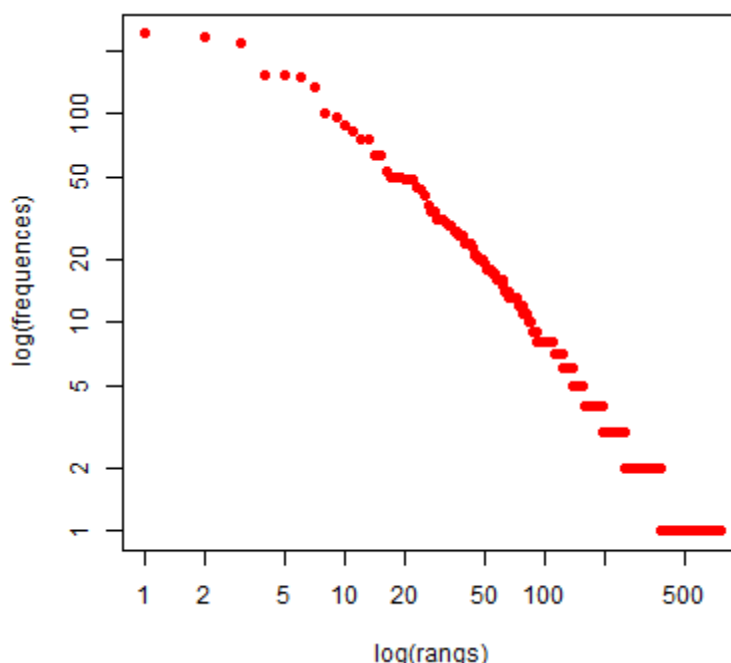
- Agricultura familiar: na perspectiva da produção agroalimentar e a inserção de técnicas, metodologias que possam favorecer a produtividade dos territórios.
- Território: perspectiva ambiental em detrimento à condução de estratégias a partir de tecnologias sociais como as barraginhas, que foi relatado na entrevista como uma estratégia que auxilia no armazenamento de água em superfície e, também, na manutenção do lençol freático por ajudar na infiltração da água.
- Gestão territorial: a perspectiva da interorganização dos atores territoriais na criação de estratégias junto ao município para captação de recursos, planejamento e tomada de decisão territorial por de meio decretos e leis.

Observa-se incidente tecnicismo nas falas dos entrevistados para com as atividades agrícolas no território. No entanto, ocorre a condução de uma proposta no campo da gestão para que a assistência técnica se torne independente financeiramente no município como evidenciado na Classe 1. Outro ponto ressaltado na entrevista foi a criação de lei municipal e a atualização do plano de desenvolvimento territorial do município de Cáceres. O entendimento é que os conflitos de interesse denominado ‘político’ entre governantes afetam diretamente o setor e a estruturação, que por meio de lei poderia ser o primeiro passo para estabelecimento de 3 grandes campos de atuação: legislativa - por meio das leis ligadas à agricultura e a seus programas fiscalizados pela Câmara e Conselho municipal; a técnica - composta pelos órgãos e empresas de assistência técnica pública e privada e; social - representadas pelas associações e cooperativas dos territórios. Este entendimento visaria o fortalecimento do Conselho Municipal frente ao poder político municipal na atuação nos territórios rurais do município e a maior inclusão dos produtores rurais na tomada de decisão sobre os programas a serem planejados e implantados.

O Sindicato

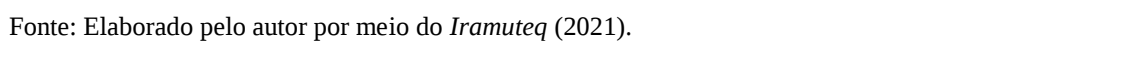
Dando continuidade às descrições dos resultados obtidos na entrevista realizada com a presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras rurais de Cáceres (STTS), foram gerados um corpus textual de 4.955 ocorrências (Number of occurrences) de palavras em decorrência de 1.092 (Number of forms) palavras que se repetiram durante a entrevista em 625 (hapax) palavras se repetiram uma única vez. As distribuições dessas ocorrências podem ser interpretadas no gráfico 05 – Gráfico de distribuição de palavras da segunda entrevista referente ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras de Cáceres, inserido a seguir.

Gráfico 5 – Distribuição de palavras da entrevista – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras de Cáceres – MT



Fonte: Elaborado pelo autor por meio do Iramuteq (2021).

Nota-se na distribuição das palavras a partir do eixo frequência demonstrada verticalmente – log (frenquences) que há um conjunto significativo de palavras que obtiveram acima de 50 repetições e que a grande maioria das palavras ficam com alta repetição no eixo horizontal – log (rangs). Na utilização do *Iramuteq*, essas frequências são evidenciadas pela 625 (hapax) palavras repetidas uma única vez como demonstrada no eixo log (rangs) e a distribuição das 1.092 (Number of forms) palavras que em sua grande maioria ficou entre 1 e 20 repetições. As ilustrações das palavras desta distribuição podem ser observadas na Figura 18 – Nuvem de palavras, a seguir.

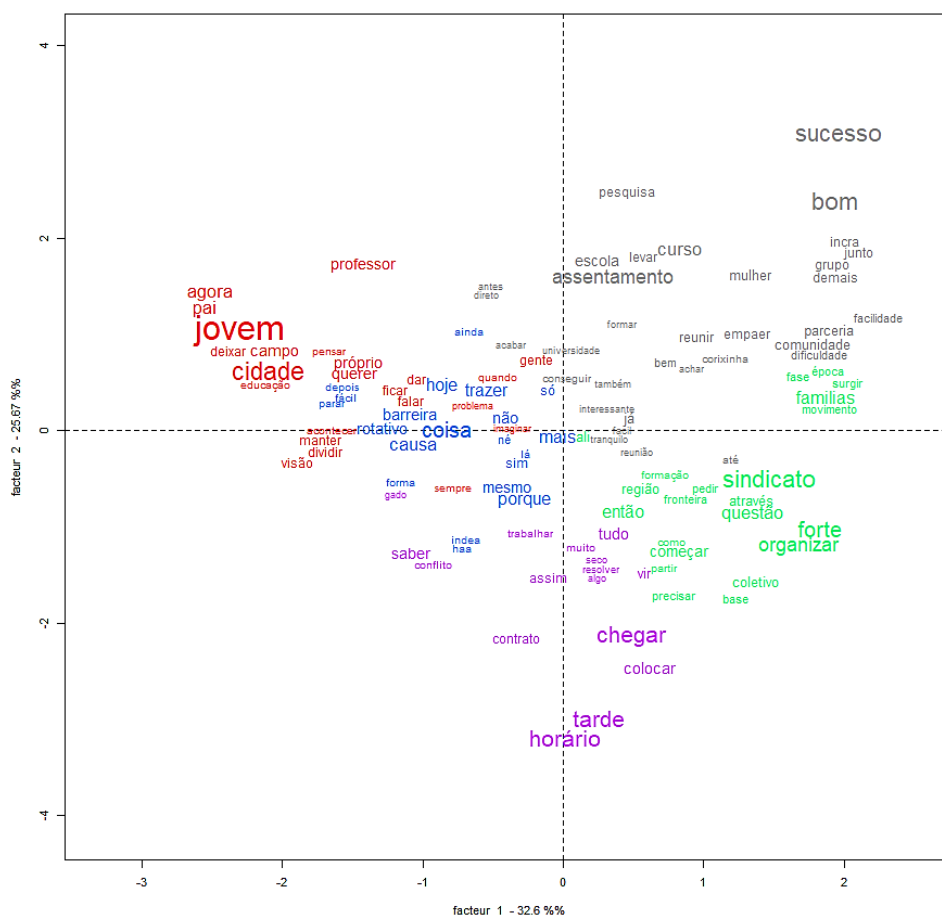


As conexões dessas palavras são referentes ao que a entrevistada expôs sobre a participação dos agricultores em ambientes governamentais se inserindo nas discussões de suas próprias necessidades. Paula (2005) descreve essa inserção como a participação popular por meio de base sindical em debates com instituições públicas na formação de agenda para as

As conexões dessas palavras são referentes ao que a entrevistada expôs sobre a participação dos agricultores em ambientes governamentais se inserindo nas discussões de suas próprias necessidades. Paula (2005) descreve essa inserção como a participação popular por meio de base sindical em debates com instituições públicas na formação de agenda para as

ações de interesse dos participantes. Logo, as iniciativas de mobilização territorial das famílias assentadas feitas pelo STTR refletem na busca por mudanças locais e a inclusão participativa. Os encontros dessas cluster's podem ser visualizados na Figura 20, – Análise Fatorial Confirmatória, a seguir.

Figura 19 – Análise Fatorial Confirmatória da entrevista – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras de Cáceres – MT



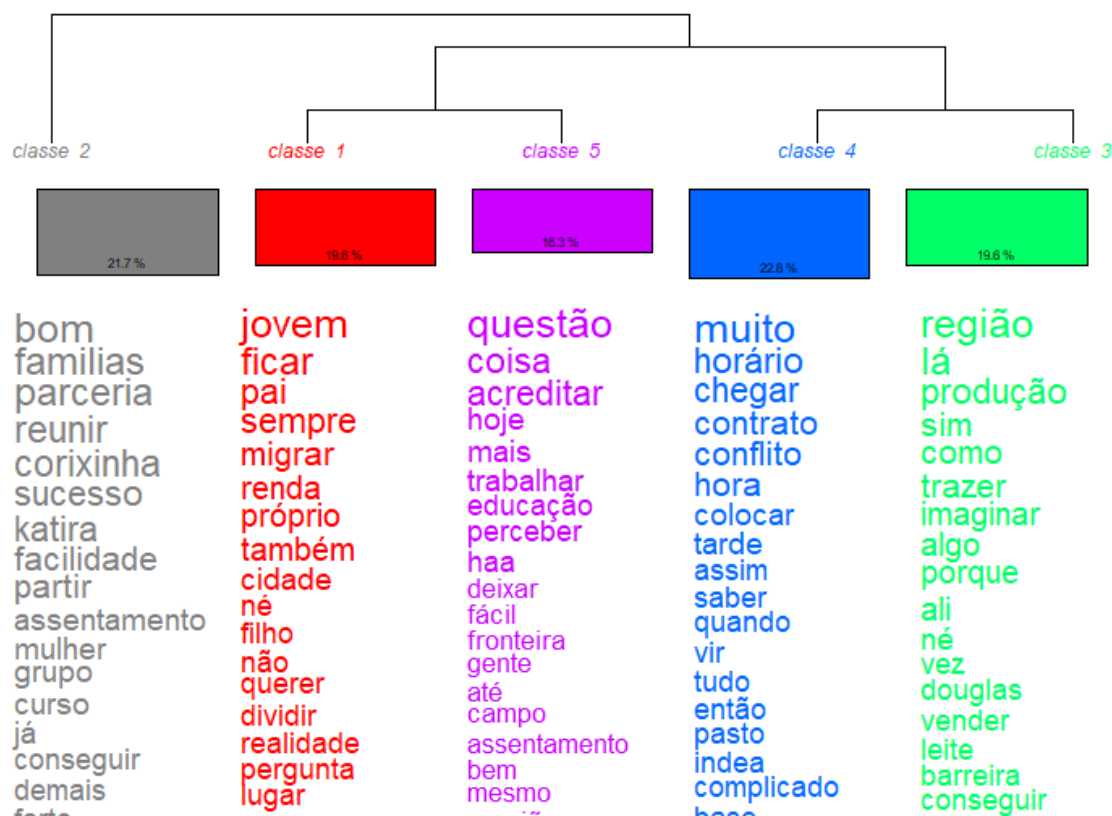
Fonte: Elaborado pelo autor por meio do Iramuteq (2021).

Pela figura da AFC, conseguimos notar o encontro das Cluster's. A Classe 2 representada pela cor cinza com 21,7% do total do corpus textual, se localiza no quadrante superior direito conectando a Classe 1 em vermelho no quadrante superior esquerdo e ao quadrante inferior direito com a Classe 5 com 16,5 % e a Classe 3 em verde com 19,6% do corpus textual. A Classe 4 em azul com 22,8% do corpus textual se localiza no canto inferior esquerdo, encontrado com as Classes 1, 5 e 4.

Os clusters visualizados na figura anterior podem ser encontrados no *Iramuteq* a partir das classes criadas pelo software em referência às frequências das palavras. Essas classes são

vistas na Figura 21 – Dendograma ilustrada a seguir formadas por dois grupos de classes que expressam as palavras mais frequentes na entrevista no STTR.

Figura 20 – Dendograma da entrevista – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras de Cáceres – MT



Fonte: Elaborado pelo autor por meio do Iramuteq (2021).

O primeiro grupo consiste na Classe 2 representando 21,7% do total do corpus textual e da classe. O segundo grupo consiste nas Classes: 1 19,6%; Classe 5 16,3%; Classe 4 22,8% e a Classe 3 com 19,6% do corpus textual total. Dialogando com as classes criadas e as primeiras palavras referentes a cada classe 1 – Bom e familiar; 2 – Jovem e Ficar; 3 – Questão e coisa; 4 Muito e horário; 5 – Região e lá, estão ligados intrinsecamente as pessoas do território, desde a questão de marcar horários para reuniões, cursos, palestras até a questão de como manter os jovens empregados no assentamento. Foram retirados e inseridos abaixo trechos das entrevistas de acordo com as classes representadas na figura 16 para entendermos os contextos em que essas palavras estão inseridas.

Score: 114.07 [...] O Katira e Bom Sucesso que já tem um pouco mais de atuação do Sindicato, é porque quando aquelas famílias foram chegando na Katira e Bom Sucesso, tiveram uma parceria junto ao INCRA para que o Sindicato inscrevesse famílias para estar indo para esses Assentamentos [...].

Score: 106.23 [...] **Bom Sucesso**, **Katira** e **Corixinha** são diferentes, você convoca uma reunião, a comunidade vem em peso. A gente tem essa **facilidade** de se **reunir**, é advinda do movimento social integrado [...].

As passagens descritas acima são referentes à Classe 2. Nesta se observa a proximidade que o sindicato tem com os assentamentos que desde o início da ocupação estiveram presentes na mobilização e nas articulações junto aos assentados e movimentos sociais do campo. A presença integrativa dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e os movimentos sociais do campo está na proposta de atuação pontuada por Brenneisen (2004), em estabelecer entre agricultores assentados a proposta do trabalho comunitário visando a coletividade e a organização associativa.

Compondo a integração das Classes 4 e 3, os direcionamentos das falas envolvem questões estratégicas para mobilização acerca de locais e horários em relação à produção e à comercialização de seus produtos. É destacada a relação com os bolivianos também envolvendo a comercialização.

Score: 73.39 [...] Naquela **região** ali... é porque mexe com o **leite** e essas coisas às vezes tem que levar o **leite** no resfriador, senão você vai **conseguir** uma **reunião** lá pelas 9 h, na **hora** que está aquele sol forte [...]

Score: 70.81 [...] e a relação com os bolivianos, você percebe interação, eu acho assim. Como eles têm a **produção**, às vezes nem todo mundo tem condição de trazer os **produtos** aqui para a **cidade** [...]

A questão envolvendo a comercialização de produtos salientada na última fala, é em relação que, para levar até o município de Cáceres, o produtor percorre entre ida e volta, cerca de 100 quilômetros e até a cidade de San Matias, apenas 40 quilômetros. Logo, a comercialização de produtos na Bolívia é feita constantemente e se tornou um meio de criação de renda com vendas de frutas, verduras, pequenos animais, pães e doces.

A relação dos brasileiros e bolivianos nos assentamentos rurais e no próprio território boliviano é pacífica e de trocas, aponta a entrevistada. As igrejas com suas atividades nos assentamentos interligam brasileiros e bolivianos por meio dos cultos, das missas e das atividades festivas. Outro ponto de relação é a absorção de mão de obra braçal dos bolivianos no território brasileiro. Como também presente no assentamento Corixo, há algumas famílias formadas entre brasileiros e bolivianos.

É observada na Classe 1, a presença nas falas da entrevistada sobre o entendimento gradativo no processo de sucessão rural e as expectativas dos jovens com estudo e trabalho fora dos assentamentos.

Score: 98.58 [...] Qual atrativo a gente poderia fazer para **deixar** esses jovens ali e **não migrar** para a **cidade**? E.... aonde são os próprios pais que vão mantê-los, ali na **cidade** né? [...]

Score: 86.30 [...] na universidade vou ter meu **próprio** emprego, **quero** ter minha **própria renda**, porque a família de agricultores **sempre pensa**, o **pai** é quem administra o sítio, **a renda**. E da forma como está hoje, temos que **pensar** na geração de **renda** também para os **filhos** [...]

Na primeira linha da segunda passagem da entrevista é feita uma fala sobre o que é ouvido dos jovens nas reuniões do sindicato. Se nota uma questão que possa aproximar o jovem que mora no campo a expectativa de ter sua própria renda, moradia e não depender restritamente de suas famílias. Aproximando da Classe 1, a Classe 5 traz a perspectiva descrita pela entrevistada nos caminhos adotados para a realização de formações com os assentados pelos cursos e pelas reuniões.

Score: 65.05 [...] teve audiências, teve um monte de **coisa** que começou desde o limão e foi até a **fronteira** na época de 2010. **Trabalhamos** bem a **questão** de **educação** do **campo** com o IFMT, UNEMAT e Secretaria de **Educação** [...]

Score: 63.99 [...] a **gente** faz isso, cursos... quando é uma **coisa** de formação, porque quando é reunião de interesse do assentamento eles vão mesmo... haa... é para falar de uma **questão** ambiental, é para falar de um recurso, aí eles animam, ficam curiosos e vão [...]

Notou-se que o STTR está presente no cotidiano dos agricultores assentados em ações que os organizam entre vários pontos: ações coletivas para geração de renda, sucessão familiar, organização política, organização produtiva e a formação crítica sobre a realidade vivida nos assentamentos. Argumentado pela entrevistada sobre a atuação do sindicato nos assentamentos que também está em articular ações de instituições públicas municipais e estaduais em parcerias com as associações dos assentamentos para que possam ser atendidos com cursos técnicos e qualificantes, principalmente, em relação aos processos de produção agropecuários.

A condução das ações do sindicato está em torno da participação social dos agricultores assentados, sendo que o principal meio articulador para a criação do interesse participativo é feito pelas discussões educacionais nas reuniões, palestras e cursos. A ideia central do trabalho do sindicato corrobora com a formação da gestão social empregada por Fisher (2012), no que tange à concepção de serem ancoradas territorialmente as inter-relações para se pensar o território localmente com os atores territoriais.

A interação das atividades nos assentamentos rurais realizados pelo STTR destacado pela entrevistada é a de que no contexto brasileiro os sindicatos e movimentos sociais foram organizações que conseguiram romper paradigmas no setor agrário. Martins (1999) expõe, acerca dessas organizações sociais, sindicais e eclesiais, que essas fizeram parte das mudanças

no setor agrário com a proposta da reforma agrária brasileira. Como exemplo da capacidade de atuação do STTR, a mobilização dos agricultores assentados dentro do território atende setores como a saúde com os agendamentos e atendimentos de consultas na Secretaria Municipal de Saúde; Educação, com a organização de cursos, oficinas, palestras com os agricultores assentados, professores, técnicos das escolas e bolivianos.

Outro trabalho realizado pelo sindicato consiste em entrevista que se chamou de articulação institucional, se referindo à criação de laços entre o sindicato e as instituições públicas municipais e estaduais. As reuniões do Conselho Municipal de Agricultura são realizadas na sede do sindicato, que também contribui com a hospedagem de agricultores e conta com o atendimento de digitação, emissão de guias, elaboração de contratos, entre outras atividades administrativas.

Compreendeu-se que o trabalho do sindicato indica a criação de espaços de diálogos com os agricultores assentados e a construção de ambiente que os aproximam via participação em reuniões, cursos, palestras para resoluções dos problemas locais. Outro tocante em relação ao incentivo da participação social em nível local e municipal, como por exemplo, no Conselho Municipal de Agricultura, também na criação de espaços de falas, troca de conhecimentos e a interesse na tomada de decisão. A criação de espaços de participação social segundo Tenório (1996; 2006), é a proposta de se compreender problemas sociais por um modelo multidimensional com a identificação, planejamento, realização da ação e acompanhamento integrado à sociedade.

Resultado da participação dos agricultores assentados nos espaços de diálogo é a leitura dos problemas encontrados nos assentamentos. Problemas iniciais, como a ausência de água potável para consumo humano e animal; baixa infraestrutura de moradia; baixa produção de alimentos, são problemas enxergados como parcialmente superados. Questões ouvidas sobre a água dos assentamentos estão em relação ao seu alto consumo. O domínio de práticas produtivas levou ao crescimento do número de animais, plantio de lavouras e com isso, o consumo do recurso natural aumentou ao longo desses anos. O problema inicial de ausência do recurso hídrico durante a primeira década de assentamento evoluiu para como regular o consumo ou avaliar a capacidade do poço que abastece os assentamentos.

Questões envolvendo a infraestrutura de moradia das propriedades em geral passaram a ser menos ouvidas e questões envolvendo a infraestrutura das estradas, escolas e posto de saúde passaram a ser pontos de discussão e reivindicação nos assentamentos. A entrevistada reitera essa mudança de narrativa dos agricultores assentados pela oportunidade de participação e a abertura dos espaços de diálogo. Resultados na atenção sobre os assentamentos rurais vem

promovendo a criação de calendários de consultas junto a secretaria de saúde, como também, as parcerias com a secretaria de obras para manutenção das estradas.

O envolvimento da participação social em processos de tomada de decisão em território de agricultura familiar é destacado por Samper (2019) como o meio de atores sociais e instituições promoverem no coletivo ações organizadas pensando o território local. Porém há desafios a serem superados, segundo a entrevistada, no que tange à articulação entre os atores sociais, instituições públicas e privadas na construção de um processo coletivo e participativo. Tais desafios são destacados por Zani e Tenório (2014) na construção dos colegiados territoriais, na inserção do setor privado aos objetivos das políticas públicas territoriais, no alinhamento de programas territoriais e no atendimento ao enfoque territorial da gestão participativa e social de territórios rurais.

Ilustradas pelas classes geradas na entrevista com a presidente do STTR se apresenta um apego às relações no território como descritas nas passagens da Classe 2 – 3 – 4 – 5 com a efetividade de atuação no território e os agricultores assentados na organização social, educacional e política. Outro ponto é a percepção cultural no relacionamento com os bolivianos iniciados pela comercialização de produtos alimentares. Notou-se a estruturação do trabalho sindical de atuação na agricultura familiar nas classes 1 – 4 – 3 ao se pensar a inserção dos jovens do campo durante a sua formação acadêmica e a sua volta para o território para que possam renovar e gerar a sucessão rural. Outro ponto nessas classes está no entendimento do cotidiano do território. Ao se pensar as atividades a serem executadas é compreendido inicialmente os fatores relacionados ao horário de ordenha e entrega do leite, localização para que tenha a participação desejada.

As classes conduziram alocação nas categorias analíticas abaixo descritas por destacarem os seguintes postos-chave do território:

- Agricultura familiar: pensar a produção integrando mecanismos de incorporação dos jovens do campo; estabelecer formação técnica e reflexiva sobre a agricultura familiar e a incorporação de tecnologias sociais.
- Território: Entender o cotidiano local, suas relações sociais, religiosas, históricas para contribuir com o desenvolvimento territorial; fortalecer troca cultural entre brasileiros, bolivianos e criar mecanismos de fortalecimento dos territórios dessas trocas; dar voz para as demandas territoriais a partir dos agricultores assentados alicerçando canais de comunicação.

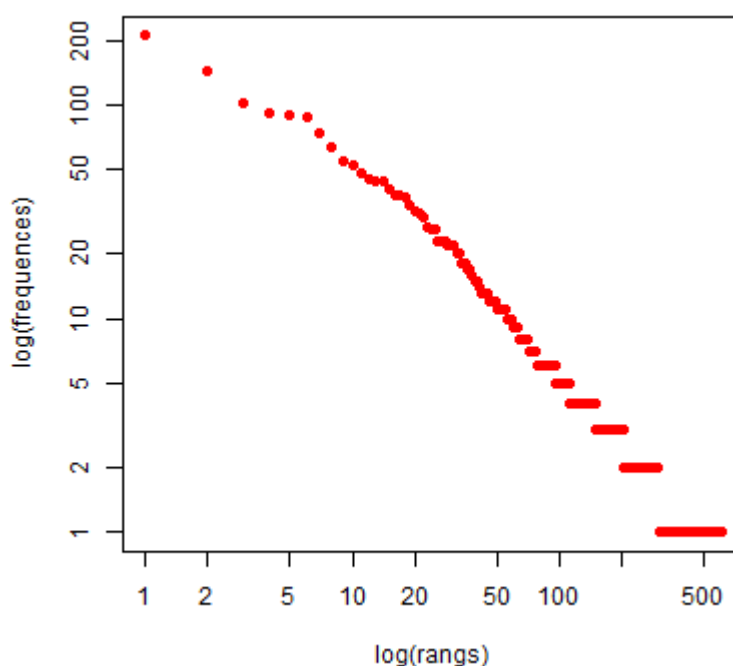
A não incorporação da categoria analítica de gestão territorial, já que a participação na tomada de decisão está sendo realizada por meio da gestão social, está entendida principalmente pelo fato de que o principal enraizamento está no território nas suas relações do cotidiano. E nesse sentido, a articulação e mobilização do sindicato refletem intensamente a criação de espaços de diálogos, a participação social, porém, não se reduzindo a prescrição na forma de decretos e leis da gestão territorial.

Os Assentamentos

Assentamento Corixo

Dando continuidade às descrições dos resultados obtidos na entrevista realizada com a secretária da Associação de produtores rurais do Assentamento Corixo, foram gerados um corpus textual de 3.164 ocorrências (Number of occurrences) de palavras em decorrência de 840 (Number of forms) palavras que se repetiram durante a entrevista em 494 (hapax) palavras se repetiram uma única vez. As distribuições dessas ocorrências podem ser interpretadas no gráfico 06 – Gráfico de distribuição de palavras da entrevista referente ao assentamento Corixo inserido a seguir.

Gráfico 6 - Distribuição de palavras da entrevista – Assentamento Corixo

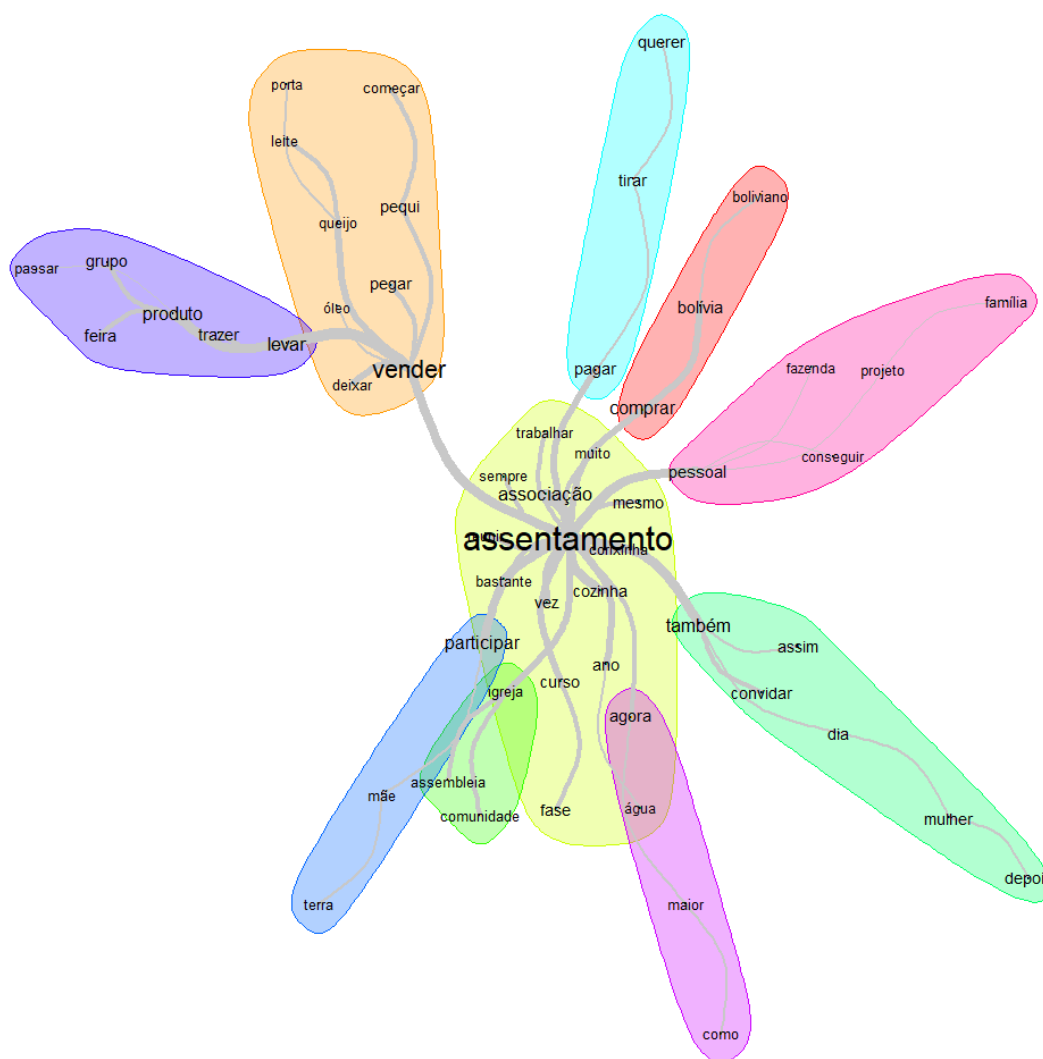


Fonte: Elaborado pelo autor por meio do *Iramuteq* (2021).

conjunto, a associação e secretarias municipais promovem ações que vão desde a manutenção de estradas a ações voltadas à saúde dos moradores do assentamento.

A conectividades das palavras representadas com maior frequência nas falas da participante podem ser visualizadas a partir da ilustração da Figura 23, Análise de similitude que em sua comunicação visual demonstra as ‘veias’ ou ‘canais’ que conectam os grupos de palavras e que possam introduzir a contextos descritos.

Figura 22 – Análise de similitude da entrevista – Assentamento Corixo



Fonte: Elaborado pelo autor por meio do Iramuteq (2021).

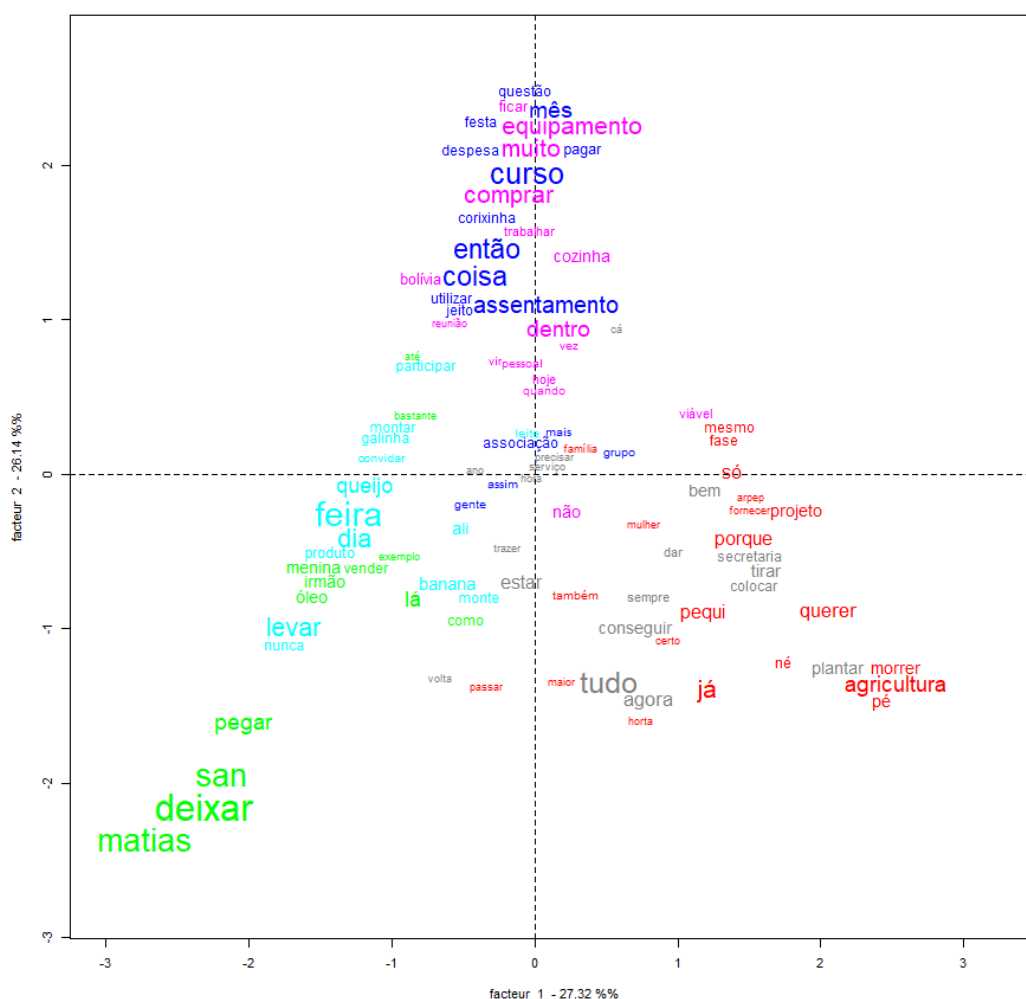
A Análise de similitude demonstra a conectividade entre os termos e os clusters ou grupos que estas palavras se encontram. Podemos identificar pelos Clusters que a conexão entre a palavra: “Assentamento”; “Pessoal”; “comprar”; “pagar” com maior tamanho e coloração nos 04 clusters do centro para a direita e “vender” ligando o único cluster no canto superior esquerdo. Esta aproximação com palavras correlatas às comercializações falou-se sobre a

referência da cozinha comunitária que existe no Assentamento Corixo e a participação do grupo de mulheres que nesta cozinha trabalham para o beneficiamento dos frutos cumbaru, também conhecido como baru e o pequi.

Conectada à palavra “assentamento” temos as palavras “comprar”; “Bolívia”; boliviano” que por ser o Assentamento Corixo, a parte do território brasileiro que faz a fronteira terrestre com o território boliviano, foi o assentamento que fora visto a maior quantidade de bolivianos trabalhando em serviços braçais. Outro ponto é que os bolivianos passam pelo assentamento e realizam compras de pequenos animais, leite, queijo, ovos e os brasileiros costumam comprar no território boliviano gás, combustível e roupas. Silva; Dan e Viegas (2017) destacam as relações socioculturais entre brasileiros e bolivianos no território de fronteira enfatizando a participação em festivais e momentos em torno da religião.

Os encontros das palavras e, respectivamente, suas classes podem ser visualizadas a partir da Figura 20 – Análise Fatorial Confirmatória a seguir, com isso conseguimos enxergar os encontros das classes em um plano verticalmente e horizontalmente. Tais encontros demonstram a divisão das classes por coloração e nos resultados seguintes à representatividade por porcentagem dessas classes.

Figura 23 – Análise Fatorial Confirmatória da entrevista – Assentamento Corixo



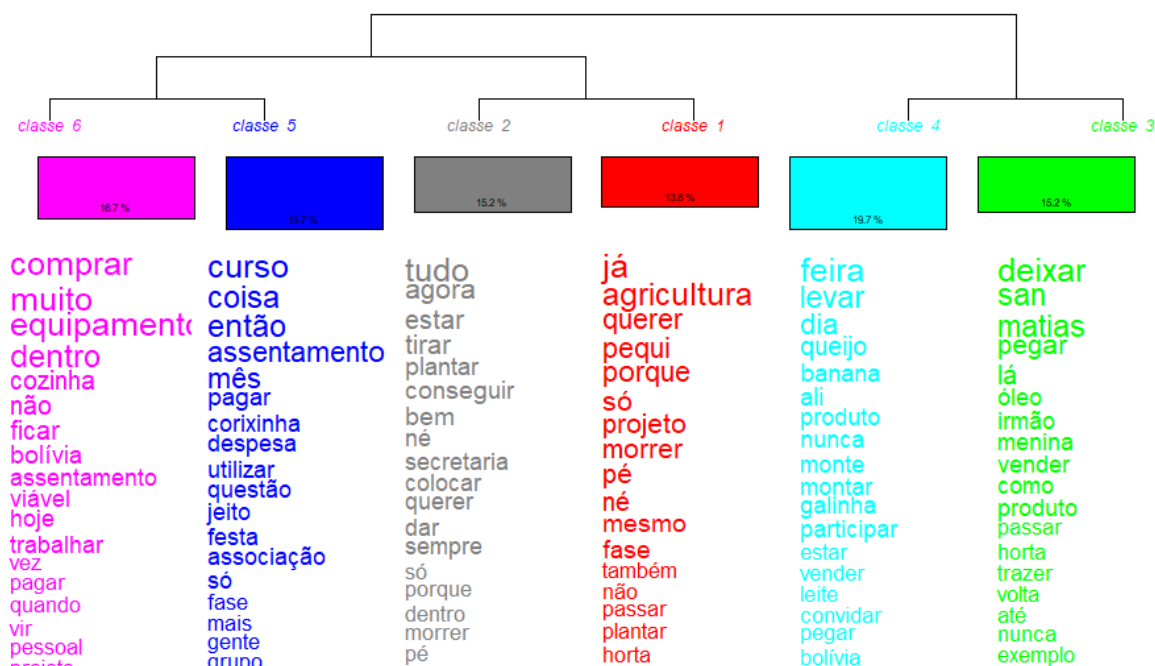
Fonte: Elaborado pelo autor por meio do Iramuteq (2021).

Pela figura da AFC conseguimos notar o encontro das classes de forma homogênea nos 4 planos da figura. A Classe 3 e 4 representada pela cor verde claro que representa 15,2% do total do corpus textual e azul claro, que representa 19,7% do total do corpus textual e se localiza no quadrante inferior esquerdo, porém subindo para o quadrante superior esquerdo, se articulando com as classes 6 em rosa com 16,7% e a Classe 5 em azul, com 19,7% do total do corpus textual. Essas classes se encontram no quadrante superior direito e desce para o quadrante inferior direito e ao centro da figura com a Classe 2, na cor cinza e 15,2% e a Classe 1, na cor vermelha com 13,6% do total do corpus textual.

O assentamento Corixo predomina-se por ter a árvore do pequi nativo em abundância. Com isso, anualmente, o seu fruto é colhido nas pastagens e nas matas para comercialização e, consequentemente, para a complementação de renda familiar.

Os quadrantes visualizados na figura anterior podem ser encontrados no *Iramuteq* a partir das classes criadas pelo software em referência às frequências das palavras a partir do score dos segmentos textuais em que aparecem a maior quantidade de palavras que mais se repetiram nas falas descritas. Essas classes são vistas na Figura 25, Dendograma ilustrada a seguir.

Figura 24 – Dendograma da Entrevista – Assentamento Corixo



Fonte: Elaborado pelo autor por meio do *Iramuteq* (2021).

O primeiro grupo consiste na Classe 4 representando 19,7% do total do corpus textual e da classe 3 que representa 15,2% do corpus textual. Essas duas Classes representativas do corpus textual fazem referência na Classe 4 e Classe 3 ao trabalho de comercialização de produtos na cidade de San Matias na Bolívia, conforme os trechos retirados das classes.

Score: 86.44 [...] eu **nunca** participei de **feira** lá na Bolívia. Quando a minha mãe morava junto comigo, a gente **levava banana, queijo, galinha** e aí a gente vendia porta em porta [...]

Score: 66.25 [...] a gente faz **feira** uma vez por ano no **dia** do Cerrado. A gente faz uma **feira** em Cáceres e os 4 grupos **levam** os **produtos**. Convidamos outras pessoas que tenham **produtos** também, limão, laranja, abóbora [...]

A citação de os 4 grupos de mulheres e as organizações de feiras são referentes à Associação das Produtoras Extrativistas do Pantanal (ARPEP) que funciona em 4 territórios diferentes no município de Cáceres. Essa associação é assessorada pela Instituição de Formação

e Assistência Técnica chamada FASE que está presente desde a constituição desta associação. A Classe 3 também destaca a comercialização realizada pelo grupo de mulheres e dos demais produtores, porém, se relaciona à comercialização realizada na cidade de San Matias

Score: 112.76 [...] tem viabilidade de comercializar, **lá vende** bastante, bastante. É antigamente quando eles **deixavam** a gente voltar com os **produtos** a gente **pegava** dos outros assentamentos e levávamos em **San Matias** [...]

Score: 60.31 [...] daqui a **San Matias**, nós estamos a 12 quilômetros, mas da comunidade São José, estamos a 4 quilômetros, lá é uma comunidade tradicional, tudo família, São José de lá Fronteira [...]

As falas referentes à comercialização na cidade de San Matias têm uma questão de legalidade do produto de origem animal. Há um arranjo institucional forte em detrimento de leis e dos decretos sobre o transporte, comercialização que saem do território brasileiro para território estrangeiro. Como os produtores não têm Selo de Inspeção Federal (SIF) ou mesmo o Selo de Inspeção Municipal (SIM), a mercadoria que passa para a fronteira boliviana, não pode retornar para o território brasileiro, por não haver legalidade institucional certificadora que aquele produto tem inspeção autorizada pelos órgãos competentes brasileiros.

A Classe 6 e a Classe 5, as duas primeiras classes que representam o grupo ao lado esquerdo da figura – Dendograma ilustra o como são realizados o trabalho de produção de alimentos no território, conforme os seguintes trechos.

Score: 70,05 [...] **hoje** nós **não** temos é verba para **comprar** outros **equipamentos**, mas, temos outros **equipamentos** aqui **dentro** da nossa **cozinha**, que a maioria das meninas que **trabalha** na **cozinha** ali, são de dentro do **assentamento**. Apenas duas que **não** são do **assentamento** Corixinha [...]

Score: 50,71 [...] então, nós temos os **equipamentos** de produção **dentro** da **cozinha**, a estrutura para nos montarmos, o **assentamento** tem, porque temos a escola que **hoje não** funciona mais aqui **dentro** do **assentamento**, foi fechada e temos o prédio vazio [...]

Os contextos das falas se referem a uma possível ampliação da cozinha, haja vista que as mulheres têm capacidade de aumentar a extração e beneficiamento dos produtos coletados em todos os assentamentos do território da fronteira. A Classe 5 vem referindo ao contexto da produção de leite e a busca por cursos e treinamentos.

Score: 100,64 [...] tira o leite e entrega para o laticínio e no final do **mês**, recebemos e **pagamos** as contas do sítio.... Então a **associação**, eles correm bastante atrás das coisas, de cursos para o assentamento [...]

Score: 76,33 [...] então, a **FASE** ainda tem uns serviços com o **assentamento**, na onde visita algumas famílias aqui dentro. Tem agrônomos que acompanham. A EMPAER com a técnica de agroindústria que vem com os **cursos**, com as **coisas** que a EMPAER traz [...]

Após a ligação das classes em relação à produção e comercialização, a Classe 2 e Classe 1 vem ligadas ao contexto rural, onde os produtores necessitam da interferência da assistência técnica especializada em plantas, como também em processamentos de alimentos.

Score: 57,36 [...] e **agora** eu **tirei tudo** de lá dentro, embolei e guardei, aí **agora** eu **quero plantar** banana, porque daí eu **coloco** eles para dar certo. Eu **quero** procurar auxílio técnico na hora que for mexer [...]

Score: 54,68 [...] e o sindicato é **bem** presente também com tudo que o assentamento precisa. A gente **sempre está** indo lá e o sindicato está apoiando a gente [...]

Nas falas, a produtora se refere ao conjunto de irrigação que a Secretaria de Agricultura forneceu aos agricultores para irrigação por meio de gotejamento. A produtora se inscreveu para receber o kit irrigação e só foi notar que era gotejamento, na hora da instalação sendo impróprio para o cultivo de culturas que ela plantou. Este kit de irrigação faz parte da estratégia municipal de incentivo de produção em pequena escala de alimentos para o consumo familiar. Essas estratégias estão ligadas ao Plano Estadual da agricultura familiar da Secretaria de Estado de Agricultura (SEAF).

Em referência à Classe 1, a fala da participante está no sentido de como não está conseguindo manter o plantio de pés de pequis que não são daquele território.

Score: 60,87 [...] quando eles começam a engrossar o tronco, aí eles **morrem**. Eu estou vendo se aqueles ali irão **morrer** também, ou se não, **né?! Daí eu já** pedi para os técnicos da FASE vir aqui para tirar uma análise para ver o **porquê** os **pés** de **pequi** não vão para frente [...]

Score 54,75 [...] ó, os **pequis** lá já passaram do ponto, se **quiserem** ir lá cortar para vocês armazenar, **porque** os que vem de fora, eles **querem só** os durinhos, eles não querem o **pequi já** mole, porque estraga no transporte [...]

O contexto sobre os pés de pequi é o de ter plantado sementes de outros assentamentos lá no Corixinha. Quando a produtora utilizou sementes de plantas do próprio assentamento, as mudas mostradas pela produtora estão fortes e viçosas, prontas para serem replantadas nos quintais e pastos. Outra questão destacada pela produtora, é sobre o ponto do pequi para comercialização. Foi relatado de que se o fruto não estiver ainda meio verde e com a casca dura, os compradores não os levam. As sobras desses frutos são maiores do que a capacidade de armazenagem da cozinha comunitária e dos produtores que mexem com o beneficiamento e comercialização dos frutos.

Utilizando-se das classes geradas para pelo software *Iramuteq* e as observações de campo, a entrevista no assentamento Corixo envolve-se com as seguintes categorias analíticas:

- Agricultura familiar: a produção leiteira e seus derivados, quanto a de pequenos animais são pontos chaves de geração de renda do assentamento juntamente com a comercialização no território boliviano. Outro ponto é o extrativismo de frutos nativos, seu beneficiamento e comercialização no município de Cáceres.
- Território: as relações socioculturais entre brasileiros e bolivianos acontecem de diversas formas, envolvendo além da proximidade territorial, a troca de relações de trabalho, renda e o convívio pacífico.

Foi observada a proximidade da assistência técnica realizada pela EMPAER e pela FASE na organização dos agricultores e agricultoras assentadas em grupos e a geração do trabalho associado. Notou-se uma concepção de cooperação entre as agricultoras do assentamento Corixo com demais agricultoras de outros assentamentos, tanto vizinhos como de outros municípios, no sentido de fortalecer a comercialização de produtos advindos dos assentamentos. A necessidade de comercialização para a geração de renda familiar fortaleceu laços comerciais, no qual grupos de mulheres pegam produtos de outros assentamentos e comercializam em feiras livres, dentro dos assentamentos vizinhos e no mercado local de Cáceres.

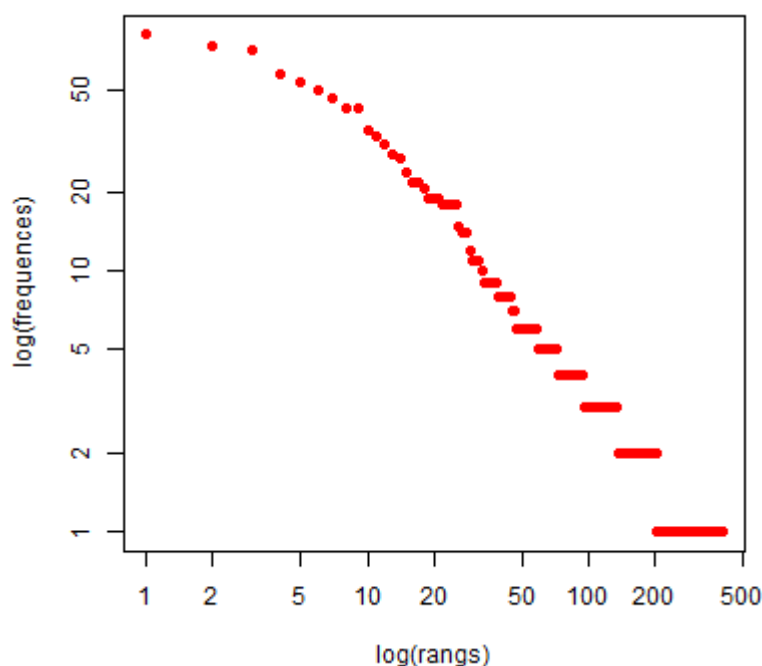
Assentamento Katira

As descrições dos resultados obtidos na entrevista realizada com a presidente da Associação de Produtores Rurais do Assentamento Katira, foram gerados um corpus textual de 1.779 ocorrências (Number of occurrences) de palavras em decorrência de 531 (Number of forms), palavras que se repetiram durante a entrevista em 305 (hapax) palavras se repetiram

uma única vez. As distribuições dessas ocorrências podem ser interpretadas no Gráfico 7, Gráfico de distribuição de palavras da entrevista referente ao assentamento Katira inserido a seguir.

A entrevistada se mostrou tímida na entrevista, não contando sobre assuntos que envolvem a história do assentamento e enfatizou a necessidade de melhorar e aumentar a produção de alimentos no assentamento Katira.

Gráfico 7 - Distribuição de palavras da entrevista – Assentamento Katira



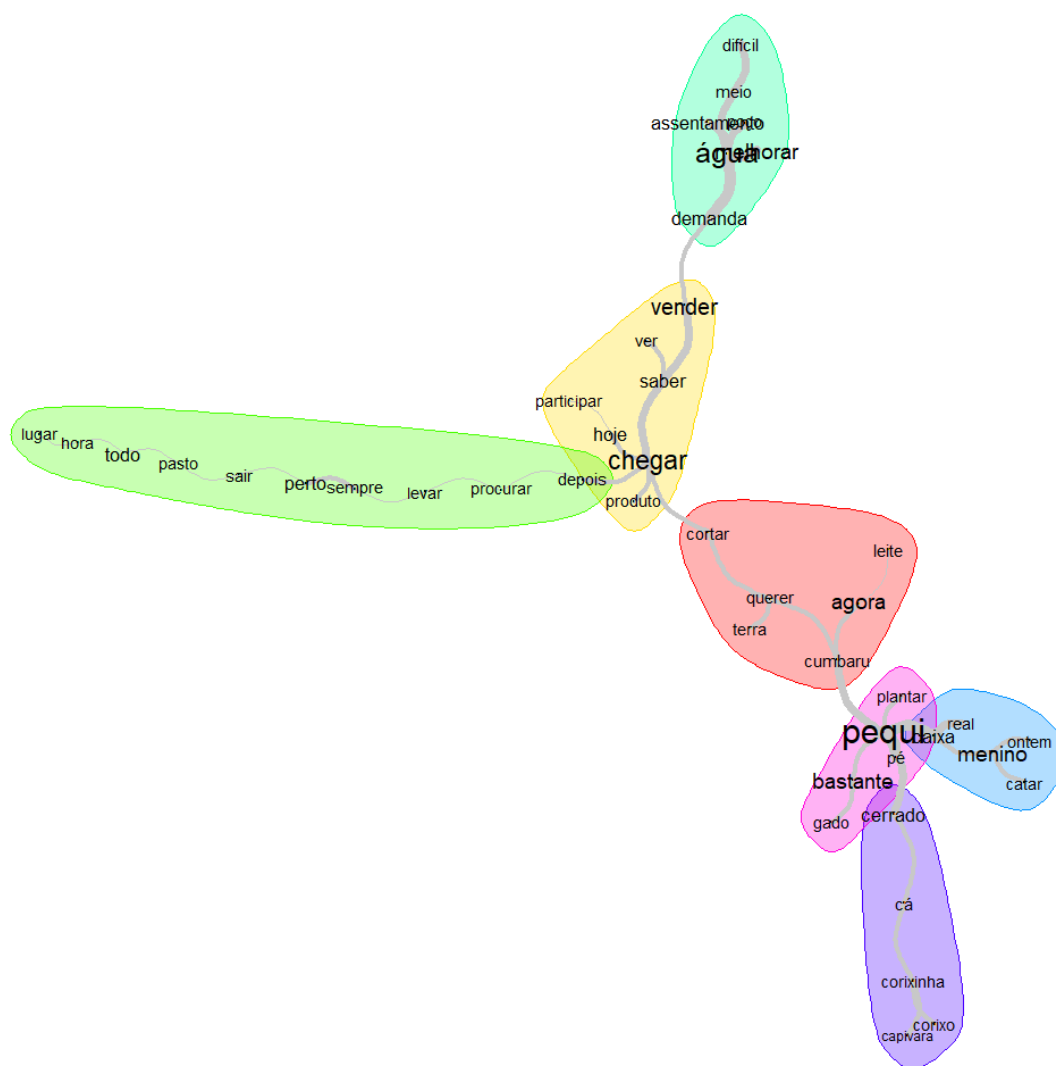
Fonte: Elaborado pelo autor por meio do Iramuteq (2021).

Nota-se na distribuição das palavras a partir do eixo frequência demonstrada verticalmente – $\log(\text{frequences})$ que há um conjunto não significativo de palavras que obtiveram acima de 50 repetições e que a grande maioria das palavras ficam com alta repetição no eixo horizontal – $\log(\text{rangs})$. Na utilização do *Iramuteq*, essas frequências são evidenciadas pela 305 (hapax) palavras repetidas uma única vez como demonstrada no eixo $\log(\text{rangs})$ e a distribuição das 531 (Number of forms) palavras que, em sua grande maioria, ficou entre 1 a 10 repetições. As ilustrações das palavras desta distribuição podem ser observadas a partir da Figura 26 – Nuvem de palavras, a seguir.

Foi observado durante a entrevista, a interação entre agricultores na frente das propriedades. Em particular, a presença de bolivianos na coleta e transporte do fruto do pequi. Entre as conversas sucedidas entre os agricultores que estavam na propriedade da entrevista,

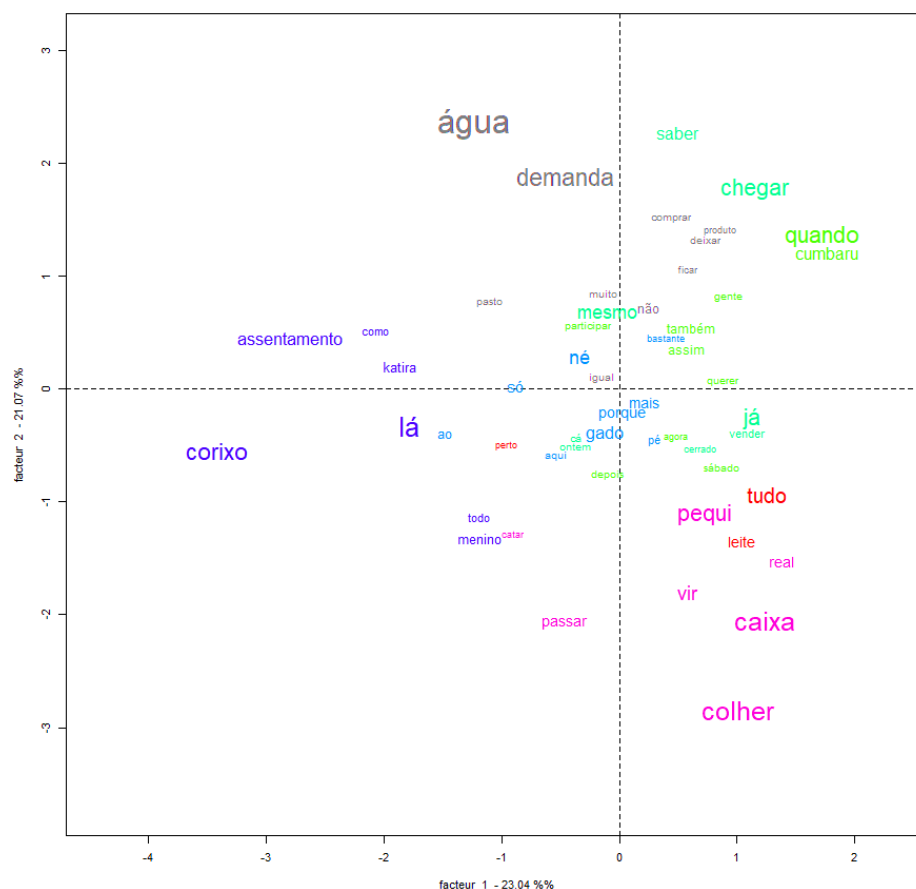
A conectividades das palavras representadas com maior frequência nas falas da participante podem ser visualizadas a partir da ilustração da Figura 27 – Análise de similitude que em sua comunicação visual demonstra as ‘veias’ ou ‘canais’ que conectam os grupos de palavras e que possam introduzir a contextos descritos.

Figura 26 – Análise de similitude da entrevista – Assentamento Katira



Fonte: Elaborado pelo autor por meio do *Iramuteq* (2021).

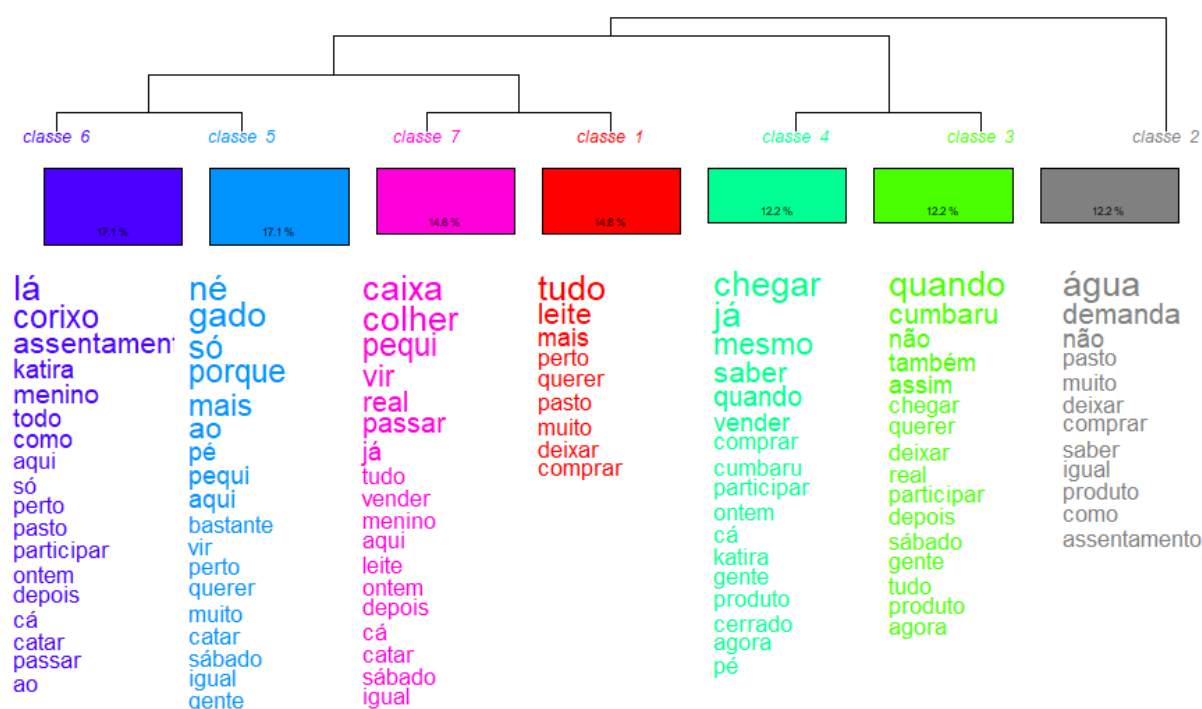
A Análise de similitude demonstra a conectividade entre os termos e os clusters ou grupos que estas palavras se encontram. Podemos identificar pelos Clusters que a conexão entre a palavra: “pequi” é o que se conecta com os demais grupos de palavras. O contexto do fruto do pequi está relacionado nas falas da participante como um meio de criação de renda para os jovens do território da fronteira. Os encontros dessas classes podem ser visualizados a partir da Figura 25 – Análise Fatorial Confirmatória a seguir:

Figura 27 – Análise Fatorial Confirmatória da entrevista – Assentamento Katira

Fonte: Elaborado pelo autor por meio do Iramuteq (2021).

Na demonstração na Figura 28 – Análise Fatorial Confirmatória demonstra a relação das palavras e as classes geradas. Como percepção sobre esta entrevista, se notou que a produtora tem o seu foco na produção de alimentos. A todo momento a produtora estabelecia uma ligação em suas falas ao extrativismo do fruto do pequi, como também ao fruto do cumbaru/barú.

Os clusters visualizados na figura anterior podem ser encontrados no *Iramuteq* a partir das classes criadas pelo software em referência as frequências das palavras em que se cria o score dos segmentos textuais em que aparecem a maior quantidade de palavras que mais repetiu nas falas descritas. Essas classes são vistas na Figura 29, no Dendograma ilustrada a seguir.

Figura 28 – Dendograma da entrevista – Assentamento Katira

Fonte: Elaborado pelo autor por meio do Iramuteq (2021).

O foco a seguir está nas passagens das falas da entrevistada, ressaltando principalmente o extrativismo e a comercialização do fruto do pequi e a produção leiteira.

Score 87,61 [...] porque ó... ontem os meninos cataram 12 caixas de **pequi** e rapidão, 120 reais você colhe e eles passam aqui e já levam embora, igual ele falou, eu venho sábado, se tiver **pequi**, ele já leva tudo [...]

Score 65,71 [...] a demanda é assim pelo pequi... para o leite nós só temos a [...]que é de Curvelândia, agora o pequi, não. O pessoal vem de Cáceres, Caramujo, eles vêm aqui, nós colhemos e vendemos para eles por caixa [...]

Score 49,51 [...] até o 12h (meio dia) você **já** catou 20 **caixas** de **pequi**, são 200 reais. É só o pequi, só nativo. Todos esses pés que têm aqui é nativo, não plantamos nenhum ainda. Estamos pensando em plantar na beira da cerca todinha o **pequi** [...]

Score 48,45 [...] aqui a **água** é do próprio assentamento, assim, a demanda está muito grande para a água e o poço não está mantendo as 35 famílias... não está mantendo, usamos um poço [...]

A produtora enfatizou a relação de cursos que a EMPAER já desenvolveu no passado e que vem novamente realizando com as novas famílias que chegaram depois no assentamento. Outro ponto, foi o destaque dado às unidades de referência em algumas propriedades do assentamento. Segundo a entrevistada, o trabalho da EMPAER com os agricultores assentados no processo de transferência de tecnologias ou como denominado pela entrevistada “*fazer com o que temos e com que aprendemos com os técnicos*” são trabalhos que permanecem no

assentamento e são adaptados em outras propriedades do local. Produzidos nessas unidades de referências está a criação de pequenos animais como a cabra leiteira, a galinha “índio gigante”, porcos e o gado de leite.

O foco da entrevistada foi demonstrar o quanto valioso é o extrativismo do pequi e cumbaru no Assentamento Katira. Acerca da questão da escassez dos recursos hídricos, a entrevistada relatou que a água vem de poço no próprio assentamento. Porém, após ao final da entrevista e com o gravador desligado, ela lembrou que recebe água encanada lá do assentamento Rancho da Saudade, mesmo que não sendo a principal fonte de água do assentamento.

Informados pela entrevistada sobre as barraginhas, fora feita visitas em algumas unidades de referência implantadas e nessas propriedades existem essa técnica de acomodação de água da chuva que escorrem dentro da propriedade ou nos canteiros das ruas do assentamento. Essas barraginhas são construídas de forma que a água infiltre no solo. A entrevista relatou que grande parte dos moradores que vivem no assentamento são da época da implantação (os que não os antigos, são seus filhos ou filhas) e que as instituições como INCRA, EMPAER e STTR fizeram uma rigorosa “peneira” para implantação das famílias que estavam acampadas nos barracos.

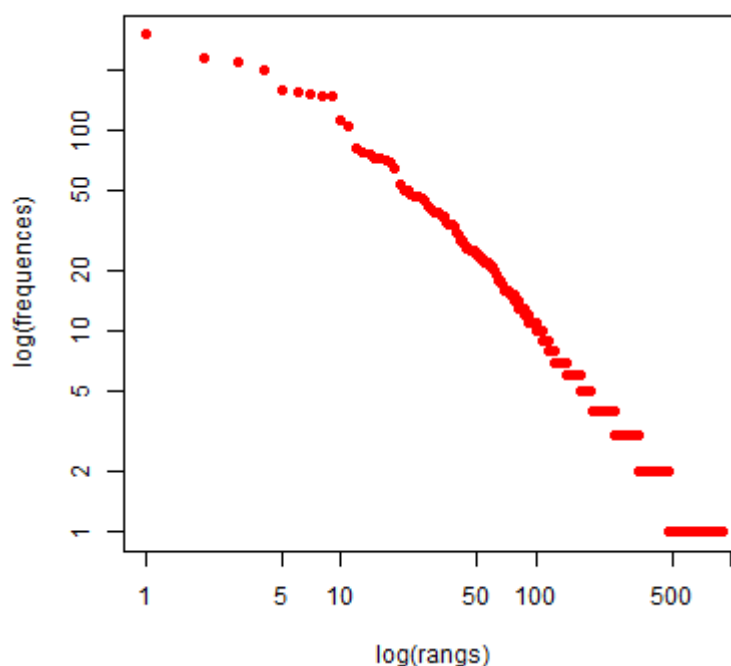
O rigor das instituições na época estava na questão do perfil de quem iria receber a terra, já que acontecera em outros assentamentos de famílias terem recebido terra sem ter nenhuma experiência e não ter passado por uma seleção inicial. Resultante desse processo são a fixação das famílias e por ser o assentamento com maior produção de leite entre os assentamentos vizinhos, segundo a entrevistada. Trazendo para contexto analítico da pesquisa, o conteúdo do corpus textual nos aproxima das seguintes categorias analíticas:

- Agricultura familiar: produção, transporte e comercialização de alimentos; acompanhamento técnico de empresas de assistência técnica e do sindicato dos trabalhadores.
- Território: Relações socioculturais de convívio, geração de família com os bolivianos e também no trabalho de extrativismo do pequi e serviços de campo.

Assentamento Sapicuá

As descrições dos resultados obtidos na entrevista realizada com o vice-presidente e a secretária da Associação de Cooperação da Agricultura Familiar Camponesa da Fronteira (ACOOOPERFRON), foram gerados um corpus textual de 6.247 ocorrências (Number of occurrences) de palavras em decorrência de 1.305 (Number of forms) palavras que se repetiram durante a entrevista em 693 (hapax) palavras se repetiram uma única vez. As distribuições dessas ocorrências podem ser interpretadas no Gráfico 08 – Gráfico de distribuição de palavras da terceira entrevista envolvendo agricultores assentados inserido a seguir.

Gráfico 8 - Distribuição de palavras da entrevista – Assentamento Sapicuá

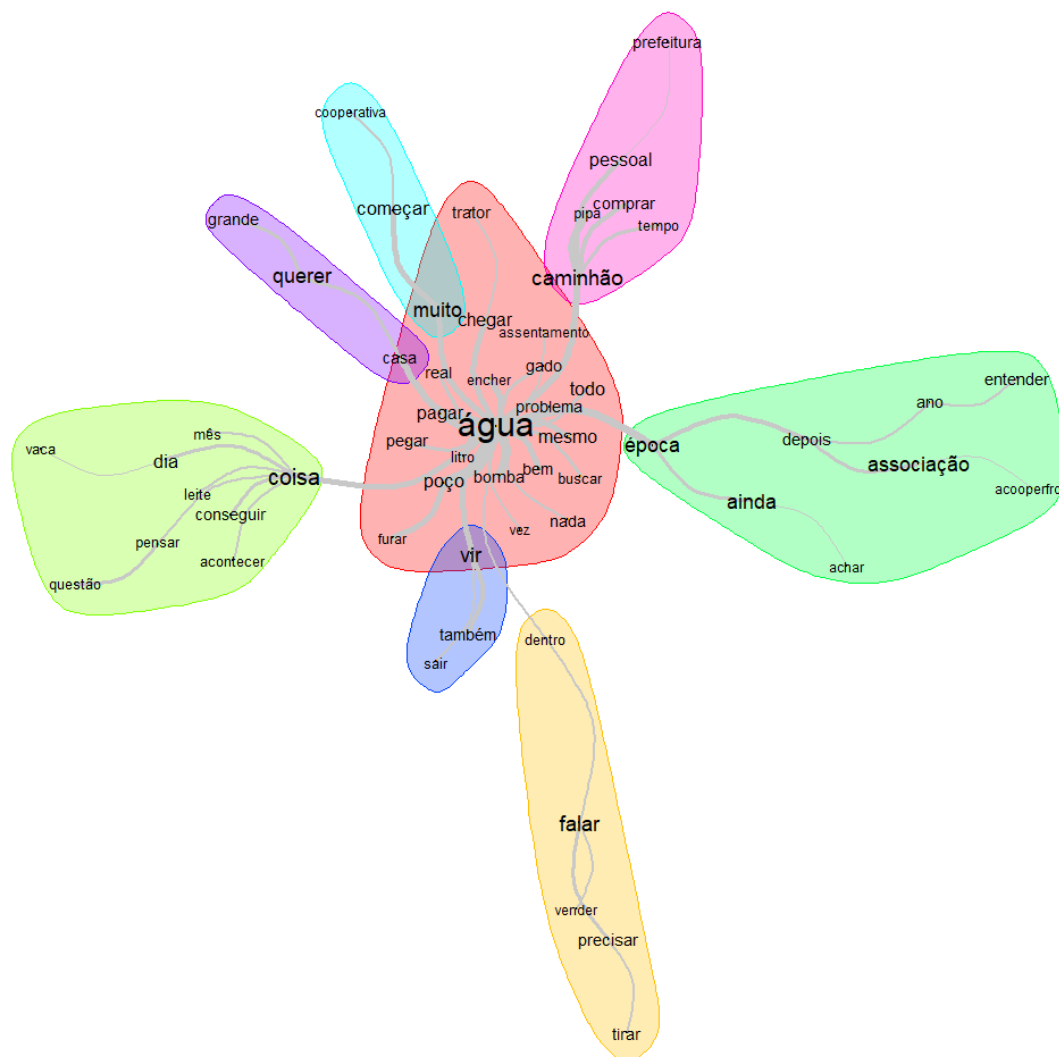


Fonte: Elaborado pelo autor por meio do *Iramuteq* (2021).

Nota-se na distribuição das palavras a partir do eixo frequência demonstrada verticalmente – log (frequencies) que há um conjunto significativo de palavras que obtiveram acima de 50 repetições e que a grande maioria das palavras ficam com alta repetição no eixo horizontal – log (rangs). Na utilização do *Iramuteq*, essas frequências são evidenciadas pela 693 (hapax) palavras repetidas uma única vez como demonstrada no eixo log (rangs) e a distribuição das 1305 (Number of forms) palavras que em sua grande maioria ficou entre 5 a 50 repetições.

A conectividade das palavras representadas com maior frequência nas falas dos participantes, pode ser visualizada a partir da ilustração da Figura 31 – Análise de similitude, que em sua comunicação visual demonstra as ‘veias’ ou ‘canais’ que conectam os grupos de palavras e que possam introduzir a contextos descritivos.

Figura 30 – Análise de similitude da entrevista – Assentamento Sapicuá



Fonte: Elaborado pelo autor por meio do *Iramuteq* (2021).

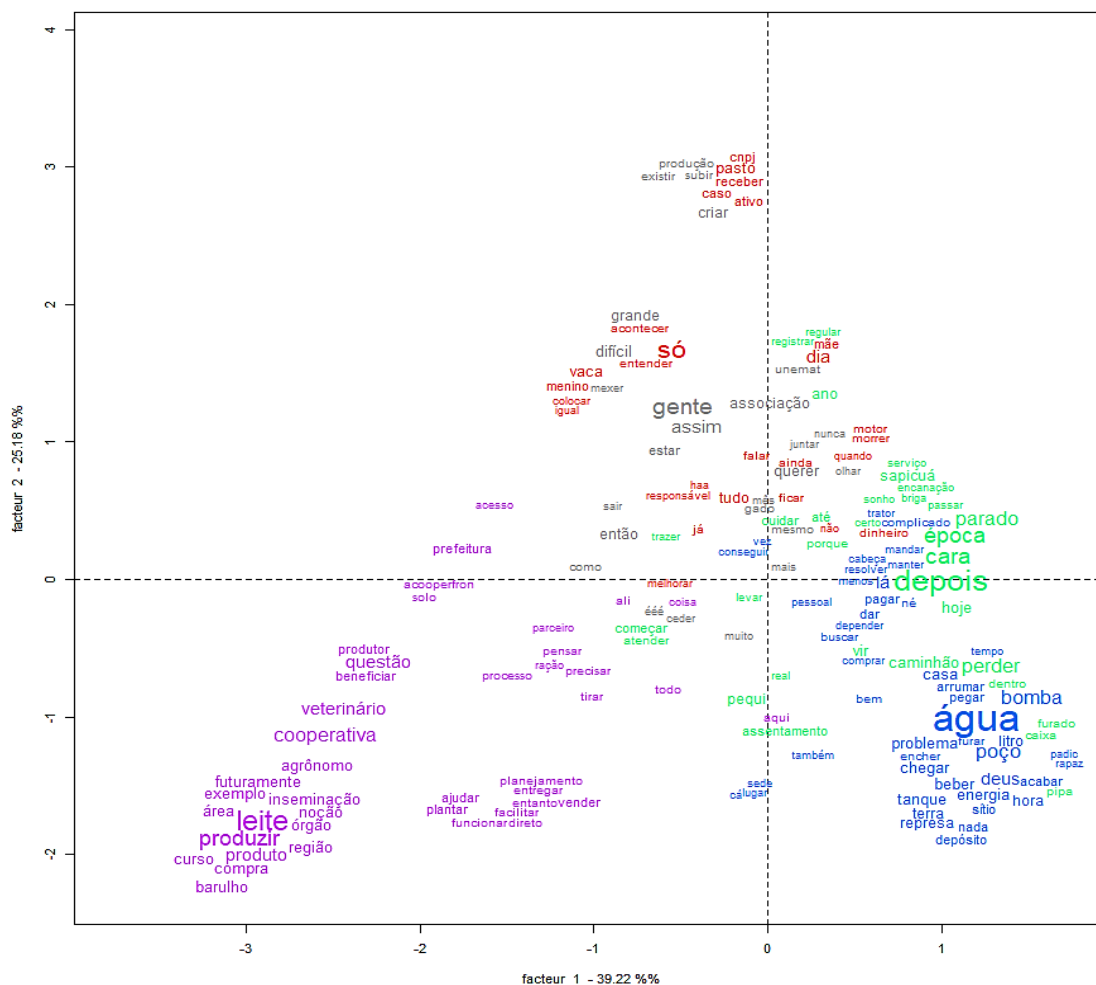
A Análise de similitude demonstra a conectividade entre os termos em clusters ou grupos que estas palavras se encontram. Podemos identificar pelos clusters que a conexão entre a palavra: “Água”; “caminhão”; “época” com maior tamanho e coloração nos 03 clusters do centro para a direita e “querer” ligando o único cluster no canto superior esquerdo. Esta aproximação com palavras correlacionadas ao histórico do assentamento Sapicuá sobre a dificuldade da canalização da água vinda do assentamento Rancho da Saudade. No cluster

superior direito temos a palavra “coisa”, este termo se relacionou a ações, atividades que os agricultores assentados realizaram durante o tempo que estão no território e ao se indicar alguma ação, os entrevistados denominavam esta ação de “coisa” e não a ação em si. O único cluster, na parte inferior da Figura 31, traz a palavra “falar” como uma palavra de conexão às solicitações, aos requerimentos em reuniões e às assembleias organizadas por eles.

Na Figura 32, representando AFC, se nota o encontro das classes de forma homogênea nos 4 planos da figura. A classe 5 com 20,3% do total do corpus textual, se encontra em lilás no quadrante inferior esquerdo, se a única classe deslocada das demais.

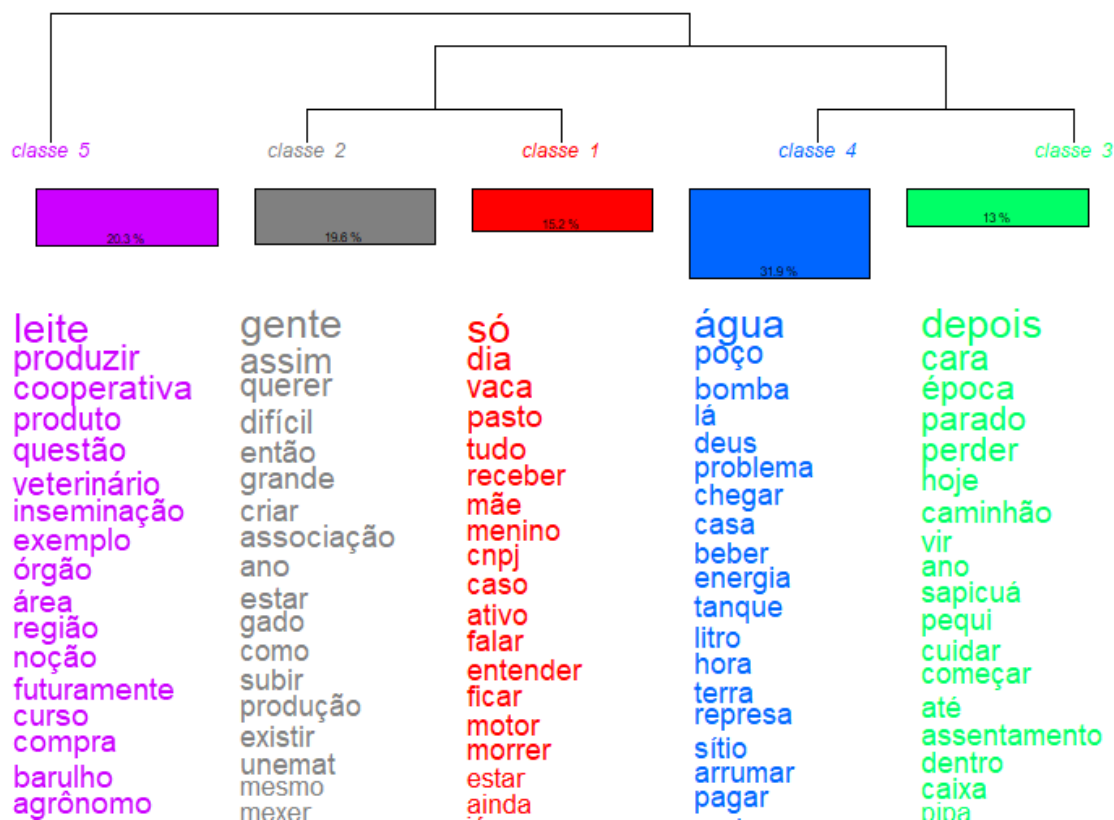
A Classe 3 e 4 representadas pela cor verde claro com 13% do total do corpus textual e azul que com 31,9% do total do corpus textual se localizam no quadrante inferior direito subindo para o quadrante superior direito se articulando com as classes 2 em cinza com 19,6% e a Classe 1 em vermelho, com 15,2% do total do corpus textual, que se direcionam para o quadrante superior esquerdo. Essas classes permearam assuntos envolvendo a distribuição de água, a relação de produção envolvida no território e com efeito, a aglomeração de palavras repetindo-se nessas classes. Os encontros dessas classes podem ser visualizados a partir da Figura 32 – Análise Fatorial Confirmatória, a seguir:

Figura 31 – Análise Fatorial Confirmatória da Entrevista – Assentamento Sapicuá



Fonte: Elaborado pelo autor por meio do Iramuteq (2021).

Os clusters visualizados na figura anterior podem ser encontrados no *Iramuteq* a partir das classes criadas pelo software em referência às frequências das palavras em que se cria score nos segmentos textuais em que aparecem a maior quantidade de palavras que mais repetiu nas falas descritas. Essas classes são vistas na Figura 33 – Dendograma ilustrada a seguir.

Figura 32 – Dendograma da Entrevista – Assentamento Sapicuá

Fonte: Elaborado pelo autor por meio do *Iramuteq* (2021).

O primeiro grupo consiste na Classe 5 representando 20,3% do total do corpus textual do lado esquerdo da figura. O segundo grupo consiste nas Classes: 2 19,6%; **Classe 1 15,6%**; **Classe 4 31,9%** e a **Classe 3 com 13%** do corpus textual total. Dialogando com as classes criadas e as primeiras palavras referentes a cada classe 1 – Só e dia; 2 – Gente e assim; 3 – Depois e cara; 4 Água e poço; 5 – leite e produzir, estão ligados ao cotidiano no território. Os entrevistados conduziram suas falas com um detalhamento envolvendo a chegada no território da fronteira por parte da agricultora assentada, como também sobre a presença de órgãos municipais, estaduais e federais para o desenvolvimento do território com a estruturação das propriedades, plantio e manejo de animais. O agricultor assentado, que junto participou da entrevista, é mais recente no território, porém, como uma das lideranças no Assentamento Sapicuá destacou os procedimentos de canalização da água no assentamento, como também o planejamento de organização da produção de leite nos assentamentos a partir da associação territorial montada, a ACOOPERFRON. A seguir são descritos segmentos textuais retirados das classes geradas no *Iramuteq*.

Score 66,67 [...] não existe e ela **está ativa**. Tem que **pagar tudinho**, tem **cnpj**, **entendeu**? Só que não **está** a regular... questão de presidente, já venceu, não foi criado outra chapa e está na justiça com advogado [...]

O primeiro segmento de texto retirado da classe 5 está no contexto relatado que a Associação de Produtores Rurais do Assentamento Sapicuí foi inscrita e paga as taxas na Junta Comercial do Estado de Mato Grosso (JUCEMAT), porém, não foi devidamente registrada no cartório. Os agricultores associados foram descobrir este erro/falha após anos de criação da associação. Outra ação referente a esta associação é a desorganização no processo de eleições, em que até dezembro de 2020, não existe legalmente uma diretoria nesta associação. Outro ponto a ser destacado, é referente ao segundo segmento de texto com maior score na classe 5. Neste é descrito para onde foi o caminhão pipa comprado para abastecer água no assentamento.

Score 60,12 [...] foi para fazer o **motor**, porque ele **estava** parado. Daí juntaram o **dinheiro** e arrumaram o **motor**, só que foi numa mudança de gestão na prefeitura e **ficou** naquela, que a empresa **recebeu**... uns da prefeitura **falavam** que foi **pago** [...]

Este relato faz parte da passagem histórica também lembrada pelos técnicos da EMPAER e da Secretaria Municipal de agricultura vista na Classe 4, que relatados na entrevista como parte de uma interferência “política”, o recurso que restou do encanamento de água realizado no território, foi direcionado para a compra de um caminhão para o abastecimento constante de água. Esta passagem fica mais clara nos segmentos textuais da classe 3 desta entrevista, mais adiante. Segundo relatos dos agricultores, o caminhão estava parado no pátio da prefeitura com ausência de peças.

Em referência ao grupo de classes do lado direito da Figura 28 – Dendograma, a Classe 2 destaca as ações dos órgãos públicos municipais, estaduais e federais, que evidenciados nas entrevistas com assistência técnica, a sobrecarga de trabalho que os órgãos públicos têm sobre a questão das chamadas públicas para assistência técnica em que não havia efetividade no trabalho de campo por parte de algumas empresas, haja visto a quantidade de produtores que adentram os órgãos em busca de informação, assistência em territórios abrangidos por outras empresas.

Score 67,27 [...] **então assim** que a **gente** vê que está mais ativo é a **prefeitura**. O INDEA que é mais de fiscalização, não temos muito acesso com eles. A **UNEMAT** que fez esse trabalho [...]

A referência à prefeitura consiste nas secretarias de agricultura com a assistência técnica no programa de melhoramento genético do rebanho e a secretaria de obras, com a manutenção das estradas dos assentamentos. Em relação ao INDEA, órgão estadual de inspeção e

fiscalização agropecuário estadual, o contato segundo os agricultores é esporádico pelo específico trabalho realizado pelo órgão. Em relação a UNEMAT, os participantes se dirigiram à Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários que durante os anos de 2014 a 2016 promoveram ações e formações por meio de cursos, palestras e oficinas com o objetivo de formação de uma cooperativa territorial de produção. Este trabalho da incubadora mobilizou o que desde o ano de 2018 foi formalizada a ACOOPERFRON, como associação uma associação territorial.

Score 60,39 [...] aí foi onde tipo assim, a gente juntou, o pessoal daqui... saímos: ó vamos criar uma associação e criamos. Tipo assim, nós migramos, eu não era dessa associação, porque eu já vim depois da formalização dela [...]

Mesmo que não formalizada durante o trabalho da incubadora no território, a caminhada de formalização da associação territorial foi desencadeada dois anos depois a partir de alguns agricultores e agricultoras que participaram do projeto de extensão universitária realizado neste território.

As classes 3 e 4 destacam como os agricultores foram desenvolvendo ações para encontrar água nos assentamentos e posteriormente a divisão dos custos para que a água chegasse nos sítios

Score 161,44 [...] era esse meu sonho, depois veio encanado, não do assentamento, veio de outro assentamento. Também, o cara que era dono perdeu até uma broca que naquela época custava uns 3 mil reais, naquela época, quantos anos atrás, ele perdeu [...]

Score 123,67 [...] depois de algum tempo furaram, aí deu vácuo, perdeu o poço e daí compraram o caminhão pipa. Eu cheguei nessa época, foi furado aqui, foi furado lá em cima, mas não tinha a encanação dessa rede que nós temos hoje, ainda foi em 2009 essa rede [...]

Na classe 4 os segmentos de textos destacam o processo de organização dos assentamentos para ter água:

Score 150,60 [...] quem é lá de cima, paga a energia do poço e da outra bomba, se quiser ter água. Foi aí que resolveu o problema. Faz muito tempo que não tem reunião na associação [...]

Score 149,04 [...] e quando era o caminhão pipa pagava porque acabava e tinha que pagar, se não cortava. Outros desperdiçam a água, deixam vazando, não arruma tanque, mas graças a deus aquele poço é muito bom [...]

A contribuição dessas classes remonta ao acesso à água como um recurso natural que precisou de anos para conseguir, de forma eficiente, chegar a todos os 7 assentamentos remontados a várias ações. É necessária a compreensão que este processo muitos agricultores

e suas famílias deixaram suas propriedades por não acreditar que ali poderiam sobreviver. Mas também aos que ficaram, estão direcionando seus esforços para a organização territorial a partir da articulação dos agricultores assentados e órgãos ligados à agricultura. Na classe 5 foi retirado segmentos de textos que destacam contribuições esperadas pelos agricultores e agricultoras:

Score 117,22 [...] a **prefeitura** tem **agrônomo** e **veterinário**, **então pensa** em **inseminação**, fazer **curso** de análise de **solo**, alguma coisa assim para saber como está a questão de acidez daqui, da **região**, então tipo assim, sabemos que tem o SENAR por **exemplo** [...]

Score 111,12 [...] fazer **ração** para **vender** para **região**, pessoal compra **ração** aí fora direto, a cooperativa buscando com o caminhão, ela busca insumos, beneficia aqui e tem **veterinário** na **prefeitura**, tem **agrônomo**, tem tudo, que é parceiro, que pode estar nos auxiliando, nos **ajudando** [...]

A mobilização territorial existente nos assentamentos está com o sentido de que a ACOOPERFRON na forma jurídica de associação, passe a ser Cooperfron na forma jurídica de cooperativa de produção para beneficiamento do leite produzido nos 7 assentamentos. Algo observado e relatado pelos agricultores, são as compras de insumos coletivos de grãos para fazer a suas próprias rações nos assentamentos, como também a produção com o uso da patrulha mecânica recebida no ano de 2019.

A organização dos agricultores assentados no Sapicuá expressada nas falas dos entrevistados pode ser resultado do trabalho realizado por diversas organizações do setor público e privado na formação técnica, política, ambiental, social desses agricultores. Instituições como Senar, Empaer, Fase realizaram diversos cursos, oficinas direcionados à manipulação dos alimentos (minimamente processados), produção agrícola e no campo social, a organização familiar para o trabalho, educação dos jovens e a socialização entre agricultores.

Pouco citado, mas com trabalhos de extensão universitária no assentamento, a Universidade do Estado de Mato Grosso representada pelo Núcleo-Unitrabalho e a Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis desempenhou desde o ano de 2014, o trabalho de pesquisa e extensão no Assentamento Sapicuá que entre um e outros resultados fora constituído um grupo de trabalhadores e trabalhadoras para a criação de uma associação que abrangesse além do Assentamento Sapicuá, os demais assentamentos do território da fronteira; o trabalho na perspectiva do associativismo que gerou a construção da horta de perspectiva agroecológica (ou início de uma transição agroecológica) e o grupo que puxou a frente da Feira de Economia Solidaria e Agroecologia (FEISOL).

Ressalta-se que a perspectiva do trabalho de extensão universitária relatado no parágrafo anterior, foi constituído pelo Projeto Incubar, mecanismo que proporcionou a realização de

palestras, oficinas, cursos (cursos de extensão e posteriormente uma especialização Lato Sensu) na construção do saber do cooperativos, associativismo, agroecologia.

A perspectiva do associativismo/cooperativismo dialogado com os agricultores tem em suas características a inserção da solidariedade. A proposta tornou-se a formação e planos de ação do associativismo e cooperativismo solidário que segundo Ribeiro (2016) insere o trabalhador e a trabalhadora na perspectiva da inclusão social, trabalho justo e autogestionário.

Tanto quanto necessário ressaltar, é a perspectiva de que a formação em espaços não formais de educação (aulas, oficinas fora da estrutura da universidade/escola) com esses trabalhadores fora realizada para possibilitar a ligação de pontos chave, como destacado por Sguarezi (2014) que na construção do conhecimento, são a conexão das novas relações sociais, relações ambientais e relações econômicas. Nesse sentido, de inclusão e de ligação de pontos chave, o direcionamento produtivo foi realizado na perspectiva agroecológica ou na sua transição para a agroecologia, que se constitui segundo Caporal e Costabeber (2004) é a mudança gradativa e multilinear nos processos de trabalho por meio do tempo.

Nota-se que a relação entre agricultores assentados e as entidades ligadas à agricultura familiar, porém, foi relatado na entrevista que são poucos técnicos na assistência técnica da prefeitura, EMPAER e FASE para atender a demanda do assentamento. Com este espaço, as cooperativas de leite de outros municípios inseriram-se no assentamento prestando serviço voltado para a produção da pecuária leiteira e ambiente de produção.

Trazendo o conteúdo da entrevista para as categorias analíticas da pesquisa descritas, a seguir:

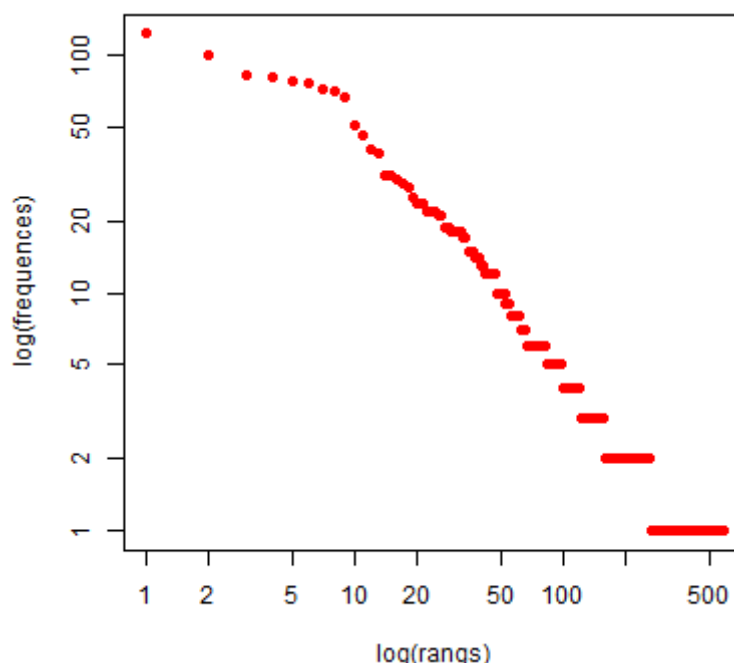
- Agricultura familiar: identificou-se o engajamento dos agricultores no aperfeiçoamento da produção leiteira e de corte; mesmo que por alguns anos fora produzido legumes e verduras com a horta comunitária, a principal característica desse grupo foi a organização coletiva para montar e gerir a nova associação.
- Território: notou-se a questão da escassez hídrica no assentamento como um momento histórico que a partir dos anos foram resistindo e superando os desafios daquela situação.

Assentamentos Nova Esperança, Jatobá e Bom Sucesso

Dando continuidade as descrições dos resultados obtidos na entrevista realizada com lideranças dos assentamentos que estão desde a chegada no território na época, acampamento de lona, foram gerados um corpus textual de 2.634 ocorrências (Number of occurrences) de

palavras em decorrência de 784 (Number of forms) palavras que se repetiram durante a entrevista em 480 (hapax) palavras se repetiram uma única vez. As distribuições dessas ocorrências podem ser interpretadas no gráfico 09 – Gráfico de distribuição de palavras da entrevista referente aos assentamentos Nova Esperança, Jatobá e Bom Sucesso inserido, a seguir.

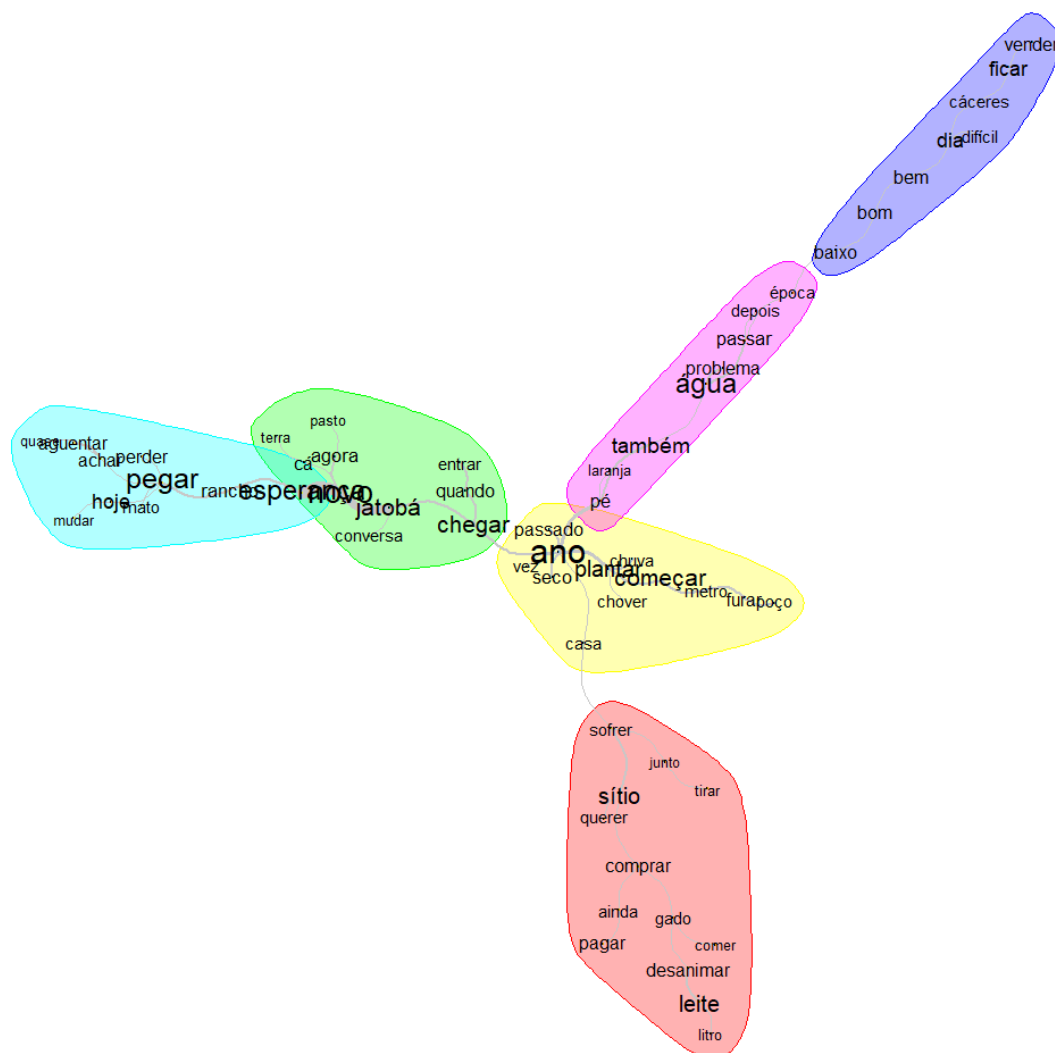
Gráfico 9 – Distribuição de palavras da entrevista – Assentamentos Nova Esperança, Jatobá e Bom Sucesso



Fonte: Elaborado pelo autor por meio do *Iramuteq* (2021).

Nota-se na distribuição das palavras a partir do eixo frequência demonstrada verticalmente – log (frenquences) que não há um conjunto significativo de palavras que obtiveram acima de 50 repetições e que a grande maioria das palavras ficaram com alta repetição no eixo horizontal – log (rangs). Na utilização do *Iramuteq*, essas frequências são evidenciadas pelas 480 (hapax) palavras repetidas uma única vez como demonstrada no eixo log (rangs) e a distribuição das 784 (Number of forms) palavras que em sua grande maioria ficou entre 2 a 20 repetições. As ilustrações das palavras desta distribuição podem ser vistas a partir da Figura 35 – Nuvem de palavras, a seguir.

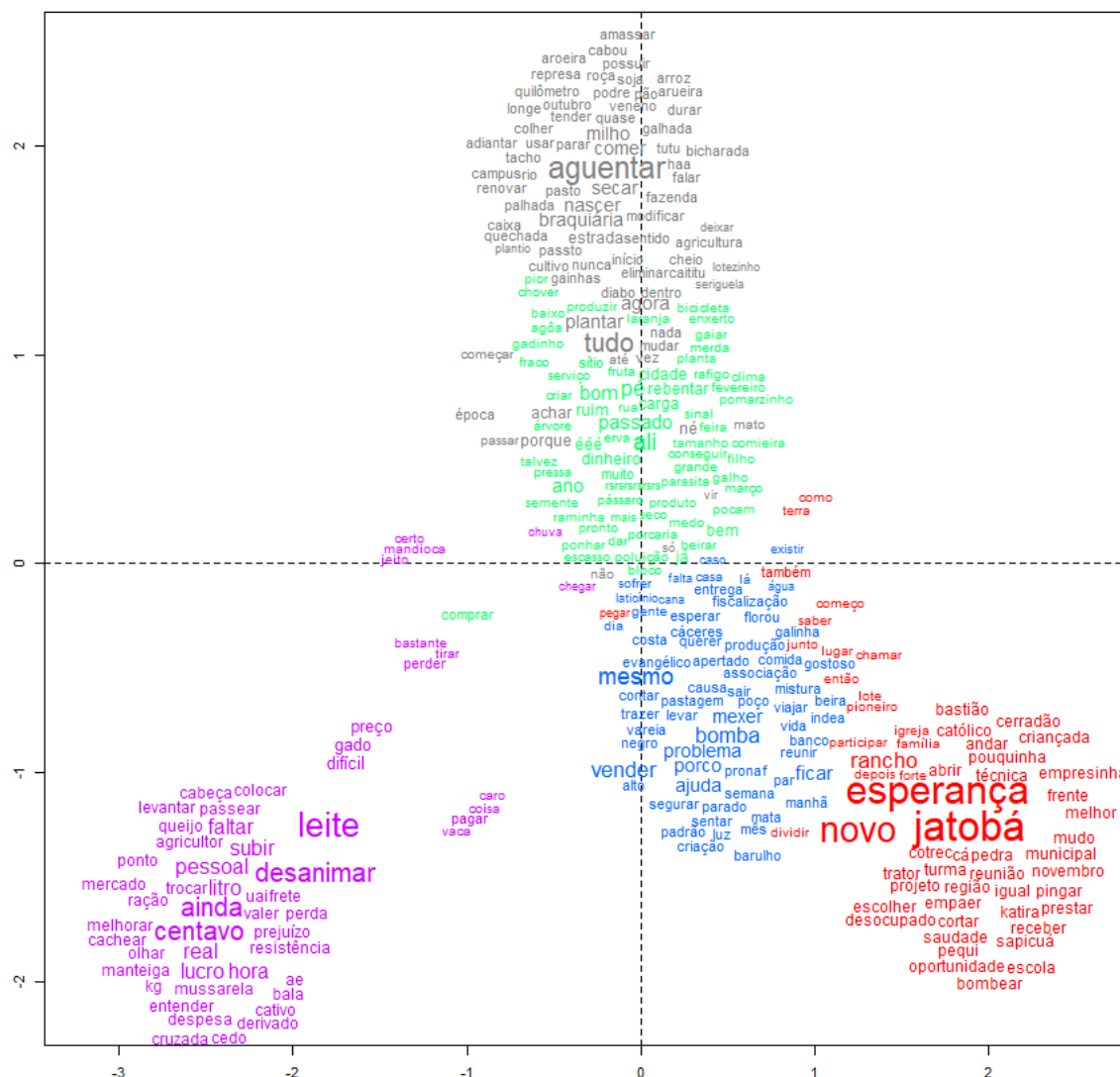
Figura 34 – Análise de similitude da entrevista – Assentamentos Nova Esperança, Jatobá e Bom Sucesso



Fonte: Elaborado pelo autor por meio do Iramuteq (2021).

A Análise de Similitude demonstra a conectividade entre os termos em clusters ou grupos que estas palavras se encontram. Podemos identificar pelos clusters que a conexão entre a palavra: “Ano”; “água”; “chegar” e “Esperança” com maior tamanho e coloração nos 04 clusters do centro para a direita e “sítio e leite”, ligando o único cluster no canto inferior da figura. Os encontros dessas classes podem ser visualizados a partir da Figura 37 – Análise Fatorial Confirmatória, a seguir:

Figura 35 – Análise Fatorial Confirmatória da Entrevista – Assentamento Nova Esperança, Jatobá e Bom Sucesso

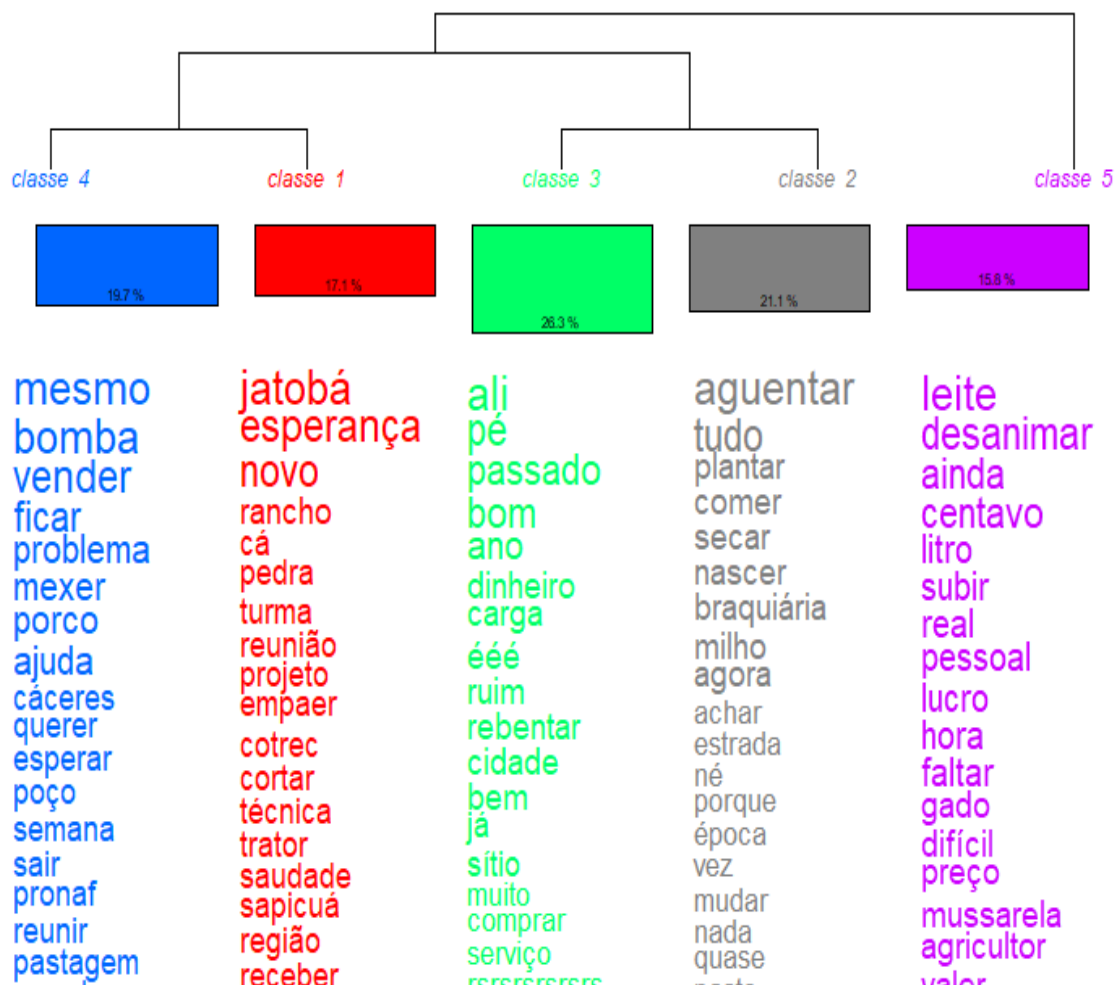


Fonte: Elaborado pelo autor por meio do *Iramuteq* (2021).

Na Figura 37, representando AFC, se nota o encontro das classes de forma homogênea nos 4 planos da figura. A classe 5 com 20,3% do total do corpus textual, se encontra em lilás no quadrante inferior esquerdo, se a única classe deslocada das demais.

Os clusters visualizados na figura anterior podem ser encontrados no *Iramuteq* a partir das classes criadas pelo software em referência às frequências das palavras em que se cria score nos segmentos textuais em que aparecem a maior quantidade de palavras que mais repetiu nas falas descritas. Estas classes são vistas na Figura 38, a partir do Dendograma ilustrado, a seguir.

Figura 36 – Dendograma da Entrevista – Assentamentos Nova Esperança, Jatobá e Bom Sucesso



Fonte: Elaborado pelo autor por meio do *Iramuteq* (2021).

As lematizações geradas para a criação das classes são realizadas pelo *Iramuteq* a partir da Classificação Hierárquica descendente que na entrevista com os agricultores assentados está dividida em dois grupos.

O primeiro grupo consiste na Classe 5 representando 15,8% do total do corpus textual com a coloração roxa. Essa classe está ligada à produção de leite dos assentamentos. Os participantes da entrevista relataram as dificuldades de se manter um preço justo para o litro de leite em relação ao que se é vendido no mercado. Segundo os produtores, os laticínios compram dos produtores a preços muito baixos. Durante os dias de coleta de dados nesses assentamentos, ocorria uma paralisação geral dos produtores de leite no território da fronteira por melhorias no preço pago aos mesmos, que resultou em um aumento significativo destacado pelos produtores que subiria de R\$ 0,77 centavos o litro de leite para R\$ 1,32 centavos.

Score 94,86 [...] muita gente já está desanimando, trocando o **gado**. Vende 1 litro de **leite** a R\$ 0,88 centavos e se vai comprar 1 kg de ração, se vai pagar o mesmo preço do litro do **leite** ou mais ainda, que o agricultor tem? [...]

Score 51,15 [...] **manteiga, queijo, mussarela** são todos caros. A **mussarela**, olha o **preço** que é! Eu acho que vai chegar um ponto que ainda vai faltar o **leite** no mercado, porque o pessoal vai desanimando [...]

Enfatizado pelos entrevistados, muito produtores de leite estão migrando para a pecuária de corte. Esse entendimento é demonstrado quanto ao tipo de trabalho exercido nessas duas áreas da pecuária. No que tange à leiteira, o trabalho diário começa bem cedo da manhã, ao se buscar as vacas nas pastagens, prender os bezerros, higienizar os equipamentos de coleta e armazenagem do leite. Após, é retirado o leite. Em épocas da seca, o produtor tende a suplementar a alimentação das vacas, no entanto, após todo esse processo e triturado culturas como a cana de açúcar ou capineira e colocados em coxos para alimentação. Segundo os entrevistados, a pecuária de corte exige em seu manejo estruturas de currais e cercas com maior rigidez pelo tipo de gado e um manejo mais a campo, a cavalo.

Na Classe 3, os entrevistados destacam o aproveitamento de madeira realizado nos assentamentos para a estruturação das cercas e currais, utilizando de aproveitamento de alguns tipos de árvores que ainda restam caídas nos pastos e na mata.

Score 46,05 [...] nós estamos aproveitando as **galhadas** de aroeira, elas aguentam muito **tempo**. Só que pelos **anos**, já está quase tudo podre. Às vezes você acha **galhada**, mas já está tudo podre [...]

Score 29,31 [...] mas agora esse ano não deu por causa da **seca**, que florou, mas não segurou. Muito seco. Não participo da **associação**, às vezes que reúne, é nas casas por aqui, lá no **Nova Esperança** tem **associação** e eles se reúnem nas casas mesmo [...]

No contexto em que os entrevistados estavam falando sobre o aproveitamento de madeira, o agricultor assentado no Jatobá, destacou o efeito das chuvas para o apodrecimento dessas madeiras e, no entanto, relatou que com a ausência das chuvas, os pomares nos assentamentos não conseguiram florar direito e com isso não ocorreu a habitual produção de limão, laranja, mexerica. Quando perguntados sobre a participação nas associações, os entrevistados disseram que já participaram, mas que, atualmente, não participam “deixando para os mais novos”.

A participação nas associações é vista como importante para os entrevistados, porém, com a idade mais avançada e a não permanência dos filhos na propriedade, os agricultores tendem a ficar mais tempo em serviços domésticos e no campo. O ponto crucial sobre a produtividade destacada pelos entrevistados, são as janelas de chuvas que quando estão abertas,

faltam tratores e implementos para atender a todos. A Classe 2 traz segmentos de textos que enfatizam esta situação:

Score 44,20 [...] porque talvez você vai em tal **pessoa** e ela já está fazendo outro serviço. Aí a gente tem pressa de fazer. Esse ano está muito dolorido para estar chovendo, muito **seco** [...]

Score 41,97 [...] e a **chuva** mudou muito, né. A época que a gente **plantava** era outubro, na certa que iria nascer. Hoje, se não pode **plantar** em outubro, se vê que agora não tem como **plantar** nada, porque não choveu [...]

Ações de solicitações e envio de projetos a partir do Conselho Municipal de Agricultura juntamente com órgãos que estão vinculados à agricultura familiar do município de Cáceres para a Secretaria do Estado de Agricultura, promoveram a entrega no início do ano de 2019 uma patrulha mecânica com implementos para o atendimento dos agricultores assentados deste território. Ao final do ano de 2020, foi enviado pela ACOOPERFRON, a partir do uso do maquinário, um relatório das ações efetivadas em todos os sete assentamentos do território da fronteira e neste solicitava para o ano de 2021 implementos agrícolas específicos para a produção de capineiras, plantio e colheita de culturas como milho. A questão enfatizada na segunda passagem é a mudança dos meses chuvosos e, conseqüentemente, a perda de produção e muitas vezes a perda de janela para plantio.

A Classe 4 traz a relação desses assentamentos na questão da água consumida nos assentamentos e a ação da prefeitura do município de Cáceres para atender a necessidade de água nos Assentamentos.

Score 65,48 [...] nós buscávamos lá na **Corixinha**. Depois passou a buscar lá no São Rock, foi quando o 9º BEC fez esse encanamento que vinha uma **água**, só que uma **água** porca [...]

Score 64,15 [...] até o caminhão da prefeitura está puxando **água**, 18 mil litros, mas não é tão seguro, né? Quando tem problema na **bomba**, chega a quase todas as **famílias** daqui veio ali de Horizonte do Oeste por ali quase tudo são nossos amigos [...]

Os entrevistados também ressaltaram a questão dos primeiros encanamentos que resultaram na coleta de água de uma lagoa, onde eles informaram a péssima qualidade dessa água. São Rock é uma comunidade que fica no distrito de Vista Alegre, vindo da BR 070, fica a direita, sentido Cáceres e fronteira. Por questão de cuidado ao descrever a primeira passagem de texto, é necessário contextualizar que o 9º Batalhão de Engenharia e Construção do Exército Brasileiro não tem culpa de a água coletada ser de péssima qualidade. Apenas foi realizado o trabalho em conjunto com o INCRA para a estruturação do encanamento.

Ao se relembrar dessa questão da água entraram no contexto da biodiversidade dos assentamentos. Os entrevistados lembraram de quando estavam acampados e ao tipo de matas presentes nos assentamentos presentes na Classe 1:

Score 133,30 [...] aqui pega o mato, mais aqui no **Jatobá** e **Nova Esperança**. Não tem o pequi. A **água** que vem para o **Nova Esperança** vem lá do **Rancho da Saudade** e a nossa (Jatobá) vem do Katira, bombeada [...]

Score 130,66 [...] a gente chegou tudo junto né. O **Rancho da Saudade**, o **Nova Esperança** e o Jatobá chegaram juntos. Chegamos agrupamos tudo em lugar só [...]

Ao relembrarem de sua chegada no território da fronteira, os entrevistados contextualizaram que existiam nas fazendas adquiridas pelo INCRA famílias que continuaram com lotes nos assentamentos. Essas famílias eram de funcionários das fazendas e que quando foi repartido os lotes, todas as famílias ali existentes também receberam.

Trazendo para as categorias analíticas da pesquisa, são empresadas da seguinte forma:

- Território: convivência com a falta de água, estruturas precárias de encanamento e a dificuldade para manter as criações da propriedade; relacionamento entre agricultores dos assentamentos vizinhos (Nova Esperança, Jatobá e Bom Sucesso) e com os Bolivianos que aparecem para compra de mercadorias e ou para prestação de serviço braçal.
- Agricultura familiar: Perante uma programação para cultivo da terra e plantio, a necessidade de maquinários agrícolas para conseguir atender as atividades de cada propriedade;

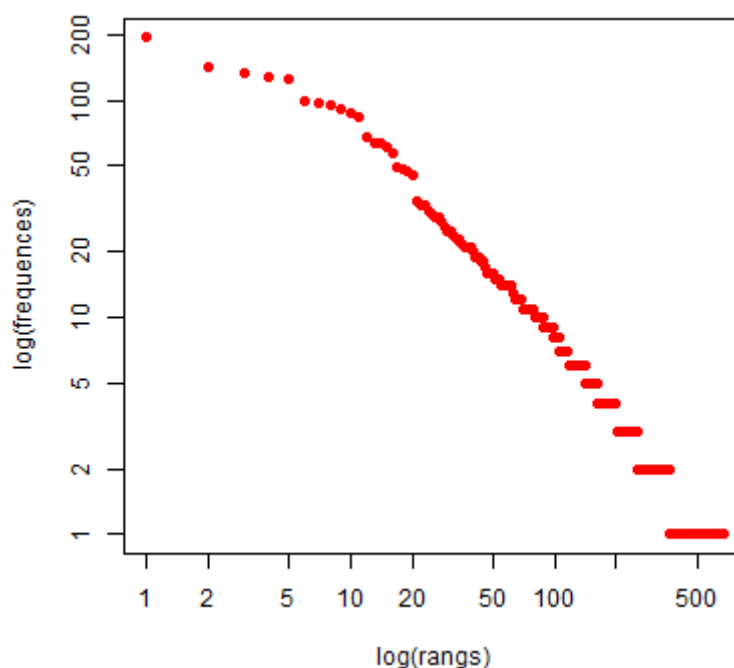
Notou-se nas falas dos entrevistados apego pela terra onde criaram seus filhos e agora netos. Em momentos específicos da entrevista, foram relatados que os filhos dos entrevistados foram para os municípios próximos para estudar (ensino médio e faculdade), mas que em sua maioria voltaram para os assentamentos para viver do cultivo da terra e trabalhar nas escolas ou mesmo nas fazendas vizinhas.

Assentamento Rancho da Saudade

Dando continuidade às descrições dos resultados obtidos na entrevista realizada com o primeiro presidente da Associação de produtores rurais do Assentamento Rancho as Saudade, foram gerados um corpus textual de 4.248 ocorrências (Number of occurrences) de palavras em decorrência de 942 (Number of forms) palavras que se repetiram durante a entrevista em 479

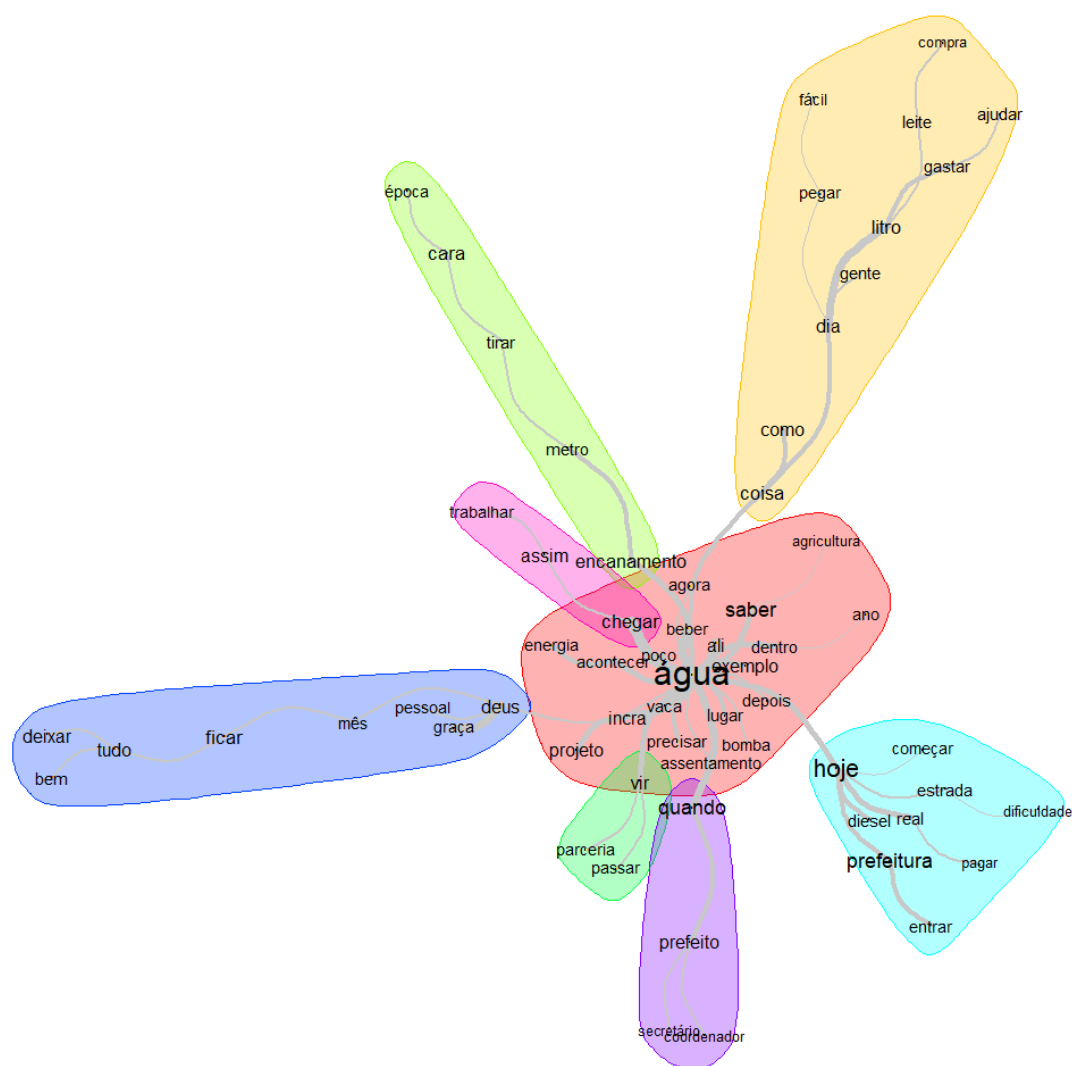
(hapax) palavras se repetiram uma única vez. As distribuições dessas ocorrências podem ser interpretadas no Gráfico 10, a partir do gráfico de distribuição de palavras da terceira entrevista, envolvendo agricultores assentados, inserido a seguir.

Gráfico 10 – Distribuição de palavras da Entrevista – Assentamento Rancho da Saudade



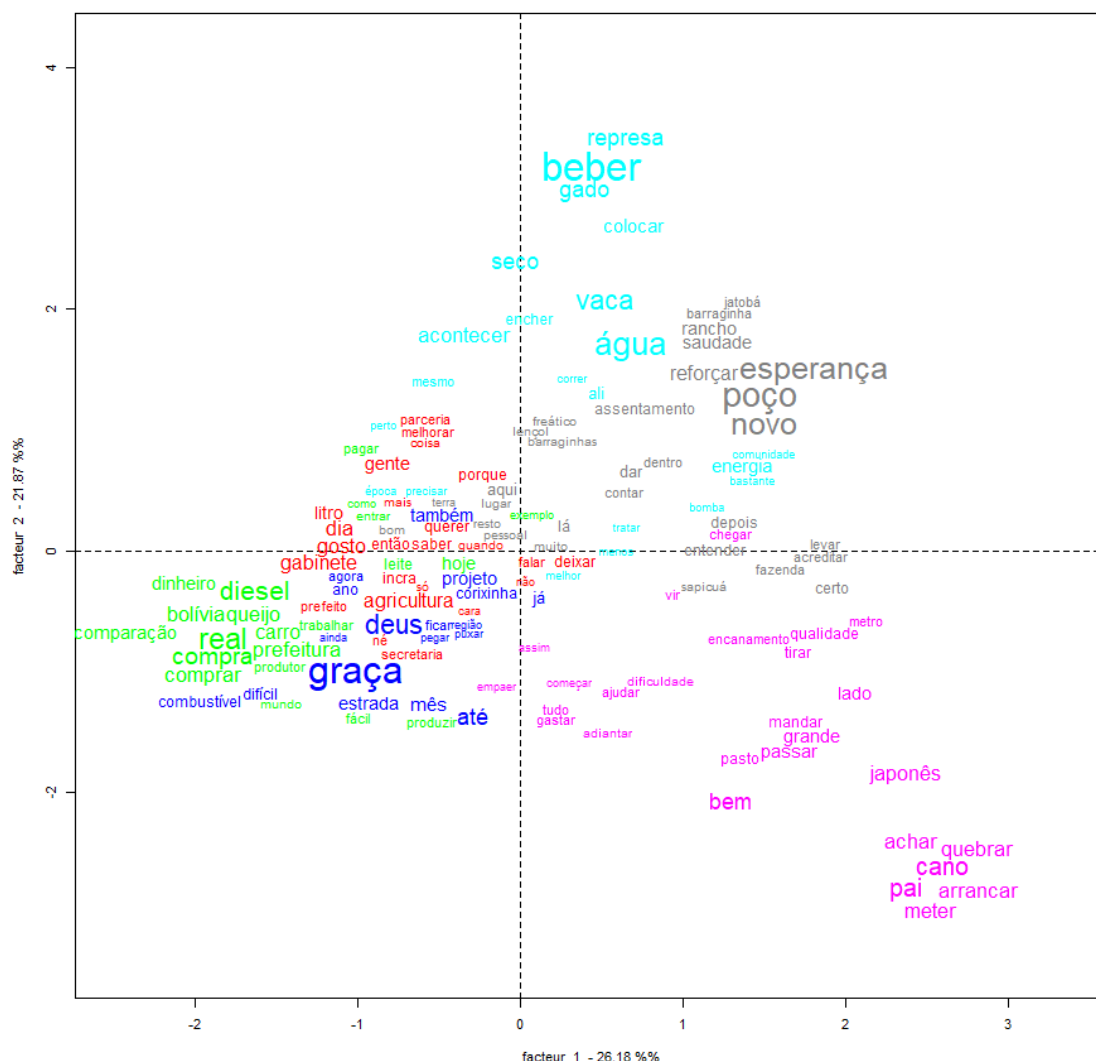
Fonte: Elaborado pelo autor por meio do Iramuteq (2021).

Nota-se na distribuição das palavras a partir do eixo frequência demonstrada verticalmente – $\log(\text{frequences})$ que não há um conjunto significativo de palavras que obtiveram acima de 50 repetições e que a grande maioria das palavras ficam com alta repetição no eixo horizontal – $\log(\text{rangs})$. Na utilização do *Iramuteq*, essas frequências são evidenciadas pela 479 (hapax) palavras repetidas uma única vez como demonstrada no eixo $\log(\text{rangs})$ e a distribuição das 942 (Number of forms) palavras que em sua grande maioria ficou entre 1 a 20 repetições. As ilustrações das palavras desta distribuição podem ser enxergadas a partir da Figura 39 – Nuvem de palavras, a seguir.

Figura 38 – Análise de Similitude da Entrevista – Assentamento Rancho da Saudade

Fonte: Elaborado pelo autor por meio do Iramuteq (2021).

A Análise de similitude demonstra a conectividade entre os termos em clusters ou grupos que estas palavras se encontram. Podemos identificar pelos clusters que a conexão entre a palavra: “Água”; “chegar”; “encanamento” com maior tamanho e coloração nos 03 clusters do centro para canto esquerdo e direito superior. As palavras “hoje e prefeitura”; “quando” e “Deus”, ligando os clusters inferior direito e para o lado esquerdo da Figura 40. Os encontros dessas classes podem ser visualizados a partir da Figura 41, pela Análise Fatorial Confirmatória, a seguir:

Figura 39 – Análise Fatorial Confirmatória da Entrevista – Assentamento Rancho da Saudade

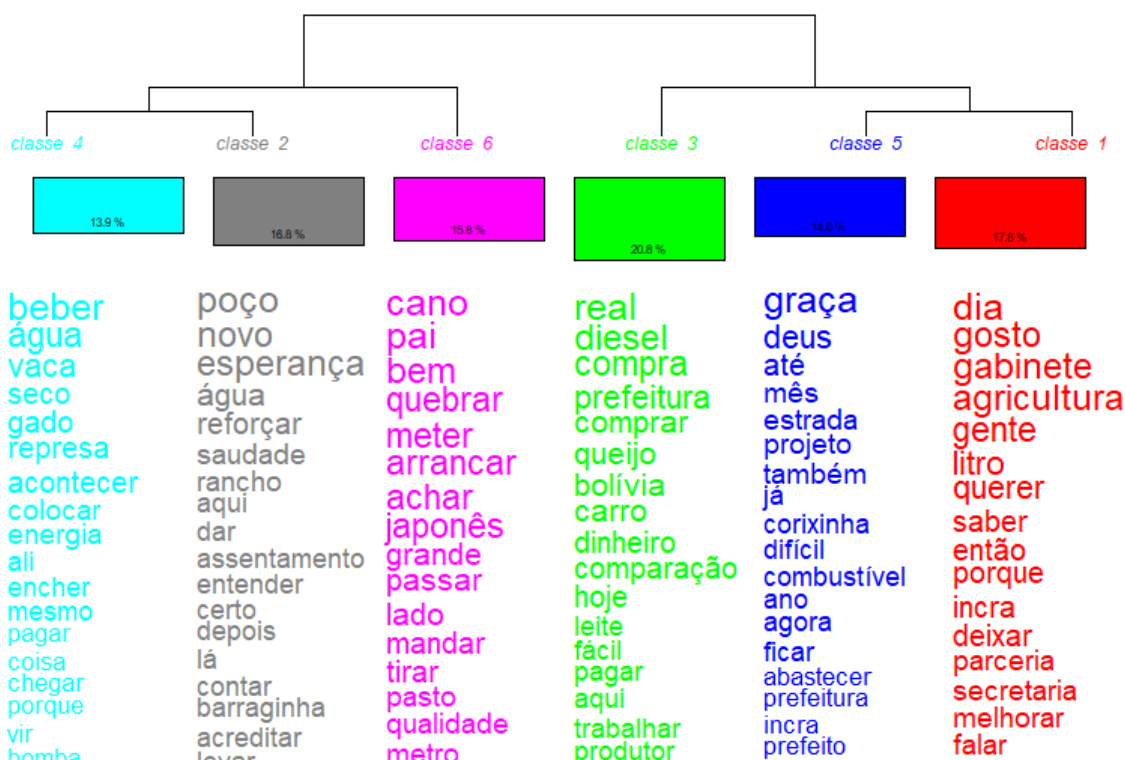
Fonte: Elaborado pelo autor por meio do *Iramuteq* (2021).

Pela Análise Fatorial Confirmatória, Figura 41, conseguimos notar o encontro das classes de forma homogênea nos 4 planos da figura. A Classe 4, representada pela cor azul claro com 13,9% do total do corpus textual e a Classe 2, em cinza, representando 16,8% do total do corpus textual, se localiza no quadrante superior direito. Porém, subindo para o quadrante superior esquerdo, se articulando com as classes 1 em vermelho com 17,8% e a Classe 5 em azul, com 14,6% do total do corpus textual. Essas classes se encontram no quadrante superior direito para o esquerdo e desse para o quadrante inferior direito e ao centro da Figura 41 com a Classe 6 na cor rosa, com 15,6% e a Classe 3, na cor verde, com 20,8% do total do corpus textual.

Os clusters visualizados na figura anterior podem ser encontrados no *Iramuteq* a partir das classes criadas pelo software em referência às frequências das palavras em que se cria score

nos segmentos textuais em que aparecem a maior quantidade de palavras que mais se repetiram nas falas descritas. Essas classes são vistas na Figura 42 – Dendograma ilustrada a seguir.

Figura 40 – Dendograma da Entrevista – Assentamento Rancho da Saudade



Fonte: Elaborado pelo autor por meio do Iramuteq (2021).

Com uma distribuição de contextos, as classes geradas nesta entrevista desenvolveram dois grandes grupos de três classes cada, sendo primeiro grupo descrito da esquerda para direita. No entanto, a **Classe 4** representando 13,9% do total do corpus textual e a **Classe 2** 16,8% do corpus textual total. Junto destes grupos de classes, se encontra a **Classe 6**, representando 15,6% do corpus textual total.

O segundo grupo de classes está descrito da direita para a esquerda, onde encontramos a **Classe 1** representando 17,8% do corpus textual total e a **Classe 5**, representando 14,6% do corpus textual total. Junto a este grupo está a **Classe 3** correspondendo a 20,8% do corpus textual total. O entrevistado está no território da fronteira desde a época dos acampamentos e dentro dos 7 assentamentos que compõem o território, é a liderança que foi indicada por todos os agricultores e agricultoras quando perguntado quem poderia participar das entrevistas para contar a história do território e o seu desenvolvimento durante esses anos. No entanto, sua fala se concentrou em destacar a relação desde o início na acreditação de mexer nos encanamentos de água inicialmente instalado pelo INCRA e que posteriormente, com a ajuda da EMPAER,

no trabalho técnico de altimetria, topografia e posteriormente do INCRA neste serviço técnico desencadeou a reinstalação da tubulação em funcionamento presente no assentamento.

Ao se trazer passagens das falas do entrevistado a partir da Classe 4, esse relata sobre a construção de barraginhas para segurar a água de enxurradas e como se deu os primeiros problemas com empresas e órgãos públicos com a água que tinha para ser consumida na época:

Score 145,66 [...] e a gente pode fazer parceria. A comunidade pode dar o diesel, porque fazendo uma barraginha hoje, é uma represa, que período ou época das **águas** ou época da **seca**, o **gado** vai **bebendo água ali** [...]

Score 136,25 [...] ali devia sei quantos mil e o que **aconteceu**, cortaram a **energia**. Daqui a pouco deu a seca, cortou a água. O Ministério Público também cortou a água, porque a água não tinha condição para **beber** [...]

Na primeira passagem, o agricultor assentado contextualiza sobre a ação das universidades no desenvolvimento dos resultados das pesquisas de forma prática e parcerias com órgãos públicos para realização de estudos técnicos que possam resultar em barraginhas, represas. Neste contexto, foi relatado que no entendimento dele as barraginhas poderiam represar as águas das enxurradas das estradas e o que acumular, adentrar no solo e manter o lençol freático.

Na segunda passagem, é relatado que a água que era retirada de um poço lá no assentamento virou motivo de confusão. O motivo era que não se tinha o dimensionamento de quanto cada agricultor em seus sítios consumia e na hora de pagar a conta era dividido igual para todos. Isso gerou uma grande dívida com a operadora de energia. Outra questão era a qualidade da água consumida. Após avaliação dos órgãos públicos foi condenada o consumo da água que vinha de um lago para o consumo humano e animal. A resolução de parte do problema de água é vista nos seguintes segmentos de texto da Classe 2:

Score 178,34 [...] numa fazenda vizinha aqui fez um **poço** de 280 **metros** e não deu **água** também. Está pegando **água** desse lugar aqui também. Nós temos hoje uma 5 ou 6 **fazendas** pegando **água** aqui e 3 **assentamentos: Nova Esperança, Sapicuí e o Rancho da Saudade** [...]

Score 139,35 [...] aí eu **falei** assim, eu vou fazer outro **poço** por minha **conta** para o **Nova Esperança**. Aí eu falei para o **INCRA**, você faz o **projeto** para mim e leva esse encanamento 7 quilômetros, o resto da **água** eu ponho [...]

Nesse momento histórico do território da fronteira, o entrevistado enfatizou que técnicos de órgãos estaduais de assistência técnica informaram a ele da necessidade de ter acompanhamento do órgão responsável, no caso o INCRA. E que ele não deveria mexer no encanamento pelo fato que poderia quebrar e os agricultores assentados neste território teriam

que se responsabilizar. A Classe 6 é descrita nos segmentos de texto com a fala na íntegra do entrevistado:

Score 74,18 [...] aí eu falei e **cheguei** para cara, deixa eu **tirar**, eu começar. Eu começo e chamo vocês depois. Mas eles **acharam** que eu ia chegar em cima do cano. Eu mandei a retroescavadeira cavoucar [...]

O “cara” relatado era um dos técnicos de assistência técnica que não acreditou no início que os agricultores iriam conseguir tirar os canos sem quebrá-los. Por sua vez, o entrevistado contou que, para conseguir a estrutura necessária entrou em contato com o prefeito de San Matias da Bolívia e conseguiu 1000 litros de diesel, já que também beneficiaria os bolivianos que moram na fronteira. Em contrapartida, conseguiu a retroescavadeira e o operador com a prefeitura de Cáceres. A passagem a seguir descreve como estava instalado o encanamento:

Score 67,95 [...] o **cano** tinha um **metro** e meio dentro do chão. Mas eu iria tentar, uai, deixa eu tentar. Tudo bem, vamos fazer, daqui a pouco o **japonês**, que era da EMPAER [...]

O entrevistado nos relatou que após conseguir a estrutura, o referido técnico da EMPAER juntamente com equipe técnica local, realizaram nova altimetria e topografia simultaneamente ao trabalho dos agricultores na retirada do encanamento. Neste trabalho em conjunto entre os agricultores, técnicos do INCRA, EMPAER e secretarias municipais, conduziram as ações de reimplantação do encanamento e a chegada de água limpa para os assentamentos vizinhos.

Inerentes ao processo de chegada de água potável aos agricultores assentados neste território, o entrevistado enfatizou dois pontos: o primeiro que a vontade dos agricultores em retirar os encanamentos aconteceu de forma coletiva e a solução para não quebrar o encanamento foi a de cavar para achar a primeira barra de cano, que sim, essa quebrou após cavar de lado de o encanamento. Alavancas foram utilizadas para pressionar esses canos de lado, não os quebrando, contou o entrevistado.

Outro ponto, foi a relação entre a vontade dos agricultores e a aplicação de conhecimentos por parte dos técnicos dos órgãos municipais, estaduais e federais. Sem essa ação coletiva, o entrevistado aponta que os agricultores estariam ainda sofrendo com alguns problemas, como por exemplo, o alto gasto de energia com bombas de água que não conseguiria bombear e manter o consumo inicial do território. Conta o agricultor que chegaram a ter bomba de 14 cv e não matinha o bombeamento de água como eles gostariam e foi com uma indicação dos técnicos de assistência técnica, uma bomba de 3 cv que gastava menos energia e conseguia atender o bombeamento de água necessário.

A Classe 1 traz nos segmentos textuais a seguir, a crescente produção de animais nos assentamentos, além dos planejados pelos órgãos responsáveis das lideranças que se comprometeram, à época a manter a organização entre os assentamentos

Score 75,94 [...] já que você quer criar... porque isso foi criado para 1.500 **litros** por **dia** e que ainda não era **gosto** de **INCRA**, não. Era **gosto** nosso, dos produtores. Agora você já quer... tem **gente** gastando 10 mil **litros** [...]

Score 71,95 [...] por exemplo, ééé... quando nós fizemos água, eu falei, gente, eu quero água para pelo menos 1.500 litros por dia para cada um. Porque o INCRA tinha falado só 500 litros por dia [...]

No entanto, o entrevistado informou que o consumo de água estava muito além do previsto e que os produtores queriam. Nesse contexto, foi relatado que era necessária uma conscientização sobre esse consumo de água, já que ele entende que pode ocorrer de o poço sentir e são necessárias mobilizações e articulações para a construção de barraginhas.

A Classe 5 descreve a questão de ser coletada a água das enxurradas que vão embora e não infiltram no solo nos assentamentos Katira e Corixo.

Score 114,74 [...] essa precisa urgente e a **Corixinha também** precisa. Dois lugares precisam, porque, são dois lugares que **abastecem**... graças a **Deus** eu consigo uma boa mobilização, faço isso daí até bem [...]

Score 105,86 [...] e até hoje na **prefeitura**, **graças** a Deus, é sobre **estrada**, bomba, é só ligar para o prefeito. O prefeito manda encher todas as caixas do pessoal. O caminhão vem **abastecer**, enquanto não **abastece** todo mundo... então várias conquistas, né.

A relação com o governo municipal relatada pelo entrevistado é bem estreita. Isso acontece pela participação na eleição de 2016 em que o entrevistado ficou na 16ª colocação, sendo o primeiro suplente na Câmara Municipal. Durante a gestão 2016/2020 do prefeito municipal, o entrevistado ficou cerca de 8 meses como vereador e contou que conseguiu fortalecer suas alianças com todos os vereadores e órgãos ligados à agricultura familiar.

Na Classe 3 o entrevistado apontou que é necessário ter políticas sérias para o produtor rural. Não adianta motivar o produtor com informações de que o PAA e PNAE irão comprar toda a produção advinda dos assentamentos. Lembrou que quando tinha assistência técnica pública responsável pelo território, a dinâmica de produção era de variedades, principalmente para o alto consumo. A seguir são descritas passagens desta classe:

Score 95,81 [...] não adianta tapar o sol com a peneira... ó, se a **prefeitura comprasse**... uma **comparação**, 10 quilos de **queijo** a 10 reais a cada 1 mês, mas se ela comprasse o resto pelo menos e 8 em tudo [...]

Score 93,03 [...] vai ser uma proteção para o lençol freático e para o próprio... eu possa entrar com o **diesel**. Uma comparação, hoje **diesel** custa 800 reais a 100 mil **reais** e **prefeitura entra** com a máquina [...]

O contexto das falas do entrevistado está no sentido de que, se tivesse um subsídio para o restante da produção gerada nos assentamentos, os agricultores produziram mais e com mais variedades. Essa afirmação é pelo fato de que a grande quantidade de alimentos produzida nos assentamentos não é comercializada. Boa parte delas se torna alimentos para pequenos animais nas propriedades. A segunda passagem consiste no entendimento de como as barraginhas podem auxiliar na conservação da água no solo e como os agricultores assentados poderiam auxiliar a prefeitura para a realização dessas barraginhas.

Com a sistematização das classes da tabela anterior forneceu subsídios para a criação de categorias de análises ligadas ao território. Ao confrontarmos com os conceitos estudados, são apresentados no Quadro 11 – Categorias de análises dos multicascos representam a origem da estrutura utilizada a partir do referencial teórico da pesquisa.

Quadro 10 – Categorias de Análise dos Casos Estudados

Categoria	Subcategorias
Território Relação Jurídico-administrativo, simbólico-cultural, econômico nas relações sociais, institucionais e ambientais no território (RAFFESTIN, 1993; SAQUET, 2003; SCHNEIDER, 2004; HAESBAERT, 2005).	Ambiental Relação entre os agricultores assentados e os recursos naturais do território brasileiro e boliviano (BARROS; MIGLIORINI e BARROS NETA, 2015; SILVA; BINZSTOK, 2015). Produção Relação entre os agricultores assentados e os produtos e serviços consumidos, comercializados (SCHEUER; BOTTI e NEVES, 2015; MENDES; NEVES e NEVES, 2016). Renda Relação entre os agricultores assentados e à relação financeira, renda, trabalho, emprego. SILVA e BINZSTOK, 2015; SILVA; DAN e VIEGAS, 2017).
Gestão Territorial Características da estrutura organizacional da gestão do território, relacionando os atores sociais e	Inter-relação do território Relação entre os agricultores assentados com instituições ligadas diretamente à estrutura do território (PIRES, 2016; PEREIRA, 2019).

institucionais (VAINER, 2009; DALLABRIDA; BIRKNER e COGO, 2013; PEREIRA, 2019).	Interorganização dos atores Relação da inter-relação dos agricultores assentados com os atores institucionais no gerenciamento e tomada de decisão no território (NETO et al., 2009; REZENDE; FRAIXE; WITKOSKI, 2017).
Agricultura familiar O envolvimento dos trabalhadores e trabalhadoras rurais no território com as práticas produtivas e extrativistas como também as políticas públicas de desenvolvimento rural. (WANDERLEY, 2000;2004; WILKINSON, 2003; ZIMMERMANN et al., 2014)	Desenvolvimento territorial Organização do arranjo produtivo local no território (MORAES, 2015; 2018). Produção agroalimentar O desenvolvimento de metodologias e o envolvimento de técnicas sociais para o desenvolvimento do território (ABRAMOVAY, 1998); CASTRO, 2015).

Fonte: Elaborado pelo autor

As categorias de análises envolvendo a pesquisa surgem do envolvimento entre o pesquisador e a literatura, porém, as categorias são elementos em que podem ser considerados aspectos que se interagem dentro da categoria. Para tanto, as descrições no Quadro 12 – Contextos envolvidos nas categorias de análises se estabeleceram da seguinte forma:

Quadro 11 – Categorias e Subcategorias com Aspectos das Análises nos Multicascos

Categorias	Subcategorias	Aspectos
Território	Ambiental	Ações coletivas para bem comum, como o fornecimento de água, porém, ao mesmo tempo conflituosa por não haver controle de consumo. Convívio diário com bolivianos e os chamados Chiquitanos, povos indígenas oriundos da fronteira com o Brasil. Participação em reuniões, cursos, palestras e ações de órgãos públicos e privados. Problemas de distribuição dos recursos hídricos, manutenção de estradas, atendimento no posto de saúde, manutenção das escolas municipal e estadual com inter-relação entre os assentamentos e o poder público municipal.
	Social	
	Cultural	

Gestão Territorial	Organizacional, institucional-formal	Mesmo que ocorra a participação no Conselho Municipal de Agricultura, reuniões das associações locais e a auto-organização com uma associação territorial, não existe um plano de ação; não há informações sistematizadas sobre o território acerca da capacidade produtiva, volume de chuvas, áreas degradadas para logística interna no instituto de inserção de técnicas produtivas. Como elemento inerente aos modelos de gestão: social, pública e a territorial, a participação de atores sociais inseridas em organizações públicas ou ações de interesse coletivo público são vistas na participação de conselhos, colegiados, fóruns que congregam organizações públicas, privadas e atores sociais em busca de estratégias de criação, implantação e/ou consolidação de programas, projetos, leis criando seus arranjos institucionais.
	Social	
Agricultura familiar	Arranjo Produtivo Local – APL	Com a capacidade técnica, estrutural e comercial para produção de leite, os agricultores estão se mobilizando para aumentar a sua capacidade de produção, recuperar áreas degradadas e diversificar a comercialização de produtos oriundo do território.
	Desenvolvimento territorial	

A dinâmica apresentada na literatura sobre o conceito de gestão territorial ainda é incipiente e em alguns casos é confundida com a gestão pública e a gestão social. Aplicando ao contexto desta pesquisa é possível encontrar fatores presentes no cotidiano dos assentamentos que constituem a gestão do território em três modelos de Gestão, quais sejam: a social, a pública e a territorial.

Os modelos de gestão se encontram na participação de atores sociais para a criação de programas e constituições, vistos anteriormente, no caso de desenvolvimento rural europeu com os arranjos institucionais advindos do envolvimento de programas e planos de desenvolvimento territoriais, que são instrumentos que criam ambientes institucionais a partir do território, exemplo na literatura é o programa Leader implantado na década de 1990 na União Europeia como meio de desenvolvimento rural, de acordo com Pecqueur (2002), e como forma de valorização do território a partir do local, conforme Lotta e Favareto (2016) e o desenvolvimento territorial integrado (ZAPATERO e MUÑOS, 2013).

E no caso brasileiro, a relação entre o arranjo institucional de desenvolvimento territorial rural brasileiro advindos dos Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), Programa Territórios da Cidadania (PTC) envolve-se com políticas públicas da agricultura familiar desde a participação de cooperativas, federações e movimentos sociais descritos por Delgado e Grisa (2014) e como também nas políticas de incentivo e fortalecimento

de infraestrutura e produção, para Nunes et al., (2015); Brito (2017); Ribeiro e Silva (2018), como formas de articulação dos atores sociais a para a construção do desenvolvimento territorial (PECQUEUR, 2005; BONNAL; CAZZELA e MALUF , 2008).

A partir da literatura consultada e as informações advindas do campo, notou-se uma divisão entre os modelos de gestão. Com os agricultores e agricultoras inseridos nas ações de organizações públicas, foram identificados processos para a gestão territorial inerentes à participação entre a gestão social na gestão pública e a constituição da governança territorial.

Em uma colaboração ampliada sobre a gestão territorial em processos e procedimentos de gerência territorial, Rezende, Fraxe e Witkoski (2017) destacam que é necessário o entendimento de elementos ambientais, sociais, culturais, políticos e econômicos que possam transcender a função de gestão e emergir a governança territorial. Nesse sentido, Pires (2016) apresenta, dentre a concepção de governança territorial, três esferas chaves correspondendo à governança política, à governança econômica e à governança administrativa como elementos estabelecadores de integração do território. O Quadro 13 – Processos na Gestão Territorial, são identificados a partir das entrevistas e a participação de os atores territoriais numa diferenciação e ao mesmo tempo numa inter-relação dos modelos de gestão.

Quadro 12 – Processos na Gestão Territorial dos Assentamentos do Município de Cáceres

Processos na Gestão Territorial		
Gestão Social	Gestão Pública	Governança Territorial
Participação na construção de Programas, Planos, Projetos.	Formalização de Programas, Planos, Projetos na forma de leis, decretos.	Tomada de decisão a partir de planos de ações.
Participação em colegiados, fóruns, conselhos.	Formalização de colegiados, fóruns, conselhos nos âmbitos municipal, estadual e federal.	Gestão compartilhada e participativa nos âmbitos municipal, estadual e federal.
Participação na discussão de comitês locais, regionais e nacionais.	Proposições de campanhas para inserção de programas nos âmbitos municipal, estadual e federal.	Envolvimento entre órgãos, entidades públicas com atores sociais na implementação, consolidação ou ampliação.
Proposição de ações de interesse coletivo.	Contrapartida para ações de interesse coletivo.	Execução de ações em níveis e escalas estabelecidas.
Ações coletivas de interesse privado.	Regulamentação, fiscalização de ações.	Convergências e divergências entre interesses.

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Enxergado como instrumentos formuladores de estratégias para o desenvolvimento territorial brasileiro MMA (2006); Ruffato-Ferreira et al (2018), a gestão territorial é o estabelecimento de regulamentações no qual atores sociais e organizacionais promovem a tomada de decisão, utilizando de recursos informacionais das dimensões territoriais.

Aplicações da gestão territorial como estratégias de desenvolvimento territorial são encontradas nas institucionalizações de ações para com a gestão de recursos hídricos Tundisi (2006); Jacobi; Barbi (2007); Hespanhol (2008); Braga e Argollo Ferrão (2015) e território indígenas Little (2006); Comandulli (2016); Mazurek (2016); Oliveira (2020) para elaboração, implementação, ampliação e consolidação de agendas, programas, planos e políticas que vão do local ao global.

Para problematizar o território rural do município de Cáceres, obtive como ponto de partida os princípios das políticas nacional e estadual, já que o estado de Mato Grosso não possui em vigência o Zoneamento Econômico Ecológico, conforme o Quadro 14 – Princípios Nacional e Estadual da Agricultura Familiar, com o entendimento que a partir dos princípios norteadores, possa provocar o Conselho Municipal e Câmara Municipal para elaborar a Política Municipal da Agricultura Familiar.

Quadro 13 – Princípios das Leis Nacional e Estadual da Agricultura Familiar

Política Nacional Agricultura Familiar – Lei 11.326/2006	Política Estadual da Agricultura Familiar - Lei Estadual 10.516/2017/MT
A Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais observará, dentre outros, os seguintes princípios: I - Descentralização; II - Sustentabilidade ambiental, social e econômica; III - equidade na aplicação das políticas, respeitando os aspectos de gênero, geração e etnia; IV - Participação dos agricultores familiares na formulação e implementação da política nacional da agricultura familiar e	São princípios da Política Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável da Agricultura Familiar: I - a produção de alimentos básicos e a sua distribuição, preservados os interesses dos produtores e consumidores, mediante a adoção de tecnologias viáveis e estratégias; II - o abastecimento adequado e a segurança alimentar como condições básicas para a tranquilidade social, a ordem pública, o processo de desenvolvimento socioeconômico e os direitos da cidadania; III - a adoção da sustentabilidade socioeconômica e ambiental como paradigma na redução das desigualdades sociais e regionais e na promoção de agroecossistemas viáveis; IV - o reconhecimento, pelo Poder Público, da diversidade de características da agricultura familiar quanto à estrutura fundiária, às condições do solo e do clima, à capacidade gerencial, às condições socioeconômicas e culturais, na definição de suas ações; V - a participação social na formulação, na execução e no monitoramento das políticas agrícolas e dos planos de desenvolvimento rural sustentável e solidário como condição necessária para assegurar a sua legitimidade; VI - a articulação do Estado com a administração federal e com as administrações municipais, com vistas a

empreendimento familiares rurais.	promover o desenvolvimento sustentável do setor agrícola e dos espaços rurais; VII - o acesso das famílias rurais aos serviços essenciais de saúde, educação, segurança pública, transporte, eletrificação, comunicação, habitação, saneamento, lazer e cultura, bem como a outros benefícios sociais; VIII - a articulação entre o Poder Público e a iniciativa privada, com vistas a dotar a produção da agricultura familiar de condições de competitividade nos mercados; IX - a compatibilização entre a política agrícola estadual e a política agrária, a fim de fornecer a esta as condições necessárias à sua viabilização técnica e socioeconômica; X - a geração de emprego e renda, bem como a distribuição de recursos públicos para manter e elevar o potencial e a sustentabilidade do setor agrícola; XI - o desenvolvimento da agricultura familiar com vistas à sua integração gradual na economia de mercado; XII - a universalização do acesso às políticas públicas estaduais e federais com foco no atendimento da agricultura familiar e dos povos e das comunidades tradicionais; XIII - a agricultura como atividade econômica que deve proporcionar rentabilidade compatível com a de outros setores da economia; XIV - o apoio à organização associativa de produtores e trabalhadores rurais como condição necessária para a estabilidade e para o pleno desenvolvimento do setor agrícola e dos espaços rurais; XV - a valorização da responsabilidade coletiva e compartilhada, tendo por base os princípios da autogestão e da cooperação; XVI - o reconhecimento da importância do patrimônio ambiental, sociocultural e econômico relacionado com as atividades agropecuárias e com os espaços rurais; XVII - a transparência dos programas, das ações e da aplicação de recursos públicos no âmbito das políticas públicas relativas ao desenvolvimento rural sustentável; XVIII - a dinamização econômica com base nas inovações tecnológicas para o estabelecimento de modelo sustentável de produção agropecuária, extrativista, florestal e pesqueira; XIX - o fortalecimento dos mecanismos de controle e gestão social, tendo como base o fortalecimento das organizações da sociedade civil.
-----------------------------------	---

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Como o território rural da fronteira está dentro do município de Cáceres, a problematização de um instrumento norteador passa pela perspectiva dos planos e dos objetivos do território municipal. Nesse sentido, a elaboração da Política Municipal da Agricultura Familiar do município de Cáceres² é uma provocação a ser realizada no âmbito da gestão pública municipal, tendo como pontos os desafios inerentes ao acesso de políticas públicas de aquisição de alimentos, como ao PNAE no município e nos território rurais, no comum desafio da escala de produção, estruturas de manufaturamento a partir de utilização de estruturas

² A partir do debate da pesquisa da tese com os membros das entidades públicas de âmbito municipal e estadual, foi elaborado uma minuta de lei para ser discutida e apresentada na Câmara Municipal do Município de Cáceres com título parcial: *Política Municipal de incentivo produtivo, logístico e comercial da agropecuária, agroecologia, sistemas extrativistas da agricultura familiar para a gestão territorial rural do município de Cáceres*, proposta pelo pesquisador desta tese. Com a pandemia da covid-19 esta discussão estagnou.

comuns para facilitar a troca de informações, dentre elas: mercados potenciais, técnicas de manuseios dos produtos e a logística territorial (ELIAS et al, 2019).

A gestão territorial como o procedimento que norteia para a tomada de decisão realizados pelos atores institucionais, sociais e econômicos são influenciadas pelo uso do território (DALLABRIDA; BIRKNER; COGO, 2013). Neste sentido, o olhar sobre o território e o enxergar de infraestrutura das estradas, educação com as escolas, a saúde, meio ambiente fazem parte de olhar e o seu uso do território como um todo (SANTOS, 1994; EDUARDO, 2002). No entanto, problematizou-se como possíveis instrumentos norteadores para o território rural municipal que venha a consolidar programas, planos, projetos territoriais que fortaleçam ações dos conselhos, fóruns, comitês de desenvolvimento da agricultura familiar e, conseqüentemente, do território.

Quadro 14 – Síntese de Instrumentos Norteadores para os 7 assentamentos

Instrumentos Norteadores	Conteúdo	Estratégias Operacionalização
Plano Territorial da agricultura Familiar	➤ Definição de Objetivos e Metas. ➤ Metodologia de atuação. ➤ Setores e subsetores de atuação. ➤ Plano de ação: Produtivo, logístico e comercial.	• Criação do calendário municipal de eventos da agricultura familiar. • Criação do calendário de produção da agricultura familiar.
Zoneamento Territorial Rural	➤ Mapeamento jurídico e administrativo do território rural. ➤ Mapeamento ambiental rural. ➤ Mapeamento Histórico cultural. ➤ Mapeamento da produção de subsistência e comercial.	• Organização informacional das diretrizes de atuação nos territórios rurais pelos órgãos municipais, estaduais e federais.
Banco de Dados Territorial Rural	• Compilamento digital de leis municipais, estaduais e federais. • Compilamento de dados precipitação, solo, biodiversidade. • Compilamento digital de programas internacionais, nacionais, estaduais e municipais. • Compilamento digital de planos, projetos municipais.	• Compartilhamento de cartilhas digitais com temas envolvendo a gestão territorial. Ex: Quem, Como e Onde é feito a Declaração de Aptidão ao PRONAF (Crédito); o Cadastro Ambiental Rural (Regularização ambiental).

Elaborado pelo autor (2021).

A criação de instrumentos norteadores de âmbito territorial voltadas à agricultura familiar poderá possibilitar a auto-organização dos atores territoriais na busca de convênios, participação de editais como o Programa Global REDD Early Movers – REM, que no estado

do Mato Grosso promove o financiamento de ações em territórios rurais como na fomentação de implantação de técnicas produtivas pensadas à interação lavoura, pecuária e floresta, na preservação de nascentes, na implantação de tecnologias sociais como as barraginhas para captação da água de chuvas.

Reflexões acerca de proposições de base territorial em assentamentos no município de Cáceres/MT

Este tópico concentra reflexões acerca da gestão na base territorial dos assentamentos participantes da pesquisa. De modo geral, o seu desenvolvimento ocorre com o diálogo entre categorias analíticas, a literatura como elemento central de proposições elaboradas ao final do tópico.

4.2.1 - Demandas territoriais identificadas na pesquisa empírica

As demandas territoriais identificadas foram elaboradas a partir das categorias analíticas da pesquisa. Sendo assim, o quadro 16 a seguir reúne as categorias analíticas: Território, Agricultura familiar e Gestão territorial e como são expressas nas falas analisadas:

Quadro 15 – Categorias analíticas: território, Agricultura familiar e Gestão Territorial

Território	● Perspectiva ambiental em detrimento da condução de estratégias a partir de tecnologias sociais como as barraginhas, que foi relatado na entrevista como uma estratégia que ajuda no armazenamento de água em superfície e, também, na manutenção do lençol freático por ajudar na infiltração da água. ● Entender o cotidiano local, suas relações sociais, religiosas, históricas para contribuir com o desenvolvimento territorial; fortalecer troca cultural entre brasileiros, bolivianos e criar mecanismos de fortalecimento dos territórios dessas trocas; dar voz para as demandas territoriais a partir dos agricultores assentados alicerçando canais de comunicação. ● As relações socioculturais entre brasileiros e bolivianos acontecem de diversas formas envolvendo além da proximidade territorial, a troca de relações envolvendo trabalho, renda e o convívio pacífico.
------------	---

	• Relações socioculturais de convívio, geração de família com os bolivianos e, também, no trabalho de extrativismo do pequi e serviços de campo. • Notou-se a questão da escassez hídrica no assentamento como um momento histórico que a partir dos anos foram resistindo e superando os desafios daquela situação. • Convivência com a falta de água, estruturas precárias de encanamento e a dificuldade para manter as criações da propriedade; relacionamento entre agricultores dos assentamentos vizinhos (Nova Esperança, Jatobá e Bom Sucesso) e com os bolivianos que aparecem para compra de mercadorias e ou para prestação de serviço braçal.
Agricultura familiar	• Na perspectiva da produção agroalimentar e a inserção de técnicas, metodologias que possam favorecer a produtividade dos territórios. • Pensar a produção integrando mecanismos de incorporação dos jovens do campo; estabelecer formação técnica e reflexiva sobre a agricultura familiar e a incorporação de tecnologias sociais. • A produção leiteira e seus derivados, quanto a de pequenos animais são pontos chaves de geração de renda do assentamento juntamente com a comercialização no território boliviano. Outro ponto, é o extrativismo de frutos nativos, seu beneficiamento e comercialização no município de Cáceres. • Produção, transporte e comercialização de alimentos; acompanhamento técnico de empresas de assistência técnica e do sindicato dos trabalhadores. • Identificou-se o engajamento dos agricultores no aperfeiçoamento da produção de leiteira e de corte; mesmo que por alguns anos fora produzido legumes e verduras com a horta comunitária, a principal característica desse grupo foi a organização coletiva para montar e gerir a nova associação. • Perante a uma programação para cultivo da terra e plantio, a necessidade de maquinários agrícolas para conseguir atender as atividades de cada propriedade.
Gestão territorial	• A perspectiva da interorganização dos atores territoriais na criação de estratégias junto ao município para captação de recursos, planejamento e tomada de decisão territorial por meio decretos e leis.

A partir dessa reflexão, foi compreendido que nos assentamentos participantes da pesquisa emergem caminhos de desenvolvimento da gestão territorial com os seguintes integrantes:

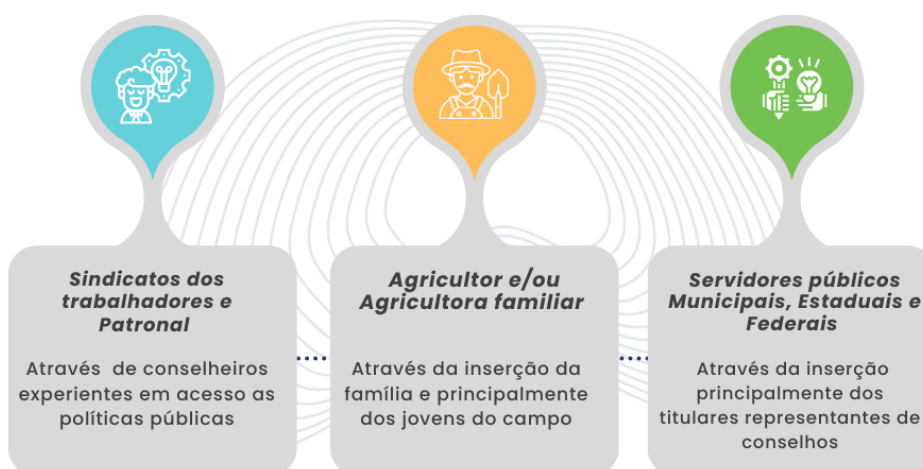
- Agricultor e ou agricultora familiar.
- Servidores públicos municipal, estadual e federal.
- Sindicatos dos trabalhadores e patronal.

Refletindo o conteúdo analítico envolvendo as narrativas dos entrevistados foram criadas demandas envolvendo interesses sociais, culturais, ambientais que possam convergir com o Programa Municipal de Agricultura Familiar descrito no Quadro 16 em que são sintetizados os instrumentos norteadores, conteúdo e estratégias de operacionalização. Notou-se nas narrativas divergências com o Plano Estadual de Agricultura Familiar que indica possibilidades de desenvolvimento agrícola e conservação ambiental, cultural, como também, acessibilidade nos programas municipais.

A proposição e a importância de se discutir a base territorial nos assentamentos do município de Cáceres surge a partir de três linhas de desenvolvimento da gestão territorial, envolvendo os agricultores/as familiares, sindicatos dos trabalhadores e servidores públicos municipais, estaduais e federais, conforme Figura 43:

Figura 41 – Integrante da Gestão Territorial

INTEGRANTES DA GESTÃO TERRITORIAL



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

4.2.2 Objetivos acerca de proposições de base territorial para os assentamentos do município de Cáceres/MT

As proposições de base territorial nos assentamentos estudados possibilitam o desenvolvimento de interações entre os atores locais e organizacionais, as proposições mesclam saberes e experiências de cotidiano. Esta interação favorecerá o trazer à tona da identidade territorial e a partir das características territoriais elaborar as estratégias territoriais. De forma específica, os objetivos das proposições de base territorial são as seguintes:

- Articular atores sociais e organizacionais (atores territoriais) a partir das demandas de vinculação a ações estaduais e municipais no quesito de acessibilidade (solicitação de bens e serviços) e alinhamento de propostas de trabalho (alinhamento de atividades das organizações vinculadas a agricultura familiar).
- Atender grupos formais e informais diretamente ligados na agricultura familiar, (extrativismo, produção de alimentos e serviços, distribuição e comercialização).
- Fortalecer a agricultura familiar por meio das estruturas organizacionais e dos planos institucionalizados de desenvolvimento da agricultura (convencional, orgânica, agroecológica), apicultura (abelhas nacionais sem ferrão, europeia), piscicultura, pecuária.

Notou-se que as demandas territoriais giram em torno da convivência e da produção agrícola nos assentamentos, a renda familiar advém da produção existente e da aposentadoria. Ao se falar de território, os entrevistados demonstraram em suas respostas perspectivas de intenções socioculturais com os bolivianos, perspectivas socioambientais com o enfrentamento ao processo da escassez hídrica e a relação do cotidiano de forma pacífica com engajamento para atividades coletivas.

A gestão territorial como modo operacional de gerir o território ou as ações planejadas do território, foi pouco ressaltada. Situação essa esperada, por ser um construto em desenvolvimento e por não estar presente na linguagem dos entrevistados. Por sua vez, notou-se passagens que objetiva o planejamento territorial pela concepção dos agricultores de planejamento a curto, médio e longo prazo, realizando trabalho coletivo, articulando o beneficiamento de grãos dentro dos assentamentos para aproveitar o consumo interno e as instituições presentes no território como descritas nas passagens da entrevista a seguir:

[...] fazer ração para vender para a região, pessoal compra ração aí fora direto, a cooperativa buscando com o caminhão, busca insumos, beneficia aqui e tem

veterinário na prefeitura, tem agrônomo, tem tudo, que é parceiro, que pode estar nos auxiliando, nos ajudando [...]

Interligando o planejamento territorial com possibilidades de desenvolvimento do território como forma de melhorar a vida dos atores territoriais, são descritas passagens da entrevista que os agricultores retomam a ideia de barraginhas como mecanismo de represar água e alimentar o lençol freático, como visto a seguir:

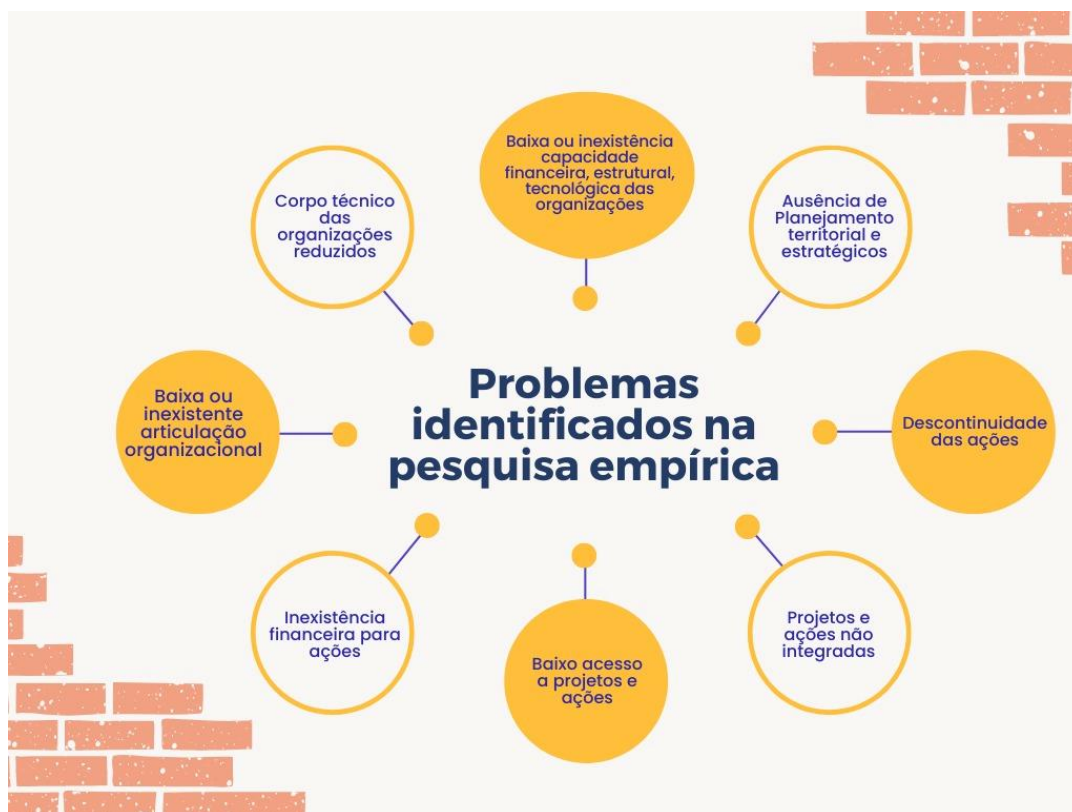
[...] e a gente pode fazer parceria. A comunidade pode dar o diesel, porque fazendo uma barraginha hoje, é uma represa, que período ou época das águas ou época da seca, o gado vai bebendo água ali [...] vai ser uma proteção para o lençol freático [...]

A relação entre possibilidades de exercer parcerias para o desenvolvimento de ações no território demonstra a capacidade de coletividade e articulação dos agricultores. Entendendo essa relação de possibilidades como organização no âmbito local que podem trazer resultados e impactos regionais.

Nota-se nas passagens, anteriormente descritas e retiradas das entrevistas, dois fragmentos envolvendo a geração de renda pela produção de serviços e comercialização de grãos, como também o uso dos recursos hídricos, possibilitando alternativas para o desenvolvimento rural e o mecanismo de conservar a biodiversidade. Pensar e construir possibilidades alternativas sobre o uso da biodiversidade na agricultura familiar são vistas em Noda; Nascimento Noda (2003), como meios de desenvolvimento da sustentabilidade do sistema produtivo e a possibilidade de garantia dos níveis de biodiversidade do ecossistema envolvido a partir do manejo sustentável.

4.2.3 Obstáculos identificados para desenvolver os objetivos priorizados

Vistas as análises e os tópicos levantados do conteúdo gerado das entrevistas com agricultores e agricultoras dos 7 assentamentos e dos órgãos públicos e sindical, são percebidas ações isoladas e descontinuadas. Fato este que possibilita análises a partir do planejamento territorial. Pelo infográfico ilustrativo da Figura 44, é possível visualizar os problemas identificados pelos entrevistados.

Figura 42 – Problemas Identificados na Pesquisa Empírica

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Vainer (2007) relata sobre a capacidade do planejamento territorial como o meio de se pensar contextos amplos e que não promova a fragmentação das dimensões sociais e a fragmentação territorial. Destacando as ações organizacionais descontinuadas no território, essas são vistas nas falas dos entrevistados da assistência técnica e sindical. A descontinuidade e a fragmentação do território acontecem de forma institucionalizada na agricultura familiar, quando, por exemplo, nas chamadas vias editais de assistência técnica de forma isolada e sem planejamento operacional.

Caminhos para ações continuadas e interligadas é destacado a seguir como sugestão dos entrevistados da assistência técnica como meio da agricultura familiar municipal conduzir suas próprias ações de forma descentralizada municipalmente:

[...] o fundo da agricultura pode ser uma estratégia de desenvolvimento, não importando o território, caindo o recurso direto para a assistência técnica local e a política de desenvolvimento da agricultura [...]

Estratégia de descentralização na gestão territorial entre a gestão pública e a gestão social já são realidades em estados do Sul do Brasil. Descritas por Dallabrida; Birkner e Cogo (2013), os avanços e os desafios da descentralização da gestão territorial no Brasil está entre outras

frentes, na construção de ferramentas formais para criação de legislação específica e direcionada aos territórios.

Compreender os desafios do planejamento, organização, controle e avaliação na gestão territorial, o estado de Mato Grosso lançou em 2017 a Política Estadual da Agricultura Familiar, Lei Estadual 10.516/2017/MT com princípios para serem adotados no alinhamento das ações de âmbitos municipais. Princípios estes que norteiam a uma capacidade de construção interligada entre âmbitos federativos e os territórios de agricultura familiar. Na sequência são descritos alguns princípios da política estadual como meio de nortear a estruturação dos instrumentos de gestão quanto o:

IV - o reconhecimento, pelo Poder Público, da diversidade de características da agricultura familiar quanto à estrutura fundiária, às condições do solo e do clima, à capacidade gerencial, às condições socioeconômicas e culturais, na definição de suas ações; V - a participação social na formulação, na execução e no monitoramento das políticas agrícolas e dos planos de desenvolvimento rural sustentável e solidário como condição necessária para assegurar a sua legitimidade.

O município de Cáceres não tem formalmente uma política municipal da agricultura familiar. Encontra-se no município legislações específicas e isoladas que conseguem ser ferramentas de desenvolvimento da agricultura familiar. Exemplos dessas legislações específicas estão a lei de melhoramento genético do rebanho; lei de desenvolvimento de pisciculturas. Ações são desenvolvidas dentro dos assentamentos participantes desta pesquisa, porém, não um planejamento territorial que comporte uma gestão integrada entre o território, a gestão do território e o poder público.

Percorrendo os órgãos públicos de âmbito municipais e estaduais, notou-se que cada órgão exerce sua atividade fim de acordo com as demandas existentes, porém, sem nenhum procedimento interligado, tais como campanhas, programas ou eventos. Quando perguntados sobre a possibilidade de se criar uma gestão integrada aos territórios, os entrevistados enfatizaram a possibilidade de criação de cartilhas sobre as legislações que giram em torno da agricultura familiar. Tal cartilha teria o objetivo de intensificar o ‘onde encontrar informações’ sobre áreas ambientais, sociais, técnicas e cada ação dos órgãos existentes e responsáveis por determinadas atividades.

A descontinuidade nas atividades nos territórios de agricultura familiar é fator preponderante nas ações territoriais. Na entrevista no assentamento Sapicuá foi relatada que o Projeto Incubar esteve ativo por acerca de dois anos. Os agricultores participantes destacaram a importância do projeto nos assentamentos, principalmente quando expressaram sobre as novidades de técnicas produtivas na transição agroecológica. Porém, como os demais projetos

descontinuados, os resultados vieram a curto prazo, mas a médio e longo prazo não ocorrem por não ser um Programa e/ou uma política contínua. Nota-se relevante destacar o que é o planejamento territorial com o objetivo de constituir bases para a reflexão de possibilidades de gestão territorial nos territórios de agricultura familiar.

Arruda (2013) destaca que o planejamento territorial está inserido como em uma escala da gestão, uma estrutura base da gestão territorial para fomentação das ações realizadas pelos agentes que envolvem o território. Logo, pensar a gestão territorial é pensar as inter-relações dos órgãos públicos e suas atividades fins no território, como também uma forma de ter periodicamente a presença, dentro dos assentamentos, de órgãos que os agricultores relataram que aparecem “quando é para multar”.

Ao se pensar propostas de desenvolvimento do território dentro de uma capacidade formal/legal, faz-se relevante citar Little (2015), que descreve sobre os direitos territoriais e o etnodesenvolvimento que, aplicados em suas pesquisas em grupos sociais de território indígenas, nos ajuda a olhar outros territórios com a defesa dos grupos sociais alicerçados por planos e leis que articulam o território. E para além do sentido formal/legal das ações nos territórios serem alicerces para seu desenvolvimento, é descrito sobre a capacidade do crescimento endógeno do território, a capacidade dos agentes territoriais pensar o seu protagonismo social e econômico. No tocante ao protagonismo dos agentes territoriais entrevistados, são descritas, a seguir, passagens da entrevista as quais indicam a realização de manufaturamento de insumos para consumo próprio.

[...] fazer ração para vender na região, o pessoal compra ração aí fora direto, a cooperativa buscando com o caminhão, busca insumos, beneficia aqui e tem veterinário na prefeitura, tem agrônomo, tem tudo, que é parceiro, que pode estar nos auxiliando, nos ajudando [...]

A ideia central dos agricultores é comprar matéria-prima que ainda não é produzida nos assentamentos e elaborar sua própria ração para os agricultores dos assentamentos que compõem a associação regional e demais agricultores da região. Os princípios do Plano Estadual de Agricultura do Mato Grosso preveem o olhar crítico sobre o reconhecimento da perspectiva local e a capacidade de desenvolvimento rural, conforme os parágrafos a seguir:

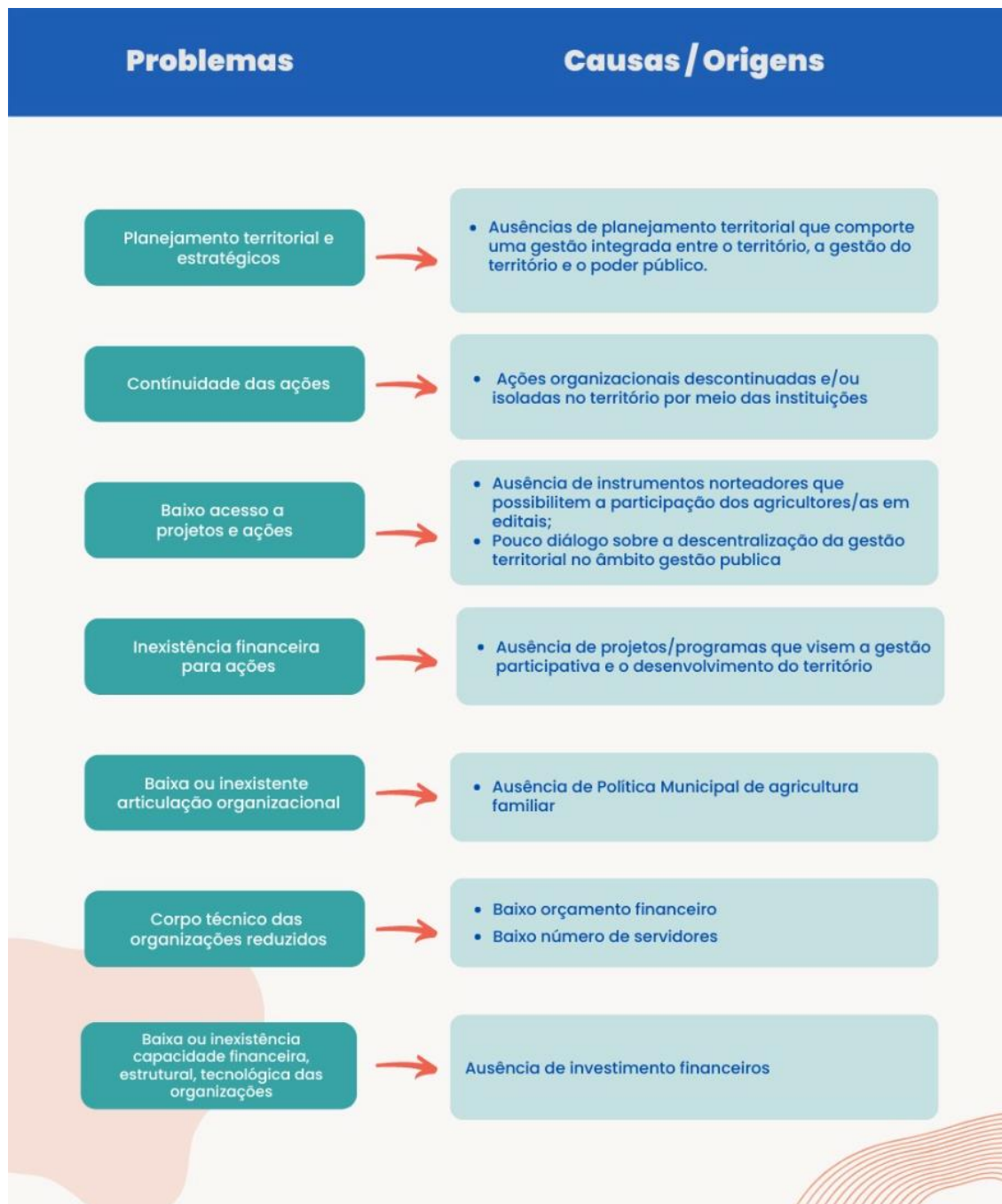
XVI - o reconhecimento da importância do patrimônio ambiental, sociocultural e econômico relacionado com as atividades agropecuárias e com os espaços rurais; XVII - a transparência dos programas, das ações e da aplicação de recursos públicos no âmbito das políticas públicas relativas ao desenvolvimento rural sustentável;

Ao compreender o território a partir das referências locais ou como Little (2015) expõe que o crescimento endógeno transparecendo o protagonismo dos agentes territoriais, possibilita

ações da gestão territorial pensadas a partir do local. Neste sentido, o planejamento territorial seria o ponto inicial da gestão.

4.2.4 As causas dos problemas

Figura 43 – Problemas, causas e origens que impedem a realização das atividades



Fonte: Elaborado pelo Autor (2022)

A realização das atividades deve em seu contexto atingir, entre metas e objetivos, a resolução dos seguintes problemas

- Ausência de Planejamento territorial e estratégicos.

- Descontinuidade das ações.
- Projetos e ações não integradas.
- Baixo acesso a projetos e ações.
- Inexistência financeira para ações.
- Baixa ou inexistente articulação organizacional.
- Corpo técnico das organizações reduzidos.
- Baixa ou inexistência capacidade financeira, estrutural, tecnológica das organizações.

5 RECOMENDAÇÕES PARA EFETIVAÇÃO DAS PRIORIDADES DAS AÇÕES DE BASE TERRITORIAL PARA OS ASSENTAMENTOS NO MUNICÍPIO DE CÁCERES/MT

No processo de planejamento territorial podem ser implantados mecanismos de evidenciação do território como: a proposta do calendário formativo do território utilizando o SENAR (várias áreas); EMPAER (técnica de campo); FASE (Técnica de campo); Núcleos Universitários (Especificidades como solo, fauna, flora). Pensar no processo formativo vinculado principalmente para aspectos socioambientais que reflita a biodiversidade, a sociedade local e seus meios de desenvolvimento. Essa proposta poderia ser estruturada a partir do programa local, propondo processo formativo teórico-prático e tendo como eixo central a sociobiodiversidade. Este eixo promoveria a interação dos aspectos sociais e da biodiversidade do território interagindo sociedade e ambiente.

Baseado na proposta de interações de Fischer (2012) em relacionar o território com as organizações civis e institucionais ligadas ao território em ações compartilhadas e Oliveira; Pereira e Oliveira (2010) e integrações de conselhos consultivos na organização funcional do território, foi proposto a partir dos resultados e das participações dos agentes territoriais envolvidos na pesquisa, a estruturação de um programa de base territorial que observe a continuidade de atividades da seguinte forma:

Sociobiodiversidade rural: este eixo se constitui de temáticas essenciais para a conservação da biodiversidade rural. Acredita-se que as relações entre sociedade e o ambiente no contexto da agricultura familiar podem acompanhar o desenvolvimento territorial pensado da escala local para a global. No entanto, temáticas emergentes como: biotecnologias para recuperação de áreas degradadas como a flora nativa, as nascentes e áreas de pastagens degradadas que possam ser recuperadas pelas biotecnologias fortaleceria o empenho para a frear novos desmatamentos.

Possibilidades de desenvolvimento coletivo e territorial: Com a chegada da patrulha mecânica para a associação regional “Acooperfron” acelerou o processo pensado pelos agricultores de estarem produzindo sua própria ração, plantios escalonados e variação de culturas (milho, capineiras, cana de açúcar, sorgo). Foram pensadas outras alternativas, como por exemplo, montagens por meio de projetos produtivos que interligam a produção, com a logística e armazenamento para o consumo interno dos assentados.

A produção interna é vista pelos agricultores como meio de baixar custos de produção na pecuária, ter armazenado alimentos para os animais por meio da silagem, ter segurança de que não sofrerá com tanta intensidade a seca (venda de animais por falta de pastagens, alto custo de rações, enfraquecimento fisiológico pelo baixo volume de pastagens). É eminente o avanço no trabalho coletivo dos agricultores para o contexto de base local. As organizações gradativas dos agricultores são destacadas como o agrupamento de objetivos individuais parecidos que são realizados de forma coletiva pela necessidade.

Como fazer? Levantamento de áreas de recuperação (aos arredores das áreas de preservação com inserção de mudas nativas, pastagens degradadas com inserção da Integração Lavoura Pecuária Floresta – ILPF) Tecnologias sociais como as barraginhas.

Quem? Instituições que desenvolvem atividades de transferências dessas tecnologias como Embrapa, EMPAER, Fase, IFMT via o intermédio do Conselho Municipal de Agricultura do município de Cáceres.

Por quê? Tornar prática o mecanismo de conservação da biodiversidade, mas, como externalidade a preservação da cultura, história envolvidas nas plantas medicinais; a preservação de costumes alimentares no extrativismo florestal; conexão entre fauna, flora e sociedade. Como também, o estabelecimento da capacidade de conservação do solo, água, floresta interagindo com as atividades econômicas dos assentamentos.

Onde? Territórios rurais de agricultura familiar.

Formas de financiamento e execução: Editais do REM. Está instituição lançam editais anualmente com linhas específicas para preservação ambiental, recuperação de área degradadas, tecnologias sociais na produção de alimentos; Parceria Embrapa/EMPAER/IFMT transferência tecnológica do ILPF na pecuária com ênfase na leiteira.

Processos formativos: Linguagem e comunicação adequada nos assentamentos rurais. A “linguagem universitária instrumentalizada de manuais conceituais” usados na universidade, não é a linguagem do dia a dia dos agricultores assentados. Nesse sentido, se faz necessária uma linguagem e comunicação que visem integrar os saberes, de modo a proporcionar o desenvolvimento e conhecimento de novas tecnologias. Inserir instituições no processo

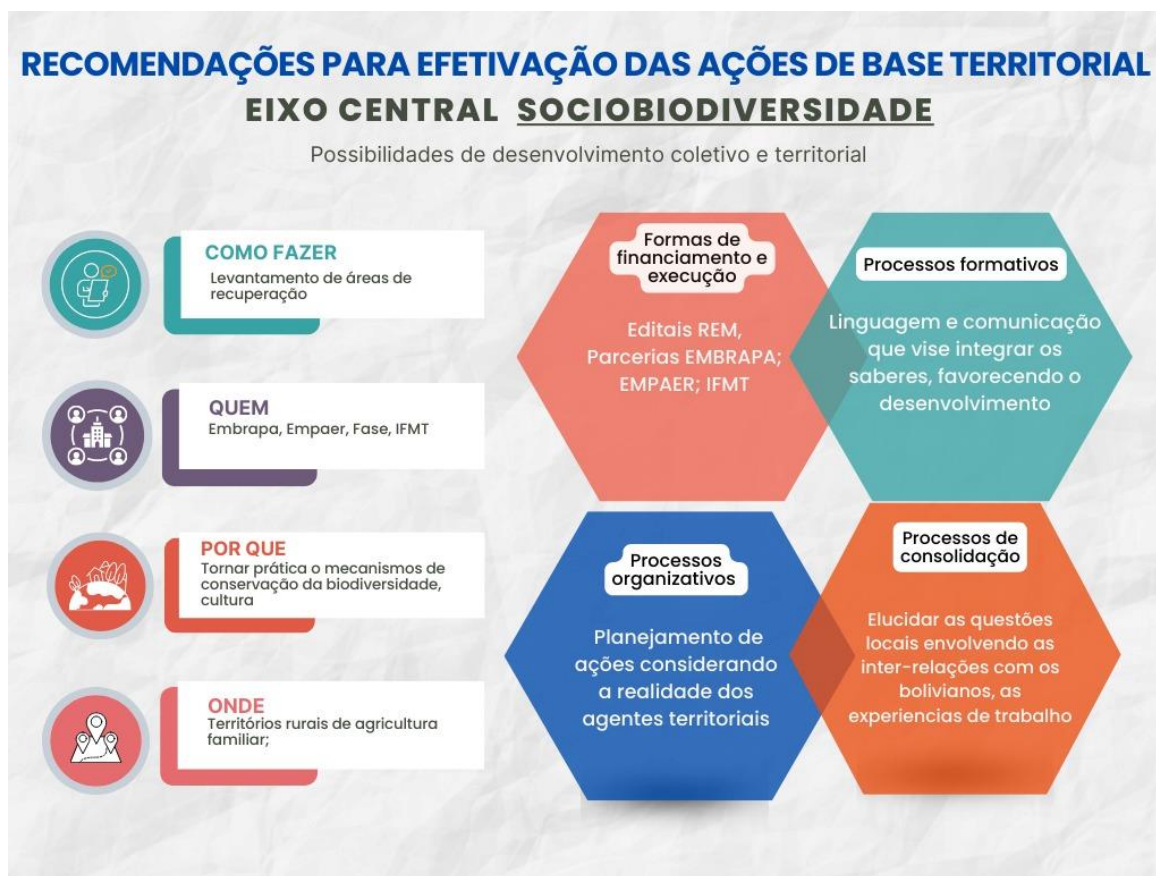
formativo e organizativo no setor rural necessita adequação da linguagem para sinergia na comunicação.

Processos organizativos: Superar o imediatismo processual na realização das ações e resultados esperados. É necessário o planejamento de ações com base no tempo dos agentes territoriais. Com perspectivas de datas a serem cumpridas com prazos que garantam as especificidades da área rural como: mobilização dentro do assentamento, mobilidade dentro dos assentamentos e até para o município de Cáceres. Entender que qualquer ação dentro do assentamento leva tempo, pois, as atividades dentro da propriedade são realizadas pelos próprios agricultores, logo, seu tempo é destinado aos afazeres domésticos e de campo. Inserir as lideranças no contexto processual das ações, são as lideranças locais que conectam com maior facilidade agricultores às ações.

Processos de consolidação: Enxergar e elucidar as questões locais envolvendo as inter-relações com os bolivianos, com as experiências de trabalho associado e extrativistas como faces da identidade territorial. Massificar a condição de produzir e conservar aspectos sociais e culturais intrínsecos ao território como as tradições religiosas e festivas.

O infográfico a seguir na Figura 46 demonstra o que pode ser um programa de base territorial nos assentamentos do município de Cáceres

Figura 44 – Recomendações para efetivação das ações de base territorial



O eixo central de sociobiodiversidade alcança dois fatores centrais enfatizados durante a pesquisa: a escassez hídrica e a produção agropecuária. As relações multidimensionais envolvidas nos assentamentos com objetivos de superação dos desafios ambientais possibilitam a alocação de expertise das instituições públicas e o sindicato para fortalecimento das ações no território. Com isso, o eixo central de biodiversidade vem para abranger a diversidade encontrada nos territórios (social, cultural, política, histórica, ambiental) com o entendimento de que os atores locais sejam parte do território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como a integração das dimensões territoriais dos assentamentos estudados podem subsidiar estratégias de desenvolvimento de base territorial no contexto da agricultura familiar? Perante tudo o que foi abordado ao longo desta tese, concluímos que as relações multidimensionais são ligações para o desenvolvimento da gestão territorial em assentamentos da agricultura familiar. São ligações por serem a voz do local, a voz do território, como elemento central para a elaboração de uma política/instrumento de gestão pensado do local para

o global (pensado a partir de dentro do assentamento para fora dele). No entanto, algumas especificidades podem ser apontadas no sentido de entendermos as ligações como ponto chave: quando se **problematiza a escassez hídrica** percebe-se a interligação da gestão social com a gestão pública municipal, estadual para com a gestão do território, no sentido de consolidações de expertises para a resolução gradual do problema. Nesse contexto, é relevante entender que as partes entram em consenso para a realização das atividades, não havendo a total abrangência dos órgãos públicos na resolução dos problemas. Notou-se que a auto-organização dos agricultores assentados no território iniciou-se a partir do objetivo comum na resolução dos problemas encontrados na escassez hídrica e que vem se perpetuando nas ações socioprodutivas.

Quando se **problematiza as relações produtivas**, vem à tona o encontro do estímulo ao trabalho associado e cooperado como meio da gestão social. Essa relação possibilitou o acesso de instrumentalização das políticas nacionais implantadas pela gestão pública do estado de Mato Grosso no Pronaf, como também políticas setoriais do município de Cáceres. Havendo exceções em atividades específicas de projetos de extensão universitária que abordaram a temática local como meio de desenvolvimento a partir de reuniões, palestras, oficinas e cursos de curta duração, formato pré-estabelecido pela instituição promotora, os mecanismos de desenvolvimento de ações ocorreram a partir da interligação da gestão social com a gestão pública para o desenvolvimento da gestão territorial pelas necessidades (financeira, técnica, estrutural) comuns aos agricultores assentados.

Quando se **problematiza as relações socioculturais** do território se identifica a convivência entre agricultores e agricultoras de municípios vizinhos e migrantes de outros estados que protagonizam os meios de sobrevivência e resiliência nos desafios, principalmente ambientais, encontrados no território. Neste mesmo contexto, a convivência entre brasileiros de vários locais do Brasil e bolivianos promovem interações para além da absorção da mão de obra entre ambas as partes já citadas anteriormente nos resultados, mas também, a interações religiosas, festivas, comerciais e as familiares, por haver famílias nos assentamentos formados por bolivianos e brasileiros. Intrínseco a estas interações estão os órgãos do Estado (órgãos de fiscalização, segurança, assistência) que aproximam das lideranças locais para ajuda mútua, desde a logística entre os assentamentos, alimentação, comunicação, dentre outros, promovendo colaboração local. Notou-se que existe a colaboração mútua como cultura do local.

Quando se **problematiza a atuação de órgãos municipal, estadual, federal** sempre são ouvidas as relações com as associações e a representação de seus presidentes. No entanto, notou-se que a integração dos agricultores fora do contexto das associações são promovidas

com auxílio de lideranças locais na construção sociopolítica com a gestão pública municipal e estadual na atuação perante à saúde (posto de saúde em alguns assentamentos), a infraestruturas (manutenção de estradas dos assentamentos), à educação (as escolas do campo do município e estadual), logística educacional (ônibus escolares que transportam os estudantes), energética (manutenção rede elétrica), segurança (patrulha e estação da polícia militar no território), consumo (ônibus de mercados que buscam agricultores para realização de compras no município), científica e tecnológica (inserção da universidade e seus núcleos de pesquisa e extensão desenvolvendo ações específicas), capacitação técnica (presença do Senar nas capacitações de curta duração) que, dentre a política exercida pelas lideranças do território, são desenvolvidas para todos os assentamentos.

Enxergando essas problematizações como ligações de base territorial por se tratar do conjunto de ações desenvolvidas no território, acredita-se que este seja o ponto de partida de composição do planejamento territorial integrado nas diversas interações existentes no território. Os enredos conclusivos demonstrados até o momento, vêm para subsidiar a compreensão de as análises referentes às relações multidimensionais envolvidas com a gestão territorial entre os atores sociais e institucionais no território de 7 assentamentos no município de Cáceres – MT, representando o objetivo geral do trabalho, pode-se concluir que existam dois fenômenos sociais acontecendo: a permanência de agricultores na sua fase de vida produtiva com idade acima dos 60 anos (aposentados e idosos) e o retorno de familiares (filhos e sobrinhos) aos assentamentos.

A permanência de agricultores acima dos 60 anos, aposentados, idosos, nos assentamentos participantes da pesquisa foi algo que, além de percebido pelo pesquisador, foi relatado pelo entrevistado do assentamento Rancho da Saudade, que relatou: “aqui nos assentamentos hoje em dia temos as mesmas coisas de quem mora na cidade, casa boa, carro, rua boa” e reforçou relatando sobre acessibilidade tanto ao município de Cáceres como a cidade de San Matias na Bolívia, relatando, ainda, que “se precisa ir na cidade, a estrada é boa tanto em Cáceres quanto para aqui na Bolívia. Conseguimos saúde, comida, água, combustíveis, gás nos dois lados que precisamos”, relata também o entrevistado. O ponto central da permanência “dos mais velhos, os antigos” como o entrevistado os retrataram, é a tranquilidade de morar no território, sendo colocado que na cidade é desgastante e violenta.

Em relação à fala do entrevistado acerca da segurança e a tranquilidade nos assentamentos, foi notado que o mesmo já foi ‘acostumado’ com questões envolvendo roubo, furtos de veículos que são enviados para a Bolívia vindos do setor urbano. Esta interpretação advém da situação vivida durante a coleta de dados, no qual o entrevistado, liderança conhecida

em todos os assentamentos e na Bolívia, teve que deixar a entrevista para fazer uma intermediação entre fazendeiros brasileiros e a polícia boliviana sobre a devolução de um veículo roubado no Brasil e encontrado no território boliviano. Para o entrevistado é normal essa colaboração, ajuda em negociações entre brasileiros e bolivianos. Para Além deste incidente, os agricultores e agricultoras que ajudaram a encontrar os entrevistados demonstraram apego pela terra e nos relataram que é pacífica a relação com os bolivianos, mesmo que a linha de fronteira por sua vez possa apresentar periculosidade referentes ao tráfico internacional de drogas.

A volta de familiares (filhos e sobrinhos) aos assentamentos foi observado pela absorção da mão de obra no território. Relatado na entrevista com o Sindicato dos trabalhadores em que muitos jovens saem dos assentamentos para a cidade à procura de trabalho e de fazer faculdade estariam voltando para os assentamentos por não conseguirem se manter na cidade e não ter trabalho nas áreas que se formam. No entanto, as absorções da mão de obra desses trabalhadores acontecem tanto dentro das propriedades onde vivem, como também nas empresas instaladas na região e grandes fazendas. Esse movimento de volta ao território vem promovendo a renovação da sociedade rural e o fortalecimento da agricultura familiar nos assentamentos pesquisados.

Dialogando com o referencial teórico da tese, a construção das perguntas ao final de cada tópico teórico proporcionou para além da colaboração na elaboração das categorias de análises dos resultados, ajudou no direcionamento da pesquisa para retroalimentar o alinhamento aos objetivos e problema de pesquisa. Desta forma, são descritas a seguir compreensões sobre as perguntas norteadoras trazendo a percepção do pesquisador. O primeiro questionamento está em como as ações dos atores sociais e institucionais têm realizado o desenvolvimento de território rural? Em alguns momentos na escrita da tese foi abordado este assunto, porém, a efetiva conduta para o desenvolvimento do território acontece basicamente por dois meios.

O primeiro por políticas de cima para baixo (durante a pesquisa estava sendo implantado a inserção do café pelo governo do Estado) com ações pré-estabelecidas como alternativa de renda complementar para a subsistência da agricultura familiar. O segundo meio refere-se às demandas dos territórios formalizados via associações no Conselho Municipal de Agricultura. Neste, as associações solicitam cursos, oficinas, palestras para o desenvolvimento de atividades nos assentamentos. Com a inserção da patrulha mecânica nos territórios, foi desenvolvido junto a Acooperfron a solicitação de ferramentas/implementos agrícolas (2019/2020) que estão em processo de entrega no ano de 2022. A comunicação entre agricultores, Secretaria de Agricultura e Conselho Municipal vem aplicando recursos financeiros e tecnológicos para o

desenvolvimento agrícola do território. A mesma situação na área da educação, infraestrutura e saúde com ações construídas pelo diálogo entre as partes para manutenção das escolas, posto de saúde.

O segundo questionamento foi em apresentar quais características multidimensionais são encontradas no território rural e na inter-relação com as instituições? As características encontradas estão relacionadas à funcionalidade da agricultura e da identidade territorial como as ações de: Pluriatividade descritas Schneider (2003); Rubelo (2004), nas diversas práticas agropecuárias e extrativista nos territórios; Multiculturalismo descritos por Silva e Binzstok (2015); Silva; Dan; Viegas (2017), nas diversidades culturais encontradas no território dos nativos, migrantes, em suas religiões, comidas típicas, danças, dentre outros.

Os demais questionamentos norteadores c) Quais instrumentos de gestão territorial são utilizados no território estudado? d) Como os atores sociais e institucionais dialogam para efetivação de ações de governança territorial e gestão social no território? Foram descritos principalmente nos resultados das entrevistas. Estar no cotidiano dos assentamentos contribuiu para enxergar que os programas/políticas públicas são acessados todos os dias pelos atores locais, porém, não são visualizados por eles. Exemplos: o acesso à educação no campo, o transporte escolar; o posto de saúde; o posto da segurança miliar existentes no território pesquisado, os exemplos citados são os mecanismos de acesso dos agricultores na política Nacional de Educação, Sistema único de Saúde, Política de Segurança Pública.

Revivendo o que Saquet (2003) destaca com as pluralidades territoriais existentes, que, na visão holística, são demandadas pelas territorialidades integrantes advindas das relações sociais, institucionais, políticas, econômicas e culturais. E que Santos (1994) destaca sobre essas territorialidades, enxergando o território em sua totalidade, com todas as suas dimensões e o uso delas. A gestão territorial integra de forma conectiva nas relações dos territórios em seu cotidiano, mas que se faz necessário ressaltar o fortalecimento funcional das especificidades/áreas da gestão, tais como o planejamento, a organização, o direcionamento e o controle, para que possa instrumentalizar ações a curto, médio e longo prazo.

E por fim, na pesquisa acadêmica, como meio de desenvolvimento de técnicas e de aparato técnico científico, foram elaboradas descrições sobre as vantagens e os limites encontrados no uso de Software *Iramuteq*.

Conforme Kami et al (2016), os softwares de análises de dados textuais são meios para processamentos de dados. No entanto, o uso do Software *Iramuteq*, painel do R *statisc*, pioneiramente foram utilizados em pesquisas da área de saúde vistos em Ratinaud; Marchand

(2012); Souza; Thuler; Lowen (2018), como meio de processar dados textuais em pesquisas clínicas.

Nas ciências sociais aplicadas, o software vem sendo utilizado para processar dados de plataformas digitais, rede sociais, como meio de processamentos de dados textuais advindos de comentários, visto em Mariani; Oliveira Arruda; da Silva et al (2019); Oliveira Arruda; de Souza et al (2019); Da Silva; Souza Moreira; de Souza et al (2019); Da Silva; Oliveira Arruda; de Souza et al (2019), sobre hospedagens, viagens, transporte, experiências que possam servir a outros consumidores.

Conforme as experiências de pesquisas anteriores, o software *Iramuteq*, utilizado nesta pesquisa, não analisa os dados, e sim, compreende-se como uma ferramenta que a partir de estática básica gerada sobre a repetição de termos/palavras, gera figura de análises. No entanto, pelas pesquisas anteriores, os usos de técnicas de análises são inseridos nas pesquisas para compor as seções de análises dos resultados.

Utilizando das técnicas de análises de dados de Bardin (2009), o uso do *Iramuteq* trouxe agilidade na organização dos resultados, padronização sequencial de resultados possíveis de repetição, ilustrações dinâmicas, capacidade automatizada de encontrar nos dados textuais passagens que explicam por termos/palavras. No entanto, a capacidade técnica, conceitual do pesquisador, não é substituída pelo uso do software.

Notou-se que, sem a imersão nos resultados, as ilustrações sendo interpretadas somente pela leitura das figuras, podem ocorrer interpretações equivocadas de fatos ou contextos por duplicidade que expressões podem vir a representar. Outro ponto a se observar são passagens que possam ser fundamentais para o desenvolvimento dos resultados, por não haver termos que se repetem e podem passar despercebidos nas análises. Esta condição tende a ser solucionada pelo exposto em Bardin (2009) com a leitura dinâmica, exploração do material e pré análises do conteúdo que farão parte dos resultados.

Uma percepção obtida com o uso nos resultados da tese é o tamanho do conjunto de dados. As entrevistas que obtiveram baixa variação de palavras e alta repetição de poucos termos/palavras não colaboram com ilustrações robustas. Neste ponto, o pré campo e a percepção do pesquisador em perceber o perfil do entrevistado, no sentido de ser comunicativo, participativo e a vontade de participar da pesquisa, é necessário para compor os sujeitos participantes.

Pesquisas que serão traduzidas de sua língua materna tendem a ser utilizadas o resultado “dendograma”, pois o corpus textual produzido na língua materna é processado e é gerado a partir da mesma as ilustrações no formato de imagem – JPG/JPEG. Porém, a criação de classes

textuais do dendograma podem ser editadas, em que são retirados os quadros de palavras e utilizados somente a “rede de ligações” das classes. Com isso, as utilizações de quadros inseridos abaixo da “rede de ligações” podem ser feitas manualmente em editores de textos.

6 REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Reforma agrária**, v. 28, n. 1, p. 2, 1998.

ABRAMOVAY, Ricardo; MAGALHÃES, Reginaldo; SCHRODER, Mônica. Representatividade e inovação na governança dos processos participativos: o caso das organizações brasileiras de agricultores familiares. **Sociologias**, v. 12, n. 24, p. 268-306, 2010.

ALTIERI, Miguel. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. – 4.ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

ALTIERI, Miguel. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. -- 3. Ed. Ver. Ampl. – São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA 2012.

ALSTON, Lee J.; LIBECAP, Gary D.; MUELLER, Bernardo. Land reform policies, the sources of violent conflict, and implications for deforestation in the Brazilian Amazon. **Journal of environmental economics and management**, v. 39, n. 2, p. 162-188, 2000.

ANA. Agência Nacional de Águas. Relatório Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil. Brasília. 2018.

ANDRADE, Manuel Correia de. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria; SILVEIRA, Maria (Org.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1994.

ANDRADE, Pedro Gomes; STRAUCH, Julia Celia Mercedes; FERREIRA, Gustavo. Avaliação dos critérios de elegibilidade do Programa Territórios da Cidadania. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 54, n. 4, p. 599-614, 2016.

ARNS, Paulo Cesar. Um olhar sobre os dispositivos de governança. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 28, n. 1 e 2, p. 121-131, 2009.

ARRUDA, Augusto Guthiere Fialho. “Planejamento Territorial” E “Ordenamento Territorial”: Uma busca da compreensão usual e epistemológica na gestão do território. **Akrópolis-Revista de Ciências Humanas da UNIPAR**, v. 21, n. 2, 2013.

ARZENO, Mariana; MUÑECAS, Lucila; ZANOTTI, Aymara Suyai. Ordenamiento territorial en cuestión: orden y contraespacio en el norte de Misiones, Argentina. **Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía**, v. 29, n. 1, p. 51-68, 2020.

BADARACCO, J. L. **The Knowledge Link: how firms compete through strategic alliances**. Boston: Harvard Business School Press, 1991.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LTDA, 2009.

BARROS, Célia Regina da Silva Taques; MIGLIORINI, Renato Blat; NETA, Maria da Anunciação Pinheiro Barros. Estudo da disponibilidade de recursos hídricos nos projetos de assentamento de reforma agrária: região do Pantanal do Corixo Grande, Cárceres/MT. **Revista de Políticas Públicas**, v. 19, n. 1, p. 211-221, 2016.

BECKER, Cláudio; ANJOS, Flávio Sacco dos. São os mercados institucionais da agricultura familiar um instrumento para o desenvolvimento rural?. **Revista de la Facultad de Agronomía**, v. 114, 2015.

BONNAL, Philippe; CAZELLA, Ademir Antonio; MALUF, Renato S. Multifuncionalidade da agricultura e desenvolvimento territorial: avanços e desafios para a conjunção de enfoques. **Estudos sociedade e agricultura**, 2008.

BONNAL, Philippe; MALUF, Renato S. Políticas de desenvolvimento territorial e multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil. **Política & Sociedade**, v. 8, n. 14, p. 211-250, 2009.

BRAGA, Marcelo José. Redes, alianças estratégicas e intercooperação: o caso da cadeia produtiva de carne bovina. **Revista Brasileira de Zootecnia**, v. 39, p. 11-16, 2010.

BRAGA, Luci Merhy Marins; ARGOLLO FERRÃO, André Munhoz. A gestão dos recursos hídricos na França e no Brasil com foco nas bacias hidrográficas e seus sistemas territoriais. **Labor e Engenho**, v. 9, n. 4, p. 19-33, 2015.

BRASIL, IBGE. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, 2006.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)**. Marco referencial para apoio ao desenvolvimento de Territórios Rurais (Série documentos institucionais). Brasília: SDT/MDA, 2005.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)**. Programa Território da Cidadania. Brasília: MDA/Departamento de gestão territorial, 2008.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)**. Orientação para constituição e funcionamento dos colegiados territoriais. Brasília: MDA/Departamento de gestão territorial, 2009.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)**. Referências para o Desenvolvimento Territorial Sustentável. Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, 2003.

BRASIL. **Resolução/CD/FNDE/MEC nº 26, de 17 de junho de 2013**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Ministério da Educação, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Brasília, DF, 17 jun. 2013.

BRENNEISEN, Eliane. O MST e os assentamentos rurais no Oeste do Paraná: encontros e desencontros na luta pela terra. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 2004.

BRISKIEVICZ, Michele. A organização territorial do sudoeste paranaense a partir da inserção dos migrantes. **Sociedade e Território**, p. 19-36, 2010.

BRITO, César Cândido. Conceito de território rural e políticas públicas e sua evolução histórica nos governos FHC e Lula. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 22, n. 72, 2017.

BRITTO, Jorge. Cooperação industrial e redes de empresas. In: Kupfer, D.; Hasenclever, L., orgs. Economia industrial: **Fundamentos teóricos e práticos no Brasil**. Rio de Janeiro. Campus, p.345-386, 2002.

CAMAGNI, Roberto. Incertidumbre, capital social y desarrollo local: enseñanzas para una gobernabilidad sostenible del territorio. **Investigaciones Regionales-Journal of Regional Research**, n. 2, p. 31-57, 2003.

CAMARGO, Brígido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em psicologia**, v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013a.

CAMARGO, Brígido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. Tutorial para uso do software de análise textual IRAMUTEQ. **Universidade Federal de Santa Catarina [Internet]**, 2013b.

CANÇADO, Airton Cardoso; TAVARES, Bruno; DALLABRIDA, Valdir Roque. Gestão social e governança territorial: interseções e especificidades teórico-práticas. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 9, n. 3, 2013.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt; BRASIL, Felipe Gonçalves. Análise de políticas públicas: uma revisão da literatura sobre o papel dos subsistemas, comunidades e redes. **Novos estudos CEBRAP**, n. 101, p. 57-76, 2015.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. 24 p. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CASSETTARI, Rafael-Roeck-Borges et al. Comparação da lei de zipf em conteúdos textuais e discursos orais. **El profesional de la información**, v. 24, n. 2, 2015.

CASTRO, César Nunes de. Desafios da agricultura familiar: o caso da assistência técnica e extensão rural. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**. No. 12, pp. 49-59. Brasília: IPEA, 2015.

CAZELLA, Ademir Antonio et al. Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil: o dilema entre inclusão produtiva e assistência social. **Política & Sociedade**, v. 15, p. 49-79, 2016.

COMANDULLI, Carolina Schneider. Gestão territorial e ambiental de terras indígenas: fazendo planos. **RURIS-Revista do Centro de Estudos Rurais-UNICAMP**, v. 10, n. 1, 2016.

CORDEIRO NETO, José Raimundo et al. Uma Revisão Crítica da Pesquisa Qualitativa em Gestão Territorial: panorama da produção brasileira em administração (2006-2015). **Desenvolvimento em Questão**, v. 17, n. 46, p. 112-129, 2019.

COREZOLA, Fernanda; OLIVEIRA, Carlos Douglas; ALMEIDA, Maria Graça. Desafios da governança territorial nos territórios incorporados ao Programa Territórios da Cidadania. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 28, n. 1 e 2, p. 87-96, 2009.

COUTINHO, Alexandre Camargo et al. Sistema de Gestão Territorial da Faixa de Fronteira para a Defesa Agropecuária. **Embrapa Territorial-Documentos (INFOTECA-E)**, 2006.

COSTA, Gustavo Villela Lima da. O muro invisível: a nacionalidade como discurso reificado na fronteira Brasil-Bolívia. **Tempo Social**, v. 25, n. 2, p. 141-156, 2013a.

COSTA, Gustavo Villela Lima da. A Feira Bras-Bol em Corumbá (MS): notas sobre o comércio informal na fronteira Brasil-Bolívia. **Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 3, n. 2, p. 467, 2013b.

CRESWELL, John W. **Investigação qualitativa & Projeto de pesquisa**: escolhendo entre cinco abordagens. 3. ed. Métodos de Pesquisa. Porto Alegre: Penso, 2014.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: Métodos qualitativos, quantitativos e misto. Ed 2. Porto Alegre: Artmed, 2007.

D.B. Aménagement du territoire et développement régional. Les faits, les idées, les institutions 1966-1965/ territorial management and regional development - data, ideas, institutions - 1965-1966 - french - institut-detudes-politiques. **Population/Institut National d'Etudes Démographiques**. 24(2) 366-366, (1969).

DA VEIGA, José Eli. A face territorial do desenvolvimento. **Interações (Campo Grande)**, Vol. 3, N. 5, p. 5-19, Set. 2002.

DALLABRIDA, Valdir Roque. A gestão territorial através do diálogo e da participação. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, v. 11, n. 245, p. 20, 2007.

DALLABRIDA, Valdir Roque. Governança territorial: do debate teórico à avaliação da sua prática. **Análise Social**, n. 215, p. 304-328, 2015.

DALLABRIDA, Valdir Roque; BIRKNER, Walter Marcos Knaesel; COGO, Edson Luiz. Gestão territorial e desenvolvimento: avanços e desafios dos processos de descentralização político-administrativa no Brasil. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, v. 17, n. 428, 2013.

DILLA ALFONSO, Haroldo. Los complejos urbanos transfronterizos en América Latina. **Estudios fronterizos**, v. 16, n. 31, p. 15-38, 2015.

DEL GROSSI, Mauro Eduardo; AZEVEDO MARQUES, Vicente P.M de. Agricultura familiar no censo agropecuário 2006: o marco legal e as opções para sua identificação. **Estudos Sociedade e Agricultura**, vol. 18, n. 1, 2010: 127-157 2010.

DELGADO, Nelson Giordano; GRISA, Catia. Políticas de desenvolvimento territorial e pobreza rural no Brasil: análise das institucionalidades e da governança. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 2014.

DELGADO, Nelson Giordano; LEITE, Sergio Pereira. Gestão social e novas institucionalidades no âmbito da política de desenvolvimento territorial. In: DELGADO, Nelson Giordano; LEITE, Sergio Pereira. **Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil**. Brasília: IICA, 2011, v. 14, p.89-130.

DUARTE, Jorge; DE CASTRO, Antônio Maria Gomes. **Comunicação e tecnologia na cadeia produtiva da soja em Mato Grosso**. Embrapa Informação Tecnológica: Embrapa Transferência de Tecnologia, 2004.

DUCHELLE, Amy E. et al. Linking forest tenure reform, environmental compliance, and incentives: lessons from REDD+ initiatives in the Brazilian Amazon. **World Development**, v. 55, p. 53-67, 2014.

EDUARDO, Márcio Freitas. Território, trabalho e poder: por uma geografia relacional. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 1, n. 2, 2006.

EID, Farid; CHIARIELLO, Caio Luis. Organização do trabalho e processo decisório em cooperativas populares e tradicionais: estudo de casos em duas cooperativas paranaenses. **Revista de Economia**, v. 35, n. 2, 2009.

EISENHARDT, Kathleen M. Building theories from case study research. **Academy of management review**, v. 14, n. 4, p. 532-550, 1989.

ERMINI, Pablo Valentín; DELPRINO, Maria Rosa; GIOBELLINA, B. Mapeo de la agricultura urbana y periurbana en el área metropolitana Santa Rosa-Toay: aproximaciones metodológicas para la lectura territorial. **RIA. Revista de investigaciones agropecuarias**, v. 43, n. 3, p. 280-290, 2017.

ESPIRITO SANTO, Anderson Luís do; COSTA, Edgar Aparecido da; BENEDETTI, Alejandro Gabriel. A feira livre de Corumbá/MS na fronteira Brasil-Bolívia. **Boletim de Geografia**, v. 35, n. 3, p. 93-108, 2017.

ESPIRITO SANTO, A.; COSTA, E.; BENEDETTI, A. Esquemas territoriais de comercialização de produtos agrícolas em territórios fronteiriços. **Mundo Agrário**, v. 19, n. 42, pág. e097, 7 dez. 2018.

FARIA, Alexandre Augusto Ramos; DUENHAS, Rogério Allon. A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater): um novo modelo de desenvolvimento rural ainda distante da agricultura familiar. **Revista Eletrônica Competências Digitais para Agricultura Familiar**, v. 5, n. 1, p. 137-167, 2019.

FARINHA, Maycon Jorge Ulisses Saraiva et al. Considerações referentes às interações populares realizadas na fronteira do Brasil com o Paraguai e a Argentina. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 8, p. e907986131-e907986131, 2020.

FAVARETO, Arilson. Retrato das políticas de desenvolvimento territorial no Brasil. **Documento de trabajo/Programa Dinámicas Territoriales Rurales. RIMISP-Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural; no. 26**, 2009.

FENNER, William et al. Análise do balanço hídrico mensal para regiões de transição de Cerrado-Floresta e Pantanal, Estado de Mato Grosso. **Acta Iguazu**, v. 3, n. 1, p. 72-85, 2014.

FERRARI, Maristela. As noções de fronteira em geografia. **Perspectiva Geográfica**, v. 9, n. 10, 2014.

FERREIRA, Denilson Da Silva. Território, territorialidade e seus múltiplos enfoques na ciência geográfica. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, v. 9, n. 17, 5 maio 2014.

FERREIRA, Evaldo. A relação entre cidades-irmãs na faixa de fronteira: o caso de Cáceres-Mato Grosso/Brasil e San Matías-Bolívia. **Caminhos de Geografia**, v. 18, n. 62, p. 87-103, 2017.

FIGHERA, Delfina Trinca. Estado e território: suas relações e a globalização. In. SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (Org.) ***Território, globalização e fragmentação***. São Paulo: Hucitec, 1994.

FILIPPI, Amanda Cristina Gaban; GUARNIERI, Patricia. Novas formas de organização rural: os Condomínios de Armazéns Rurais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, n. 2, p. 270-287, 2019.

FILIPPI, Amanda Cristina Gaban; GUARNIERI, Patricia; CUNHA, Cleyzer Adrian da. Condomínios Rurais: revisão sistemática da literatura internacional: Rural Condominiums: systematic review of international literature. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 27, n. 3, p. 525-546, 2019.

FISCHER, Tânia et al. Perfis visíveis na gestão social do desenvolvimento. **Brazilian Journal of Public Administration**, v. 40, n. 5, p. 789 a 808-789 a 808, 2006.

FISCHER, Tânia. Gestão social do desenvolvimento de territórios. **Revista Psicologia Organizações e Trabalho**, v. 12, n. 1, p. 113-119, 2012.

FLICK, U. Desenho da pesquisa qualitativa. São Paulo: Artmed, 2009.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. International year of family farming. In: **Proceedings of the 38° Conference**. Rome: FAO, 2014.

FRANÇA, Caio Galvão de; DEL GROSSI, Mauro Eduardo; MARQUES, Vicente PM. **El censo agropecuario 2006 y la agricultura familiar en Brasil**. 2009.

GALLO, Fabrício. Usos do território e o papel do Estado no Brasil: notas sobre a atuação da Agência Desenvolve SP. **GEOUSP Espaço E Tempo (Online)**, v. 21, n. 2, p. 480-496, 2017.

GARCIA-AYLLON, Salvador; MIRALLES, Jose Luis. New strategies to improve governance in territorial management: evolving from “smart cities” to “smart territories”. **Procedia Engineering**, v. 118, p. 3-11, 2015.

GIMENES, Régio Marcio Toesca; GIMENES, Fátima Maria Pegorini. Agronegócio cooperativo: a transição e os desafios da competitividade. **Revista Cadernos de Economia**, v. 11, n. 20, p. 45-72, 2007.

GOHN, Maria da Gloria. 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 5, n. 1, p. 11-40, 2000.

GONÇALVES, Ricardo Augusto Albuquerque; BASSO, Ana Paula. Função social da propriedade como base do direito ambiental e do desenvolvimento agrário. **Direito e Desenvolvimento**, v. 5, n. 10, p. 255-269, 2014.

GONÇALVES, Carlos Alberto; MEIRELLES, Anthero de Moraes. Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração. – São Paulo: Atlas, 2004.

GOULART, Luciana Nunes; VIEIRA, Diego Mota; BITTENCOURT, Daniela Matias de Carvalho. A rede da Política Nacional de Agricultura Familiar no Brasil. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, abr. 2020.

GOULART, Sueli et al. Articulações em rede e acontecimentos no território: subsídios teóricos para a formação de políticas públicas para o desenvolvimento. **Cadernos ebape. br**, v. 8, n. 3, p. 388-403, 2010.

GRANDORI, A.; SODA, G. Inter-firm networks: antecedentes, mechanisms and forms. **Organizations Studies**, v. 16, p. 183–214, 1995.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 52, p. 125-146, 2014.

GUANZIROLI, Carlos Enrique; BUAINAIN, Antonio Marcio; DI SABBATO, Alberto. Dez anos de evolução da agricultura familiar no Brasil:(1996 e 2006). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 50, n. 2, p. 351-370, 2012.

GUGLER, P. Building transnational alliances to create competitive advantage. *Long Range Planning*, v. 25, n. 1, p. 90–99, 1992.

GUIOMAR, Nuno et al. Typology and distribution of small farms in Europe: Towards a better picture. **Land use policy**, v. 75, p. 784-798, 2018.

HAESBAERT, Rogério. Ordenamento territorial. **Boletim Goiano De Geografia**, 26(1), 117-124. Recuperado de <https://www.revistas.ufg.br/bgg/article/view/3572>, 2008.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 3ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HESPANHOL, Ivanildo. Um novo paradigma para a gestão de recursos hídricos. **Estudos avançados**, v. 22, n. 63, p. 131-158, 2008.

HESPANHOL, Rosangela Aparecida Medeiros. A adoção da perspectiva territorial nas políticas de desenvolvimento rural no Brasil. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 5, n. 10, 2010.

HUMAN, Sherrie E.; PROVAN, Keith G. An emergent theory of structure and outcomes in small-firm strategic manufacturing networks. **Academy of Management Journal**, v. 40, n. 2, p. 368-403, 1997.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**. Agricultura Familiar. Primeiros resultados. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Brasília/Rio de Janeiro: MDA/MPOG, 2009.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário 2017: preliminar**. Agricultura familiar. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação, 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de Cáceres: População, Território e Ambiente**. Cáceres, 2017.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Área Territorial: Área territorial brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018

INCRA/FAO. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Orgs. GUANZIROLI, Carlos et al. 2000.

IRIGARAY, Carlos Teodoro Jose Hugueney et al. Áreas protegidas na Amazônia mato-grossense: riscos e desafios à conservação e preservação. *Novos Cadernos NAEA*, [S.l.], v. 16, n. 1, dez. 2013.

JACOBI, Pedro Roberto; BARBI, Fabiana. Democracia e participação na gestão dos recursos hídricos no Brasil. **Revista Katálisis**, v. 10, n. 2, p. 237-244, 2007.

JUKNELIENĖ, Daiva; VALČIUKIENĖ, Jolanta; ATKOCEVIČIENĖ, Virginija. Assessment of regulation of legal relations of territorial planning: A case study in Lithuania. **Land Use Policy**, v. 67, p. 65-72, 2017.

KAMI, Maria Terumi Maruyama. et al. Working in the street clinic: use of IRAMUTEQ software on the support of qualitative research. *Escola Anna Nery - Revista de Enfermagem*, v. 20, n. 3, p. 1-5, 2016.

KIYOTA, Norma; PERONDI, Miguel Angelo; VIERIA, José Antonio Nunes. Estratégia de Sucessão Geracional na Agricultura Familiar: O Caso do Condomínio Pizzolatto. **Informe Gepec**, v. 16, n. 1, p. 192-212, 2012.

KENIS, Patrick; SCHNEIDER, Volker. Policy networks and policy analysis: scrutinizing a new analytical toolbox. In: **Policy networks: Empirical evidence and theoretical considerations**. Campus Verlag, 1991. p. 25-59.

Lebrun, J. Role of ecologists in territorial management. *Bulletin de la Classe des Sciences Academie Royale de Belgique*. 54(10), 1137-&, (1968).

LIÑÁN, Mónica Elena Ortiz; SOLÍS, Valente Vázquez. El inventario turístico: un instrumento de gestión territorial sustentable del turismo en atractivos naturales del estado de San Luis Potosí, México. *Investigaciones Turísticas*, n. 21, p. 305-327, 2021.

LITTLE, Paul E. Gestão Territorial em Terras Indígenas: definição de conceitos e proposta de diretrizes. **Relatório final entregue a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais–SEMA-AC, Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas–SEPI-AC e Agência da GTZ no Brasil–GTZ**. Rio Branco, Acre, v. 15, 2006.

LITTLE, Paul Elliott. Desenvolvimento territorial sustentável: desafios e potencialidades para o século XXI. *Guaju*, v. 1, n. 2, p. 127-143, 2015.

LOTTA, Gabriela; FAVARETO, Arilson. Desafios da integração nos novos arranjos institucionais de políticas públicas no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, v. 24, n. 57, p. 49-65, 2016.

LUDKE, Menga; ANDRE, Marli E.D.A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU;1986.

LUNAS, Divina Aparecida Leonel; Cardoso JÚNIOR, Hamilton Matos. Contribuições do Nedet para a gestão social no Território Rural do Sudoeste Goiano. **Redes (St. Cruz Sul, Online)**, v. 23, n. 3, p. 140-164, 2018.

MACHADO, Lia Osório. Limites e fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade. *Revista território*, v. 8, p. 9-29, 2000.

MACHADO, Tamires da Silva et al. Geotecnologias e análise multivariada para investigação da tipologia do uso agropecuário do Estado de Mato Grosso. *Geo UERJ*, [S.l.], n. 33, p. e34195, dez. 2018. ISSN 1981-9021.doi:<https://doi.org/10.12957/geouerj.2018.34195>.

MACHADO FILHO, Cláudio Antonio Pinheiro; MARINO, Matheus Kfour; CONEJERO, Marco Antonio. Gestão estratégica em cooperativas agroindustriais. **Caderno de pesquisas em administração**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 61-69, 2004.

MALUF, Renato Sergio. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. *Ensaio FEE*, v. 25, n. 1, 2004.

MANZANAL, Mabel. Territorio, Poder y Sojización en el Cono Sur latinoamericano. El caso argentino. *Mundo agrario*, v. 18, n. 37, p. 1-26, 2017.

MARIN, Bernd; MAYNTZ, Renate. Introduction: Studying policy networks. In: **Policy networks: Empirical evidence and theoretical considerations**. Campus Verlag, 1991. p. 11-23.

MARIANI, Milton Augusto Pasquotto et al. La percepción del turista sobre los atributos de los hospedajes en brasil: Un análisis en base a los comentarios online. **Estudios y perspectivas en turismo**, v. 28, n. 4, p. 882-902, 2019.

MARTELETO, Regina Maria; SILVA, Antonio Braz de Oliveira. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. **Ciência da informação**, v. 33, n. 3, p. 41-49, 2004.

MARTINS, José de Souza. Reforma agrária: o impossível diálogo sobre a História possível. **Tempo social**, v. 11, n. 2, p. 97-128, 1999.

MATTEI, Lauro. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 45, n. 5, p. 83-92, 2014.

MAZUREK, Rosélis Remor de Souza. Mapping in the Oiapoque Indigenous Territories. Community appropriation for local land management. **Revue d'ethnoécologie**, n. 9, 2016.

MELO, Thainara Granero de; SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. Políticas públicas para os assentamentos rurais e cooperativismo: entre o idealizado e as práticas possíveis. **Sociedade e Estado**, v. 33, n. 1, p. 61-84, 2018.

MENASCHE, Renata; MARQUES, Flávia Charão; ZANETTI, Cândida. Autoconsumo e segurança alimentar: a agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação. **Revista de Nutrição**, v. 21, p. 145s-158s, 2008.

MENARD, Claude. The economics of hybrid organizations. **Journal of Institutional and Theoretical Economics**, Tübingen, v. 160, n. 3, pp. 345-376, 2004.

MENDES, Maurício Ferreira; DA SILVA NEVES, Sandra Mara Alves; NEVES, Ronaldo José. Políticas públicas, agroecologia e agroextrativismo nos assentamentos rurais do município de Cáceres, região sudoeste mato-grossense. **Geo UERJ**, n. 29, p. 89-104, 2016.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Programa ZEE: diretrizes metodológicas para o ZEE do Território Nacional**. 3ª Ed. Brasília, DF. MMA 2006.

MOLESTINA, Rosa Cuesta et al. A methodology for creating typologies of rural territories in Ecuador. **Social Sciences & Humanities Open**, v. 2, n. 1, p. 100032, 2020.

MONTANER, A. Relationship between labor mobility and the territorial management in post-war europe-french-comby, B. *Jahrbucher fur Nationalokonomie und Statistik*. 182 (3), 274-275, (1968).

MORAES, Jorge Luiz Amaral de. Formação de um Sistema Agroalimentar Localizado (SIAL) na Região Vale do Caí (RS). **Informe GEPEC**, [S.l.], v. 19, n. 2, p. 6-22, out. 2015.

MORAES, Jorge Luiz Amaral de. Agricultura Familiar, Sistemas Agroalimentares Localizados (SIALs) e as Dinâmicas de Desenvolvimento dos Territórios Rurais. **Redes (Santa Cruz do Sul. Online)**, Santa Cruz do Sul, v. 21, n. 3, p. 238-256, set. 2016.

MORI, Claudia de; BATALHA, Mario Otávio; ALVES FILHO, Alceu Gomes;. Abordagens espaço-relacional de organização da produção em estudos de atividades de produção agroindustrial no Brasil. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 5, n. 3, 2009.

MOURA, Maria Suzana. Cidades, gestão local e desenvolvimento: contribuições de Tânia Fischer para a área da administração. **Farol-Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, v. 5, n. 12, p. 55-68, 2018.

NASCIMENTO, Fabio Schwab do; CALLE-COLLADO, Ángel; BENITO, Rocío Muñoz. Economía social y solidaria y agroecología en cooperativas de agricultura familiar en Brasil como forma de desarrollo de una agricultura sostenible. **CIRIEC-España, revista de economía pública, social y cooperativa**, n. 98, p. 189-211, 2020.

NASSAR, André Meloni; ZYLBERSZTAJN, Decio. Associação de interesse no agronegócio brasileiro: análise de estratégias coletivas. **Revista de Administra&ccdeil**; ão da Universidade de São Paulo, v. 39, n. 2, 2004.

NAVARRO, Zander. A agricultura familiar no Brasil: entre a política e as transformações da vida econômica. **Embrapa Estudos e Capacitação-Capítulo em livro científico (ALICE)**, 2010.

NIEDERLE, Paulo André; FIALHO, Marco Antônio Verardi; CONTERATO, Marcelo Antônio. A pesquisa sobre agricultura familiar no Brasil-aprendizagens, esquecimentos e novidades. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 52, p. 9-24, 2014.

NODA, Hiroshi; DO NASCIMENTO NODA, Sandra. Agricultura familiar tradicional e conservação da sócio-biodiversidade amazônica. **Interações (Campo Grande)**, 2003.

NODARI, Poliana Roma Greve et al. Mapeamento e análise multitemporal da paisagem nos assentamentos rurais de Cáceres/ MT, situados na fronteira Brasil-Bolívia. In: Anais 6º Simpósio de Geotecnologias no Pantanal, Cuiabá, MT, 22 a 26 de outubro 2016 Embrapa Informática Agropecuária/INPE, p. 701 701 -709.

NORTH, Douglass. Institutions, institutional change and economic performance Cambridge University Press. **New York**, 1990.

NORTH, Douglass C. Institutions. **Journal of economic perspectives**, v. 5, n. 1, p. 97-112, 1991.

NUNES, Emanuel Márcio et al. Dinamização Econômica e Agricultura Familiar: limites e desafios do apoio a Projetos de Infraestrutura (Proinf) em territórios rurais do Nordeste. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 53, n. 3, p. 529-554, 2015.

OBERLING, Daniel Fontana; LA ROVERE, Emilio Lèbre; DE OLIVEIRA SILVA, Heliana Vilela. SEA making inroads in land-use planning in Brazil: The case of the Extreme South of Bahia with forestry and biofuels. **Land Use Policy**, v. 35, p. 341-358, 2013.

OLIVEIRA, Alessandro Roberto de. Awnetypan amazad: políticas indígenas do habitar e gestão territorial-ambiental em terras indígenas. **Anuário Antropológico**, n. I, p. 25-46, 2020.

OLIVEIRA, Francisco das Chagas; LEITE, L. F. C. Evaluación de innovaciones en el manejo de los agroecosistemas agrícolas campesinos como subsidio al proceso de transición agroecológica en el territorio de Carnaubais, región Medio-Norte de Brasil. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 4, n. 2, p. 2144-2148, 2009.

OLIVEIRA, Luiza Zitzke et al. Ações da política de desenvolvimento territorial para superar a pobreza rural: estudo de caso no território Meio Oeste Contestado (SC). **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, [S.l.], v. 11, n. 1, fev. 2015.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. Para além das linhas coloridas ou pontilhadas – reflexões para uma tipologia das relações fronteiriças. **Revista da ANPEGE**, [S.l.], v. 11, n. 15, p. 233-256, jul. 2015.

OLIVEIRA, Virgílio César da Silva e; PEREIRA, José Roberto; OLIVEIRA, Vânia AR de. Os conselhos gestores municipais como instrumentos da democracia deliberativa no Brasil. **Cadernos Ebape. br**, v. 8, n. 3, p. 422-437, 2010.

ORTEGA, Antonio César. Desenvolvimento territorial rural: os arranjos induzidos por políticas públicas e sua capacidade na promoção do desenvolvimento. **Campo-Território: Revista DE Geografia Agrária**, v. 9, n. 18, 2014.

PAULA, Ana Paula Paes de. Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social. **Revista de administração de empresas**, v. 45, n. 1, p. 36-49, 2005.

PECQUEUR, Bernard. Gouvernance et régulation, un retour sur la notion de territoire. **Géographie, économie et Société**, v. 4, n. 2, p. 46-63, 2002.

PECQUEUR, Bernard. Les territoires créateurs de nouvelles ressources productives: le cas de l'agglomération grenobloise. **Géographie, économie, société**, v. 7, n. 3, p. 255-268, 2005.

PERACI, Adoniram Sanches; BITTENCOURT, Gilson Alceu. Agricultura familiar e os programas de garantia de preços no Brasil: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Fome Zero: a experiência brasileira**. Brasília, DF: MDA, p. 191-222, 2010.

PEREIRA, José Roberto et al. Gestão social dos territórios da cidadania: o zoneamento ecológico-econômico como instrumento de gestão do território noroeste de Minas Gerais. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 9, n. 3, p. 724-747, 2011.

PEREIRA, Jaiane Aparecida; CHAGAS, Priscilla Borgonhoni; BANKUTI, Sandra Mara Schiavi. Perspectivas do Território no Sistema Agroalimentar Localizado: o Caso da Uva no Município de Marialva-PR. **Administração Pública e Gestão Social**, Viçosa, MG, p. 107-125, abr. 2019.

PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. Espaço e Território – organização, ordenamento e uso: notas teórico-epistemológicas. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 39, p. 1-16, 28 maio 2019.

PERIGNON, S. Crisis in territorial management – French far West (Lorraine) – French – Belleville, P. **Homme et la Societe**. 13, 273-273, (1969).

PERRESSIM, William Sbrama; BATALLA, Mário Otávio. Desempenho dos indicadores de liquidez das maiores cooperativas agroindustriais brasileiras entre 2011 e 2015. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, v. 5, n. 10, p. 175-188, 2018.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Fronteiras culturais em um mundo planetário-paradoxos da (s) identidade (s) sul-latino-americana (s). **Revista del CESLA**, n. 8, p. 9-19, 2006.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 52, p. 63-84, 2014.

PIRES, Elson Luciano S. Território, governança e desenvolvimento: questões fundamentais. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n.38, v.2, p.23-49, ago./dez. 2016.

PIRAUX, Marc et al. Um olhar sobre os Colegiados dos Territórios da Cidadania no Pará. **Novos cadernos NAEA**, v. 16, n. 1, 2013.

PODOLNY, J. M.; PAGE, K. L. Network Forms of Organization. *Annual Review of Sociology*, Stanford, v. 24, p. 57-76, 1998.

POWELL, W. W. Hybrid organizational arrangements: new form or transitional development? **California Management Review**, Berkeley, v. 30, n. 23, p. 67–87, 1987.

POWELL, W. W. Neither market nor hierarchy: Networks forms of organization. **Research in Organizational Behavior**, v. 12, p. 295–336, 1990.

POTTER, Clive; BURNEY, Jonathan. Agricultural multifunctionality in the WTO—legitimate non-trade concern or disguised protectionism?. **Journal of rural studies**, v. 18, n. 1, p. 35-47, 2002.

PROVAN, K.; KENIS, P. Modes of network governance: Structure, management and effectiveness. *Journal of Public Administration Research and Theory*, v. 18, n. 2, p. 229–252, 2008.

PROVAN, Keith G.; MILWARD, H. Brinton. A preliminary theory of interorganizational network effectiveness: A comparative study of four community mental health systems. **Administrative science quarterly**, p. 1-33, 1995.

RACINE, P. Aménagement du littoral Languedoc-Roussillon/ Tourism at languedoc-roussillon sea resorts - territorial management - French - Centre-de-Sociologie-Europeenne. **Aménagement et Nature**. 4-7, (1967).

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAFFESTIN, Claude. A ordem e a desordem ou os paradoxos da fronteira. **Território sem limites: estudos sobre fronteiras**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, p. 9-15, 2005.

RAMBO, José Roberto; TARSITANO, Maria Aparecida Anselmo; LAFORGA, Gilmar. Agricultura familiar no Brasil, conceito em construção: trajetória de lutas, história pujante. **Revista de Ciências Agroambientais**, v. 14, n. 1, 2016.

RATINAUD, Pierre; MARCHAND, Pascal. Application de la méthode ALCESTE à de “gros” corpus et stabilité des “mondes lexicaux”: analyse du “CableGate” avec IRaMuTeQ. **Actes des 11eme Journées internationales d’Analyse statistique des Données Textuelles**, p. 835-844, 2012.

REBELO, Emília Malcata. Land betterment capture revisited: A methodology for territorial plans. **Land Use Policy**, v. 69, p. 392-407, 2017.

REMY, J. Places of workshop and territorial management – French. **Social Compass**. 14 (9), 157-157, 1967.

REZENDE, Marília Gabriela Godin; FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; WITKOSKI, Antonio Carlos. Fragilidades e potencialidades da gestão territorial da reserva de desenvolvimento

sustentável Igapó Açu (Amazonas, Brasil). **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 39 v. 1, p. 34-57, Jan./Jun., 2017.

RIBEIRO, Kleber Ávila. Economia solidária, uma alternativa à geração de trabalho e renda em território semiárido: dificuldades e perspectivas. **Revista Teoria e Evidência Econômica**, v. 22, n. 46, 2016.

RIBEIRO, Jéssica Souza; SILVA, William Santos. Compras da Agricultura Familiar para atender ao PNAE no território rural médio Rio das Contas–BA (2015-2017). **Revista Eletrônica Competências Digitais para Agricultura Familiar**, v. 4, n. 2, p. 82-110, 2018.

RIBEIRO, José Renato; TOPPAN, Ricardo Nagliati. Território e Governança: as principais contribuições da geografia para pensar o desenvolvimento. **Revista Brasileira Multidisciplinar**, v. 18, n. 2, p. 28-43, 2015.

ROCHA JUNIOR, Adauto Brasilino et al. Análise dos determinantes da utilização de assistência técnica por agricultores familiares do Brasil em 2014. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, n. 2, p. 181-197, 2019.

ROMANO, Roberta Giraldi; CARVALHO, Andréa Freire de; SOUSA, Roberta Maria de Moura; Maria José Nascimento Soares. Mercados municipais: olhares sobre cultura e territorialidade em diferentes regiões do Brasil. **Gaia Scientia**, v. 14, n. 4, 31 dez. 2020.

ROSSANO, J. Un ouvrage sur l'aménagement du territoire en Grande-Bretagne. *Annales De Géographie*, 78(427), 350-353, (1969). Retrieved April 1, 2021, from <http://www.jstor.org/stable/23446825>.

RUBELO, João Geraldo Nunes. O processo de modernização da agricultura brasileira pluriatividade da agricultura familiar. *Revista Economia & Pesquisa*, Araçatuba, v.6,n.6,p.108-122,mar.2004.

RUFFATO-FERREIRA, Vera Jane et al. Zoneamento ecológico econômico como ferramenta para a gestão territorial integrada e sustentável no Município do Rio de Janeiro. **EURE (Santiago)**, v. 44, n. 131, p. 239-260, 2018.

SABOURIN, Eric et al. Políticas públicas y ganadería familiar en Uruguay: los desafíos ambientales y de ordenamiento territorial. **Pampa: Revista Interuniversitaria de Estudios Territoriales**, n. 11, p. 241-264, 2015.

SABOURIN, Eric. Origens, evolução e institucionalização da política de agricultura familiar no Brasil: Desafios e perspectivas de futuro. Delgado Guilherme Costa (ed.), Bergamasco Sonia Maria Pessoa Pereira (ed.). Brasília : Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), pp. 265-291. 2017.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce et al. Arranjos Socioprodutivos de Base Comunitária: arranjos produtivos locais pensados como arranjos institucionais. O caso da Mondragón Corporação Cooperativa. **Organizações & Sociedade**, v. 15, n. 46, p. 77-98, 2008.

SAMPER, Mario. Pertinencia del enfoque territorial para abordar las interacciones entre sistemas territoriales de agricultura familiar, agrobiodiversidad y cambio climático. **Revista de Ciencias Ambientales**, v. 53, n. 2, p. 189-198, 2019.

SANGALLI, Adriana Rita et al. Associativismo na agricultura familiar: contribuições para o estudo do desenvolvimento no assentamento rural lagoa grande, em dourados (ms), BRASIL. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 17, n. 2, p. 225-238, 2015.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria; SILVEIRA, Maria (Org.). Território: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994.

SAQUET, Marcos Aurélio; BRISKIEVICZ, Michelle. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, n. 31, p. 3-16, 2009.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre: EST edições, 2003.

SCHEUER, Junior Miranda; BOTTI, Nicolay Seabra; DA SILVA NEVES, Sandra Mara Alves. Análise sócio-produtiva dos assentamentos em Cáceres, Mato Grosso: políticas públicas para o desenvolvimento territorial. **Revista Geografica Academica**, v. 9, n. 2, p. 141-152, 2015.

SCHNEIDER, Sergio. Análisis multidimensional y escalar del desarrollo territorial en Brasil. **Eutopía: Revista de Desarrollo Económico Territorial**, n. 1, p. 25-49, 2010.

SCHNEIDER, Sergio; CASSOL, Abel. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 31, n. 2, p. 227-263, 2014.

SCHNEIDER, Sérgio; FERRARI, Dilvan Luiz. Cadeias curtas, cooperação e produtos de qualidade na agricultura familiar—o processo de realocização da produção agroalimentar em Santa Catarina. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 17, n. 1, 2015.

SCHNEIDER, Sergio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, n. 11, p. 88-125, 2004.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 18, n. 51, p. 99-122, 2003.

SQUAREZI, Sandro Benedito. **Epistemologias do sul: interfaces entre autogestão, transconhecimento, transsustentabilidade**. In: Silva, Agnaldo Rodrigues; FRANÇA, Raimundo (Orgs). **EPISTEMOLOGIAS DO SUL: Estudos de literatura, línguas e educação**. Cáceres-MT: UNEMAT Editora, 2014

SILVA, Andressa Hennig, et al. Análise de conteúdo: fazemos o que dizemos? Um levantamento de estudos que dizem adotar a técnica. **Conhecimento Interativo**, 2017, 11.1: 168-184.

SILVA, Anderson Roberto Pires; BARBOSA, Maria José de Souza; ALBUQUERQUE, Francivaldo dos Santos. Sustentabilidade de empreendimentos econômicos solidários: análise da Cooperativa dos Fruticultores de Abaetetuba. **Revista de Administração Pública**, v. 47, n. 5, p. 1189-1211, 2013.

SILVA, Carlos Arthur. The growing role of contract farming in agri-food systems development: drivers, theory and practice. **FAO**, Rome, 2005.

SILVA, Fabio Carlos da; RIBEIRO, Alexandro Rodrigues. A colonização promovida por empresas e famílias do centro-sul do Brasil no Estado do Mato Grosso 1958-2008. **Revista Papers do NAEA**. Paper do NAEA 274, Novembro de 2010.

SILVA, Maurílio Barbosa de Oliveira da et al. Como os turistas percebem os atributos de atrativos turísticos em Bonito (MS)? Uma análise com base em comentários publicados no TripAdvisor. **Turismo: Visão e Ação**, v. 21, n. 2, p. 150-172, 2019.

SILVA, Maurílio Barbosa de Oliveira da et al. Gastronomia no TripAdvisor: O que os Turistas Comentam sobre os Restaurantes de Bonito-MS? Gastronomy on TripAdvisor: What Tourists Comment about Restaurants in Bonito-MS-Brazil?. **ROSA DOS VENTOS-Turismo e Hospitalidade**, v. 11, n. 4, 2019.

SILVA, Rodrigo Peixoto; CASTRO, Nicole Rennó; PEREIRA, Franciele de Oliveira. Geração de valor econômico na agricultura familiar: diferentes retratos do produtor rural brasileiro. **Revista De Economia E Agronegócio**, v. 17, n. 1, p. 56-80, 2019.

SILVA, Tânia Paula; ALMEIDA, Rosimeire A.; KUDLAVICZ, Mieceslau. Os assentamentos rurais em Cáceres/MT: espaço de vida e luta camponesa. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas/MS – nº 15 – Ano 8, Maio 2012**. Disponível em: < <http://www.orbital.ufms.br/index.php/revgeo-tl/article/view/412/191> >.

SILVA, Tânia Paula; BINZSTOK, Jacob. Espaços de Resistencia Camponesa na Fronteira Brasil-Bolívia: os assentamentos rurais em Cáceres-MT. In: **XV Encuentro de Geógrafos de América Latina - ¿Por una América Latina unida y sostenible?**, 2015, Havana. Memórias do XV Encuentro de Geógrafos de América Latina - ¿Por una América Latina unida y sostenible?. Havana-Cuba: Facultad de Geografía - Universidad de La Habana, 2015. v. 1. p. 394-405.

SILVA, Tânia Paula; DAN, Vivian Lara Cáceres; VIEGAS, Luciana Pinheiro. (2017). Identidades, multiculturalismo e bases comunitárias para vivências solidárias nos territórios de fronteira Brasil-Bolívia. **Ciência Geográfica - Bauru** - XXI - Vol. XXI - (1): Janeiro/Dezembro.

SOUZA, Marli Aparecida Rocha de et al. O uso do software IRAMUTEQ na análise de dados em pesquisas qualitativas. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 52, 2018.

STAKE, Robert E. Qualitative Case studies. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Eds.). **The Sage handbook of qualitative research**. London: Sage Publications, 2005.

TENÓRIO, Fernando G. "A trajetória do programa de estudos em gestão social (PEGS)." **Revista de Administração Pública** 40.6: 1145-1162, 2006.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. Gestão social: uma perspectiva conceitual. **Brazilian Journal of Public Administration**, v. 32, n. 5, p. 7 a 23-7 a 23, 1998.

TRIOLAIRE, G. Distribution and territorial management – French - Labourdette, A. **Revue économique**, 19(2), 354-355, 1968. doi:10.2307/3499204.

TROIAN, Alessandra; MACHADO, Edenilson Tafernaberry Lencina. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no Brasil: análise da evolução e distribuição entre 1999 e 2017. **Desenvolvimento em Questão**, v. 18, n. 50, p. 109-128, 2020.

TROUVÉ, Aurélie; BERRIET-SOLLIEC, Marielle; DÉPRÉS, Christophe. Charting and theorising the territorialisation of agricultural policy. **Journal of Rural Studies**, v. 23, n. 4, p. 443-452, 2007.

TUNDISI, José Galizia. Novas perspectivas para a gestão de recursos hídricos. **Revista USP**, n. 70, p. 24-35, 2006.

VAINER, Carlos B. Planejamento territorial e projeto nacional: os desafios da fragmentação. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 9, n. 1, p. 9, 2007.

VAN DER PLOEG, JAN DOUWE. La crisis de los alimentos, la agricultura industrializada y el régimen imperial. **Journal of Agrarian Change**, v. 10, n. 1, 2010.

VANWYNSBERGHE, Rob; KHAN, Samia. Redefining case study. **International Journal of Qualitative Methods**, v. 6, n. 2, p. 80-94, 2007.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração**. Atlas, 2012.

VIAL, Luis Antonio Machado et al. Arranjos produtivos locais e cadeias agro-alimentares: revisão conceitual. **Revista Gestão da Produção Operações e Sistemas**, [S.l.], n. 3, p. 105, mar. 2012.

VIOT, P. Territorial management and regional development - Facts, Ideas, Institutions – French. **Revue Francaise de Science Politique**. 19(6), 1255-1257, 1969.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 2, 2000.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 52, p. 25-44, 2014.

WATANABE, Kassia; Bánkuti, Sandra Schiavi; LOURENZANI, Ana Elisa. "“Pingado Dilemma”: Is formal contract sweet enough?." **Journal of rural studies** 54 (2017): 126-137, 2017.

WATANABE, Kassia; ZYLBERSZTAJN, Decio. Contract farming in the Brazilian agribusiness system: private institutions and State intervention. **Uniform Law Review**, v. 19, n. 3, p. 459-478, 2014.

WILKINSON, John. A agricultura familiar ante o novo padrão de competitividade do sistema agroalimentar na América Latina. **Estudos sociedade e agricultura**, 2003.

WILLIAMSON, Oliver E. The new institutional economics: taking stock, looking ahead. **Journal of economic literature**, v. 38, n. 3, p. 595-613, 2000.

WIGIER, Marek et al. **The Common Agricultural Policy of the European Union-the present and the future. EU Member States point of view**. Instytut Ekonomiki Rolnictwa i Gospodarki Żywnościowej-Państwowy Instytut Badawczy, 2018.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 3. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZAMBRANO, Carlos Vladimir. Territorio, diversidad cultural y trabajo social. **Trabajo Social**, n. 12, p. 9-24, 2010.

ZANI, Felipe Barbosa; TENÓRIO, Fernando Guilherme. Gestão social do desenvolvimento: o desafio da articulação de atores sociais no Programa Territórios da Cidadania Norte-RJ. **Organizações & Sociedade**, v. 21, n. 68, p. 853-874, 2014.

ZAPATERO, Jesús Zapatero; MUÑOZ, María Jesús Sánchez. Instrumentos específicos de desarrollo rural: la Iniciativa Comunitaria LEADER y el Programa Operativo PRODER. **Polígonos. Revista de Geografía**, n. 8, p. 21-38, 2013.

ZIMMERMANN, Silvia Aparecida et al. Desenvolvimento territorial e políticas de enfrentamento da pobreza rural no Brasil. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 9, n. 17, 2014.

ZUÑIGA, Christian Henríquez; HABERT, Guillermo Pacheco; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Arranjos socioprodutivos para o turismo de interesses especiais no território Patagônia Verde (Chile): uma alternativa para um desenvolvimento territorial sustentável. **Turismo-Visão e Ação**, v. 14, n. 3, p. 292-303, 2012.

APÊNDICES

A – Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) sob o protocolo CAAE: 33583320.6.0000.0021. Aprovação sob Parecer Nº4.261.773 e redigido em duas vias, em que uma é do participante e a outra do pesquisador.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado (a) de forma alguma. Não haverá custo financeiro na participação neste estudo. Qualquer eventual dano decorrente advindo da pesquisa o participante terá a devida indenização.

As informações e suas identidades são sigilosas, não sendo apresentadas identificações pessoais do participante. As informações dadas pelos participantes serão revisadas para não ocorrer identificação e agrupadas com os demais participantes, já que o trabalho visa as informações do território estudado.

Responsável pela pesquisa: Douglas Alexandre de Campos Castrillon Junior. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) - Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGAD) - Cidade Universitária, Caixa Postal 549. CEP 79.074-460. Campo Grande - MS. E-mail: douglasalexandrecac@gmail.com.

Título da pesquisa: As relações multidimensionais envolvidas com a gestão territorial entre os atores sociais e institucionais no território de fronteira Brasil/Bolívia no município de Cáceres – MT.

Objetivo do estudo: Analisar as relações multidimensionais envolvidas para com a gestão territorial entre os atores sociais e institucionais no território de fronteira Brasil/Bolívia no município de Cáceres – MT.

Procedimento do estudo: Nesta pesquisa, nós utilizaremos como metodologia a entrevista e a observação no transcorrer do campo. Sendo que estas entrevistas, o participante descreverá oralmente como foram os processos, atividades e trabalhos realizados para conseguir a posse da terra e como ocorreram as estratégias de permanência no território, o convívio com os bolivianos e os aspectos referentes à produção e comercialização.

Benefícios do Estudo: A valorização do trabalho, cultura, história de vida, como também social, a partir das descrições registradas na tese poderão servir para reflexões dos agricultores, estudantes e as instituições envolvidas ao fazer referência ao pós-pesquisa, como, por exemplo, os resultados científicos. Será organizado o máximo de informações sobre as características das estratégias formais e não formais de resistência no campo, à ordem territorial e políticas públicas no território no que tange o contexto das relações social, cultural, econômica e ambiental.

Pesquisador

Participante

Risco do estudo: Neste caso, estaremos sempre nos reunindo. Para tanto, poderá ocorrer desconfortos por motivos de não entendimento das perguntas, pelos horários das entrevistas coincidirem com os horários de trabalho e possivelmente gerar algum tipo de desregulamento de horários nas atividades diárias. Para isso, tomamos como cautela a comunicação das perguntas de forma simples e o agendamento nos horários possíveis para a realização da entrevista.

Os dados desta pesquisa irão ser mantidos pelo prazo de 5 anos no formato de arquivo digital sob a responsabilidade do pesquisador. Todo material coletado fará parte desta tese e serão analisados conforme método proposto e publicados em mídias eletrônicas.

Os resultados finais da pesquisa serão apresentados aos participantes por apresentação audiovisual e pela entrega do relatório final dos resultados.

Você pode desistir da participação da pesquisa a qualquer momento sem gerar nenhum tipo de penalidade ou punição.

Assinale com “X” no campo abaixo se o participante autoriza a:

- () filmagem da propriedade.
- () registro fotográfico da propriedade.
- () gravação de áudio da entrevista.

Este TCLE foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) sob o protocolo CAAE: 33583320.6.0000.0021. Parecer N°4.261.773 e redigido em duas vias, em que uma é do participante e a outra do pesquisador.

Para eventuais dúvidas entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFMS: 67-3345-7187; cepconeppropp@ufms.br.

Pesquisador

Participante

Cidade:

Localidade:

Data:

B – Roteiros de entrevistas

Primeira parte da coleta a campo: Entrevistas em profundidade com Atores institucionais

- 1) Qual a função exercida da instituição no território da fronteira?
- 2) Quais as políticas públicas que foram e são utilizadas no território e como é feita a operacionalização do trabalho no campo?
- 3) Projetos e programas institucionais que foram e são trabalhados no território rural têm conexão com os demais setores do município ou Estado? Ex.: Educação, infraestrutura...
- 4) Existe uma articulação municipal frente à gestão territorial? Como é realizada a organização e direcionamentos do trabalho para o desenvolvimento do território?

Segunda parte da coleta a campo: Entrevistas em profundidade com Atores Sociais

- 1) Fale-me um pouco sobre a história do assentamento: há quanto tempo está aqui? Tem parentes? Como era quando chegou?
- 2) Você participa de alguma associação? Tem ouvido falar sobre recursos para o local?
- 3) Você vê ações vindas das instituições (FASE, EMPAER, SMAF) no assentamento? Quais mudanças percebidas no trabalho dessas instituições?
- 4) Você participa ou conhece agricultores/as que vendem para PNAE/PAA ou para o mercado local?
- 5) A comunidade organiza festas, eventos e encontros que as pessoas de fora podem vir conhecer? (Festa junina, campeonatos esportivos, festas religiosas). A organização do assentamento para estes eventos? Quem são os mobilizadores? Participa em outros assentamentos?
- 6) As pessoas costumam trabalhar na comunidade, ou elas costumam ter empregos fora, na cidade?
- 7) Sobre os bolivianos, você tem contato com eles? Comercializam produtos do assentamento para eles?
- 8) Como são feitas as parcerias para o assentamento (manutenção das estradas, maquinário, projetos, programas)?

Ao total foram coletados 12h28min de áudios – 42 imagens/fotos do território.